



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO – CTC  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO**

**DENISE DE SIQUEIRA**

**PRAIAS ACESSÍVEIS: UMA ANÁLISE JURÍDICA E ESPACIAL  
PARA FLORIANÓPOLIS A PARTIR DA CONVENÇÃO DA ONU  
(CRPD) E DA PREMISA DO DESENHO UNIVERSAL**

Florianópolis  
2017



**DENISE DE SIQUEIRA**

**PRAIAS ACESSÍVEIS: UMA ANÁLISE JURÍDICA E ESPACIAL  
PARA FLORIANÓPOLIS A PARTIR DA CONVENÇÃO DA ONU  
(CRPD) E DA PREMISSA DO DESENHO UNIVERSAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra, na área de História, Urbanismo e Arquitetura da Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

De Siqueira, Denise

Praias Acessíveis: Uma Análise Jurídica e Espacial para Florianópolis a Partir da Convenção da ONU (CRPD) e da Premissa do Desenho Universal / Denise de Siqueira ; orientador, Lino Fernando Bragança. Florianópolis, SC, 2017.

323 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Acessibilidade espacial. 3. CRPD - Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 4. Desenho Universal. 5. Praias acessíveis. I. Peres, Fernando Bragança. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Denise de Siqueira

**Praias acessíveis: uma análise jurídica e espacial para Florianópolis  
a partir da convenção da ONU (CRPD) e da premissa do desenho  
universal**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestra em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis 7 de julho de 2017.

---

Prof. Dr. Almir Francisco Reis  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres  
Universidade Federal de Santa Catarina  
(Presidente)

---

Prof. Dr. Rodrigo Gonçalves dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Samuel Steiner dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marcos Abilio Bosquetti  
Universidade Federal de Santa Catarina



Dedico com muito amor aos meus paisinhos,  
Pedro Rodrigues de Siqueira e Leoni de  
Siqueira, porque sem o amor e a dedicação deles  
nem eu e nem esta obra existiríamos.





## AGRADECIMENTOS

Este espaço tão singelo, por justiça poderia ter o tamanho de um capítulo se coubesse agradecer um a um aos tantos anjos que contribuíram para alcançar mais uma etapa importante de minha vida. Começo agradecendo aos meus paisinhos amados, papai Pedro e mamãe Leoni, por tanto amor e tanta paciência. Às minhas irmãs Lúcia e Sandra pelo companheirismo, ainda que estando longe.

Minha vida louca, ainda que enveredada pelo maravilhoso mundo das Relações Internacionais, me levou a encontrar outras ciências para aprimorar minha compreensão de mundo e assim, agradeço à antropóloga Gicele Sucupira, da Universidade Federal de Rondônia, que mais do que contribuir com o engrandecimento desta obra se tornou uma grande amiga. Aos professores do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufsc, professor Adriano Nuemberg e professora Marivete Gesser. Ao meu orientador Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres e minha banca, prof. Rodrigo Gonçalves Santos, Prof. Marcos Bosquetti e Prof. Samuel Steiner dos Santos pelas pertinentes sugestões que ajudaram a elevar e qualificar esta produção. Aos professores e colegas de mestrado do PGAU-Cidade e Posarq, que me possibilitaram novos conhecimentos na área da Arquitetura e Urbanismo e muitos momentos felizes. À secretária Adri, sempre eficiente, gentil e carinhosa. Ao Engenheiro Antonio José da Silva e a experiência proporcionada enquanto estagiária de mestrado na Assessoria de Engenharia, Urbanismo e Arquitetura da Câmara de Vereadores de Florianópolis. À minha prima Cristiane Camargo, que reencontrei depois de adultas e Ailton Profeta compartilhando momentos maravilhosos ao me ajudarem nos deslocamentos de parte dos estudos de campo. Ao Projeto Route, que transformando teorias em ações práticas de cuidado e carinho para com nosso lindo Planeta Terra, num momento crucial da minha vida, entrei para a família e lapidei o ser humano que sou. Muito particularmente à Denise Costa, à Tânia Slongo, ao Vítor Flores e Pedro Bruckmann sempre cuidando e arrumando o cafofinho e minha vida com tanto carinho. E como não poderia deixar de ser, em nome da nossa diretora Rosemar da Silva agradeço à todos os colegas de trabalho do Departamento de Cultura e Eventos da Ufsc que muito me incentivaram e apoiaram. Hoje sou muito feliz por trabalhar aqui. E os que porventura não estejam citados aqui, estão gravados no coração e estendo meus sinceros agradecimentos. A todos e todas: Gratidão!







## RESUMO

Este estudo, que pensou Florianópolis com o foco nas regiões de praia, é fruto de um estudo que se desenvolveu com o intuito de atender as Leis específicas e Normas Técnicas que estabelecem a obrigatoriedade da promoção da acessibilidade e do Desenho Universal para a eliminação das barreiras arquitetônicas. Buscamos fornecer conhecimento jurídico e espacial para o desenvolvimento de ações, essencial para a identificação das barreiras que dificultam ou impedem o exercício da cidadania em condição de igualdade entre todas as pessoas, em especial às Pessoas com Deficiência. Para tanto, tomamos por base alguns programas desenvolvidos no Rio de Janeiro, os quais: o Programa Praia para Todos e o Adaptsurf, por se tratarem de programas referência para o país e; São Paulo, os quais: da Praia dos Trabalhadores em São Sebastião no litoral norte do estado e do Parque Roberto Mário Santini e Praça do Surfista em Santos, por se tratar de programas fixos, que não são nem itinerantes e nem sazonais, mas projetos permanentes. Em Florianópolis os focos estão no Parque da Lagoa do Peri que dá acesso ao lazer em água doce e na Praia da Barra da Lagoa na região leste da ilha. Utilizamos a metodologia da pesquisa-ação e grupos focais, lançando mão do pesquisador *insider*, em virtude da proximidade e da relação entre o pesquisador, o tema e os sujeitos observados. Para isso, conceituamos Desenho Universal, deficiência, segregação, inclusão e acessibilidade espacial. Trouxemos elementos importantes para aprimorar a elaboração de projetos e ou a formulação de laudos técnicos com o intuito de contribuir para a melhoria das condições efetivas de inclusão e acesso com cidadania para todas as pessoas. Este trabalho faz uma reflexão aprofundada sobre os espaços e os usuários dos espaços para auxiliar com recomendações e diretrizes a solução dos problemas.

**Palavras-chave:** Acessibilidade espacial. CRPD - Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Desenho Universal. Praias acessíveis. Segregação. Inclusão.



## ABSTRACT

This study that contemplated Florianópolis, with main focus on its seaside, is the result of a year-long research aiming specially at the specific laws and Standards and Technical Recommendations that establish the requirements to provide accessibility and Universal Design into projects to eliminate architectural and/ or spatial barriers of any kind. The main goal of this piece of work is to provide technical and legal support to rise quality, as well as efficiency, to local actions of social inclusion, and to meet all requisite norms to integrate all citizens by identifying and helping eliminate all obstacles that might deprive or impede active citizenship and equal social opportunities according to the principle of equality regarding disabled persons or persons with reduce mobility. Two social inclusive programs in Rio de Janeiro, the projects Praia para Todos (Beach for All) and Adaptsurf, were taken as models for being national references; and, in São Paulo, the Praia dos Trabalhadores in São Sebastião city, northern São Paulo State beach, as well as Roberto Mário Santini Park together with the Surfers Square in Santos, Southern São Paulo State beach, because both projects are permanent, opposite to some seasonal or itinerant ones. In Florianópolis the focus study projects are at Parque Lagoa do Peri (Peri Lake Park) which provides access to leisure in non-salt Waters, and on the beach at Barra da Lagoa, East side of the Island. The action-research, and focus group methodologies were adopted, together with *insider* researchers, due to their close proximity with area and theme, as well as the existing connections of all researchers with both theme and the subjects observed in this work. The resulting conclusions generated deep reflection on the local space and its users to assist improvement plans to the city shore areas with recommendations and directions. To that end, the terms Universal Design (or Design-for-all), disability, segregation, inclusion, and spatial accessibility were conceptualized.

As a conclusion, important elements to help, enhance the development of projects that meet legal requisite, or that help improve the preparation of technical reports aiming at contributing to refine actual social inclusive demand for access to all citizens alike were presented.

**Key words:** Space accessibility. CRPD - Convention on the Rights of Persons with Disabilities. Universal Design. Accessible Beaches. Segregation. Inclusion.





## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CID	Código Internacional de Doença
CIF	Código Internacinal de Funcionalidade
COI	Comitê Olímpico Internacional
CRPD	Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (Convention on the Rights of Persons with Disabilities)
GT	Grupo de Trabalho
HSA	Handicapped Scuba Association Brasil
ISA	International Surfing Assotiation
ISSO	International Organization for Standardization – Organização Internacional de Normatização
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
NG	Núcleo Gestor
OAB-SC	Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PDP	Plano Diretor Participativo
S.M.	Salário Mínimo
Ticen	Terminal Integrado do Centro
Tilag	Terminal Integrado da Lagoa
Tirio	Terminal Integrado do Rio Tavares
Ticen	Terminal Integrado do Centro
Tilag	Terminal Integrado da Lagoa
Tirio	Terminal Integrado do Rio Tavares
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WSL	World Surf League



## Grande Florianópolis – Região Metropolitana - Atual

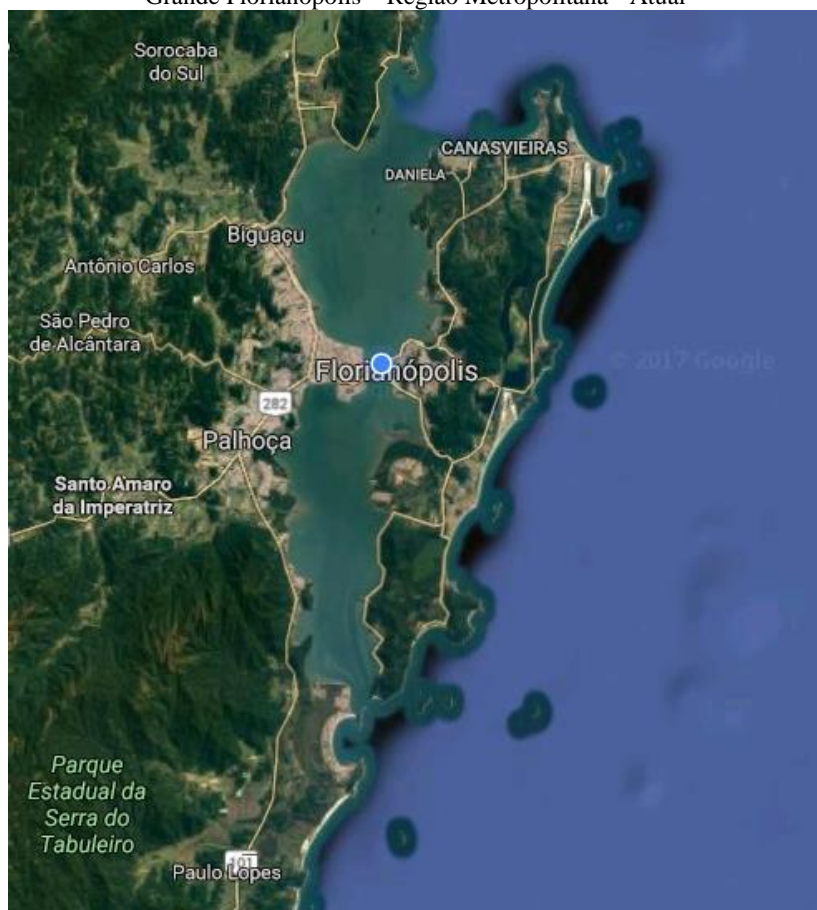




Imagem 01 – Centro de Florianópolis, vista aérea – 1938 e 2014.





## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	27
1.1 OBJETIVOS .....	27
1.2. OBJETO DE ESTUDO, PERGUNTAS DE PESQUISA E METODOLOGIA UTILIZADA – PEQUENA ABORDAGEM .....	28
1.3. SOBRE A SEQUÊNCIA DOS CAPÍTULOS .....	30
1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	32
1.5. DIFICULDADES ENCONTRADAS – OS OBSTÁCULOS OU BARREIRAS INSTITUCIONAIS E URBANÍSTICO- ARQUITETÔNICAS COMO ELEMENTOS DE SUPERAÇÃO .....	33
<b>2. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL</b> .....	35
2.1. CONCEITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE, ESPACIALIDADE E MOBILIDADE – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS A PARTIR DO DESENHO UNIVERSAL.....	40
2.2. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E BREVE HISTÓRICO (PCD) .....	54
2.3. AVANÇOS E DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DESENHO UNIVERSAL - A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA E DAS ATIVIDADES AQUÁTICAS.....	62
2.4. A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO CORPO NA PRAIA.....	71
2.5. QUANDO A REIVINDICAÇÃO TRANSCENDE VALORES E NÃO SE PODE MAIS NEGAR OS ESPAÇOS.....	76
<b>3. METODOLOGIA UTILIZADA</b> .....	79
3.1. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA .....	83
3.2. SUJEITOS .....	83

3.3. LOCAIS DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO .....	83
3.4. CONTATO E ESCOLHA DOS PARTICIPANTES .....	84
3.5. TÉCNICA UTILIZADA.....	84
3.6. ALGUMAS DIFERENÇAS NOS DISCURSOS.....	85
3.7. ASPECTOS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE .....	86
3.8. DISCUSSÃO .....	86
<b>4. ACESSIBILIDADE LITORÂNEA EXISTENTE EM OUTRAS CIDADES BRASILEIRAS. UMA PEQUENA AMOSTRA.....</b>	<b>88</b>
4.1 O LITORAL BRASILEIRO E OS CORPOS NA PRAIA.....	88
4.2 ESTUDO DE CASO RIO DE JANEIRO.....	96
<b>4.2.1 Os dois programas em foco: O Praia para Todos e o Adaptsurf - as referências em programas de acessibilidade de praias no Brasil. ....</b>	<b>100</b>
<b>4.2.2 Programa Praia Para Todos.....</b>	<b>101</b>
<b>4.2.3 Programa Adaptsurf.....</b>	<b>106</b>
<b>4.2.4 Conclusões Rio de Janeiro .....</b>	<b>113</b>
4.3 ESTUDO DE CASO – LITORAL DE SÃO PAULO.....	117
<b>4.3.1 Acessibilidade litorânea em São Sebastião na região de Ubatuba.....</b>	<b>121</b>
<b>4.3.2 Estudo de caso São Sebastião – Balneário dos Trabalhadores.....</b>	<b>123</b>
<b>4.3.3 Conclusões São Sebastião.....</b>	<b>140</b>
<b>4.3.4. Acessibilidade Litorânea em Santos – SP - Estudo de Caso: Praça do Surfista – Parque Municipal Roberto Mário Santini na Praia José Menino - Santos .....</b>	<b>141</b>
<b>4.3.5. Conclusão Santos.....</b>	<b>159</b>
4.4 SANTA CATARINA - ACESSIBILIDADE LITORÂNEA EM SANTA CATARINA .....	161
4.5 ANÁLISES DA OBSERVAÇÃO EM FUNÇÃO DAS DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES - DAS DISTINTAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E GESTÃO ESPACIAL TERRITORIAL DAS ORLAS.....	168
<b>4.5.1 Esteiras.....</b>	<b>170</b>



<b>4.5.2 Cadeiras Anfíbias</b> .....	180
<b>4.5.3 Duchas de Água Doce</b> .....	183
<b>4.5.4 Banheiros</b> .....	186
<b>4.5.5 Concepção Médica Expressa na Arquitetura</b> .....	192
<b>4.5.6 Casos curiosos</b> .....	196
<b>4.6 CONCLUSÃO – AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS NAS LOCALIDADES ANALISADAS NO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E SANTA CATARINA</b> .....	200
<b>5. ESTUDO DE CASO ILHA DE SANTA CATARINA E REGIÃO CONURBADA</b> .....	203
<b>5.1 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO CONURBADA</b> .....	203
<b>5.2 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE, ELABORADO PARA REGULAMENTAR OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b> .....	214
<b>5.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA: A CIDADE PLANEJADA POR TODOS</b> .....	215
<b>5.4 ESTUDOS DE CASO NA ILHA DE SANTA CATARINA</b> ...	218
<b>5.4.1 Estudo de caso Parque Municipal da Lagoa do Peri</b> .....	218
<b>5.4.2 Estudo de caso Barra da Lagoa</b> .....	236
<i>5.4.2.1 História da Barra da Lagoa</i> .....	236
<i>5.4.2.2 Características Naturais da Barra da Lagoa</i> .....	239
<i>5.4.2.3 Conclusão Barra da Lagoa</i> .....	254
<b>5.4.3. Uma avaliação destes dois locais e experiências implementadas</b> .....	254
<b>5.5 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM FLORIANÓPOLIS – OS QUATRO ESTUDOS DE CASO: DAS ÁREAS MAIS PERIFÉRICAS ÀS PRAIAS</b> .....	259
<b>5.5.1 Caso 1 – Vanessa Vieira Mafra</b> .....	264
<b>5.5.2 Caso 2 – Larissa Kiemann</b> .....	268
<b>5.5.3 Caso 3 – Fabiana Costa</b> .....	271
<b>5.5.4 Caso 4 – Denise de Siqueira</b> .....	274

5.6. EXAME BREVE SOBRE A INACESSIBILIDADE DAS PRAIAS DO LITORAL INSULAR .....	276
5.7. REFERENCIAL SOBRE O PROJETO SAÚDE PCD FLORIPA.....	282
<b>6. A GUIA DE CONCLUSÕES INDICATIVAS – ALGUMAS DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>289</b>
6.1. CRPD, LBI E DESENHO UNIVERSAL.....	291
6.2. OS FILTROS NECESSÁRIOS.....	295
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>297</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem propor uma reflexão sensível sobre a acessibilidade dos espaços para as pessoas relevando o acesso e uso pelas pessoas com deficiência, em particular às regiões de praia, ponderando sobre a orla, os acessos aos cursos d'água e as atividades aquáticas.

Este estudo nasceu da reflexão sobre o problema a partir da experiência vivida pela investigadora, bem como sua atuação em grupos e órgãos específicos como o GT - Grupo de Trabalho Floripa Acessível, o NG – Núcleo Gestor do PDP – Plano Diretor Participativo de Florianópolis; o CVI – Centro de Vida Independente de Florianópolis; a Comissão sobre o Direito das Pessoas com Deficiência da OAB-SC – Ordem dos advogados do Brasil em Santa Catarina; o Comitê de Acessibilidade UFSC e nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Com base nas premissas da CRPD – Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a LBI – Lei Brasileira de Inclusão, o Desenho Universal e o foco do olhar sobre os usuários dos espaços, propomos um pensar centrado nos preceitos dos direitos humanos.

### 1.1 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi, por meio do estudo empírico analítico, observar certos fenômenos nas praias consideradas acessíveis, que forneçam dados relevantes de análise e, a partir da experiência de vivência do pesquisador, estabelecer conexões, com o objetivo específico de transformar a ótica que se tem da deficiência e visualizar ações efetivas que delineiem políticas públicas a serem implementadas no campo da acessibilidade às praias e seu correspondente uso adequado pelas pessoas com deficiência. Para isto, buscou-se apresentar como produto uma proposição específica para Florianópolis de praia acessível com orientações baseadas nas premissas da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, popularmente e também aqui, chamada de CRPD - da qual o Brasil é signatário - e da LBI – Lei Brasileira de Inclusão, por meio dos conceitos do Desenho Universal, da simplicidade e da autonomia.

Este trabalho possibilita ao leitor refinar conceitos e saberes pertinentes às questões de acessibilidade, inclusão e desenho universal

para além do simples conhecimento técnico e jurídico, permitindo enxergar os indivíduos à frente dos espaços. Traz a sensibilidade como um item central de reflexão.

Uma das intenções desta construção foi a de transportar o leitor à dimensão de leitor *insider*. De permitir ao leitor o despertar da sensibilidade, da intuição como indispensáveis à reflexão dos que querem realmente transformar esta realidade com seu trabalho.

A nossa principal intenção foi, a partir das reflexões sobre a cidade que temos e as Leis e Normas que direcionam nossas ações e reflexões, apresentar diretrizes e recomendações que nos tragam, a partir de nossas próprias mãos, a cidade que queremos.

A partir da visita *in loco* e uma análise comparativa entre as praias acessíveis, documentos, redes sociais e entrevistas, por meio de pesquisa de campo multissituada, através destas análises e compilações, apresentamos diretrizes e recomendações estratégicas para estâncias balneárias em um contexto geral.

Era preciso conhecer e comparar o que existe de fato no universo da acessibilidade sobre a ocupação e usufruto dos espaços de praias, relativo ao que existe de direito e respaldado pelas Leis de garantias, para embasar em bases sólidas as ponderações de viabilidades. Desta forma, embasados pelos conceitos da CRPD e da LBI, conseguimos concretamente pensar e apresentar diretrizes e recomendações para o problema presente em Florianópolis e alcançar nosso objetivo.

Por meio da autoetnografia, o presente trabalho lançou mão do papel do pesquisador *insider* em virtude da proximidade da pesquisadora, que atualmente é usuária de cadeira de rodas devido a um acidente automobilístico sofrido aos 21 anos de idade.

## 1.2. OBJETO DE ESTUDO, PERGUNTAS DE PESQUISA E METODOLOGIA UTILIZADA – PEQUENA ABORDAGEM

O objeto de estudo, neste caso, são os espaços acessíveis nas praias, regiões de bordas d'água e as atividades aquáticas, assim como relevando a atenção nos indivíduos observados e seus deslocamentos. Para tanto, nossa pergunta central foi:

Que ações de acessibilidade estão sendo implantadas nas praias do litoral brasileiro?

A respeito das questões levantadas e que foram respondidas dando o norte ao longo do trabalho, assinalamos as seguintes:

Em que medida existe acessibilidade adequada nos três litorais pesquisados? Quais as políticas adotadas nestas localidades? As normas da ABNT são total ou parcialmente atendidas no processo de acessibilidade às praias pesquisadas? Os equipamentos existentes nas praias visitadas e analisadas atenderam ao usuário PcD? E em que nível? Com base nos três litorais visitados, como Florianópolis responde à acessibilidade de seus balneários, mais especificamente aos dois escolhidos (Lagoa do Peri e Barra da Lagoa) em relação aos três litorais brasileiros visitados? Qual a política de acessibilidade existente para as PcD em Florianópolis e região conurbada? Por meio destas e outras indagações, este trabalho procurou discorrer e que passamos nos próximos capítulos a expor.

Basicamente, o que concluímos do trabalho e que está exposto nas Considerações finais, é que os três litorais brasileiros têm avanços diferenciados nas políticas e ações de acessibilidade, mas em nível bem maior do que o que se vem implementando - ou não - nas praias de Florianópolis, cujos níveis de carência ou ausência de acessibilidade analisaremos no Capítulo 5.

Entre os três litorais visitados e examinados ao longo do Capítulo 4, destacamos, com enorme surpresa, as políticas que encontramos existentes no litoral paulista. Como foi o caso do litoral santista e da Praia de São Sebastião no litoral norte do estado, onde se constata ações mais completas e integralizadas com as políticas de construção de espaços públicos acessíveis e para todos dentro dos pressupostos e critérios do desenho universal, simplicidade e autonomia. E o estágio alcançado no litoral carioca em Copacabana, Leblon e Barra da Tijuca, os quais se desenvolveram mais por eventos promovidos pelas Olimpíadas e Paralimpíadas, Copa do Mundo de 2016 e PanAmericanos, do que por uma política permanente e pública voltada à acessibilidade para as PcD, mas que, de qualquer forma estão ali presentes.

A metodologia utilizada, que tratamos no Capítulo 3, foi a pesquisa de campo multissituada, articulando as discussões teóricas com a prática nos estudos. Abordamos os deslocamentos e atividades rotineiramente usadas tanto pela pesquisadora como pelos demais usuários com e sem deficiência, envolvendo os deslocamentos, as distâncias, os veículos, os equipamentos, os mobiliários, o tempo envolvido, etc. para a evidência dos fatos apresentados.

Como metodologia, também, lançamos mão da pesquisa-ação baseada em Thiollent (1992) como forma de estratégia de pesquisa,

onde existe a participação por parte do investigador, com o intuito de transformação da realidade.

Por este método também, buscou-se aumentar o conhecimento e a consciência de todos os envolvidos com relação ao tema em análise através do diálogo desenvolvido entre os indivíduos em situações formais e informais, por meio de entrevistas, observação sistemática, ações solidárias de atenção ao ambiente e às pessoas.

O estudo foi realizado em três estados nacionais (Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina). Na fase exploratória, a pesquisadora e autora do presente trabalho participou das atividades desenvolvidas para tomar contato com a realidade do lugar e conhecer as pessoas, os programas e os serviços prestados.

Durante as estadas, foram feitas anotações registradas em um caderno e entrevistas semi-estruturadas com pessoas com deficiência, familiares e desenvolvedores dos programas e atividades esportivas. Após o retorno, deu-se início às transcrições das entrevistas, levantamento de dados e análises, realizando-se posteriormente a teorização consistindo em materializar as informações na forma de teoria. O processamento dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo, onde se trabalha com as informações dos fatos, opinativas, perceptivas e de atitudes (THIOLENT, 1992).

Por se tratar de um método qualitativo ele antecede à análise estatística. E cabe ressaltar que os resultados obtidos são, em geral, provisórios, visto que o método pesquisa-ação tem por finalidade saber mais sobre a realidade, para agir sobre ela, transformando-a.

A metodologia específica do estudo de caso, abordaremos com mais profundidade no Capítulo 5, onde analisamos quatro situações de pessoas com diferentes tipos de deficiência, localidade e condição socioeconômica. E os percursos de cada uma delas desde a residência até as praias. Como o foco está na análise espacial territorial as diferentes deficiências escolhidas são todas de caráter eminentemente físico com o intuito de abarcar as situações mais desafiadoras.

### 1.3. SOBRE A SEQUÊNCIA DOS CAPÍTULOS

Além do presente Capítulo 1 (Introdução), no capítulo 2, explicitamos os pressupostos teóricos nos quais se fundamenta o presente estudo, contextualizando-o. Abordamos a segregação espacial urbana e o contexto da região da grande Florianópolis, com base nos autores em que nos apoiamos; conceituamos a acessibilidade,

espacialidade e mobilidade a partir do Desenho Universal; apresentamos uma introdução ao conceito de Pessoas com Deficiência e breve histórico (PcD); expomos os avanços e dificuldades para o desenvolvimento sustentável do Desenho Universal a partir da importância da água e das atividades aquáticas; a dimensão ideológica do corpo na praia e o direito ou não direito aos espaços na praia.

No capítulo 3, apresentamos a metodologia utilizada de pesquisa exploratória, predominantemente qualitativa, da técnica pesquisa-ação com base em grupos focais, lançando mão do método do pesquisador *insider* e da observação participante.

No capítulo 4, abordamos sobre a acessibilidade litorânea existente em outras cidades brasileiras e os corpos na praia. Apresentamos os estudos de caso do Rio de Janeiro (Copacabana, Leblon e Barra da Tijuca) e os programas em foco: O Praia para Todos e o Adaptsurf que são as referências em programas de acessibilidade de praias no Brasil. Apresentamos os dois estudos de caso de São Paulo em foco: a Praia dos Trabalhadores em São Sebastião, na região de Ubatuba, no litoral norte do estado, e a região da Praça do Surfista no Parque Municipal Roberto Mário Santini, na cidade de Santos. E, por último, examinamos a acessibilidade e uso das praias no litoral catarinense, como Rincão, Itapema, Guarda do Embú e Piçarras. Concluímos este capítulo com análises da observação das distintas formas de apropriação e gestão espacial territorial das orlas e conclusões síntese de todas estas experiências nos litorais paulista, carioca e catarinense, com base nas variáveis escolhidas para estudo comparado, referidas no Capítulo 3 referente à metodologia empregada.

No capítulo 5, trazemos o estudo de caso Ilha de Santa Catarina e região conurbada. Abordamos a segregação socioespacial de Florianópolis e região conurbada. Expusemos as áreas de estudo na Ilha de Santa Catarina: Parque Municipal da Lagoa do Peri e a Barra da Lagoa, apresentando a avaliação destas áreas e as experiências implementadas. Trazemos a análise da acessibilidade em Florianópolis e os quatro estudos de caso, contemplando desde áreas mais periféricas às praias até as mais perpendiculares. Apresentamos exame breve sobre a inacessibilidade das praias do litoral insular e o referencial sobre o Projeto Saúde PcD Floripa.

No capítulo 6, fazemos as considerações finais com as respectivas diretrizes de ações depreendidas das experiências analisadas ao longo do trabalho.

Fica aqui a expectativa de gerar uma reflexão proativa por parte dos governantes, empresários, estudiosos e demais interessados que por ventura venham ter acesso a esta produção que se construiu na busca de despertar o interesse dos leitores, interessados e curiosos desta temática de diversidade humana no intuito de produzir mudanças capazes de transformar a ótica que se tem da deficiência e as ações efetivas, frutos de políticas públicas a serem implementadas.

#### 1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos no Brasil, assuntos relacionados às pessoas com deficiência passaram a fazer parte da pauta nas mídias e em congressos. Surgem algumas novas pesquisas em diferentes áreas de estudo que não somente a pedagogia e o serviço social, ainda que escassas para o momento. E começam a ser relevantes e aparecer também nas políticas públicas, por meio das políticas de inclusão.

Entretanto, o que é possível perceber, por meio da experiência acadêmica, é que as mudanças no processo ativo atual ainda são pequenas, uma vez que os discursos e as práticas em geral não caminham juntos e de maneira efetiva para uma construção sólida que culminasse na concretização do discurso e na efetiva melhoria das questões em pauta.

A vivência mostra que as iniciativas de transformação ocorridas nos últimos anos foram menos eficazes do que o esperado, ou que se propôs na transformação das concepções, dos conhecimentos e da prática presente nos discursos. E este fato é motivador no sentido de propor e ajudar a construir mecanismos reais de transformação social para o alcance dessa condição almejada.

Este trabalho é uma importante contribuição teórica, que tem o intuito de ampliar o conteúdo da bibliografia existente referente às questões de acessibilidade, se apresentando a partir de uma visão humanista, pela importância dada ao aspecto humano junto aos aspectos técnicos e jurídicos abordados.

Esperamos que este estudo contribua para a conscientização dos profissionais responsáveis pela gestão e construção dos ambientes dentro da perspectiva das Leis de acessibilidade e inclusão, assim como as informações contidas sirvam para apoiar a sociedade civil e a condução da elaboração de projetos e políticas específicas, bem como a fiscalização.



Aspiramos que os conceitos teóricos trazidos contribuam para uma maior fundamentação e sistematização dos conhecimentos sobre acessibilidade espacial e o Desenho Universal na construção de uma sociedade verdadeiramente mais inclusiva.

No capítulo 1 introduzimos o leitor no ambiente reflexivo em análise; no capítulo 2, a partir do processo de segregação socioespacial conceituamos acessibilidade, desenho universal e as legislações vigentes; no capítulo 3 apresentamos a metodologia empregada; no capítulo 4 trazemos as experiências desenvolvidas nos litorais do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina; no capítulo 5 apresentamos os quatro estudos de caso da região da grande Florianópolis e, no capítulo 6 trazemos as conclusões e apresentação de recomendações e diretrizes.

#### 1.5. DIFICULDADES ENCONTRADAS – OS OBSTÁCULOS OU BARREIRAS INSTITUCIONAIS E URBANÍSTICO-ARQUITETÔNICAS COMO ELEMENTOS DE SUPERAÇÃO

As dificuldades foram muitas, tanto pelo fato de que a autora do presente trabalho tem deficiência e é cadeirante, o que significa enormes dificuldades de mobilidade nos deslocamentos, de acessibilidade a fontes (bibliotecas e nas próprias viagens de estudos pelos quatro litorais brasileiros), como pelas dificuldades específicas profissionais, porque a autora é servidora técnico-administrativa da UFSC, e teve dificuldades até a dispensa do trabalho e obtenção de licença, realizando o estudo sem bolsa de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, como dificuldades financeiras, considerando que todos os deslocamentos pela cidade de Florianópolis e pelos três litorais brasileiros foram cobertos por recursos próprios.

Adicionam-se a estas situações, as dificuldades específicas de desenvolver o Mestrado em outra área diferente da área de formação (Relações Internacionais) na área da Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação PGAU-CIDADE da UFSC.

Consumiram-se meses nas pesquisas bibliográficas, prazo este ampliado com o extravio (furto) do material de pesquisa durante o processo e também, na medida em que se teve que reconstituir todo o material de campo relacionado ao Capítulo 5 (Florianópolis), se estendeu o tempo de término do trabalho.



## 2. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação espacial urbana é uma característica marcante das nossas cidades. Diversos são os fatores que explicam a existência desse sistema definidor da organização social, embora nenhuma explicação justifique com razoabilidade esses processos.

Para abordarmos a questão da segregação espacial, do ponto de vista teórico, nos sustentamos nas contribuições trazidas por Maria Inês Sugai (2015) sobre a segregação urbana que ocorre em Florianópolis, nas reflexões de Flávio Villaça (2001) sobre a segregação espacial no Brasil, nas pesquisas de Ermínia Maricato (2001), entre outros.

Villaça afirma que existem vários tipos de segregação, mas é a social, dividida por classes, e a que pretendemos nos referir, que é a predominante na estruturação das cidades brasileiras.

Essa divisão por classes é visível desde os mais diversos pontos de vista. Observamos desde o ponto de vista das características da infraestrutura urbana, da forma de conservação dos espaços e equipamentos até com relação ao perfil da população local.

Embora, ainda que “referindo-se à concentração de uma classe no espaço urbano, a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço” (VILLAÇA, 2001, p.142), mas o processo de separação e isolamento busca evitar o contato com determinados grupos. Isso ocorre por diversos fatores sociais ou biológicos como religião, condição social, educação, financeiro, e fazem com que pessoas e grupos se organizem em estruturas que impeçam ou evitem o contato entre elas.

(...) a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole. (VILLAÇA, 2001, p.142).

A segregação espacial urbana ocorre com as classes sociais concentradas em áreas estabelecidas por regiões ou bairros, em geral determinadas por grandes diferenças, que podem ser de renda entre os grupos, bem como diversos outros valores morais carregados pelos sujeitos sociais e condicionando para uns todas as condições de moradia e serviços enquanto que outros não possuirão nada parecido.

Essa segregação pode ocorrer de duas formas: ela pode ser voluntária e também involuntária, sendo que na segregação voluntária o

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

indivíduo ou classe, por própria iniciativa procuram se organizar próximos entre si. Quando a segregação voluntária se manifesta, por consequência condiciona a involuntária. Na segregação involuntária as pessoas são segregadas, independente da sua vontade, em geral por ficarem sem possibilidade de opção.

Em seu livro *Segregação Silenciosa* Maria Inês Sugai (2015) evidencia a forma como a produção das localizações privilegiadas e a auto segregação das elites de Florianópolis garantem a reprodução das ações do Estado, conforme os seus próprios interesses, aprofundando as desigualdades socioespaciais, bem como aprofundando o processo de dominação por meio do espaço urbano.

A referida prática, somada à geografia regional da região conurbada, resulta numa mobilidade urbana caótica que é derivada das longas distâncias que precisam ser superadas pelos indivíduos e trabalhadores para os seus deslocamentos entre o trabalho e as suas residências, visto que em função da condição insular da cidade de Florianópolis e as regiões costeiras valorizadas, levaram os trabalhadores para localidades que podem acarretar em deslocamentos que superam os 40 quilômetros entre residência e trabalho.

Quando esses deslocamentos precisam ser pensados e considerados a partir da locomoção por meio do transporte público coletivo e voltados para os trabalhadores com deficiência, o agravante é imensurável no tocante ao descomprometimento dos gestores públicos para com essa população.

A segregação socioespacial, além de não ser um fenômeno novo, é característica das cidades capitalistas. Vem desde antes dos estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago<sup>1</sup>, que se ocupou com essas reflexões a partir das primeiras décadas do século XX. A Escola focava e descrevia os centros urbanos a partir da violência urbana, os bolsões de pobreza, a proliferação da criminalidade e da violência, a periferação e o abandono de áreas urbanas centrais entre diversos outros conflitos urbanos.

---

<sup>1</sup> **Escola de Chicago:** primeiro importante desenvolvimento de estudo dos centros urbanos combinando conceitos teóricos e pesquisa de campo de caráter etnográfico. A Escola se utilizava da abordagem positivista para tentar criar modelos teóricos de urbanização. Os maiores representantes desta **escola** são William I. Thomas, Florian Znaniecki, Robert E. Park, Louis Wirth, Ernest Burgess, Everet Hughes e Robert MacKenzie.

A partir das décadas de 1950 e 1960 os estudos urbanos ganham uma perspectiva histórica e dialética que passa a refletir sobre as injustiças, os conflitos, as desigualdades e contradições sociais. E que permitiu refletir sobre as contradições existentes nas cidades em decorrência das disputas pela terra, a segregação e os instrumentos de dominação social.

Não diferentemente de tantos outros lugares, a ocupação dos espaços na área conurbada de Florianópolis, conforme demonstra Maria Inês Sugai<sup>2</sup> seguiu a dinâmica do poder econômico e político em um processo que tomou corpo a partir de 1950 e entrando num ritmo virtuoso até os tempos atuais.

A classe dominante determina a ocupação e qualificação territorial conforme o seu interesse por meio de agentes e instrumentos decisórios, determinando uma ocupação espacial de poder político e econômico. Assim, por forças diversas e até de Lei, garantem a valorização de suas terras, determinando o sistema viário, os investimentos públicos e produzindo os espaços urbanos privilegiados e autosegregados.

A segregação urbana é o resultado do processo de ocupação de uma classe social concentrada em uma mesma área ou região e pode inclusive ter continuidade intraurbana envolvendo os municípios conurbados.

No contraponto, encontramos as camadas sociais pobres e excluídas que de alguma forma tentam ocupar os espaços que sobram e formando assentamentos informais nas áreas desprezadas, íngremes e de risco como a margem de vias urbanas ou desabitadas como as áreas de preservação permanente ou inadequadas como as áreas alagáveis de manguezais, dunas, bordas d'água, entre outros.

Conforme Maria Inês Sugai

A análise da distribuição espacial da população nos deu indicadores importantes em relação a diversos processos, entre eles: da mobilidade e concentração das camadas de mais alta renda no espaço intraurbano; da periferação da área

---

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Autora do livro Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000).

intraurbana continental ou de ocupação dos morros do núcleo urbano central de Florianópolis pelas camadas mais pobres; da criação de uma forte representação de prestígio na ocupação da ilha em detrimento do Continente; e do processo de segregação espacial. (SUGAI, 2015, p. 52).

Essa desigualdade social materializada no espaço urbano condiciona os investimentos desiguais e a reprodução constante da segregação. E só é possível enfrentar essa estrutura a partir do entendimento dos processos históricos de disputas, dominação, segregação e dos interesses envolvidos que determinam esse *status quo*.

Se a segregação, por estar fortemente enraizada na estrutura desse sistema que está posto, não pode ser exterminada, é possível enfrentá-la e ao menos moderá-la por meio de uma correlação de forças, de mobilização, de intervenção política e acima de tudo da participação social e da política participativa e de controle social. Já pudemos vislumbrar tal possibilidade com o fim da ditadura militar e as resultantes alcançadas com as efetivas mobilizações sociais e da participação popular. Tais ações, naquele momento, viabilizaram um maior controle do patrimônio público de interesse social e inviabilizou ações arbitrárias nos três poderes bem como possibilitou conquistas e avanços sociais.

Os estudos sobre a acessibilidade e a segregação espacial de localização nas conurbações metropolitanas e as disputas que envolvem a produção dos espaços foram parâmetros importantes para as reflexões tanto de Villaça (2001) como de Sugai (2005) sobre a produção dos espaços intraurbanos e o comando das classes dominantes na estrutura urbana.

Dentre as novas instâncias de representação e participação, após a redemocratização brasileira temos a criação pelo Ministério das Cidades dos programas participativos nas cidades, proposto pelos Planos Diretores Participativos. Porém, o processo de redução da pobreza e de redemocratização não se mostra expressiva na questão da desigualdade espacial.

Atualmente, a segregação da área conurbada de Florianópolis é ainda mais ampla e consolidada do que algumas décadas atrás. As desigualdades sociais e espaciais se tornaram ainda mais excludentes ao abarcar a dimensão intraurbana de todos os municípios envolvidos.

As injustiças, a violência, os constrangimentos e o preconceito de toda ordem sofridos pelas comunidades informais da região são

inquestionavelmente presentes. Situações várias podem ser enumeradas, dentro e fora da ilha e em evidência nos dias de hoje, como a comunidade da Ponta do Leal na região continental ou da comunidade do Siri na região de Ingleses na ilha.

Entre as ações respaldadas pelo Estatuto da Cidade e em leis complementares, provavelmente a de repercussão mais significativa para a redução das desigualdades e da segregação seja a restrição da possibilidade de expulsão e de remoção das comunidades localizadas nas áreas urbanizadas centrais.

Existem críticas a muitos governos por causa da segregação e pelo fato de que estes geralmente priorizam investimentos e melhorias nas áreas onde se concentra a população com maior renda e desta maneira cooperando para o aumento da segregação ao invés de enfrentar o desafio de eliminar as barreiras que impedem ou dificultam a conquista das políticas de bem estar social baseadas em justiça social.

Villaça (2001) ao refletir sobre essa questão contextualiza que o padrão mais conhecido de segregação, chamado centro x periferia, apresenta as classes sociais mais ricas posicionadas nas áreas mais centrais, possuidoras de boa infraestrutura e valorizadas e as classes pobres relegadas às periferias distantes e consideravelmente desprovidas de serviços e equipamentos. Porém, pontua que esse não é o padrão convencional das cidades brasileiras.

Villaça expõe que o padrão definido por ele para as cidades brasileiras segue uma lógica por setores, em círculos, por serem influenciados pelas vias e rodovias regionais que são destinadas a um centro principal, onde a população de alta renda se posiciona em setores específicos da cidade. Segundo ele

...os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar (os próprios bairros) numa mesma região geral da cidade, e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade. (...) Se o principal móvel da segregação fosse a busca de posição social, do status, da proteção dos valores imobiliários, ou proximidade a 'iguais', bastaria haver a segregação por bairro (...); uns ao norte, outros a oeste, outros a leste e outros ainda ao sul da metrópole. Isso não ocorre, porém. (VILLAÇA, 2001, P.150).

Essa ocupação determinada pelas elites usa como critérios situar-se nas áreas de boa acessibilidade para o centro principal e por consequência pioram a acessibilidade das outras áreas, visto que, ao deslocar progressivamente os equipamentos e serviços urbanos para as regiões de alta renda as demais localizações, desprovidas, vão se tornando relativamente piores.

Com o crescimento das cidades as atividades de comércio e serviços vão se deslocando, mas sempre em direção às áreas ocupadas pelas elites. É desta forma que surgem os pequenos centros radiais, sempre posicionados para atender as classes de altas rendas. Também aqui os trabalhadores e os trabalhadores com deficiência precisarão se deslocar, não só para o trabalho, mas para tratamento de saúde, pagar contas, estudar e as mais diversas questões de cunho pessoal.

Os investimentos públicos também seguem o mesmo princípio, principalmente os direcionados à melhora do sistema viário e às condições de acessibilidade – e não necessariamente de transporte público coletivo -, bem como os serviços públicos e administrativos.

O resultado desse sistema é que, de acordo com os seus próprios interesses, fica fácil para as elites controlarem e manterem adequadamente os investimentos públicos e seus interesses em uma área pequena e suficientemente servida com um número pequeno de vias arteriais.

## 2.1. CONCEITUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE, ESPACIALIDADE E MOBILIDADE – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS A PARTIR DO DESENHO UNIVERSAL

Acessibilidade e inclusão são assuntos frequentes nos dias de hoje e o tema é atual e relevante, mas é necessário ir para além das palavras soltas ao vento. Quando o assunto é acessibilidade ou inclusão, nos deparamos com entraves diversos, como a arrogância dos peritos técnicos ou a arrogância dos peritos jurídicos, a surdez com relação à voz do povo que clama sobre o que é bom e o que não é bom para si ou o desconhecimento sobre a matéria.

Tal situação evidencia o quanto o olhar de todos os envolvidos com a questão em pauta está enraizado no conceito do modelo médico, o qual normaliza e normatiza os sujeitos e os espaços sociais.

No planejamento urbano, é preciso refletir sobre qual é o papel de cada segmento envolvido, refletindo sobre as necessidades, sobre os problemas e sobre os anseios expostos pela parcela da população que



será a maior beneficiária; ou seja, neste caso, idosos, pessoas com deficiência e a comunidade em geral.

Esta é a dinâmica que se coloca quando estamos propondo pensar antropológicamente, considerando que o humano deve estar à frente das considerações e implementações das políticas, diferentemente do que acontece há anos, onde o planejamento apenas técnico e até tecnocrático das políticas de mobilidade firma o foco em veículos e afins, uma vez que os diversos elementos devem estar a serviço do humano e não no foco do pensar.

Essa forma construtiva, de práticas equivocadas no planejamento da mobilidade das cidades brasileiras, está evidenciada na condição de inoperância e incapacidade de dar vazão aos fluxos circulatórios que praticamente não atendem suas demandas de maneira adequada e resultando numa sociedade, estressada, intolerante, egoísta, agressiva e violenta. Resumindo, resultamos em uma sociedade emocionalmente doente e conseqüentemente potencialmente agressiva.

A construção histórica e social é um processo de construção humana onde todos participam e devem ser considerados de forma colaborativa e proativa. Não é coerente pensar a acessibilidade, considerando apenas as pessoas com deficiência. Também não é razoável concebê-las como uma parcela passiva e menos ainda como uma parcela separada da sociedade como um todo.

A acessibilidade é a vertente que deve estar no foco do tema para pensar e tratar adequadamente as questões de mobilidade. Da acessibilidade depende a vida de absolutamente todos os indivíduos para que estes possam gozar de uma condição plena de cidadania em todos os momentos de suas vidas.

Precisamos ter em mente que uma pessoa não tem uma condição constante o tempo todo de suas vidas e, neste sentido, temos de considerar que uma mulher, sendo e mesmo continuando jovem, não tem a mesma condição quando se encontra gestante, e não tem a mesma condição quando se encontra lactante e carregando um bebê de colo. Da mesma forma, a criança, o jovem, o adulto e o idoso, embora desfrutem de condições diferenciadas em todos os momentos de suas vidas, têm o direito de desfrutar de uma vida digna e autônoma o quanto seja possível.

Também não é pensar adequadamente a acessibilidade e inclusão se levarmos em consideração somente as questões técnicas ou somente as questões jurídicas. Além do fato de que um não é sem o outro, existem ainda outros elementos de relevância concernentes ao tema.

Aqui reside o maior entrave para que a acessibilidade e a inclusão aconteçam para além das boas intenções e dos discursos. Para construir uma sociedade inclusiva, é imprescindível uma interface entre as áreas dos Direitos Humanos e da Arquitetura e Urbanismo.

Pelas razões aqui apresentadas, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a meta de uma “sociedade para todos” até o ano de 2010, que englobaria a possibilidade de todos sentirem-se integrantes do tecido social, isto é, o cidadão deveria “pertencer, fazer parte” e não somente “estar”. O ano de 2010 passou e um grande debate se fez, mas é preciso mais do que esse tempo para que a transformação realmente aconteça e se assente como assimilação cultural.

Esse movimento é o primeiro momento de uma grande engrenagem que começa a rodar trazendo a expectativa de alento aos corações esperançosos de novos momentos de superação e construção de novas alternativas e soluções. Que deixem no passado muitos dos problemas que hoje são grandes e afligem a vivência do dia a dia todos os dias.

Pelo princípio e enfoque dos direitos humanos, buscamos pensar e refletir sobre o nosso modelo de cidade a partir dos seus cidadãos, buscando refletir sobre a exclusão social e procurando compreender a situação florianopolitana nos dias de hoje, a partir do modelo de cidade que temos.

Considerando a totalidade da população cidadã é que o foco balizador deste pensar está na Pessoa com Deficiência (PcD), com o foco na abordagem a partir do modelo dado pela Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (CRPD) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Para esta reflexão, são consideradas, entre outros, as dimensões geográficas, relevos, políticas públicas, e procura-se compreender as condições dadas para a cidadania dos seus moradores neste viver da região metropolitana de Florianópolis.

O engajamento dos municípios na construção de uma “cidade para todos” posicionará o Brasil no cenário internacional como fiel cumpridor do compromisso assumido com as metas estabelecidas na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, introduzida em nosso ordenamento jurídico com status de uma emenda à nossa Constituição Federal. Isso significa que a emenda passou a fazer parte do texto constitucional, com todas as consequências legais daí decorrentes.

EC 45, de 2004, “Reforma do Judiciário”, inseriu o §3º no art. 5º da Constituição: “3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)>. Acesso em: 31 jan. 2015.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) foi internalizada no Brasil em 2009 com equivalência de emenda constitucional e é a única dessa natureza até o presente momento.

Por sua vez, o administrador público, ao reconhecer a relevância dessas medidas, colocando-as em prática, confirmará sua preocupação e seu compromisso com o aprimoramento das condições de vida de seus cidadãos, o seu respeito pelas diferenças e sua grandeza de espírito.

Em 2007, o Brasil assumiu compromisso internacional na ONU ao assinar a referida Convenção e seu protocolo facultativo. Naquele dado momento, conforme informou a Organização das Nações Unidas – ONU, por meio de seu site oficial,

Até o momento, 126 países ratificaram o documento e 155 são signatários. Em relação ao Protocolo Opcional, são 76 ratificações e 90 signatários. Cingapura foi o último país a assinar, em 30 de novembro de 2012. O relatório da quinta sessão da Conferência dos Estados Partes da CRPD, realizado entre os dias 12 e 14 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/126-paises-ratificaram-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 05 jun. 2016.

O Brasil assinou o documento simultaneamente à assinatura da China sendo que, diferentemente da China, o Brasil condicionou-se ao seu protocolo facultativo, reconhecendo a competência do Comitê para receber e considerar comunicados submetidos por pessoas, ou grupos de pessoas, ou em nome deles, sujeitos à sua jurisdição, que aleguem serem

vítimas de violação das disposições da Convenção pelo referido Estado Parte.

Buscamos com o desenvolvimento do presente trabalho, sensibilizar e capacitar técnicos, juristas, agentes municipais, cidadãos e ajudar a viabilizar a acessibilidade nos municípios, em particular no município de Florianópolis, considerando não só sua parte insular, mas territorial mais ampla, com relação aos equipamentos comunitários, aos meios de transportes e às edificações licenciadas pelo município que compõem o foco deste trabalho, que almeja o alcance, a utilização e o desfrute das áreas aquáticas e de areia da cidade e estando em consonância com o Plano Diretor Participativo da cidade.

Por meio da produção de diretrizes e pensares sobre acessibilidade e meio ambiente numa linguagem simples, buscamos munir profissionais de arquitetura e construção, bem como qualquer cidadão que se interesse pelo tema, com o desafio de contribuir para a promoção do Desenho Universal como conceito.

O conceito do Desenho Universal permite a garantia do acesso pleno a todos os componentes de qualquer ambiente, respeitando a diversidade humana, como um alicerce de inclusão social.

A ferramenta essencial para a tarefa de propiciar qualidade de vida às pessoas em geral e às PcD é estar em sintonia com a concepção de Desenho Universal. Todas as pessoas são beneficiárias da acessibilidade, porém uma parcela da população depende dela para a equiparação de oportunidades.

Desenho Universal, conforme o artigo 2º da CRPD significa: a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados na medida do possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.

A concepção de Desenho Universal destina-se ao usufruto da população, sem recurso a projetos adaptados ou especializados com o objetivo de simplificar a vida de quem quer que seja, tencionando direcionar-se ao maior número possível de pessoas, a baixo custo ou sem custos extras, visando que não só as PcD, mas todas as pessoas possam interagir totalmente na sociedade de forma inclusiva.

Cabe ressaltar que a prática de políticas diferenciadas não é caridade ou benevolência, mas uma premissa à justiça social.

Considerando a baliza desafiadora da deficiência para o adequado pensar sobre as cidades e seus cidadãos, tomando Florianópolis como o estudo de caso, foi que, em função das características locais - por visar às praias, com as características de solo composto de areia na região das

atividades aquáticas – mantivemos o foco nas condicionantes das questões ambientais, tomando por baliza de interação a sua natureza, relevo e cursos d'água que são os nossos fortes apelos turísticos.

Pensar a cidade para seus cidadãos e não só turisticamente implica pensá-la adequando-a a seus cidadãos e seus visitantes para todas as situações de vida; trabalho, estudos, entre outros e inclusive o lazer.

Segundo MACHADO (2004), Florianópolis é constituída de regiões montanhosas, com diversas comunidades instaladas “irregularmente” e que enfrentam problemas de degradação socioambiental, com espaços tradicionais de habitação e ocupação de áreas de alta declividade, de ocupação não oficializada pela prefeitura, com habitações simples e carências de vias de transporte, saneamento e serviços.

É reivindicação antiga dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, o reconhecimento do meio social como fator de limitação da inclusão social.

A reivindicação vem no sentido de atenuar o foco colocado sobre as pessoas pelas antigas definições, as quais se restringem à caracterização da deficiência a partir das limitações individuais em contraponto com o ambiente, ou com algo como um chamado “padrão de normalidade”.

A CRPD introduziu no conceito de deficiência o fator social reconhecendo-lhe o papel chave na manifestação da deficiência. O último item do Preâmbulo da CRPD, promulgada pela Organização das Nações Unidas, expressa o entendimento que:

uma convenção internacional geral e integral para promover e proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência prestará significativa contribuição para corrigir as profundas desvantagens sociais das pessoas com deficiência e para promover a participação na vida econômica, social e cultural, em igualdade de oportunidades, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos.

A CRPD trouxe novas perspectivas e avanços para a questão da deficiência, sendo um dos mais importantes, o que incorpora formalmente o ambiente como fator determinante na definição de deficiência. No conceito trazido pela CRPD, fatores sociais e médico-

funcionais são complementares e indissociáveis na manifestação da deficiência. Logo em seu Preâmbulo, letra “e”, a CRPD diz:

e. Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta de interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devido às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Contudo, essa ampliação voltada ao fator ambiental não desconsidera a existência de características pessoais essenciais na definição daqueles que são o alvo das políticas. Efetivamente, a CRPD trata o assunto deficiência como um fenômeno cuja manifestação requer dois conjuntos de fatores interligados.

Em primeiro lugar, existem características individuais, traduzidas em limitações, impedimentos, disfunções, que algumas pessoas apresentam e que as diferenciam dos demais na interação social. E, em segundo lugar, existem as condições ambientais, materiais e atitudinais que representam barreiras para que essas pessoas que pertencem ao primeiro ponto atuem em seu ambiente social em igualdade de condições.

Para a implementação das políticas de inclusão, é preciso partir das individualidades em direção ao todo e nesse sentido, no dia 6 de julho de 2015 instituiu-se a LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, ficando o Brasil, em total acordo com a CRPD por meio da existência de normativas legais específicas.

Art. 1<sup>º</sup> É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em

conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2017.

No pensar sobre a condição da deficiência, os dois conjuntos de fatores apresentados, os individuais e as condições ambientais, devem estar presentes ao mesmo tempo, senão a adequada compreensão não ocorre. Porém, a primeira ponderação, referente às pessoas, precede à abordagem apresentada no segundo ponto, referente às barreiras, visto que, sem as limitações individuais, não haveria sentido em falar de barreiras ambientais.

Tanto é assim, que o artigo 1º da CRPD, ao expressar o conceito de pessoa com deficiência, primeiro elemento do fenômeno da deficiência, assim se expressa: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (...)”.

A referência apresentada acima é importante por evidenciar o fato de que as características individuais são uma parte essencial no contexto da análise da deficiência e que não desaparecem com a importância dada ao ambiente.

Nos termos colocados, os impedimentos caracterizam a existência do que pode ser chamado de deficiência individual e são assim por que são indissociáveis do indivíduo, independentemente do ambiente. Devido às suas naturezas, essas características precisam ser definidas e verificadas por critérios médico-funcionais, em especial quando se refere a direitos previstos em lei ou concessão de benefícios.

Entretanto, com relação à interação com o ambiente, a efetivação da proteção ambiental é um imperativo de nossos dias e, ao processo de degradação gerado pela nossa sociedade contemporânea, urge um enfrentamento sério e responsável às consequências resultantes da ação humana.

Conforme Gomes,

Os problemas que envolvem o meio ambiente não têm origem em uma única causa – ao contrário, resultam de uma confluência de fatores. Para redefinir os rumos da questão ambiental, é preciso que não apenas o Estado, mas toda a sociedade esteja comprometida com o processo de construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Nesse sentido, impõe-se para a sociedade contemporânea o despertar de uma nova consciência, menos individualista e mais comprometida com a coletividade. Somente desse modo será possível a reformulação da sociedade através de valores como a fraternidade, o respeito ao próximo e a solidariedade. (GOMES, 2007, p. 109)

E concernente a esta reflexão, continua Gomes:

O alcance global dos problemas ambientais não deixa margem para dúvidas: para a viabilidade do planeta não há outro caminho senão a solidariedade entre os indivíduos e a cooperação entre os povos... É preciso repensar o atual modelo de desenvolvimento... e buscar outro modelo que não seja tão impactante, tanto socialmente quanto ecologicamente. (GOMES, 2007, p. 110).

Assim, é estratégico balizar as ações de acessibilidade, considerando a cidadania, com enfoque balizado pelos ritos dos direitos humanos e da preservação ambiental. Por meio de uma perspectiva mais ampla e complexa, não só como atividade social, mas como forma de exercício da cidadania. Esse processo de mudança de comportamento requer sensibilização.

Com relação aos direitos fundamentais subjetivos e sua proteção, embora suas diversas denominações como direitos do homem, direitos humanos, direitos fundamentais e outros, além da menção necessária para não faltar à consideração, não cabe aqui estudo pormenorizado pelo fato de que a nossa atenção está voltada à distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais apenas com a finalidade e cuidado de evitar confusões.



Em sua conceituação, os direitos fundamentais - os reconhecidos e protegidos-, tratam de normas jurídicas vinculativas, que são protegidas por controle jurisdicional, por meio de dispositivos reguladores destes direitos e que sob a proteção da carta fundamental de um Estado, difere dos chamados direitos humanos de reconhecimento internacional por estes não possuírem vinculação estatal. Assim, enquanto não são efetivadas, certas declarações internacionais, tornam-se meras cartas de intenções.

Segundo Canotilho,

A positivação de direitos fundamentais significa a incorporação na ordem jurídica positiva dos direitos considerados “naturais” e “inalienáveis” do indivíduo. Não basta uma qualquer positivação. É necessário assinalar-lhes a dimensão de *fundamental rights* colocado no lugar cimeiro das fontes de direito: as normas constitucionais. Sem esta positivação jurídica, os ‘direitos do homem são esperanças, aspirações, ideias, impulsos, ou, até, por vezes, mera retórica política’, mas não direitos protegidos sob a forma de normas (regras e princípios) de direito constitucional (GRUNDRECHTSNORMEN, 2000, p. 371).

Também Robles diferencia direitos fundamentais e direitos humanos, como abaixo:

Os direitos fundamentais são determinados positivamente. São direitos humanos positivados, isto é, concretados e protegidos especialmente por normas de nível mais elevado. A positivação tem tal transcendência que modifica o caráter dos direitos humanos pré-positivados, posto que permite a transformação de critérios morais em autênticos direitos subjetivos dotados de maior proteção do que os direitos subjetivos não fundamentais. (ROBLES, 2005, p. 7).

Pela nossa Constituição Federal de 1988, os direitos e garantias fundamentais subdividem-se em direitos individuais e direitos coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e direitos

relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos.

Temos também os direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira dimensões (gerações), de conteúdo reconhecido pelo decorrer da história e que nesse sentido Bobbio afirma que

Do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias caracterizadas por lutas em defesa por novas liberdades contra velhos poderes e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 2004, p. 10).

E aqui, pautados nestes direitos, os direitos humanos, os positivos com enfoque nos direitos humanos positivados, principalmente em função da caracterização histórica que o estudo traz, valeu discorrer, visto a relevância que este ponto traz para o debate posto. Sem pretensão de esgotamento do assunto, que sabemos é amplo, e que pode obter tantos enfoques.

A proposta deste estudo é o de abordar os aspectos mais desafiadores ao tema – as pessoas com deficiência, os deslocamentos nos morros, as bordas d'água com as áreas de areia e alcance à prática das atividades aquáticas -, com foco no objetivo de apresentar diretrizes e recomendações para o problema proposto.

Sobre a CRPD, atualmente, conforme informa a *Division for Social Policy and Development Disability*, a “Finlândia ratificou a Convenção e seu Protocolo Facultativo em 11 de Maio de 2016, levando o número total de Estados Partes do CRPD a 164 e ratificação total do Protocolo Facultativo a 89”.<sup>3</sup>

De acordo com as legislações internacionais, o ato de assinar a CRPD e seu Protocolo sela o compromisso do país por meio de um acordo resultante da convergência das vontades. Este ato gera um efeito

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/news/dspd/finland-ratifies-crpd-total-164.html>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

jurídico no plano internacional, de forma que, neste caso, os Estados Internacionais se submetem a obrigações e direitos entre si.

No Brasil, esse acordo firmado passa a ter efeito legal vinculativo após a sua ratificação. Na definição de Rezek, “Tratado é o acordo formal, concluído entre sujeitos de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos”. (Rezek, 1989, p. 14). No caso do Brasil, isso significa ter maioria de votos favoráveis nas duas casas do Congresso e publicação no Diário Oficial.

Na esfera doméstica, isto é, na seara interna onde vigem as regras nacionais, existe um trâmite a ser seguido para que tal compromisso internacional se consolide. Esse processo se compõe de quatro etapas que são: a) negociação; b) assinatura; c) referendun; d) ratificação e promulgação.

Das fases ou etapas de elaboração dos tratados internacionais, Celso Albuquerque de Mello dispõe que

O tratado internacional, no seu processo de conclusão, atravessa diversas fases: negociação, assinatura, ratificação, promulgação, publicação e registro. Cada uma dessas fases possui normas próprias e características específicas. E completa que: Em sentido estrito, os tratados possuem uma conclusão mediata com as seguintes fases: negociação, assinatura, ratificação, promulgação, registro e publicação, e existe neles uma unidade de instrumento jurídico. (Mello, 2004, p.108).

Como dito, para um tratado ser válido, este depende da expressão legítima da vontade do sujeito envolvido. No caso dos Estados nacionais, a expressão da vontade se dá pela estrita observância das normas internas a respeito das convenções internacionais, dentre as quais, no Brasil se podem incluir a competência das autoridades e a existência de ratificação com observância às normas internas.

Conforme o artigo 84, inciso VIII da Constituição Federal, a assinatura de um tratado internacional é competência privativa do Presidente da República, como Chefe de Estado.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

A celebração dos tratados se constitui em exercício de soberania, mas, além do reconhecimento de sua soberania, o Estado ao celebrar tratados, reconhece e se compromete a uma fonte de limitação de suas competências. Por isso é que a doutrina costuma afirmar que o comprometimento do Estado por meio de tratados internacionais implica em: manifestação do atributo de soberania e instrumento de limitação do poder soberano.

O Brasil não só assinou como fez parte do processo de construção CRPD, tendo apoiado e contribuído em todas as etapas da elaboração desse tratado, desde 2002.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que garantem monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado, foram assinados, sem reservas, em 30 de março de 2007, em um gesto de total compromisso do governo brasileiro com a conquista histórica da sociedade mundial e, principalmente, com o desafio vencido pelos 24,5 milhões de brasileiras e brasileiros com deficiência. (Convenção, caderno Pres. Rep., p.6).

Este ato denota um compromisso de alinhamento de políticas sociais ao qual o Brasil, tanto quanto os outros países signatários estão condicionados e o que chama para si a responsabilidade de resolver pendências e desafios postos para fazer cumprir na prática este compromisso.

Partindo do pressuposto deste compromisso social assumido pelo Brasil, então, consideremos que a cidade é um espaço de disputas. E nesse contexto, algumas forças que dominam e controlam a cidade, de acordo com os seus interesses, vão criando e definindo o desenho espacial.

A conduta desses atores controladores define esse espaço de disputas configurado em um espaço de disputas entre diversos segmentos e movimentos sociais, onde uns ganham, outros perdem e alguns ganham muito dinheiro com ela, a cidade.

Com base nesse desenhar, os mais fortes, como o mercado imobiliário altamente especulativo, de acordo com os seus interesses,

foram criando e definindo a segregação espacial existente hoje e determinando este palco onde a vida acontece.

O Estado brasileiro tem conhecimento dessa realidade e externa certo cuidado com este desenhar. Podemos verificar tal preocupação por meio do teor das informações expressas na página oficial do Ministério das Cidades que nos mostra que

O modelo de urbanização brasileiro produziu nas últimas décadas cidades caracterizadas pela fragmentação do espaço e pela exclusão social e territorial. O desordenamento do crescimento periférico associado à profunda desigualdade entre áreas pobres, desprovidas de toda a urbanidade, e áreas ricas, nas quais os equipamentos urbanos e infraestruturas se concentram, aprofunda essas características, reforçando a injustiça social de nossas cidades e inviabilizando a cidade para todos. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/acessibilidade-e-programas-urbanos#>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Para pensar sobre a mobilidade e acessibilidade dentro da profundidade que a temática requer, é necessário introduzir dois pontos primordiais ao tema que são: 1) a condição dos espaços e, 2) os seus usuários. Deste modo tornamos possível a visualização concreta da relação entre a arquitetura e os Direitos Humanos a que nos referimos.

Com relação aos espaços, a mobilidade e a acessibilidade estão tão intimamente ligadas, de tal forma que, nos dias de hoje, para haver coerência, não é possível abordar uma sem levar a outra em consideração, visto que separadamente não é possível trata-las da maneira completa como requer ser.

A mobilidade nos remete à quantidade e qualidade dos deslocamentos, englobando os mecanismos que permitam que se dê com eficiência, rapidez e segurança, e a acessibilidade então estabelece as condições que permitem ou não o acesso e uso justo, sensato e criterioso das formas de deslocamento para todos os usuários dos modais e equipamentos públicos.

Em se tratando de Mobilidade Urbana, o enfoque abordado a partir da acessibilidade remete-nos ao meio físico e, desta forma, as suas condições é que definem os meios para a realização dos deslocamentos.

Considerando o exposto, pautamos nossa análise no conceito do Desenho Universal, que, desde o Decreto-Lei 186/08, quando atribuiu

força de emenda constitucional à CRPD, remeteu este conceito do Desenho Universal à obrigatoriedade.

O Desenho Universal traz em sua definição a dupla abrangência que leva em conta os aspectos físicos dos espaços e também a condição social que revela a condição dos usuários que se utilizam dos espaços. E quem são esses usuários?

É de fundamental importância saber e conhecer a real condição desses usuários do espaço urbano. Uma mulher não é a mesma de sempre quando se encontra gestante ou não gestante; um homem não será o mesmo quando for idoso e nem mesmo se por um acidente tiver um pé, um braço ou uma perna temporariamente imobilizado.

É preciso entender o humano a partir de suas diferenças e necessidades, a partir das diversidades e considerar que mesmo que se pensássemos a partir de um único ser, as mudanças individuais de condições precisariam ser levadas em conta para que o espaço urbano permita-se adequado às reais necessidades do indivíduo. Em todos os momentos e situações.

## 2.2. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E BREVE HISTÓRICO (PCD)

Ao abordarmos as questões postas de acessibilidade e inclusão, considerando por baliza as denominadas Pessoas com Deficiência e seus direitos a partir da perspectiva da justiça social, este debate se aprofunda.

Desde sempre foi remetido a elas, as próprias pessoas com deficiência, uma responsabilização pelas suas condições. E desse modo, desde a antiguidade, lavaram-se muitas mãos e desresponsabilizaram-se por essa questão, como se esse não fosse um problema a ser considerado nas questões sociais do mundo.

Primeiramente, o fatalismo era suficiente para justificar a reclusão desses indivíduos. Estes, em dados momentos, foram assassinados ou tratados como idiotas devido às suas condições. Na Idade Média, foram condenados pela narrativa religiosa do pecado e da ira divina.

Posteriormente, foi a autoridade biomédica, que “consolidou a compreensão da deficiência como desvantagem social, provocando a hegemonia discursiva da biomedicina sobre o normal e o patológico.” (Diniz; Barbosa; Santos, p.100)

Embora num primeiro momento a narrativa biomédica tenha iniciado um processo de mudança conceitual, quebrando as explicações religiosas e místicas de até então e apresentando uma nova interpretação, a deficiência permaneceu considerada como um drama pessoal e familiar, e um fardo a ser carregado. A partir de então,

As causas dos impedimentos não estariam mais no pecado, na culpa ou no azar, mas na genética, na embriologia, nas doenças degenerativas, nos acidentes de trânsito ou no envelhecimento. A entrada do olhar médico mudou a dicotomia entre normal e patológico no campo da deficiência (...). O desafio, agora, está em recusar a descrição de um corpo com impedimentos como anormal. A normalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010, p. 102).

O diálogo entre os estudos feministas e de gênero com o campo de estudos sobre deficiência tem proporcionado a análise de fenômenos sociais e culturais para o debate sobre deficiência que era até então “considerada pela maior parte da comunidade acadêmica uma temática muito específica e distante”. (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 635).

A questão cultural, no tocante às pessoas com deficiência, que foi trazida à tona por elas próprias em contraponto às formas de relação social, voltadas para elas por meio das políticas públicas tradicionais, permitiu um novo enfoque à pauta da deficiência. Uma das premissas interpretativas está no fato de que “nos pautamos na perspectiva que sustenta ser a deficiência uma condição constituinte da condição humana”. (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636).

Em “O que é deficiência?”, remetendo-nos ao escritor argentino Jorge Luiz Borges e sua obra *A cegueira*<sup>4</sup>, Diniz traz à tona exatamente o que a temática da deficiência representa a partir do ponto de vista do próprio Borges como escritor cego, e que não se baliza absolutamente

---

<sup>4</sup> BORGES, Jorge Luís. “La Ceguera”. In: \_\_\_\_\_. *Siete Noches*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

pelos tradicionais discursos de superação, mas sim, como um estilo de vida.

O reconhecido escritor argentino Jorge Luiz Borges tinha a sua genialidade atribuída por muitos ao slogan: “capacidade de superação”. Era interpretado como alguém que, sendo cego, teria a sua genialidade literária tirada dos sentidos não usados pelas pessoas que enxergam, e assim, se transformando em um gênio, o exemplo de superação.

Mas o próprio Borges, que não se via assim, descrevia a sua deficiência de outra forma. Para ele, a sua existência era uma das muitas formas possíveis de existir e estar presente no mundo, e frisava que

A deficiência visual não significa isolamento ou sofrimento, pois não há sentença biológica de fracasso por alguém não enxergar. O que existe são contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal como diferentes estilos de vida. (...) A ideia de que a cegueira, a surdez ou a lesão medular nada mais são do que diferentes modos de vida é algo absolutamente revolucionário para a literatura acadêmica sobre deficiência. A concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma.<sup>5</sup> O corpo com deficiência somente se delineia quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência (...). A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. (DINIZ, 2007 p. 4).

Este conceito obriga-nos a repensar sobre o tradicional discurso de normalidade construído desde o século XVIII. A oposição ao conceito de deficiência como algo anormal, não quer absolutamente desconsiderar a necessidade, por exemplo, que um corpo com lesão medular tem de utilizar os recursos médicos ou reabilitação e ou equipamentos acessórios.

---

<sup>5</sup> DAVIS, Lennard J. *Enforcing Normalcy: disability, deafness and the body*. London: Verso, 1995.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Perante a expectativa da normalidade, um corpo cego, um corpo lesionado, um corpo surdo ou com deficiência intelectual é um corpo inesperado e, diante disso, Borges, entre outros de sua época, voltados aos *estudos sobre deficiência*<sup>6</sup>, encamparam o desafio de se apropriarem de uma positividade discursiva para o enfrentamento à condição de a deficiência referenciar apenas a restrição de funcionalidade ou habilidade. Sem, contudo, cair na mazela do discurso da superação.

Essa foi a revolução conceitual dos estudos sobre deficiência que surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos e no Reino Unido, quando então a deficiência se libertou do campo estritamente biomédico e tirou o tema do confinamento restrito dos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação e levou a deficiência para o campo das humanidades.

Nesse momento, desafiou-se a hegemonia biomédica, ao aproximar os estudos da deficiência aos consolidados estudos culturais e feministas e resultou na questão de como descrever a deficiência em termos políticos.

Esses estudiosos consideravam que

A linguagem referente ao tema estava carregada de violência e de eufemismos discriminatórios: “aleijado”, “manco”, “retardado”, “pessoa portadora de necessidades especiais” e “pessoa especial”, entre tantas outras expressões ainda vigentes em nosso léxico ativo. Um dos poucos consensos no campo foi o abandono das velhas categorias e a emergência das categorias “pessoa deficiente”, “pessoa com deficiência” e “deficiente”. (DINIZ, 2007 p. 5).

O primeiro grupo revolucionário, da primeira geração de teóricos, emergiu nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de 1960. Foi uma geração composta por homens brancos e de famílias influentes. Alguns expoentes desse momento foram Paul Hunt, Erving Goffman, Michael Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein.

---

<sup>6</sup> O campo de estudos é conhecido por *disability studies*. No Brasil, o termo equivalente para “*disability*” é deficiência, e não incapacidade (DINIZ; MEDEIROS; QUINCA, 2007).

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser “os outros”.*

Hunt escreveu uma carta impactante ao jornal inglês The Guardian em setembro de 1972, com o seguinte conteúdo

Senhor Editor, as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Atenciosamente, Paul Hunt. (THE DISABILITY PRESS, 1997, p. 82).

A carta causou grande repercussão e resultou na criação da UPIAS<sup>7</sup>, ou Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação, a primeira organização política do tipo, formada e gerenciada por PcD, provocativa e de resistência política e intelectual ao modelo médico.

Mas, do ponto de vista das feministas<sup>8</sup>, a UPIAS não foi suficientemente revolucionária. Para elas, o silêncio no tocante à subjetividade do sofrimento e a defesa da independência como meta política por meio da autonomia e da produtividade não alcançavam os lesionados graves e crônicos.

Além de convertidos à ideologia da normalização e domesticados à suposição de total controle do corpo, devido à separação radical entre lesão e experiências de deficiência, esses “deficientes produtivos” confinaram o corpo com lesões ao controle disciplinar médico. Tanto que na época, os sociólogos Kevin Paterson e Bill Hughes manifestaram-se

Há uma forte convergência entre a biomedicina e o modelo social da deficiência no que se refere ao corpo. Ambos o tratam como se fosse pré-social,

---

<sup>7</sup> UPIAS – **Fundamental Principles of Disability**. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, 1976.

<sup>8</sup> O uso do gênero feminino para descrever as teóricas feministas da segunda geração do modelo social deve-se ao fato de que a vasta maioria era mulher, bem como o uso do feminino para o conceito de cuidadoras.

inerte, um objeto físico, palpável e separado do self. (Hughes e Paterson, 1997, p.329)

Em contraposição e provocação ao que estava posto pelo debate britânico, a estadunidense Eva Kittay - filósofa e mãe de filha com paralisia cerebral grave -, introduz dois novos argumentos aos marcos liberais das teorias de justiça e igualdade. São eles: o cuidado como princípio ético fundamental e até então ignorado pelo modelo social e a interdependência como valor à condição humana de todas as pessoas.

Foi desafiador para as teóricas da segunda geração lidarem com a teoria do cuidado, visto que precisavam superar o conceito da caridade ao lidar com a emergência do cuidado como princípio de justiça. Havia o risco não desejado de devolver as pessoas com deficiência à exclusão social, pelo risco de a garantia do cuidado ser mais fácil do que a mudança da ordem social e política da opressão.

Assim, o processo evolutivo desses estudos revolucionários que se iniciaram no Reino Unido na década de 1970 desdobrará posicionamentos críticos feministas e pós-modernos durante as décadas de 1990 e 2000. Um processo não acompanhado na mesma velocidade no Brasil porque “não apenas porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica, (...) mas principalmente porque a deficiência ainda é considerada uma tragédia pessoal, e não uma questão de justiça social.” (Diniz, 2007 p.5)

Com o envelhecimento da população brasileira, a deficiência passa a ter uma posição central para as construções das políticas públicas, em particular as de caráter distributivo e de proteção social.

Desde 2007, quando o Brasil assinou a CRPD, um novo conceito passou a nortear oficialmente as ações do Estado brasileiro no sentido de garantir justiça também a essa população. Porém, ainda atualmente há uma dificuldade de compreensão e até de aceitação dessa nova perspectiva que condiciona a partir de então as formas de elaboração e gestão das políticas públicas que devem obrigatoriamente considerar a existência dessa população.

Expressa Diniz que,

o conceito de corpo deficiente ou pessoa com deficiência deve ser entendido em termos políticos e não mais estritamente biomédicos. Essa passagem do corpo com impedimentos como um problema médico para a deficiência como o resultado da opressão é ainda inquietante para a

formulação de políticas públicas e sociais... é um conceito que denuncia a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos. (DINIZ, 2007 p. 98).

Faz-se necessário ter um bom esclarecimento sobre esta condição inclusiva, que releva a existência desta parte da população de PcD por estas passarem a atuar como um balizador, um referencial para o planejamento e execução das novas políticas e que devem abordar a questão do Desenho Universal.

Tal condição importa para todas as situações de direitos, inclusive as que estamos analisando referentes à utilização das praias, considerando os deslocamentos, os seus acessos e as atividades aquáticas.

A CRPD, que passou a nortear as ações do Estado brasileiro, não desconsidera os impedimentos e as expressões do modelo biomédico. Pelo contrário, ao invés disso, enfatiza que é da interação entre os corpos com impedimentos e as barreiras sociais físicas e atitudinais que se restringe a participação plena e efetiva das pessoas.

Essa nova mudança interpretativa trazida pela Organização das Nações Unidas no mundo é resultado de um longo debate político e acadêmico internacional que se deu ao longo de um período de mais de quatro décadas, no empenho de questionar “sobre a insuficiência do conceito biomédico de deficiência para a promoção da igualdade entre pessoas com deficiência e pessoas não deficientes.” (Diniz, 2007 p. 99)

Esta reviravolta acadêmica transporta a deficiência para uma complexidade analítica que, a partir de então, além de reconhecer o corpo com lesão

Reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim, como outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente.<sup>9</sup> (DINIZ, 2007 p. 99).

---

<sup>9</sup> “Ideologia de opressão aos deficientes” é uma tradução composta para o neologismo *disablism* em língua inglesa. O conceito de *disablism* é uma analogia ao sexismo e ao racismo.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

E assim, com este contexto de reviravolta analítica, trazemos o ambiente que contextualiza a importância da arquitetura para o planejamento urbano e seus impactos na dinâmica socioespacial.

O Ministério das Cidades, em suas diretrizes, ao falar da Cidade para Todos, expressa sua preocupação com as desigualdades sociais e os processos de exclusão, fragmentação das cidades e a falta de infraestrutura e precariedade das periferias.

Está lá, também, claramente expressa a preocupação com a violência e a impossibilidade do exercício da cidadania. E no sentido de minimizar os problemas e transformar o modelo urbano, atribuiu-se a missão de implantar O Estatuto das Cidades, (Lei 10.257/2001), por meio de ações diretas, com transferência de recursos e capacitações.

Quando as políticas negligenciam algumas regras e determinações legais, como o Desenho Universal, protagonizam a máxima que expressa o entendimento de que “são as barreiras sociais, ao ignorar fatos, como os corpos com impedimentos, que provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas o resultado de sociedades não inclusivas.” (DINIZ, 2007 p. 100).

O modelo social da deficiência constrói um novo conceito, o qual redefine a deficiência como uma combinação entre uma matriz biomédica, que cataloga os impedimentos corporais, e uma matriz de direitos humanos, que denuncia a opressão.

Anahi Mello e Adriano Nuernberg expressam que

Mesmo diante dessa tensão entre natureza e cultura o modelo social da deficiência promoveu a primeira guinada ao elevar as pessoas com deficiência ao status de sujeitas de direitos humanos e não reduzindo esse grupo social como mero objeto de intervenção clínica de reabilitação ou de assistencialismo. (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 638).

A CRPD considera que as desvantagens impostas a essa população resulta de valores, atitudes e práticas que discriminam as

---

A ideologia que oprime os deficientes supõe que há uma superioridade dos corpos não deficientes em comparação com os corpos deficientes. Atualmente o neologismo capacitismo tem sido empregado no português para expressar esse conceito.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

pessoas com deficiência. A isso chamamos de capacitismo<sup>10</sup>. É a partir do desenho e redesenho técnico e do comprometimento profissional que, unindo seu conhecimento técnico, o respeito jurídico e a sensibilidade, por meio de suas práticas profissionais que será possível modificar e redefinir o contexto social.

### 2.3. AVANÇOS E DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DESENHO UNIVERSAL - A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA E DAS ATIVIDADES AQUÁTICAS

Visto que o enfoque deste estudo está na adequada utilização dos espaços de areia da praia, bem como as atividades aquáticas de lazer, focamos nossa análise não só, mas principalmente em três atividades de ação paradesportiva aquática na manifestação desporto de participação, nas modalidades de vela, mergulho e surf adaptado.

O surf foi escolhido pelo fato de ser a atividade esportiva mais praticada na ilha de Santa Catarina e o mergulho por ser uma das atividades mais buscada pelos turistas que vêm aqui para veranear.

As referidas atividades esportivas no Brasil destinam-se hoje, tanto à prática de treinamentos sistemáticos para paratletas de alto rendimento, como também à prática voluntária de lazer e com a finalidade de contribuir para integração e inclusão dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, da educação e na interação e preservação do meio ambiente.

Sendo Florianópolis uma ilha, as modalidades aquáticas têm evidência nas práticas esportivas de seus habitantes, sendo o surf o esporte mais praticado. Porém, embora haja praticantes dispostos à prática com treinos sistemáticos, ainda não foi possível conquistar o interesse de grupos que possam viabilizar o despertar destes atletas.

A água é um excelente meio de tratamento fisioterapêutico para as pessoas com deficiência, que usando de recursos apresenta como elemento principal reabilitar o indivíduo para que ele se torne

---

<sup>10</sup> **Capacitismo:** Discriminação, preconceitos e opressão contra pessoas com deficiência física ou mental, advindos da noção de que PcD são inferiores às pessoas sem deficiência. Se refere tanto a opressão ativa e deliberada (insultos, considerações negativas, arquitetura inacessível) quanto a opressão passiva (como reservar às pessoas com deficiência tratamento de pena, de inferioridade/subalternidade). É um termo análogo aos termos machismo e racismo.

independente em suas atividades na vida diária para promover e estimular a reinserção na sociedade.

Em função da densidade, a água permite evolução em muitos fatores como estímulo da autoconfiança para atingir a independência por fatores como relaxamento, alívio de dores e espasmos musculares, reeducação de músculos paralisados, fortalecimento dos músculos e desenvolvimento de sua força e endurecimentos - ocasionados pela resistência fornecida pela água aos movimentos -, manutenção ou aumento da amplitude de movimento das articulações, redução da influência da força da gravidade facilitando a manutenção dos membros superiores em posição funcional e favorece o enfrentamento às dificuldades e medos.

A água favorece a experiência do corpo proporcionando a vantagem do exercício em três dimensões, o que no solo não é possível. A terapia na água apresenta resultados surpreendentes, como: considerável melhora na retificação de tronco em crianças com sequelas de Paralisia Cerebral, quebra do padrão flexor com adolescentes favorecendo um início de função com membros superiores, fortalecimento muscular após a aplicação de bloqueio químico (botox, fenol) com menos fadiga e dor, maior conscientização da importância da independência nas atividades do dia a dia, melhora da função bimanual e dissociação de cintura escapular.

A atividade aquática é uma excelente alternativa na reabilitação física, porque associa relaxamento, sustentação e prazer oferecidos pela água em relação aos tradicionais recursos terapêuticos.

Não podemos desprezar também o fato de que na água os indivíduos se mostram muito mais motivados, o que é fundamental para a obtenção dos resultados observados. Contudo, evidenciamos na ilha a praticamente não participação de pessoas com deficiência em atividades desportivas e de lazer, sobretudo quando relacionadas ao mar e aos esportes aquáticos. Segundo o IBGE 23,9%, dos Brasileiros declaram possuir alguma deficiência, porcentagem expressiva da população.

A prática da atividade aquática de esporte e lazer permite atuar por meio de ações coletivas de esporte e lazer em grupo, evidenciando nos indivíduos a valorização de sentimentos de cuidado e atenção relacionados à água e à natureza, simultaneamente à promoção de saúde física e emocional dos participantes.

A atenção presente elege prioritariamente como foco, pessoas com deficiência pelo fato de não haver nas legislações vigentes, nenhuma cláusula de exclusão que diga “exceto este ou aquele”. Assim

sendo, as pessoas com deficiência funcionam como parâmetro balizador do processo de inclusão sem discriminação para uma análise com base em justiça social.

Para pensar a sociedade sem discriminação e fragmentação, é preciso um programa inclusivo que acima de tudo não pense nessas pessoas de forma separada das pessoas em condições convencionais da sociedade.

Quando se pensa em atividades esportivas para pessoas com deficiência, normalmente remetem-se imediatamente às atividades ligadas à bola e às cadeiras-de-rodas, como o basquete, o handboll ou o golbol no caso dos cegos. Ocorre que como com as pessoas em geral, nem todas as pessoas com deficiência têm identidade e habilidade com bola e não há porque existir restrição a uma única opção ou alternativa para as pessoas com deficiência.

Segundo a revista Sentidos (2013), o mergulho autônomo adaptado no Brasil ultrapassa os vinte anos, se consagrando hoje como uma ferramenta de lazer e inclusão social. Na reportagem de Cynthia Marafanti, a repórter, além do prazer, explana sobre o bem-estar e alegrias promovidos pelo contato íntimo com a natureza e a emoção garantida. O mergulho proporciona a inclusão social e favorece o estado psicológico de todo indivíduo, independente de ter ou não qualquer deficiência.

Na Ilha de Santa Catarina, a agência de mergulho Água Viva aceitou a proposta de encarar este desafio de inserir nosso estado neste rol, foi à luta e fez a formação. Lúcia Sodré foi a preparadora dos profissionais da agência, hoje a única agência qualificada e estruturada para lidar com pessoas com deficiência em Santa Catarina.



### Água Viva VII - Embarcação adaptada de mergulho

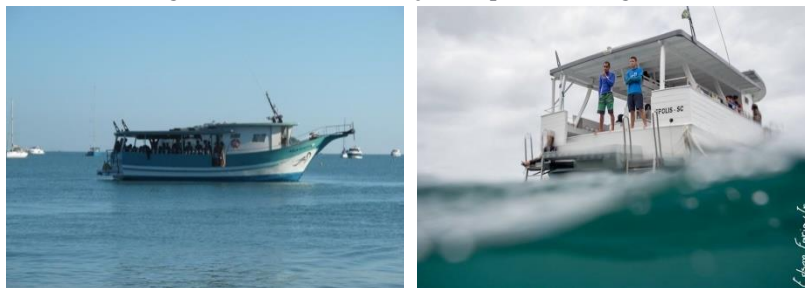


Foto 1:

<https://www.facebook.com/MergulhoAguaViva/photos/a.277576718978877.60053.247672868635929/829603480442862/?type=3&theater>

Foto 2:

<https://www.facebook.com/MergulhoAguaViva/photos/a.277576718978877.60053.247672868635929/1275104259226113/?type=3&theater>

Lúcia Sodré é instrutora de mergulho autônomo referência no Brasil, professora de educação física, especializada na área de pessoas com deficiência e responsável pela HSA – Handicapped Scuba Association Brasil. Lúcia é fundadora e presidente de honra da HSA Brasil, além de coordenadora técnica e única pessoa capacitada no país pela entidade mãe para formar instrutores.

Sobre a prática, da mesma forma que o mergulho convencional, o maior desafio está na fase de adaptação aos equipamentos e ao meio subaquático. Um dos desafios é a falta de material didático adequado às pessoas com deficiência visual, bem como a escassez de profissionais de mergulho fluentes em libras para atender às pessoas com deficiência auditiva.

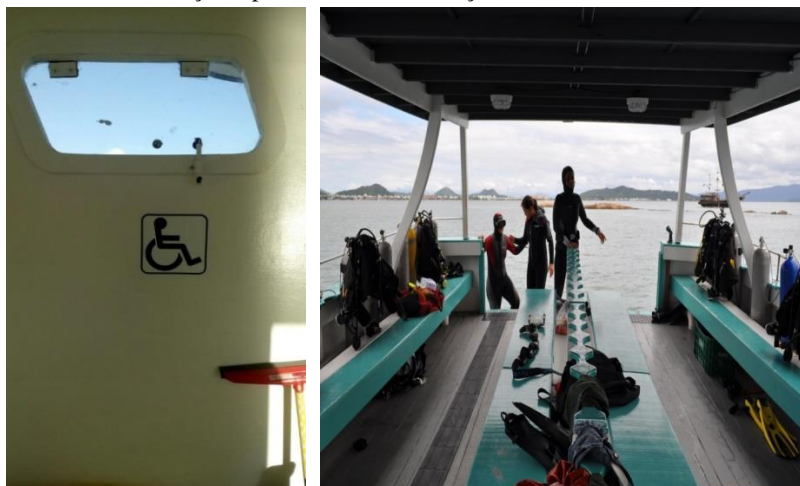
A falta de acessibilidade dos barcos, das marinas e das pousadas também são desafios para as pessoas com deficiência física. Em Florianópolis a Agência de Mergulho Água Viva adquiriu barco acessível, que possui até os pisos táteis e banheiro adequado às pessoas com deficiência física.

Porta corredeira e interior do banheiro acessível do barco de mergulho  
Água Viva



Fotos: Cedidas por Bianca Silva da Água Viva Mergulho

Presença de pisos táteis e sinalizações no barco acessível



Fotos: Cedidas por Bianca Silva da Água Viva Mergulho

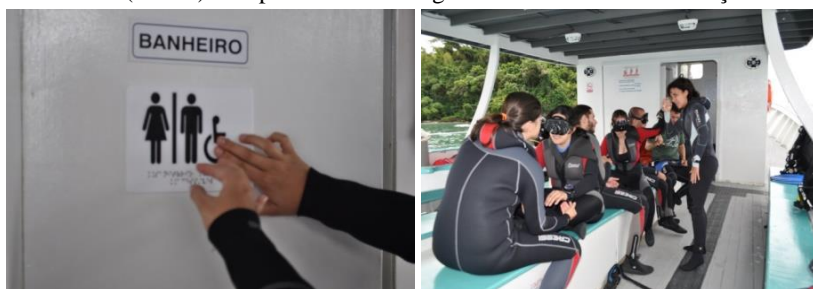
Segundo Sérgio Viegas, diretor executivo da HSA:

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

não existe um tempo estipulado para que as pessoas atinjam o desempenho para praticar a atividade de forma segura e confortável. Em geral são 44 horas ou mais, se necessário. O aluno participa de seis aulas teóricas, avaliação teórica, oito dias de aulas em piscina ou mais e dois dias de aulas em mar. Frequentemente, um curso tem a duração de 10 dias. O laudo médico, além do atestado médico específico para a prática do mergulho recreativo, é uma exigência para o curso.

O maior desafio para a prática desta modalidade é o custo operacional. O custo para as viagens, hospedagem, aluguel de barco, alimentação, entre outros é o desafio que precisa ser superado para que possamos atuar com essas pessoas que em grande parte também se encontram em condição de vulnerabilidade socioeconômica e que por uma questão de cidadania e direitos humanos também devem ter, como todas as pessoas o direito ao lazer, ao exercício e ao equilíbrio emocional, físico e psicológico.

Foto 1 (esquerda): Sinalização braille para mergulhadores cegos  
Foto2 (direita): Grupo de surdos mergulhadores recebendo instruções



Fotos: Bianca Silva da Água Viva Mergulho

Mergulhar significa uma enorme sensação de liberdade e que pode ser viabilizada às pessoas com deficiência uma vez criada a condição e a estrutura adequadas.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Rumo à Ilha do Arvoredo



Fotos: Água Viva Mergulho

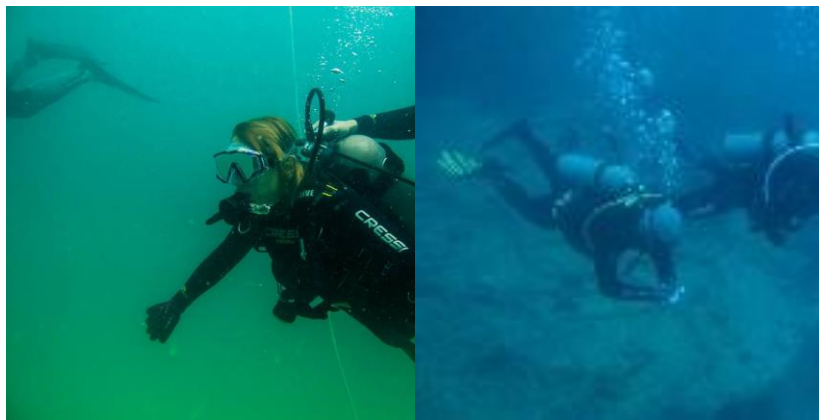
Preparando a descida



Fotos: Água Viva Mergulho

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Mergulho Adaptado com Denise de Siqueira



Fotos: Água Viva Mergulho

### Ilha do Arvoredo – SC



Foto: Água Viva Mergulho

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Belezas marinhas do Arvoredo



Fotos: Fabrício Richmond Rodrigues – Água Viva Mergulho

Belezas marinhas do Arvoredo



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Fotos: Fabrício Richmond Rodrigues – Água Viva Mergulho

## 2.4. A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO CORPO NA PRAIA

Na praia, o corpo desnudo “é o locus por excelência da exibição corporal” (...) “é uma experiência coletiva que une o máximo de descontração com o máximo de estranheza, realizando-se num espaço aberto, público, gratuito.” (Faria, 2007, p. 264)

Quando falamos nas regiões de praias enquanto espaços públicos e na facilidade de lá poder estar, parece simples e viável, principalmente, do ponto de vista financeiro. Não obstante, a crescente privatização das praias, que está ocorrendo no estado de Santa Catarina e em outros estados, camuflada muitas vezes por outros nomes como “pedágio ambiental”, taxa já cobrada nas praias da cidade de Bombinhas desde 2014 durante o veraneio e que em breve será cobrada em Governador Celso Ramos durante todo o ano, e mostra que o custo de estar na praia é mais do que monetário<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A partir desta conquista, outras cidades surgem reivindicando o direito de cobrança, e a cidade de Governador Celso Ramos, na região da grande Florianópolis, também já noticiou o ingresso no novo sistema de usufruto, com a diferença que Bombinhas se utiliza da cobrança durante a temporada de verão e Governador Celso Ramos fará a cobrança durante o ano inteiro. Não pagou, não entra.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Parte-se do pressuposto de que as praias são espaços democráticos, de desfrute público, do calor e da diversão. Entretanto, nem todos ocupam ou podem ocupar este espaço. Quando ocupam as praias, as ocupam de diferentes formas, o que diz muito sobre quem pode de fato estar ali.

O culto ao corpo, segundo Mírian Goldenberg entrou na era das massas, da industrialização e da mercantilização, que propiciou a difusão generalizada das normas e imagens, além da profissionalização do ideal estético e a abertura de novas carreiras, bem como da inflação dos cuidados com o rosto e o corpo. (Goldenberg, 2007, p. 8)

A abordagem desta autora apresenta um enfoque onde o corpo, como inesgotável fonte de símbolos é um lugar de expressão de sentidos e expectativas, onde as diferenças se expressam em tempos de culto ao corpo perfeito.

A opressão que se manifesta nesses espaços de praia é significativa, tanto abertamente quanto por meios velados. O pedágio é uma entre as diversas formas de controle.

Na grande verdade, para muitos não é confortável estar nesses espaços onde os olhares cobram e condenam os que não fazem referência à perfeição dos corpos sarados e malhados. Qualquer barriguinha é condenada. As práticas cotidianas do consumo no capitalismo atribuem valor de mercadoria ao corpo.

A forte influência e poder de normalização da mídia nos indivíduos implantou o conceito da estética e a oferta das soluções para todos os problemas por meio de cirurgias, cosméticos, maquiagens e afins para a conquista do corpo perfeito. E assim a mídia fulminante difunde que

Cada indivíduo é considerado responsável (e culpado) por sua juventude, beleza e saúde: só é feio quem quer, e só envelhece quem não se cuida. (...) “Não existem indivíduos gordos e feios, apenas indivíduos preguiçosos”, poderia ser o *slogan* deste mercado do corpo. (Goldenberg, 2007, p. 9)

Se culturalmente a nossa sociedade tem o hábito de responsabilizar as vítimas pelos eventos que as toma, as pessoas com deficiência também não estão fora deste debate. Vivenciamos esses eventos constantemente quando observamos as agressões sofridas pelas mulheres, pelos negros e também pelas pessoas com deficiência.



Em tempos de cobrança constante com a aparência como instrumento de valor, as pessoas com deficiência estão colocadas no centro de fogo da artilharia, ainda mais quando se trata dos corpos em exposição.

As declarações públicas em 2006, da deputada Denise Frossard, na relatoria do projeto de Lei 5448/01 que estabelece crime discriminar pessoas com deficiência, foi no cerne desta questão. Ao se manifestar contra o projeto na plenária, ela afirmou

A deformidade física fere o senso estético do ser humano. A exposição em público de chagas e aleijões produz asco no espírito dos outros, uma rejeição natural ao que é disforme e repugnante ainda que o suporte seja uma criatura humana. (...) A repulsa à doença é instintiva no ser humano. Poucas pessoas sentem prazer ao apertar a mão de uma pessoa portadora de lepra ou Aids.

Se o pronunciamento causou indignação generalizada e diversas moções de repúdio, não devemos desconsiderar o fato de que essa senhora expressa o senso de valor de parcela da sociedade.

A cobrança da sociedade com os outros e cada um para consigo mesmo é constante. Ninguém quer ter ou estar perto de quem “dílua” ou “destoe” a sua condição. Na análise em “O corpo como cultura e a cultura do corpo”, Sonia Maria Giacomini aborda a construção cultural do corpo enquanto diferente do natural.

Os contrastes e diferenciações, como o que opõe o nu e o vestido, não somente se atualizam nas representações do corpo, mas também incidem sobre ele, replicando formas de distinção e/ou oposição postuladas entre natureza e cultura. (...) uma visão do corpo "como um fato social", isto é, como "uma construção cultural e não algo 'natural'" (Giacomini, 2007, p. 10).

As propagandas turísticas, como das praias de Florianópolis, parecem se inserir nessa difusão de imagens com forte apelo para um ideal estético. Nas imagens referentes às praias da ilha, faz prevalecer o *slogan* “Lugar de gente bonita!”.



Disponível em: <<http://www.vivendofloripa.com.br/home/>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

O Minha Floripa é uma marca turística criada para Florianópolis em 2014 e que ganhou ares oficiais após a sua aprovação em janeiro de 2017 na Câmara Municipal de Florianópolis com o intuito de consolidar a marca como referência.

Embora a crítica por parte de alguns vereadores com relação ao processo de criação, a marca passa a ser usada em todos os meios de divulgação oficial do município, nos documentos oficiais, nas chancelas dos serviços permissionários e em todas as atividades promovidas pelo poder público municipal<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://cmf.sc.gov.br/noticias/03866a2d-31c1-462f-9bc3-03205afc343e>>. Acesso em: 30 jan. 2017.



Bela da Praia – Barraco da Mole – Setembro de 2015



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=bela+da+praia+2015+barraco+da+mole+florianopolis&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwj85-axrKLSAhVV-GMKHDr9CjwQsAQIKw&biw=1366&bih=638#imgdii=vn0KMx6UJAqP0M:&imgrc=uQLttXRqdbpsM:>>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

Florianópolis, além de capital insular do estado de Santa Catarina é também considerada supostamente, “a capital turística do Mercosul”. E assim, tanto quanto o *slogan*, o desenho arquitetônico tem falado muito sobre quem realmente são as pessoas autorizadas a estar nas praias.

## 2.5. QUANDO A REIVINDICAÇÃO TRANSCENDE VALORES E NÃO SE PODE MAIS NEGAR OS ESPAÇOS

Dentro do processo de lutas PcD, a inversão interpretativa disseminada a partir do contexto da CRPD, deflagrou um novo ritmo nos processos de lutas e de conquistas das pessoas com deficiência.

As PcD cada vez mais conseguem sair do anonimato e rasgar o casulo. Agora elas querem estar em todos os lugares. E querem estar nas praias também. E quando não é possível mais ignorar essa súplica e menos ainda negá-la, é preciso pensar rápido para dar respostas.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

As praias são o lugar do veraneio, do desfrute do calor e da diversão que este proporciona. A arquitetura espacial das regiões de praias não são apenas áreas que precisam ser corrigidas e adequadas a uma nova demanda, mas apresenta-se como instrumento estratégico para lidar com essa questão. E a partir do onde é possível definir o local aonde essa população será alocada.

É preciso estrutura para quebrar com a hostilidade do ambiente para que se viabilize a utilização e neste momento é que observamos onde, como e quando essas pessoas estarão autorizadas a estar. Embora existam esforços em querer viabilizar a participação das pessoas com deficiência nos espaços de praia na ilha, vemos essa possibilidade se concretizando e sendo divulgada em localidades da Palhoça (Ponta do Papagaio, Praia de Cima na Pinheira e Guarda do Embaú) e de Governador Celso Ramos na região continental da Grande Florianópolis.

Adiante abordaremos com mais profundidade sobre a condição estrutural dada aos referidos espaços destinados às pessoas com deficiência nessas regiões de Florianópolis. De momento, estão apresentados os lugares onde as pessoas com deficiência estão oficialmente autorizadas a frequentar.



### 3. METODOLOGIA UTILIZADA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia empregada no estudo que objetivou investigar sobre a acessibilidade litorânea na cidade de Florianópolis a partir da observação comparada com outras regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, avaliando o grau de viabilização de uso e percepção das PcD sobre as áreas de praia nas regiões de orla e de práticas aquáticas, bem como a dinâmica profissional que compõe a transversalidade do universo PcD. A perspectiva adotada foi de caráter qualitativo.

Dos critérios básicos para acessibilidade das regiões de praias, elencamos quatro âmbitos de análise, e que são as diretrizes para esta ação e pensar, necessários e fundamentais para a adequação dos espaços e viabilidade de uso pelas diferentes pessoas. São elas: 1. Mobilidade (chegar até a praia); 2. Estar na orla da praia (região de areia); 3. Chegar até a água; 4. Na água. Além disso, têm também as variáveis de apoio, como os equipamentos e mobiliário que completam a adequação dos espaços na perspectiva inclusiva do desenho universal.

Compactuamos o pressuposto de Minayo (1992) de que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares que trabalham com o universo de significados, aspirações, valores e atitudes que correspondem com um espaço profundo das relações e processos, os quais não se reduzem só à operacionalização de variáveis; as quais representam aspectos relevantes dos fenômenos.

Estes significados funcionam como elementos que estabelecem conexões entre os sujeitos e o mundo, o qual é ao mesmo tempo, descoberto e construído, tanto na dimensão individual como na coletiva.

Enquanto senso comum, ideias, concepções, percepções e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, são vistas como indispensáveis para a compreensão da dinâmica das interações sociais e da busca de determinantes das práticas sociais. São manifestações expressas em condutas e práticas que chegam a ser institucionalizadas e assim, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. (Minayo, 1992)

A realização deste tipo de pesquisa compreende a articulação de várias técnicas como a observação participante e sistemática, entrevistas, bem como o levantamento de dados secundários e pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado.

A análise das falas acerca dos aspectos inerentes ao cotidiano das PcD e o levantamento de informações complementares relacionadas à sua dinâmica social subsidiaram a compreensão dos significados para a identificação ou compreensão das questões sociais, dos elementos políticos e culturais presentes no contexto em foco e a dinâmica profissional que compõe a transversalidade do universo PcD.

Para a análise, a metodologia de triangulação dos dados permitiu uma inserção aprofundada da pesquisadora no contexto, nas falas e nas ações dos sujeitos, como alternativa à validação, isto é, como aprofundamento da análise e não como caminho para chegar à verdade objetiva.

Alguns autores entendem que a estratégia da triangulação atualmente propõe a sobreposição de uma análise unidimensional, alicerçada em índices da realidade, para uma análise multidimensional, ou do contexto. A análise, por meio desses pressupostos permite o estabelecimento de inter-relações entre fatos, falas e ações dos indivíduos, permitindo uma compreensão mais abrangente dos significados construídos socialmente na relação dos sujeitos com o meio. (Adorno et al, 1994)

As fontes secundárias consistiram em um levantamento bibliográfico acerca da problemática estudada, por meio de consulta a periódicos, as redes sociais e publicações científicas. O material pôde ser encontrado em consultas nas bibliotecas dos lugares visitados, a fontes de referências e através de consulta junto a pesquisadores reconhecidos neste campo de estudo com o intuito de adquirir uma apreensão mais abrangente do contexto. Também foram investigados documentos e relatórios com indicadores relacionados.

Conforme indicado inicialmente, a pesquisa baseou-se na observação participante, técnica etnográfica que se realiza por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado.

Como o pressuposto da abordagem etnográfica é o estudo do sujeito em seu próprio contexto, tal estratégia permite a obtenção de um grande número de informações sobre o cotidiano em estudo e os indivíduos nele inseridos. (Minayo, 1992)

As pessoas com deficiência (PcD) enfrentam cotidianamente limitações profundamente ligadas às questões de acessibilidade, isto é, da falta de estrutura necessária para que possam gozar de autonomia e de participação social com cidadania.

Este impedimento, ainda hoje inquestionavelmente, interfere e prejudica o desenvolvimento psicológico e ocupacional dessas pessoas



com relação às demais pessoas e contribui definitivamente para a exclusão social a que são relegadas.

Inicialmente, o termo acessibilidade estava relacionado à condição de mobilidade e eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas, voltada às condições de acesso a edifícios e meios de transporte (ARAÚJO, 2009; TORRES, 2002). Atualmente, o conceito de acessibilidade se ampliou, passando a caracterizar um paradigma da inclusão social e deixando claro que as barreiras são mais complexas e vão muito além das questões de mobilidade.

Com a CRPD, o direito à acessibilidade PcD hoje, se fundamenta nos direitos humanos e de cidadania. É considerado um direito universal, solidificado no direito constitucional de igualdade, regulamentado pela Norma Técnica<sup>13</sup> de Acessibilidade ABNT NBR 9050 e representando uma concretização dos objetivos e princípios propostos pela Constituição, por Declarações e Conferências e não só do Brasil, mas em mais de 160 países signatários da CRPD.

Esta igualdade não deve ser compreendida em um sentido de igualdade formal, mas como uma isonomia de oportunidades sociais de acesso a trabalho, educação e lazer (CANOTILHO, 2000).

Nas periferias das cidades, os problemas de acessibilidade para PcD se ampliam de modo assustador, devido tanto a questões estruturais como culturais. A baixa renda, aliada aos problemas educacionais e de segurança, resulta em dificuldade dos moradores de se apropriarem do seu território e exigirem seus direitos. (ALMEIDA & OLIVER, 2001)

As reflexões se aprofundaram, tanto pela observação e percepção a partir de onde a pesquisadora se encontra, consideravelmente bem posicionada na estrutura urbana e de onde já experimenta muito dos problemas apresentados, como também da reflexão sobre o problema apresentado neste estudo a partir das experiências vivenciadas no morro, em um bairro carente da cidade de Florianópolis, em uma região nobre da cidade e em um bairro periférico da região metropolitana de Florianópolis.

A observação empírica da grande precariedade nas condições de acessibilidade da população que reside nesses lugares levou a autora aos

---

<sup>13</sup> Documento normalmente emitido por órgão oficialmente reconhecido para tal, que estabelece diretrizes e restrições à elaboração de uma atividade ou produto técnico. No Brasil, o órgão oficial para emissão de normas técnicas é a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Resolução n. 07, do CONMETRO, de 24.8.1992).

seguintes questionamentos: Embora tantas Leis e Decretos, como estão tratadas as populações com deficiência espalhadas nos territórios? Como a população com deficiência dos bairros percebe e usufrui de seu território? Essa população e seus familiares têm consciência de seus direitos no que diz respeito à acessibilidade? Como os problemas de acessibilidade são resolvidos ou administrados pelas comunidades e pelos gestores? Por que, embora tantas regras e Leis, encontramos tantas barreiras, tantos problemas e projetos com resultados equivocados?

Para cumprir com os objetivos deste trabalho, por meio da pesquisa-ação, baseamos nossas análises em casos concretos, a saber, das experiências encontradas nos programas desenvolvidos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, bem como o acompanhamento dos casos reais de situações de vivência na região da grande Florianópolis, sendo que em todas as situações, todos os atores envolvidos estão em cena. A partir daí damos as nossas diretrizes, bem como as recomendações para as questões postas e que auxiliem na simplificação desta construção.

A pesquisa-ação, por meio do conhecer e do agir nos permitiu, pela desconstrução do discurso apresentar a distância presente entre teoria e prática para assim podermos ponderar sobre os fatos concretos e redirecionar nossas ações no sentido de transformar e aprimorar os nossos resultados.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (Thiollent, 1992, p.14)

Neste processo investigativo, a pesquisadora, que também é PcD, atua como pesquisadora *insider*, pela sua relação de proximidade com o tema e com os sujeitos investigados na problematização, com o intuito de, centrada na ação coletiva, por meio do agir participativo alcançar a solução de problemas coletivos.

Visto que a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo, a participação da pesquisadora é explicitada dentro do processo do conhecer com os cuidados necessários para que

haja reciprocidade/complementariedade por parte das pessoas e grupos implicados e que têm algo a dizer. Não se trata de um simples levantamento de dados.

Nesta perspectiva diz Thiollent,

...é necessário definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação. (Thiollent, 1992, p.16)

A partir destes questionamentos e dos próprios desafios enfrentados para estar e usufruir o que a cidade oferece, sendo Florianópolis uma cidade insular, decidiu-se elaborar um projeto do tipo pesquisa-ação para investigar qualitativamente, de forma exploratória a percepção sobre a acessibilidade, desde o ponto de vista PcD, em consonância com a CRPD e a LBI, de membros da comunidade, como de profissionais ligados às questões de acessibilidade no território.

### 3.1. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Estudo qualitativo, observacional exploratório, utilizando a técnica da pesquisa-ação e de grupos focais, triangulação e coleta de dados. Essa técnica objetiva a produção de um discurso orientado para a discussão de uma temática específica (FLICK, 2009), que neste estudo foi o desenho universal na acessibilidade das praias para PcD.

### 3.2. SUJEITOS

**a) Pessoas com deficiência (PcD):** indivíduos com deficiência física e/ou sensorial e com dificuldade de locomoção.

**b) Cidadãos Informais:** indivíduos em geral ou familiares; envolvidos com os programas direcionados às PcD.

**c) Membros da comunidade:** usuários dos espaços públicos investigados; com ou sem vínculo formal ou informal com PcD.

### 3.3. LOCAIS DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

A investigação ocorreu em regiões de praia em três estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina e levou em conta os deslocamentos necessários para os indivíduos poderem estar e

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

desfrutar do lazer oferecido pelas praias. No Rio de Janeiro o estudo observou as estruturas desenvolvidas em Copacabana, Leblon e Barra da Tijuca; em São Paulo foram observadas as estruturas na cidade de São Sebastião, no litoral norte do estado e da cidade de Santos; em Santa Catarina foram observadas as estruturas da região da grande Florianópolis com foco no Parque da Lagoa do Peri e na Barra da Lagoa na ilha de Florianópolis.

### 3.4. CONTATO E ESCOLHA DOS PARTICIPANTES

A pesquisa teve o intuito de observar diferentes situações, levando em conta a diversidade geográfica que envolve as pessoas e os deslocamentos desde suas origens até o destino final que é a praia. Foi levada em conta a condição do relevo da cidade, bem como as grandes distâncias nos deslocamentos para o critério de seleção dos participantes do estudo. Assim, os participantes foram selecionados por conveniência, por causa da localidade de suas residências, da condição socioeconômica e em função de suas particularidades enquanto PcD com o intuito de focar nas situações mais desafiadoras.

### 3.5. TÉCNICA UTILIZADA

O objetivo foi trabalhar com quatro situações diferenciadas nos quatro perfis participantes. Muitos problemas desafiaram a concretização do estudo, desde dificuldades de acesso, dificuldades de deslocamento, carência de recursos financeiros e tempo e até mesmo problemas com familiares dos envolvidos.

O desenvolvimento com os quatro perfis selecionados considerou muito importante a relevância destes sujeitos na investigação para os quatro critérios considerados, o quais: os deslocamentos para chegar até a praia (mobilidade), praia em si (a orla) e a forma possível de lá estar, na área de areia como permanência e espaço desafiador para alcançar a a água e a água em si.

Foi realizada uma entrevista não estruturada com cada um deles, com perguntas relacionadas aos deslocamentos, à realidade dos indivíduos e questões em estudo a fim de determinar a particularidade de cada qual e as diferenciações existentes entre todos. As falas foram gravadas e posteriormente transcritas. Os deslocamentos foram planejados desde a residência de cada um, acompanhados pela investigadora que também é usuária de um tipo de cadeira de rodas até

os destinos nas praias. Após a parte prática iniciou-se a análise das transcrições.

As categorias analisadas foram as seguintes:

**Acessibilidade:** carências ou falta de recursos que possibilitem a autonomia PcD na orla das praias e nos deslocamentos para chegar até lá. (Ex: transporte, banheiros, rampas e adaptações de mobiliário).

**Direitos:** diz respeito ao conhecimento da sociedade em geral, em particular das PcD e dos profissionais envolvidos com a temática, sobre os recursos e garantias de acessibilidade assegurados aos indivíduos através das Leis, como por exemplo o direito ao transporte público acessível.

**Preconceito:** refere-se às atitudes sociais de estigma que limitam a autonomia e acessibilidade contribuindo para a diminuição da autoestima da PcD firmando-se em conceitos ultrapassados, mas ainda vigentes, como o modelo médico que se pauta pelas limitações em contraposição aos modelos social e biopsicossocial que se pautam nas habilidades. E que se evidenciam em expressões carregadas de violências e eufemismos discriminatórios.

**Necessidades Básicas:** carência de recursos básicos de acesso e de estada, sociosanitários como banheiros acessíveis, rampas, esteiras, infraestrutura e saneamento.

### 3.6. ALGUMAS DIFERENÇAS NOS DISCURSOS

Embora haja grande desconhecimento sobre as regras legais que as ampara, as PcD em geral e grupos de seu entorno, como os familiares entendem como discriminação e algumas vezes como preconceito a negação de atendimento e a falta dos recursos sociosanitários.

Quando colocados em situação comparada com outros moradores e profissionais, as PcD se mostraram mais reflexivas a respeito das questões sobre preconceito, estigma e direitos.

Os demais indivíduos, como os profissionais envolvidos com o desenvolvimento das políticas destinadas à inclusão PcD, o foco foi na preocupação referente à falta de recursos de acessibilidade e na falta de capacitação e informação dos que deveriam ser os facilitadores para que as políticas aconteçam.

### 3.7. ASPECTOS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

O tempo disponível foi consideravelmente restrito para o estudo de campo, principalmente quando levamos em conta a dimensão dos espaços observados, as grandes distâncias que envolvem os deslocamentos e a dificuldade financeira.

Houve dificuldades em função da precariedade dos recursos e do tempo disponível para tantas questões envolvidas a serem observadas e que com certeza, embora todo o empenho merecem ser retomadas em nova investigação ainda mais aprofundada.

O clima também foi um fator de interferência, visto que o estudo avalia espaços abertos e as chuvas foram presentes em boa parte do processo.

No início houve resistência por parte da família de um dos estudos de caso e que aos poucos foi sendo desfeita, embora não com total empatia. Porém, a persistência na manutenção do caso foi por considerar de grande relevância ter como caso uma pessoa residente em periferia envolvendo grande distância.

Ainda que não fosse o objetivo, a relação com os envolvidos na pesquisa gerou expectativas neles. Muitos guardam alguma forma de esperança para a solução de problemas relacionados à acessibilidade com base nesta investigação, embora os esclarecimentos sobre a natureza investigatória do estudo.

### 3.8. DISCUSSÃO

O estudo de natureza qualitativa e exploratória foi muito importante por privilegiar as falas espontâneas, as opiniões e percepções dos participantes, fortalecendo o estudo. A partir do pressuposto de que era preciso primeiro observar e conhecer as necessidades de acessibilidade da população investigada é possível supor que muito do que foi averiguado seja comum a diversas outras localidades de características semelhantes.

Quanto às limitações, como já mencionado, a falta de recurso e escassez de tempo disponível para a demanda do estudo de campo, que exige grandes deslocamentos, não possibilitou abarcar a grandeza desta investigação e que mereça um aprofundamento posterior visto que o assunto não se esgota.

Outra limitação: a falta de estrutura e condições básicas, que interferiu em processos da própria investigação e interfere na vivência

com cidadania e condições de igualdade como um agravante no caso das PcD e que está intrinsicamente associada à exclusão social, tendo as suas habilidades e o seu potencial desvalorizados.

A acessibilidade não atendida resulta em dependência nas atividades cotidianas das PcD e agrava as questões relacionadas aos seus desenvolvimento e a autoestima. O Brasil possui um grande arcabouço legal referente aos direitos de PcD. Existe, porém, uma grande lacuna entre os direitos descritos na legislação e realidade cotidiana. A falta de acesso à informação ainda nos dias de hoje, nas suas amplas dimensões, é provavelmente, mais um entre os fatores responsáveis por essa lacuna.

Por vezes vistas como menos capazes, indefesas e improdutivas, as PcD enfrentam dificuldades para ascender socialmente, conquistar postos de trabalho e exercer cidadania. E essas verdades se agravam nas periferias. A precariedade social frequentemente se configura em baixa autoestima, enfraquecimento e passividade para todo e qualquer indivíduo diante de entraves políticos, econômicos e sociais.

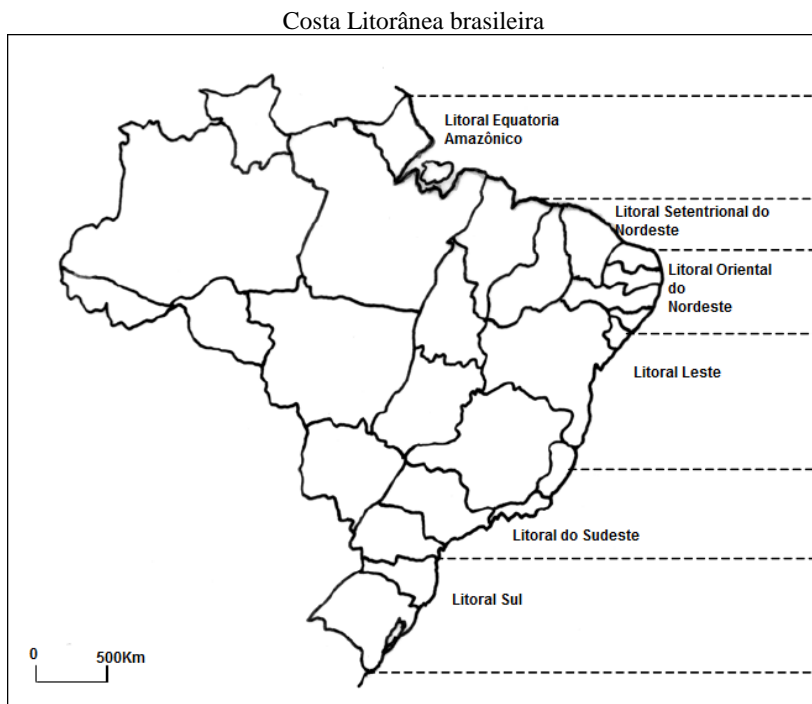
O estudo aponta que a falta de acessibilidade agrava a precariedade das condições de vida PcD e tal situação se agrava nas periferias. As necessidades de acessibilidade ainda são muitas. O distanciamento geográfico acentua estes problemas, e que no caso das condições geográficas de morro se ampliam ainda mais, produzindo exclusão social, limitando e até impedindo os acessos e deslocamentos, prejudicando severamente a autonomia e o desenvolvimento político e social da população como um todo e ainda mais das PcD. Neste caso, os morros são inquestionavelmente mais excludentes do que as grandes distâncias.

A dificuldade em realizar os deslocamentos torna o lazer e as praias distantes da realidade de vida de muitos indivíduos ainda que estando relativamente perto. Privados dos recursos de acessibilidade a que têm direito, muitas PcD e seus familiares buscam soluções “caseiras”, emergenciais - e em geral não adequadas, para resolver suas necessidades cotidianas e imprescindíveis e o lazer definitivamente não faz parte da vida deles.

A vergonha, o rechaço social e a falta de condições de acessibilidade são entendidos como manifestação de preconceito, de capacitismo. A melhora nas condições de acessibilidade é fator imprescindível para que as PcD sejam de fato incluídas socialmente.

#### 4. Acessibilidade litorânea existente em outras cidades brasileiras. Uma pequena amostra

##### 4.1 O LITORAL BRASILEIRO E OS CORPOS NA PRAIA



Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/-OWi0PWHHTm4/VfQghQbf3kI/AAAAAAAAQpA/bjallNmsEK0/s1600/Sem%2Bt%25C3%25ADtulo.png>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

O Brasil possui mais de duas mil praias em 7,367 km de área costeira litorânea, conferindo-lhe apelo turístico privilegiado, visto que as praias são, em geral, a primeira opção de escolha entre a maioria dos turistas brasileiros e do mundo todo.

A partir do apelo inclusivo que tomou conta do sistema internacional entre os países signatários da CRPD, aos poucos observamos iniciativas visando tornar possível o acesso PcD a esses espaços de praias possibilitando inclusive o banho de mar a cadeirantes e pessoas com deficiências múltiplas e restrições severas.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



No Brasil, diversas praias atualmente veem apresentando algum tipo de estrutura de adequação para recepcionar as PcD com atenção e respeito. O projeto desenvolvido em Copacabana é considerado o primeiro brasileiro e é o responsável pela disseminação do conceito de acessibilidade nas praias por todo o Brasil.

Em Pernambuco, a Secretaria de Turismo do estado lançou o projeto de acessibilidade Praia sem Barreiras em janeiro de 2013. A iniciativa, que é pública, se deu por meio da Empetur – Empresa de Turismo de Pernambuco, que segundo eles, tem sua política de fomentos com base na Lei Estadual 14.104/2010. Fernando de Noronha foi escolhida como o primeiro destino do programa por meio de uma parceria com a EcoNoronha, empresa que possui a concessão de prestação de serviços de apoio à visitação pública no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

O responsável pelo projeto em Fernando de Noronha foi Pablo Morbis, diretor geral da Econoronha que diz que a proposta de acessibilidade em Fernando de Noronha vai além de simplesmente criar espaços exclusivos para pessoas com algum tipo de deficiência motora e sim, quer transformar os espaços em lugares onde qualquer pessoa possa ter acesso. Segundo Pablo, o projeto tem por essência mostrar que o ser humano pode construir espaços onde todas as pessoas tenham a oportunidade de experimentar as mesmas emoções, independente de serem crianças, idosos, adultos ou deficientes.

Juntas, as trilhas do Mirante dos Golfinhos, do Mirante do Sancho e do Mirante dos Dois Irmãos possuem 1620m de trilhas assistidas. Todas as trilhas têm monitores para cadeirantes, treinados e preparados para dar assistência.

Surfista profissional Francisco Atanásio, o Bichinho – hoje com uma lesão cervical



Foto 1 (esquerda): no Sueste; Foto 2 (direita): na Trilha do Sancho em Fernando de Noronha - Foto-Ciro Costa

#### Bichinho na Trilha do Sancho



Bichinho na Trilha do Sancho – Foto-Ciro Costa

Em Fernando de Noronha, num dos destinos mais desejados por turistas do mundo todo, foi criado um programa para viabilizar o acesso das pessoas com deficiência às belas praias da ilha, com rampas de acesso, equipamentos como cadeiras anfíbias e disponibilizando profissionais para o auxílio às atividades de práticas aquáticas.

Em Ponta Negra – Natal, o programa de acessibilidade foi desenvolvido por um projeto chamado OrtoRio na Praia, iniciativa de uma empresa de produtos ortopédicos como um programa de responsabilidade social.

A praia de Ponta Negra dispõe de esteiras de areia, tenda, cadeiras anfíbias, rede e bola para prática de esportes sentados,

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

frescobol, peteca, pranchas de surf adaptadas e caiaques. A ação acontece com a formação de uma equipe composta de voluntários que atuam desde a montagem da infraestrutura local até o auxílio aos usuários nos finais de semana.

#### Projeto Ortorio na praia em Natal (RN)



Projeto Ortorio na praia em Natal (RN) – Crédito de imagem: Ortorio

#### Ponta Negra – Calçadão (RN)



Foto: Erica Monteiro

Em Porto de Galinhas – Pernambuco, o projeto Praia sem Barreiras foi implantado em 2013. O programa viabiliza, além do banho de mar, que as pessoas com deficiência desfrutem das piscinas naturais que são as estrelas do turismo local, dispendo de quatro cadeiras

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

anfíbias, uma esteira de acesso ao mar com 10 metros de comprimento e quatro profissionais qualificados.

#### Praia acessível – Porto de Galinhas

O Projeto Rodas da Liberdade promove a inclusão e acessibilidade à praias de Porto de Galinhas



Foto: Divulgação Rodas da Liberdade



Disponível em: <<http://www.comexdobrasil.com/praiasembarreiras-acessibilidade-atrai-turistas-com-deficiencia-para-pernambuco/>>.

Acesso em: 03 ago. 2016.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Praia acessível – Porto de Galinhas



Disponível em: <<http://goodbros.com.br/tag/sem-barreiras/>>. Acesso em: 03 ago. 2016.



Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/boa-viagem/cinco-praias-acessiveis-pelo-brasil-18523239>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

Continuando, ainda no estado de Pernambuco, o projeto Sem Barreiras, na praia de Boa Viagem, na capital Recife, é considerada de boa infraestrutura para recepcionar as pessoas com deficiência. Possui cadeiras anfíbias, esteiras de areia e o diferencial com piscinas para crianças, uma quadra esportiva para prática de paraesporte com bola e

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

profissionais de enfermagem e fisioterapia disponíveis para os visitantes usuários.

### Praia de Boa Viagem - PE



Disponível em: <<http://goodbros.com.br/tag/sem-barreiras/>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

Vale ressaltar que a prefeitura de Recife também teve a iniciativa de criar uma rota acessível que, a partir do ponto de ônibus da Avenida Conselheiro Aguiar, viabiliza a chegada das pessoas com deficiência até a orla da praia de Boa Viagem.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Bairro Novo – Olinda –PE



Disponível em: <<http://ecopassaporte.com/pe/pt/roteiro/turismo-adaptado/>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

Em Maceió, na capital Alagoas, as tradicionais jangadas que passeiam em suas águas cristalinas também têm opção para cadeirantes, mais largas do que as tradicionais para viabilizar segurança e estabilidade. A jangada adaptada possui 1,98metros de largura por 6,45metros de comprimento e cada uma consegue transportar até duas pessoas com cadeiras de rodas e quatro acompanhantes.

## Jangada acessível – Maceió – AL



Disponível em: <<https://i.ytimg.com/vi/sTBNjabAyPQ/hqdefault.jpg>>. Acesso 03 dez. 2016.

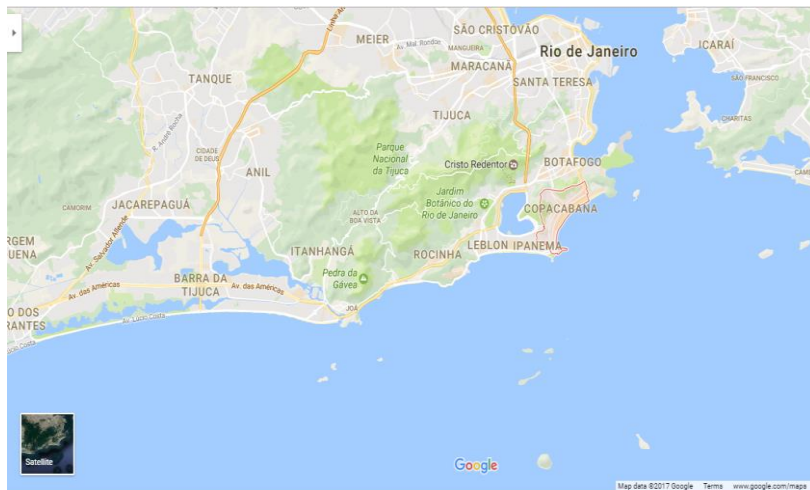
*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Jangada acessível – Maceió – AL



Disponível em: <<http://revistadmais.com.br/turismo-adaptado-maceio-oferece-muitas-opcoes-de-lazer-para-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

## 4.2 ESTUDO DE CASO RIO DE JANEIRO



A locomoção em cadeira de rodas no Rio de Janeiro sempre foi desafiadora. Um desafio constante para circular, carecendo da boa vontade de indivíduos que se prestavam à solidariedade com o trabalho de nos carregar no colo, às bagagens e a cadeira de rodas. Sempre

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



complicado para pegar ônibus, com os metrô sem acessibilidade, sempre foi um desafio circular no Rio de Janeiro para chegar aos destinos de estada, no meu caso, na praia de Botafogo, ao lado do shopping Botafogo, próximo à estação Botafogo do metrô.

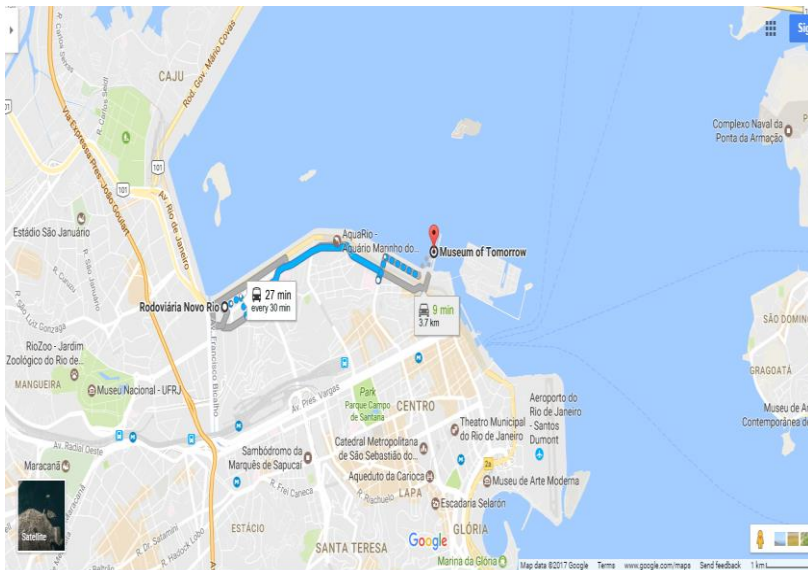
Primeira boa novidade de estudo:

Em função da copa do mundo, muitas coisas mudaram. Embora tenham ocorrido diversas críticas, o fato é que tivemos a oportunidade de sair da Rodoviária para Botafogo de ônibus e sem os tradicionais transtornos. No Terminal, ao lado da Rodoviária foi possível pegar um ônibus adaptado. Se não couber tecer muitos elogios, visto que o carro era consideravelmente velho e enferrujado, o fato é que funcionou. Pela primeira vez de tantas foi menos complicado circular e chegar até o bairro Praia de Botafogo em cadeira de rodas.

Duas semanas no Rio para acompanhar os programas do ‘Praia para Todos’ em Copacabana e Barra da Tijuca e do Adaptsurf, no Leblon e na Barra da Tijuca. Os programas acontecem nos finais de semana.

Na segunda viagem, em outubro de 2016, para a segunda etapa do estudo de campo, em função das Olimpíadas do Rio de Janeiro, as questões de locomoção se apresentaram ainda melhores.

Agora, mesmo com a lei ainda não cumprida em sua totalidade, é possível pegar com certa facilidade um ônibus adaptado no terminal ao lado da Rodoviária. Porém, a opção escolhida foi de circular pelo BRT, o novo modal criado em virtude das Olimpíadas Rio 2016. A viagem, um pouco mais longa, é linda e compensadora. E também está possível circular de metrô, visto que as linhas foram todas adaptadas e o sistema está sendo ampliado. E a vida PcD melhorou.



O sistema do BRT e o Projeto Porto Maravilha revitalizaram a região portuária degradada do Rio de Janeiro. Reincorporou a área no circuito cultural e turístico da cidade, preservando e reescrevendo a história da região por meio de jardins e museus e formando um grande roteiro histórico-cultural nessa região da cidade.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

BRT Rio de Janeiro – Em frente ao Museu do Amanhã em direção à Rodoviária



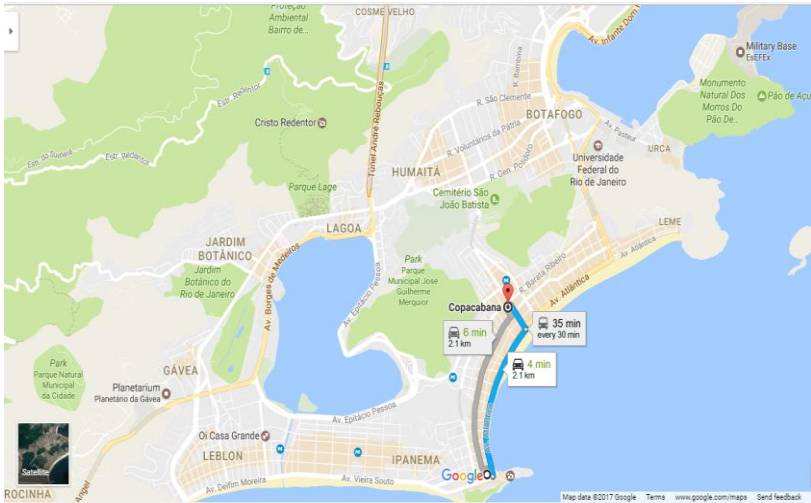
Foto: Denise de Siqueira

Vale ressaltar que o sistema de táxi do Rio de Janeiro também é estimulante em relação ao sistema de Florianópolis. Existe uma frota imensa em circulação constante, por todos os lados. Os taxistas também demonstram maior disposição no atendimento aos usuários de cadeiras de rodas e informaram que firmaram um acordo na cidade, de não utilizar gás combustível com a intenção de terem porta-malas disponíveis para os turistas.

Na segunda viagem, que ocorreu em setembro de 2016, não foi possível encontrar com os responsáveis pelo programa Praia para Todos, visto que eles focam sua atuação na temporada de verão.

Já o programa da Adaptsurf esteve sempre presente, visto que atuam o ano inteiro, com sol e também com chuva.

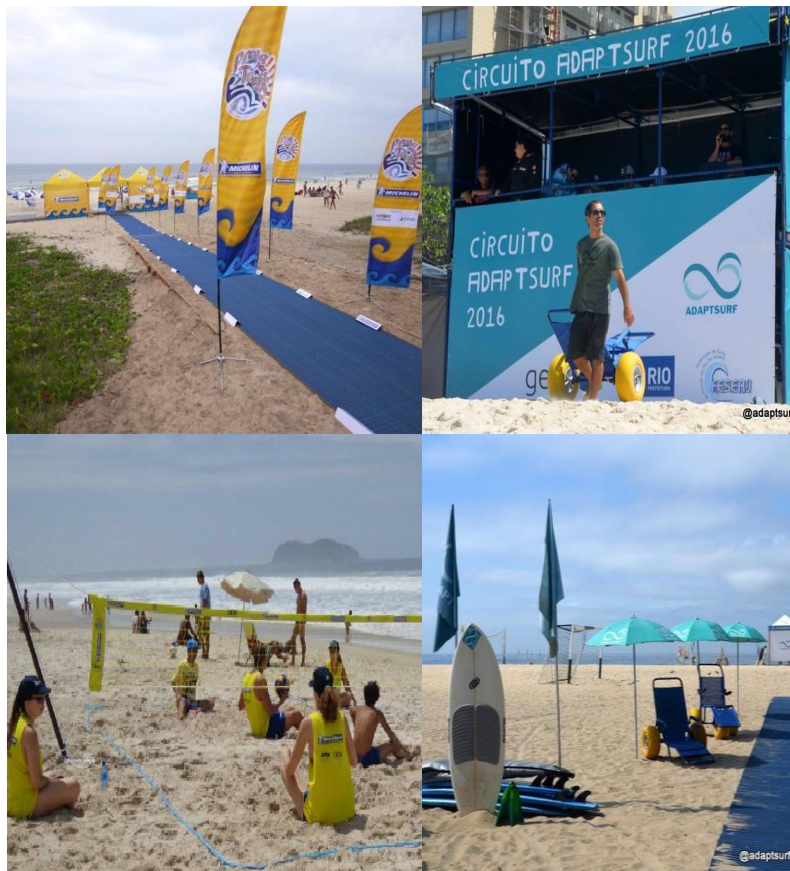
#### 4.2.1 Os dois programas em foco: O Praia para Todos e o Adaptsurf - as referências em programas de acessibilidade de praias no Brasil.



O projeto Praia para Todos em Copacabana no Rio de Janeiro promove diversas atividades visando atender as pessoas com deficiência entre os postos 5 e 6 na direção da rua Francisco de Sá. O local disponibiliza equipe especializada para auxiliar as pessoas com deficiência em atividades como handbike, frescobol, stand up paddle adaptado e banho de mar. Criado em conjunto com o grupo do Adaptsurf, posteriormente, os programas se separaram e a iniciativa se expandiu para o Leblon e Barra da Tijuca no Rio de Janeiro.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Praia para Todos e Adaptsurf



Fotos: Regina Tolomei

### 4.2.2 Programa Praia Para Todos

**Objetivo do programa:** Aumentar a integração da pessoa com deficiência com a natureza e o esporte, promover mais sociabilidade e despertar a atenção da opinião pública.

**Organizador do projeto:** Instituto Novo Ser (INS)

**Fundador e organizador:** Ricardo González.

Observações: O fundador e coordenador do projeto afirma que “não temos estrutura adequada na sede dos Jogos Paralímpicos”.

O surf adaptado é oferecido por eles só na Barra da Tijuca.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser “os outros”.*

O frescobol, a handbike e o stand up paddle são oferecidos apenas em Copacabana.

O Projeto Praia para Todos nasceu de discussões entre o paciente Ricardo Gonzalez Rocha Souza e o terapeuta Alexandre Pinto Reis durante sessões de fisioterapia sobre as dificuldades para um deficiente físico, em especial cadeirante exercer o seu direito à cidadania.

Da empolgação criativa dos dois, surgiu uma ideia e o esboço do projeto. Naquele momento, com o ousado intuito de desenvolver uma infraestrutura acessível para as pessoas com deficiência em pelo menos um posto de cada praia da cidade do Rio de Janeiro, com a ajuda de parcerias dos setores público e privado.

A ideia, a princípio, era que os postos guarda-vidas e o seu entorno fossem adequados às exigências normativas de acessibilidade, não só para deficientes físicos, mas para todos, inclusive eles. Assim como dispor de recursos assistivos, como cadeiras anfíbias, material desportivo e de apoio em cada posto de guarda-vidas, bem como equipe técnica para desenvolver atividades de integração e oferecer a segurança necessária.

O projeto piloto foi em 2009, batizado de PRAIA ACESSÍVEL – LAZER PARA TODOS, no posto 11 da praia do Leblon. Ali existia uma esteira de bambu que tinha sido instalada em 2006 pela prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o CVI – Centro de Vida Independente<sup>14</sup> de lá.

Naquela época não existia nenhuma ação conhecida de inclusão em praias. Essa esteira de bambu não foi adequada às necessidades específicas das pessoas que usam cadeira de rodas, em particular as cadeiras motorizadas, em função do peso destas e dos que utilizam muletas, que também não conseguiam se locomover adequadamente nela.

Este projeto inicial do PRAIA ACESSÍVEL – LAZER PARA TODOS foi em parceria com a Ong Adaptsurf e teve apoio da Secretaria

---

<sup>14</sup> O CVI - Centro de Vida Independente surgiu no final dos anos 60, nos Estados Unidos, por meio de um grupo de pessoas com deficiência que resolveu abandonar a proteção do ambiente institucional e sair às ruas para protestar. Entre elas estava Ed Roberts, que em 1972 fundou em Berkeley, Califórnia, o primeiro Centro de Vida Independente do mundo – uma ONG – organização não governamental, sem fins lucrativos, que ressaltou as potencialidades das pessoas com deficiência muito severas e possibilitou a criação de recursos e serviços de apoio para essas pessoas, equivocadamente consideradas incapacitadas.

Municipal de Turismo e da empresa Michelin. Foi a partir da avaliação desta ação que surgiu em 2010 o projeto itinerante Praia para Todos.

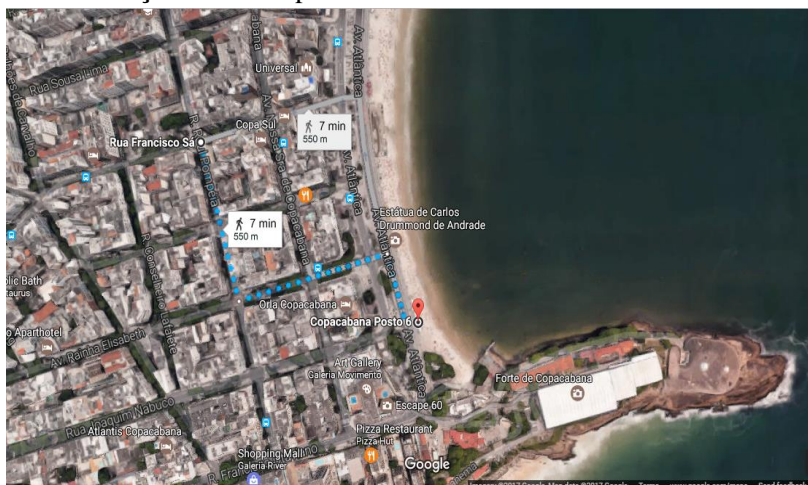
O Praia para Todos itinerante circulou pelas principais praias do Rio de Janeiro e teve como principal intenção a de disseminar os conceitos de Acessibilidade e Inclusão. Teve repercussão nacional e internacional e trouxe o foco para o paradigma da acessibilidade e falta de acessibilidade nas praias brasileiras.

O programa itinerante passou a circular também em São Paulo por meio de parcerias. No caso de São Paulo, é em parceria com a Secretaria de Esportes do Estado.

Segundo eles, pessoas de todos os estados do litoral brasileiro fizeram contato para conhecer o Projeto, manifestando vontade de implementação.

No ano de 2011, o programa foi transferido do posto 6 para o posto 3 da Barra da Tijuca com o intuito de tornar esse o ponto de referência de acessibilidade. E em 2013 expandiu para mais um ponto fixo na praia de Copacabana durante todo o verão.

**Localização:** Entre os postos 5 e 6 – em frente à rua Francisco Sá.



## **Check list COPACABANA**

**Ano de criação:** 2008

**Grupo Responsável:** Parceria Instituto Novo Ser/Sec. Mun. De Turismo/Empresa Michelin

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

**Funcionamento:** Temporada de verão – sábados e domingos (Dezembro a março/abril)

**Horário de funcionamento:** das 9h às 14h

**Serviços:** Banho de mar, handbike, frescobol, stand up paddle adaptado e piscina infantil.

**Banheiros:** Um banheiro feminino e um banheiro masculino acessíveis na estrutura do posto guarda-vidas.

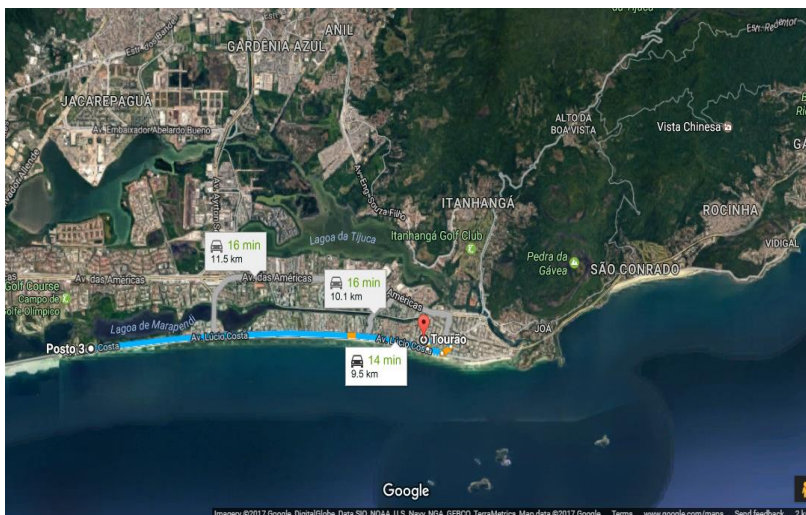
**Equipamentos (quant. e especific.):** Seis esteiras mobimat de 10m cada, quatro cadeiras anfíbias, quatro pranchas de stand up paddle adaptado, cinco tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas, vários equipamentos acessórios para flutuabilidade, coletes, laicras, três handbikes, rede e bola de vôlei, uma piscina infantil.

**Profissionais (nº e especialidade):** Vários profissionais de educação física, fisioterapeutas, psicólogos, e estudantes universitários voluntários.

**Usuários:** Atendem uma média de 50 PcD por dia

### **Check list: BARRA DA TIJUCA**

**Localização:** Posto 3 em frente à praça do Ó.



**Ano de criação:** 2008

**Grupo Responsável:** Inst. Novo Ser/Sec. Mun. De Turismo/Empresa Michelin

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



**Funcionamento:** Temporada de Verão – sábados e domingos (de dezembro a março/abril)

**Horário de funcionamento:** das 9h às 14h

**Serviços:** banho de mar, surf adaptado, vôlei sentado e piscina infantil.

**Banheiros:** Um banheiro feminino e um banheiro masculino acessíveis na estrutura do posto guarda-vidas.

**Equipamentos (quant. e especific):** Seis esteiras mobimat de 10m cada, quatro cadeiras anfíbias, quatro pranchas de surf adaptado, cinco tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas, vários equipamentos acessórios para flutuabilidade, coletes, laicras, rede e bola de vôlei, uma piscina infantil.

**Profissionais (nº e especialidade):** Muitos profissionais de educação física, fisioterapeutas, psicólogos, e estudantes universitários voluntários.

**Usuários:** Atendem uma média de 50 pessoas PcD por dia.

Frequência Geral de Público Praia para Todos

Ano	Projeto	Usuários	Profissionais	Voluntários	Total de Envolvidos
2009	Praia Acess.	92	108	341	541
2011	Praia para Todos	568	1016	400	1984
2013	Praia para Todos	370	530	992	1892
Copa do Mundo	Praia para Todos	72	211	150	433
Totais		3572	1865	1883	4850

Indagamos sobre os índices observados no período da Copa do Mundo, por estarem tão diferentes e abaixo das demais médias, tanto no índice de usuários, como de profissionais e de visitantes. Ricardo Gonzalez explicou que as atividades do PPT – Praia para Todos durante a Copa do Mundo contabiliza os números da realização de apenas um mês de atividade, acompanhando o evento e que o clima permaneceu bastante instável.

### 4.2.3 Programa Adaptsurf

**Objetivo do programa:** O objetivo principal é o esporte, o surf adaptado. Objetivo principal de promover a inclusão social e a igualdade de direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, através do contato direto com a natureza por meio do esporte, da cultura e do lazer.

**Organizador do projeto:** Instituto Adaptsurf, av: Epitácio Pessoa.

**Fundadores e organizadores:** Presidente Dr. Luiz Phelipe Netto Monteiro Nobre; Vice-presidente Henrique Cardoso Saraiva; Coordenadora de Projetos Luana Fransolino Monteiro Nobre.

A Ong Adaptsurf foi criada em 2007 e é uma associação sem fins lucrativos, com o objetivo principal de desenvolver e divulgar o surf adaptado para pessoas com deficiência e lutar pela preservação e pela melhoria na acessibilidade das praias.

O pessoal da Adaptsurf acredita no surf como, segundo eles mesmos, uma excelente ferramenta de transformação das questões sociais, culturais e ambientais, pelo fato de se tratar de um esporte de interação com a natureza, saudável e democrático.

Além das tradicionais aulas de surf, que acontecem aos finais de semana no posto 10 do Leblon e no posto 2 da Barra da Tijuca, a adaptsurf também desenvolve outros projetos, como o projeto surf adaptado, o projeto circuito adaptsurf, o projeto acessibilidade das praias, o projeto praia acessível, o projeto guia adaptsurf, o projeto preservação do ecossistema costeiro e o projeto mutirão adpatsurf.

Dentre os projetos, cabe destacar alguns, como o projeto acessibilidade das Praias, que tem como objetivo promover e viabilizar a acessibilidade das praias por meio de estudos urbanísticos e ambientais sobre as condições dos acessos das praias e seu entorno, destacando principalmente as questões referentes ao acesso à faixa de areia e ao mar pelas PcD e pessoas com mobilidade reduzida.

O foco principal da Adaptsurf é o esporte, em particular o surf adaptado. Não foi o primeiro projeto gratuito de esporte e lazer adaptados do Brasil, mas foi a primeira instituição do Brasil a ofertar gratuitamente atividades de esporte e lazer adaptados usando as cadeiras anfíbias e a esteira Mobi-Mat que hoje se universalizam, para viabilizar o acesso das PcD a esse espaço.

Conforme disse o Phelipe Nobre, esse modelo de praia acessível, que hoje está amplamente copiado por aqui, é resultado de estudos realizados em praias de todo o mundo e exemplos positivos encontrados no Havaí, Austrália, Califórnia, Espanha e Portugal.

A partir desta participação, a Adaptsurf construiu um guia que auxilia moradores e turistas do Rio de Janeiro a escolher a praia ideal para o lazer e prática do surf adaptado. As informações são sobre as praias, a qualidade das ondas e as condições de acessibilidade por meio de um formato simples para a leitura e entendimento das informações.

A Adaptsurf também faz um trabalho sério no sentido de alertar a sociedade sobre a gravidade dos problemas que gera o lixo que é deixado nas praias, tanto para o ecossistema costeiro, como para a saúde e para o lazer das pessoas.

Periodicamente realizam estudos ambientais aprofundados sobre as condições das praias cariocas. Analisam a faixa de areia, o mar e a vegetação costeira. Separam e avaliam todos os resíduos encontrados catalogando os tipos de lixo mais encontrados.

Também fazem ações educativas visando conscientizar a população sobre a importância da limpeza e preservação das praias e informações sobre o destino correto para o lixo, uso consciente de recursos, reciclagem e reaproveitamento.

Realizam mutirões de limpeza nas praias do Leblon, Arpoador, Barra, Macumba, Prainha e Itacoatiara.

Os materiais mais encontrados nos mutirões têm sido os micro lixos: filtros de cigarros, tampas de garrafas plásticas e canudos. Desde 2010, participam oficialmente do Dia Mundial de Limpeza.

Os circuitos que realizam com o objetivo de promover a inclusão social no ambiente da praia, além da competição do surf adaptado, realizam mutirão de limpeza, educação ambiental, prática de Yoga, tenda de lanches e premiação para todos os competidores.

E o carro chefe da Adaptsurf é a vivência prática do surf para pessoas com qualquer tipo de deficiência. O intuito, como eles mesmos disseram, é de socializar, educar e desenvolver globalmente os indivíduos.

O projeto é totalmente gratuito e acontece o ano inteiro. Aos sábados funciona no posto 2 da Barra da Lagoa e aos domingos no posto 11 do Leblon. O horário de funcionamento vai das 9hs às 14hs.

Devido à demanda e por uma questão de organização e viabilidade, as aulas dos alunos são com hora marcada para que tenham condição de atender a todos os interessados. Mas quando os curiosos

como eu aparecem, eles sempre têm espaço para atender e surpreender. Já de cara me acolheram, me levaram para a areia, me colocaram na cadeira anfíbia e me levaram para a água. Uma experiência indescritível, ainda mais quando inesperada.

**Check list: Barra da Tijuca**

**Localização:** Posto 2

**Ano de criação:** 2007

**Grupo Responsável:** Ong Adaptsurf e RIOTUR – Secretaria Especial Municipal de Turismo

**Funcionamento:** O ano todo – aos finais de semana

**Horário de funcionamento:** das 9hs às 14hs

**Atividades:** Banhos de mar e aulas de surf.

**Banheiros:** Um banheiro feminino e um banheiro masculino acessíveis na estrutura do posto guarda-vidas.

**Equipamentos (quant. e especific):** Seis esteiras mobimat de 10 metros cada, duas cadeiras anfíbias (variam conforme a demanda), seis pranchas de surf adaptado, duas tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas e de praia, guarda-sóis, coletes, laicras, faixas e muitas bandeiras de sinalização.

**Profissionais (nº e especialidade):** Profissionais fisioterapeutas, de educação física, psicólogos, e estudantes universitários voluntários.

**Check list: LEBLON**

**Localização:** Posto 11

**Ano de criação:** 2007

**Grupo Responsável:** Ong Adaptsurf e RIOTUR – Secretaria Especial Municipal de Turismo

**Funcionamento:** O ano todo – aos finais de semana

**Horário de funcionamento:** das 9hs às 14hs

**Atividades:** Banhos de mar e aulas de surf.

**Banheiros:** Um banheiro feminino e um banheiro masculino acessíveis na estrutura do posto guarda-vidas.

**Equipamentos (quant. e especific):** Seis esteiras mobimat de 10 metros cada, duas cadeiras anfíbias (variam conforme a demanda), seis pranchas de surf adaptado, duas tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas e de praia, coletes, laicras, faixas e muitas bandeiras de sinalização.

**Profissionais (nº e especialidade):** Profissionais fisioterapeutas, de educação física, psicólogos, e estudantes universitários voluntários.

Phelipe Nobre, que é fisioterapeuta e sócio fundador e coordenador do projeto Surf Adaptado da Ong Adaptsurf explicou que a Ong nasceu em 2007, tanto com a intenção de desenvolver e divulgar o surf adaptado com aulas e oficinas, como para trabalhar a acessibilidade das praias, pelo fato de um ser pré-requisito para o outro. Sem a acessibilidade não seria possível atuar com a prática do esporte adaptado.

O projeto da Adaptsurf atua como uma escola de surf que funciona todos os finais de semana e totalmente gratuita. Relatou que o surf é um excelente aliado da reabilitação e do fortalecimento que a prática do esporte traz às PcD. Por ser um esporte democrático e praticado na praia o surf promove a interação entre as pessoas e consegue fazer as pessoas com as mais diferentes condições interagirem entre si só por coisas positivas.

Das viagens ao exterior descobriu alguns equipamentos, que atualmente estão se popularizando por aqui e revolucionando a vida das pessoas com deficiência permitindo a ocupação e vivência dos ambientes de praia e areia. Uma delas foi a cadeira anfíbia, que permite que qualquer pessoa consiga circular na areia e entrar no mar com segurança.

Atualmente a Adaptsurf tem contato com diversas surf ongs espalhadas pelo mundo. Dentre as várias mencionadas, chamou a atenção para a *Life Holls On* na Califórnia, a qual desenvolve projeto e que um deles chamou a atenção e serviu de inspiração. O nome do projeto de surf é *They Will Surf Again*, “Eles vão surfar de novo” especificamente o TWSA.

A Adaptsurf se inspirou em todas e já nasceu desde o início como aula de surf em moldes de escolinha. Se a pessoa tiver interesse em aprender mesmo, ela vai aprender tudo o que envolve esse universo. Que é a oceanografia, a história do surf, equipamentos e tudo o que é pertinente ao surf. Sobre o mar, sobre ondas, ventos, correntes.

Atualmente a WSL – *World Surf League*, órgão internacional de surf - que é a liga de surf de profissionais e também amadores – juntamente com a ISA- *International Surfing Assotiation*, organizam o campeonato mundial de surf adaptado em um evento que acontece acompanhado de um simpósio relacionado ao surf adaptado, com palestras e troca de experiências.

Sobre os critérios pros atletas na hora de competir, segundo Phelipe, o Brasil possui vários atletas que poderiam competir num

mundial. Chegar lá e pagar e competir, porém, eles ainda não sabem bem como fazer.

As coisas são consideravelmente mais fáceis e simples para as pessoas com elevada condição socioeconômica e no caso das pessoas com deficiência não é diferente.

Sobre os critérios para definir quem serão os competidores para as baterias, só os iguais competem juntos. E bem selecionados. Por exemplo: lesão medular L5 com lesão medular L5. Porém, se a lesão é parcial, a classificação não leva em conta o diagnóstico e sim a funcionalidade. Porque uma pessoa pode ter um diagnóstico horrível, mas ter se desenvolvido e se recuperado mais do que alguém com um diagnóstico menor e estar muito mais funcional do que a outra.

Vamos entender a partir de duas situações hipotéticas:

### Caso 1



Disponível em: <[https://scontent.ffln1-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/188687\\_192305834143063\\_1997673\\_n.jpg?oh=0a771b0b2ed59eef226aaf4aa6620bd4&oe=59763B27](https://scontent.ffln1-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/188687_192305834143063_1997673_n.jpg?oh=0a771b0b2ed59eef226aaf4aa6620bd4&oe=59763B27)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

A imagem mostra uma lesão raquimedular cervical com haste de fixação, isto é uma lesão medular no pescoço. Ao levar em conta apenas a descrição médica com a respectiva CID – Código Internacional de

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Doença<sup>15</sup> a partir do laudo médico, sem avaliar o paciente, infere-se que se trata de pessoa tetraplégica. E está correto, é tetraplegia, mas apenas isso não basta para entender quem é esse sujeito. Este critério é o utilizado no Brasil para os concursos públicos em geral e demais situações.

## Caso 2

A pessoa que vos escreve, possui uma lesão raquimedular T8, isto é uma lesão medular torácica. Avaliando apenas pela descrição do laudo médico, sem a presença do paciente, infere-se que se trata de pessoa com paraplegia.

Para uma banca avaliadora, o caso 1 é tradicionalmente entendido como situação deveras mais grave que o caso 2. Tetraplegia x paraplegia. Esta é a visão que já conceituamos aqui, denominada concepção médica da deficiência. A utilizada no Brasil e que baliza as análises sempre pelas limitações. Porém, as coisas não são tão simples assim. As deficiências não são descritas por situações uniformizadas e iguais. Na realidade quais são as consequências resultantes nos dois casos?

No caso 1, embora seja uma lesão no pescoço, a lesão em específico é parcial e essa pessoa caminha com o uso de uma bengala, até dirigir carro convencional sem adaptações, resguardando o cuidado de não exceder em carregar peso e coisas do tipo. No caso 2, a pessoa que possui a lesão raquimedular T8, por uma lesão completa precisa utilizar cadeira de rodas para se locomover.

No Brasil, convencionalmente ainda se avaliam as deficiências a partir de apenas um laudo com CID – Código Internacional de Doença. Mas é a CIF<sup>16</sup> que permite que se avalie qual é a real condição

---

<sup>15</sup> A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, frequentemente designada pela sigla CID (em inglês: *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD*) fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

<sup>16</sup> A CIF se constitui de base conceitual do trabalho junto a pessoas com deficiência. Trata-se da Classificação Internacional de Funcionalidade firmada pela OMS – Organização Mundial de Saúde. **Objetivo:** proporcionar uma linguagem unificada e padronizada, como um sistema de descrições da saúde e estados a ela relacionados. Os domínios são descritos com base na perspectiva do corpo, do indivíduo e da sociedade em duas listas básicas: 1- O indivíduo: Funções e Estruturas do Corpo, e 2- O meio ambiente: Atividades e participação.

dos indivíduos. É a CIF que avalia as limitações dos indivíduos e as suas relações com o meio ambiente. Por isso é necessário uma combinação entre CID e CIF para poder obter a realidade dos fatos. É o que chamamos de concepção social e biopsicossocial. Quando se avalia parcialmente, abre-se o precedente para as frequentes fraudes.

Phelipe, que é um dos organizadores, explica que o critério utilizado para as competições de surf internacional é conhecido por classificação funcional ou CIF. E segundo ele, tem que ser muito criterioso, porque sempre tem alguém querendo roubar, e tentando omitir capacidades, se fazendo parecer mais limitado do que realmente é. Porém, na hora de competir, o indivíduo consegue fazer várias coisas que na avaliação dizia não conseguir. Daí é desclassificado.

E alguns ainda assim conseguem. Como ele disse: “Têm uns safados. Ainda têm uns mal classificados. Uns caras muito bons numa categoria e que poderiam muito bem estar na outra”.

Em 3 de agosto de 2016 o COI - Comitê Olímpico Internacional oficializou a inclusão do surf como esporte Olímpico a partir de 2020 em Tokyo no Japão. A WSL – *World Surf League*, organizadora das competições do surf mundial e a ISA – *International Surfing Association* trabalham juntos nessa empreitada olímpica.

O trabalho com a Adaptsurf, apesar de ser voluntário, é uma das prioridades na vida de Phelipe. E num gesto simbólico, Phelipe e Luana Nobre da Adaptsurf transportaram a tocha olímpica nas Olimpíadas Rio 2016.

#### Adaptsurf nas Olimpíadas e Paralimpíadas 2016



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*





Fotos: Regina Tolomei

#### 4.2.4 Conclusões Rio de Janeiro

Como ponto positivo, tem o fato de que a forma em que está estruturado o que existe no momento, permite o acesso para todos os tipos de limitações que cheguem até eles. Todos têm acesso ao destino final que é entrar na água e usufruir o desfrute do ambiente aquático e de praia.

Ainda que as iniciativas sejam paliativas, elas são interessantes. Os programas ficam alguns dias em determinado local e ofertam além do banho de mar, a prática de alguns esportes adaptados, como o surf, frescobol, vôlei, *handbike*. Porém, as pessoas é que têm que chegar ao local onde o programa é montado.

A durabilidade e eficiência da esteira é um dos principais requisitos de acesso para viabilizar atenção adequada ao programa, bem como a atenção dada aos banheiros acessíveis e isso é muito frisado pelos realizadores dos eventos.

O banho de mar é assistido. Não tem preocupação com a autonomia. Preocupa-se em fazer acontecer.

Os programas desenvolvidos no Rio de Janeiro são bastante expressivos e ganharam muita repercussão na mídia nacional. É imprescindível levar em conta o fato de o Rio de Janeiro ter passado por dois PanAmericanos, uma Copa do Mundo e uma Olimpíada e Paralimpíada para a ponderação sobre essas iniciativas.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

O Rio de Janeiro por si só já carrega forte apelo turístico e esportivo. Os recentes eventos de expressão internacional, bem ou mal empregados, o fato é que injetaram grandes investimentos no estado e, contudo, os programas não são estruturados de forma a permitir plena autonomia aos usuários.

Se uma PCD quiser frequentar os espaços fora dos horários previstos, terá dificuldades, pois o mobiliário presente e necessário será parcial. Haverão os banheiros dos postos salva-vidas e as duchas de água doce, porém os equipamentos que são ofertados pelos programas não estarão disponíveis, pois não estarão instalados.

	<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Informações	<b>Copacabana</b>	<b>Barra da Tijuca</b>		<b>Leblon</b>
<b>Mobilidade</b>	Ônibus e metrô acessíveis	Ônibus e metrô acessíveis	Ônibus e metrô acessíveis	Ônibus e metrô acessíveis
<b>Grupo Responsável</b>	Parceria Instituto Novo Ser/Sec. Mun. De Turismo/Empresa Michelin	Parceria Instituto Novo Ser/Sec. Mun. De Turismo/Empresa Michelin	Ong Adaptsurf e RIOTUR – Secretaria Especial Municipal de Turismo	Ong Adaptsurf e RIOTUR – Secretaria Especial Municipal de Turismo
<b>Ano de criação</b>	2008	2008	2007	2007
<b>Recursos</b>	Públicos, Privados e ONG	Públicos, Privados e ONG	Públicos e ONG	Públicos e ONG
<b>Localização</b>	Entre os postos 5 e 6 – em frente à rua Francisco Sá.	Posto 3 em frente à praça do Ó.	Posto 2	Posto 11
<b>Serviços</b>	Banho de mar, handbike, frescobol, stand up paddle adaptado e piscina infantil.	Banho de mar, surf adaptado, vôlei sentado, e piscina infantil	Banhos de mar e aulas de surf.	Banho de mar e aulas de surf.
<b>Equipamentos</b>	Seis esteiras mobimat de 10m cada, quatro cadeiras anfíbias, quatro pranchas de stand up paddle adaptado, cinco tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas, vários equipamentos acessórios para fluutuabilidade, coletes, laicras, três handbikes, rede e bola de vôlei, uma piscina infantil.	Seis esteiras mobimat de 10m cada, quatro cadeiras anfíbias, quatro pranchas de surf adaptado, cinco tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas, vários equipamentos acessórios para fluutuabilidade, coletes, laicras, rede e bola de vôlei, uma piscina infantil.	Quatro esteiras mobimat de 10 metros cada, seis cadeiras anfíbias, seis pranchas de surf adaptado, duas tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas e de praia, guarda-sóis, coletes, laicras, faixas e muitas bandeiras de sinalização. Equipe de profissionais voluntários.	Quatro esteiras mobimat de 10 metros cada, seis cadeiras anfíbias, seis pranchas de surf adaptado, duas tendas grandes, mesas e cadeiras plásticas e de praia, guarda sóis, coletes, laicras, faixas e muitas bandeiras de sinalização. Equipe de profissionais voluntários.
<b>Usuários</b>	Atendem uma média de 50 PcD por dia	Atendem uma média de 50 PcD por dia	Atendem alunos organizados com grades de horário e banhistas PcD em geral	Atendem alunos organizados com grades de horário e banhistas PcD em geral
<b>Profissionais (nº e especialidade)</b>	Profissionais de educação física, fisioterapeutas, psicólogos, e estudantes universitários voluntários.	Profissionais de educação física, fisioterapeutas, psicólogos, e estudantes universitários voluntários.	Profissionais fisioterapeutas, psicólogos, de educação física, e estudantes universitários voluntários.	Profissionais fisioterapeutas, de educação física, psicólogos, e estudantes universitários voluntários.
<b>Estrutura Física</b>	2 banheiros: um feminino e um masculino acessíveis no posto guarda-vidas, Demais estrutura é desmontável e removível	2 banheiros: um feminino e um masculino no posto guarda-vidas. Demais estrutura é desmontável e removível.	2 Banheiros: um feminino e um masculino acessíveis no posto guarda-vidas. Demais estrutura é desmontável e removível.	2 banheiros: um feminino e um masculino no posto guarda-vidas. Demais estrutura é desmontável e removível.
<b>Banheiros</b>	2 Banheiros com chuveiros: um feminino e um masculino acessíveis localizados no posto guarda-vidas	2 Banheiros com chuveiros: um feminino e um masculino acessíveis localizados no posto guarda-vidas	2 Banheiros com chuveiros: um feminino e um masculino acessíveis localizados no posto guarda-vidas	2 Banheiros com chuveiros: um feminino e um masculino acessíveis localizados no posto guarda-vidas
<b>Horários e Dias de atendimento</b>	Verão, Finais de semana, das 9h às 14h	Verão, Finais de semana, das 9h às 14h	O ano todo – aos finais de semana e das 9h às 14hs	O ano todo – aos finais de semana e das 9h às 14hs



### 4.3 ESTUDO DE CASO – LITORAL DE SÃO PAULO

Os dois casos em foco no estado de São Paulo são A Praia dos Trabalhadores em São Sebastião, na região de Ubatuba no litoral norte do estado, e a região da Praça do Surfista no Parque Municipal Roberto Mário Santini na cidade de Santos.



Embora tenhamos o nosso foco de estudo nos referenciais fixos, em função do conceito do Desenho Universal, cabe pontuar alguns eventos para a contextualização do processo evolutivo na região.

A Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do estado de São Paulo tem sede no prédio do Memorial da América Latina, na Barra Funda na cidade de São Paulo. É deles a origem da iniciativa que conhecemos de acessibilidade das praias e regiões aquáticas do estado. E, conforme nos informou Marco Pellegrini, o *start* dos programas de Praias Acessíveis do estado de São Paulo começou expressivo.

A Secretaria de São Paulo é bastante atuante e em suas instalações no Memorial da América Latina, por meio do Memorial da

Inclusão<sup>17</sup>, permitem aos interessados, conhecer o processo histórico de luta das pessoas com deficiência através de uma imersão na história entre o período de 1970 aos dias de hoje.

Sobre os programas de praias acessíveis, as parcerias se deram entre o governo do estado, governos municipais, participação eventual de algumas associações e destinaram uma média de dez cadeiras anfíbias a cada prefeitura que manifestou interesse em desenvolver a modalidade.

O projeto de acessibilidade do estado não se restringiu à costa litorânea. O programa inicial, no ano de 2010, foi implantado em doze municípios do litoral e em nove praias de água doce de estâncias balneárias do interior do estado. As cidades contempladas foram:

Litoral: Cananéia, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, São Vicente, Santos, Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Guarujá, Caraguatatuba e Ubatuba.

Interior: Iguape, São Manuel, Itapurá, Panorama, Avaré, Caconde, Rifaina, Rosana e Presidente Epitácio.

Nas parcerias, a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência fornece os equipamentos e o município ou associações representativas ficam responsáveis pelas equipes de suporte. Isto explica a grande diferença existente entre os diversos programas.

Mas, alguns requisitos estruturais são premissa para que a parceria aconteça. A estrutura tem que disponibilizar aos usuários uma equipe de monitores, profissionais de saúde, guarda-vidas, estacionamentos específicos e banheiros adaptados. O banheiro acessível é considerado elemento crucial para a concretização dos projetos. Só se cumpridas as exigências é que as parcerias são realizadas.

Após a passagem pela cidade de São Paulo, o deslocamento estava planejado para acontecer a partir da região metropolitana de

---

<sup>17</sup> **Exposição permanente Memorial da Inclusão: os Caminhos da Pessoa com Deficiência.** Inaugurada em 2009 na sede da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Visitação gratuita. Apresenta a partir de fotografias, documentos, manuscritos, áudios e vídeos, a história sociocultural e política do movimento social das pessoas com deficiência. Oferece 12 ambientes compostos por painéis com logotipia recortada e aplicada em alto relevo, piso tátil e tubos sonoros, que descrevem os conteúdos para as pessoas com deficiência visual. Um dos destaques da exposição é a Sala dos Sentidos, em que o público, através de experiências sensoriais em um local escuro, pode refletir sobre a importância dos sentidos como tato, visão, audição e olfato.

Santos em direção ao litoral norte até a divisa com o Rio de Janeiro, porém, em função da chuva, a dinâmica foi invertida, com a intenção de caminhar em direção contrária à precipitação.

Estrada Rio-Santos



Fotos: Denise de Siqueira

Os focos do estudo em questão foram: a Praia Acessível da Escola de Velas em São Sebastião no litoral norte e a Praça do Surfista em Santos.

A mobilidade afeta a vida das pessoas de muitas maneiras. Ela não é igualmente acessível para todos, e ser móvel não é algo simples. Nesta segunda etapa do estudo de campo, tivemos a inusitada oportunidade de realizar o percurso em estudo, de carro. E assim vivenciar uma ampliação vertiginosa dos nossos horizontes.

A possibilidade de poder observar, de parar e seguir onde e quando quiser, descobrir o inesperado e poder retornar para investigar, enriqueceu muito o estudo e permitiu sentir a dimensão que tem o universo de quem tem deficiência e se desloca de carro com relação a quem vive dependente de transporte público.

Foi possível observar inúmeras iniciativas na região litorânea de São Paulo com o intuito de resolver, de alguma maneira, a questão do acesso das pessoas com deficiência às praias. Como já foi exposto,

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

diversas são as razões que estimulam tais iniciativas, mas o fato mais relevante a ser observado é que elas estão acontecendo por lá.

Em função da melhora da nossa mobilidade, elencamos aqui alguns exemplos do que foi encontrado pelo caminho e vale pontuar positivamente, ainda que sem toda a condição e tempo para averiguar tudo o que teria que ser visto. Assim, para além dos nossos dois destinos, iniciamos com a apresentação pontual de alguns casos encontrados por lá.

Em Itanhaém, São Paulo: o programa Praia Acessível oferta as cadeiras anfíbias para o banho de mar seguro às pessoas com deficiência entre os meses de janeiro e março/abril. Eles registram número superior a 350 pessoas atendidas no município. O programa funciona nos Jardim Grandesp, Satélite e Suarão.

#### Itanhaém – SP



Foto: Ailton Profeta Nunes Quintal

O programa Praia Acessível no Guarujá é mais tímido. É realizado pela Associação Paraesportista da Baixada Santista e, neste caso, os usuários e os seus acompanhantes precisam fazer um cadastro para usufruir da assistência de profissionais treinados pelo governo do estado de São Paulo que viabilizam então um banho de mar com duração de 30 a 45 minutos.



## Guarujá – SP



Foto: Cristiane Camargo de Oliveira

### 4.3.1 Acessibilidade litorânea em São Sebastião na região de Ubatuba

#### São Sebastião e Ilha de São Sebastião (Ilha Bela)



Disponível em:

<[http://www.ilhabela.net/praias/images/saosebastiao/sao\\_sebastiao.jpg](http://www.ilhabela.net/praias/images/saosebastiao/sao_sebastiao.jpg)>.

Em Ilha Bela, os guardas salva-vidas são treinados para acompanhar o banho de pessoas com deficiência. Existem oito profissionais contratados pela prefeitura da cidade e nove pelo governo do estado de São Paulo. Esses profissionais trabalham diariamente e estão alocados nas praias de Pedras Miúdas (Ilha das Cabras), Praia Grande, Curral, Perequê, Saco da Capela e Garapocaia (Pedra do Sino) e

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

na comunidade tradicional caiçara da Praia do Bonete, no extremo sul. Apenas a praia dos Castelhanos oferta o cuidado desses profissionais somente de sexta a domingo.

Ilha Bela – São Sebastião – SP



Foto: Ailton Profeta Nunes Quintal

Ilha Bela – São Sebastião – SP



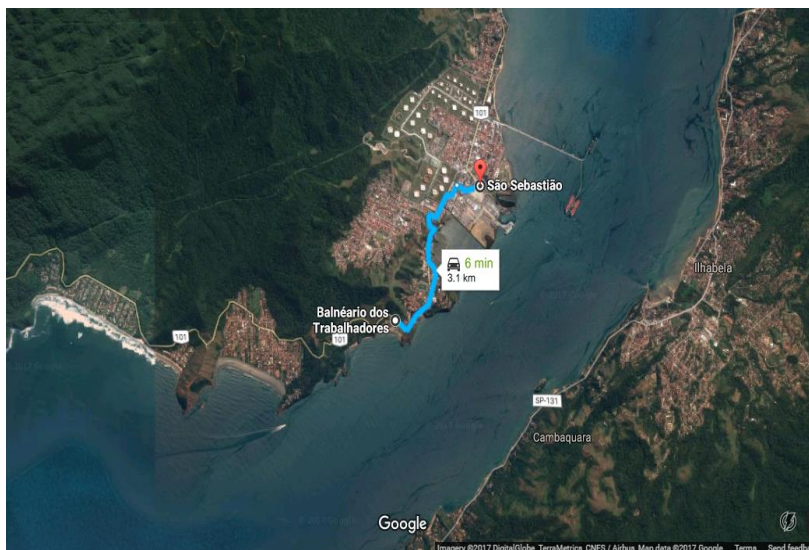
Foto: Ailton Profeta Nunes Quintal

Ilha Bela é a segunda maior ilha marítima brasileira. Está posicionada frontalmente com a cidade de São Sebastião, separada do continente pelo Canal de São Sebastião, canal marítimo de 25 km que favorece o desenvolvimento de esportes aquáticos na região.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### 4.3.2 Estudo de caso São Sebastião – Balneário dos Trabalhadores

Em nosso destino, na região de São Sebastião, litoral norte de São Paulo, a administração municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Esportes, estruturou a Praia Acessível em foco, no Balneário dos Trabalhadores, na Praia Grande, região central de São Sebastião.



O programa existente aqui é anterior ao que foi deflagrado em 2010 por meio das Secretarias Estaduais. As atividades desenvolvidas no Balneário foram iniciadas nos idos de 1970.

Existe um portal de acesso, onde há a cobrança de uma taxa diária de utilização do espaço e sua infraestrutura, mas que isenta o veículo, quando o grupo está acompanhado de pessoa com deficiência.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Portal de entrada Praia Acessível do Balneário dos Trabalhadores



São Sebastião – SP – Foto: Denise de Siqueira

O Balneário dos Trabalhadores possui infraestrutura adequada. Para conhecer o espaço, o *tour* de imagens poderá dizer ao leitor mais do que muitas palavras. Existe um ponto de ônibus em frente ao balneário.

## Estacionamento



Fotos: Cristiane Camargo

O estacionamento é grande e comporta muitos veículos de diversos tamanhos, o que justifica mais uma vez a tarifa, visto que diversos ônibus utilizam estacionar ali para os turistas desbravarem a região.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Central de informação turística e o principal acesso pelo vão central



Fotos: Cristiane Camargo

Praça central em direção à orla



Fotos: Cristiane Camargo

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

A infraestrutura local, entre outros, contempla restaurante, churrasqueiras, quadras esportivas, pista de skate, palco a céu aberto e a orla marítima.

Restaurante e orla em frente ao restaurante



Fotos: Denise de Siqueira

Churrasqueiras próximas às quadras esportivas e estacionamento das quadras



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Quadras poliesportivas



Fotos: Denise de Siqueira

### Pista de skate



Fotos: Cristiane Camargo

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



## Palco a beira-mar



Fotos: Cristiane Camargo

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Palco a beira-mar



Fotos: Cristiane Camargo

Os banheiros e vestiários do local são grandes, acessíveis e adequados para atender à demanda da estrutura local.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Entrada dos banheiros do balneário



Fotos: Cristiane Camargo

Embora não pareça, o identificador de acessibilidade existe. Está desbotado



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

A acessibilidade está adequada para o sanitário e para o banho



Fotos: Denise de Siqueira

O espaço também abriga outros atrativos como o Museu do Mar FUNDAMAR e a Escola de Vela Ventos e Velas.

O Museu Fundamar possui acervo de biologia marinha e naufrágios da região. Expõe animais taxidermizados<sup>18</sup>, esqueletos de animais marinhos, objetos de naufrágios ocorridos na região, réplicas de embarcações que contam a história da navegação e uma canoa de voga<sup>19</sup> legítima.

Durante o verão, às quintas e sextas-feiras, a fundação desenvolve atividades gratuitas com a comunidade local e visitante, com saídas para a praia e trilha no costão rochoso. A idade mínima para participar das atividades é sete anos.

<sup>18</sup> **Taxidermia** ou **taxiodermia**: termo grego que significa "dar forma à pele. Montar ou reproduzir animais para exibição ou estudo. Usada para coleção científica ou exposição, bem como importante ferramenta de conservação, viabilizando alternativa de lazer e cultura para a sociedade. Principal objetivo: o resgate de espécimes para educação ambiental ou como material didático.

<sup>19</sup> Canoa de voga é uma canoa esculpida a partir de um único tronco de árvore e podia chegar até 20 metros de comprimento por 2 de largura. Faz parte da tradição caiçara dos moradores da região entre São Paulo e Rio de Janeiro.



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Museu do Mar Fundamar – Fotos: Cristiane Camargo

Em função dos bons ventos do canal de São Sebastião, a cidade se voltou para o mar e ao esporte náutico e consolidou o projeto conhecido como Ventos & Velas.

A escola, atuante desde a década de 1970, ministra curso de vela para os alunos da rede pública de educação, cursos náuticos profissionalizantes e eventos náuticos. Oferta programas constantes e gratuitos destinados a crianças com deficiência e crianças carentes e prepara atletas de alto rendimento para disputas esportivas oficiais, como as Olimpíadas e Paralimpíadas. Também é permitida a prática esportiva acompanhada aos visitantes.

## Escola de Vela Ventos &amp; Velas



Fotos: Cristiane Camargo

## Frequentadores do espaço



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Frequentadores do espaço



Fotos: Denise de Siqueira

A escola atua com ênfase na educação náutica, proporcionando conhecimentos sobre o mar e sobre navegação à vela, meio ambiente e cidadania, esgoto e balneabilidade das praias, biologia marinha, geografia regional marítima, atividades pesqueiras entre outros eventuais, prevalecendo-se sempre de aulas práticas e teóricas. Sobre as aulas, são enviados relatórios à Marinha e os alunos recebem carteira de habilitação.

A Escola também oferece um curso de laminação em embarcações, qualificado pelo Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e certificação ISO<sup>20</sup>. O bom rendimento escolar é pré-requisito para permanecer na Escola. O projeto é da prefeitura de São Sebastião e a realização se dá por parceria entre a prefeitura e a Escola de Velas.

O instrutor Pedro Paulo Grangeiro conta que já foi aluno da Escola quando criança, onde ingressou em 1999, e ainda nem existia o Projeto como é hoje. Conseguiu se destacar como atleta medalhista, porém, pela necessidade de trabalhar, acabou tendo que deixar o esporte, mas acabou acolhido pela Escola onde está até hoje. Pedro também deixou sua marca na participação das Olimpíadas do Rio 2016.

<sup>20</sup> ISO: *International Organization for Standardization* ou Organização Internacional para Padronização. A série de normas ISO foi criada pela Organização Internacional de Padronização, em Genebra, na Suíça em 1947. Com o objetivo de melhorar a qualidade de serviços e produtos. No Brasil é representada pela Associação de Normas Técnicas (ABNT).



## Professor Pedro Paulo Grangeiro – Escola Ventos &amp; Velas



Fotos: Cristiane Camargo

## Conhecendo a orla:

## Orla em direção ao canto esquerdo



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Orla central



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Orla em direção ao Costão Rochoso



Fotos: Denise de Siqueira

Ainda dentro da estrutura da Praia do Balneário dos Trabalhadores, está implantada uma base da Defesa Civil de São Sebastião, requisito que lhe atribui um diferencial em questão de segurança.

### Base da Defesa Civil no Balneário dos Trabalhadores – São Sebastião –SP



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Existe uma estrutura dentro da área do Balneário que ao mesmo tempo em que possibilita paz, descanso e interação com a natureza, delega uma dinâmica ao lugar que o faz muito interessante.

#### **4.3.3 Conclusões São Sebastião**

O espaço é simples, eficiente e funcional. A forma como a estrutura está planejada atende adequadamente as pessoas em qualquer condição e mais: dá estímulos. Pessoa com deficiência, conforme o grau da deficiência consegue se movimentar sozinha, minimizando ao extremo a necessidade de auxílios externos.

Dos quatro itens para as diretrizes de praia o item referente à mobilidade elenca grande área de estacionamento e ponto de ônibus na entrada do Balneário. O Balneário oferece condições adequadas às PcD para a circulação e estada na orla da praia com conforto, autonomia e segurança. O mobiliário corresponde às necessidades do espaço e as atividades aquáticas são asseguradas, tanto pelos equipamentos disponíveis adequados, quanto pela equipe de apoio no local.

Cumprе requisitos e oferece diversos atrativos: os praticantes de esportes radicais; de esportes náuticos; praia tranquila para crianças e idosos; atividades históricas, ecológicas e culturais acontecem ali; e tranquilidade para os que querem sossego. É uma praia para qualquer pessoa, para todas as pessoas.

O espaço é eclético e com infraestrutura impecável. O Balneário dos Trabalhadores possui uma das melhores infraestruturas do país. As rampas de acesso aos espaços estão todas lá onde são necessárias e dentro dos padrões da ABNT, permitindo o deslocamento com autonomia e segurança. As transições o quanto possível são sempre em nível entre os jardins e os caminhos. Premissas da autonomia e função social atendidas.

O programa do Balneário dos Trabalhadores, assim como acontece no Rio de Janeiro, é uma iniciativa de políticas públicas, porém, diferentemente do Rio, o programa não é sazonal e nem itinerante. Traz o grande diferencial de se tratar de política pública permanente. Além de atender às premissas do Desenho Universal, da autonomia e da simplicidade.

#### 4.3.4. Acessibilidade Litorânea em Santos – SP - Estudo de Caso: Praça do Surfista – Parque Municipal Roberto Mário Santini na Praia José Menino - Santos



### Contextualização

A cidade de Santos está situada na ilha de São Vicente, no Estuário<sup>21</sup> de Cubatão, em um arquipélago no litoral paulista a apenas 65 km da cidade de São Paulo. Emblemática e estratégica desde sempre para o Brasil. Foi onde tudo começou por aqui e é onde está situado o Parque Municipal Roberto Mario Santini e a Praça do Surfista, nosso foco de análise.

O Parque e a Praça, conforme o site oficial da Prefeitura de Santos compõem uma extensa área pública de orla arborizada e grande fonte de recursos biológicos. É considerada a maior extensão de jardins de orla do mundo e por isso entrou para o Guinness Book desde 2012. São sete quilômetros de praia contínua e 5.335 metros de jardins que totalizam 228,8 mil m<sup>2</sup>.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> Estuário: Ambiente aquático de transição entre um rio e o mar. Um estuário sofre a influência das marés e apresenta fortes gradientes ambientais, desde águas doces próximas da sua cabeceira, águas salobras, e águas marinhas próximo da sua desembocadura.

<sup>22</sup> Guia da prefeitura de Santos. Disponível em: <<http://www.turismosantos.com.br/ptb/guia-de-santos/locais/ir/atracoes-em-santos/orla/orla-da-praia-e-jardins>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Praça do surfista – Santos - SP



Foto 1: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0099h3.jpg>

Foto 2: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0099n.jpg>

A referida área, que era terreno de marinha, foi cedida pela União à prefeitura de Santos entre 1920 e 1922 para que esta gerisse o espaço visto que o mesmo, na época, estava ameaçado pelo interesse de particulares ricos que queriam se apossar dela para a construção de residências de alto padrão.

Aristides Bastos Machado foi o prefeito que assumiu a gestão da cidade de Santos em 1932 e que iniciou uma estratégia de enfrentamento. O período em questão era delicado no mundo e não menos no Brasil. A quebra da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929 gerou a crise econômica mundial que ficou conhecida como a Crise de 1929<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Popularmente conhecida como **A Grande Depressão**, foi uma grande crise econômica que persistiu até a Segunda Guerra Mundial, sendo considerado como o pior e mais longo período de recessão econômica do século XX.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Esse fato, somado a já existente insatisfação de setores nacionais com a chamada Política Café com Leite<sup>24</sup>, gerou várias revoltas populares em diversas regiões do território nacional e insatisfação de militares que se diziam descontentes e em busca da moralização do país.

O governo de Aristides Bastos Machado foi o primeiro governo constitucional de Santos após o período de exceção<sup>25</sup>. Nesse contexto, em que a prefeitura estava quase perdendo o embate para os particulares, foi que o então prefeito e urbanista, Aristides Bastos Machado decidiu por iniciar a posse da orla com a construção de logradouros municipais. A primeira fase de criação dos jardins se deu do bairro do Gonzaga ao bairro José Menino.

Vista aérea da região entre os bairros Gonzaga e José Menino – Santos – SP



Após, os diversos outros prefeitos viram-se empolgados em aprimorar cada vez mais esse conceito de orla pública e a partir de 1957 iniciaram o processo de iluminação dos jardins da orla. A gestão local fala muito em ciência ecológica associada à ciência botânica para justificar o cuidado com a orla e para a adequada manutenção dos jardins de floração permanentes.

<sup>24</sup> Política do café com leite: estrutura de poder empregado no Brasil durante a República Velha (1889-1930), que consistiu no predomínio político dos cafeicultores de São Paulo e dos fazendeiros de Minas Gerais, que se revezavam ocupando a presidência do país. O nome da política se refere ao café de São Paulo e o leite de Minas Gerais.

<sup>25</sup> Situação oposta ao Estado de Direito. Forma de governo ditatorial ou de emergência, que resulta de uma revolução ou golpe de Estado.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Fotos de 29/11/1973 feita pelo antigo jornal *Cidade de Santos* (cedida pelo professor Waldir Rueda) onde se vê funcionários da Prefeitura de Santos colocando o mosaico português na orla da praia no Bairro do José Menino (note-se no canto esquerdo das fotos, a perua Kombi amarelo-ouro da reportagem) em 1/7/1975, ainda na praia do José Menino, próximo à divisa com São Vicente.

Geograficamente, Santos, assim como Florianópolis, se divide em duas áreas geográficas distintas: área insular e área continental. E nos dois casos as duas áreas diferem em termos geográficos, econômicos e demográficos. Mas, no caso dos frequentadores da orla do bairro José Menino, muitos não imaginam o que está sob o Parque Municipal Roberto Mário Santini. O Parque está construído em cima de um Emissário Submarino.

O emissário submarino tem 14 km e conduz o esgoto da Praia José Menino até o mar. Sua principal função é recolher as águas dos canais de drenagem da cidade e bombear para o alto mar e lá, segundo

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*







Disponível em: <<http://f.i.uol.com.br/fotografia/2013/01/24/234344-970x600-1.jpeg>>.

Parque Roberto Mário Santini no emissário submarino da praia José Menino, orla de Santos



Disponível em: <<http://blogdameschini.com.br/wp-content/uploads/2013/08/emissariodesantos.jpg>>.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

A praça do surfista é uma homenagem ao surfista Osmar Gonçalves<sup>26</sup>, o primeiro brasileiro a pegar ondas. Bastante arborizada, a região possui uma infraestrutura que surpreende.



Foto: Cristiane Camargo

A praça e o parque abrigam muitos setores e atividades da prefeitura, principalmente voltados à cultura e ao esporte e expressa forte relação da cidade com o mar. Só o surf tem para si diversos setores administrativos e de prática esportiva distribuídas na área.

---

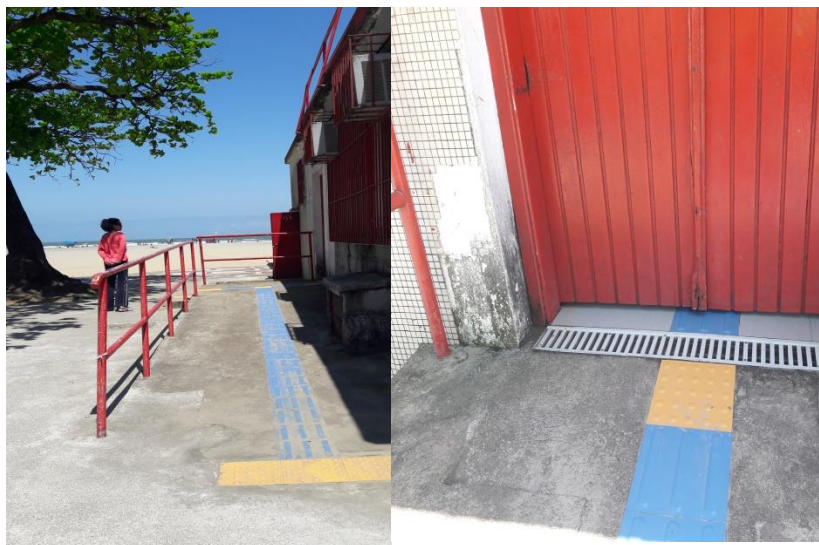
<sup>26</sup> Osmar Gonçalves nasceu em Santos no dia 14 de setembro de 1922. Em 1938, com apenas 16 anos, entrou para a história do surf, ao ser o primeiro brasileiro a pegar ondas. A prancha media 3,90 metros de comprimento e pesava, aproximadamente, 80 quilos. Morreu em 30 de abril de 1999. História completa em <http://surfinsantoss.blogspot.com.br>.

## Escola Radical Semes - Setor de prática paraesportiva

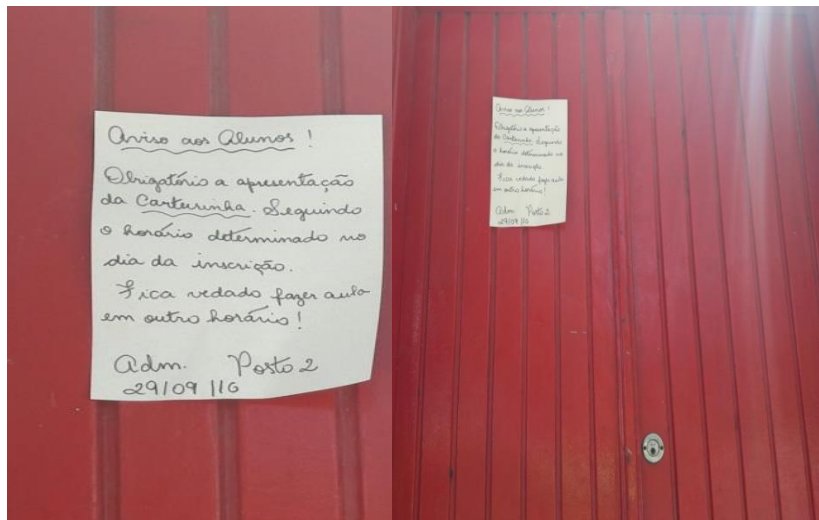


Fotos: Cristiane Camargo

Este setor abriga os programas esportivos voltados às pessoas com deficiência



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Fotos: Denise de Siqueira

A praça e o parque possuem pisos táteis sinalizadores para pessoas cegas e com baixa visão nos diversos caminhos e setores que não só os de atividades destinadas às PcD.

Em 2014, a Escola Radical da Semes (Secretaria de Esportes de Santos), lançou o Núcleo de Terapia com Pranchas de Surf Adaptadas para Pessoas com Deficiência. O coordenador da Escola, Cisco Araña, desenvolveu uma prancha multifuncional com o objetivo de incluir e melhorar a experiência dos alunos com deficiência. Turmas com cinco alunos recebem semanalmente toda a atenção dos professores para utilizar o equipamento, que permite melhor adequação para diferentes tipos de deficiência oferecendo mais segurança na prática esportiva.

A praça impressiona por sua grandiosidade, muitos caminhos, muita sombra mas, sobretudo quando dimensionada a extensão da área de areia disponível para os banhistas.

### A praça com placa de balneabilidade e a orla de areia



Fotos: Cristiane Camargo

No decorrer de toda a extensão da orla, encontramos as duchas de água doce, com um desenho estético característico, eficiente e que se harmoniza com o ambiente.

### Duchas da orla de Santos



Fotos: Denise de Siqueira

As ciclovias, pisos táteis e vagas de estacionamento também fazem parte da composição e pela rua Presidente Wilson, as vagas específicas estão ao longo do trajeto, demarcadas em intervalos, para idosos e pessoas com deficiência de duas em duas.

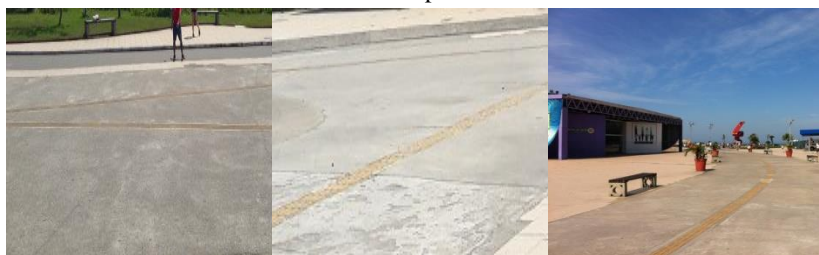
*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Vagas Exclusivas PcD



Fotos: Denise de Siqueira

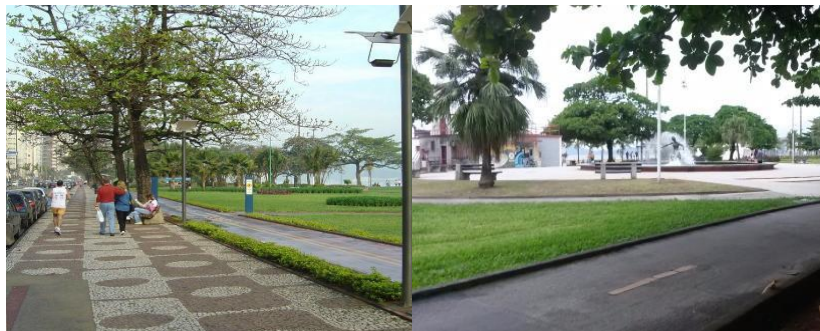
## Percurso de pisos táteis



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Ciclovias



Fotos: Cristiane Camargo

Os banheiros públicos da orla de Santos possuem um padrão estético arredondado, claro e interessante, visto que se mantêm limpos e adequados mesmo nos dias de chuvas e funcionários cuidam da manutenção da limpeza. São acessíveis e possuem fraldário trocador de bebês.

## Banheiros públicos da orla de Santos – SP



Fotos: Denise de Siqueira

Na região do parque, existe uma considerável infraestrutura administrativa municipal, onde pudemos obter muitas informações sem muito esforço. Até mesmo a biblioteca pública está nos jardins da orla. Existe um cuidado constante com a manutenção da composição da orla e que, para além dos relatos que obtivemos, é possível constatar *in loco*.

O Parque, que tem um monumento em homenagem à colônia japonesa, comporta posto turístico, posto da guarda municipal, um posto

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



de atuação esportiva e de pesquisa em microscopia da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), heliponto e muitos outros atrativos.

Escultura da artista plástica Tomie Ohtake



Disponível em: <<http://ocampista.com.br/santos13.jpg>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

O monumento de Tomie Ohtake, que é uma homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil, possui 20 metros de comprimento por 15 de altura por 2 de largura.

Prédio da Guarda Municipal no Parque Mário Roberto Santini



Fotos: Denise de Siqueira

No parque, são disponibilizadas aulas gratuitas de ginástica, yoga, academia, de musculação ao ar livre, surf e skate. Possui duas academias de musculação, sendo que uma é exclusiva para pessoas da

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

terceira idade, pista de skate, de patinação e de cooper. Possui quadra de malha<sup>27</sup>, área de parque para as crianças, denominado Área da Criança, ciclovias, torre de observação, museu do surf, prédio escola de surf com torre de observação, arquibancada em deck e lanchonete.

Pista de skate



Foto: Denise de Siqueira

---

<sup>27</sup> **Jogo da malha, Chinquilho ou Jogo do fito:** é um esporte onde se lançam discos de metal ou pedras chatas - no caso do jogo do fito - em direção a um pino com a intenção de derrubá-lo e/ou deixar a malha (ou o fito) o mais próximo possível do pino. O jogo da malha é um jogo de pontaria.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

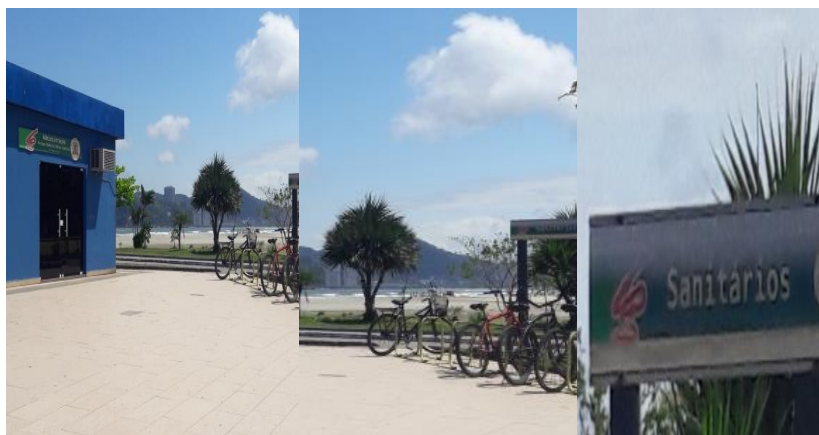
### Prédio administrativo do Parque Mário Roberto Santini



Fotos: Denise de Siqueira

Essa estrutura, em suas quatro frentes, comporta em si também área de lanchonete, sorveteria e banheiros públicos, bem como contempla bicicletários. A região é muito bem sinalizada.

### Bicicletário



Fotos: Denise de Siqueira

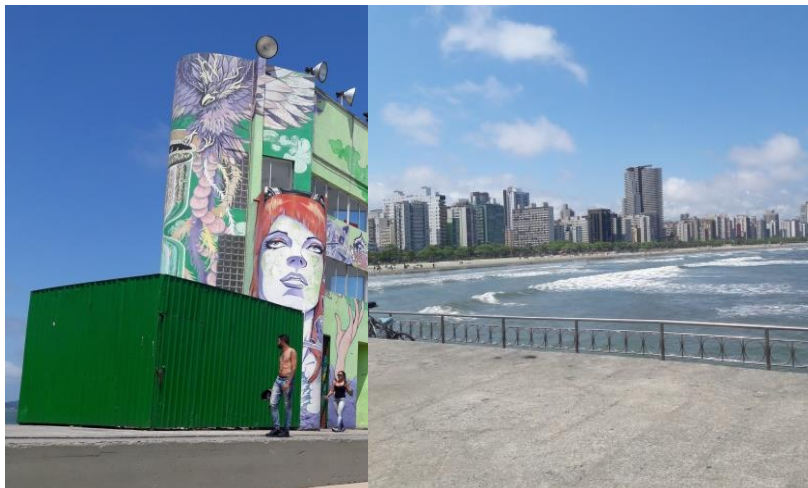
*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Escola de Surf Picuruta Salazar<sup>28</sup> e sala de equipamentos

Fotos: Denise de Siqueira

Na modalidade surf, o parque ainda tem uma torre de observação e imensa arquibancada em deck para aulas e campeonatos que propiciam visão privilegiada.

Torre de observação de quatro andares e a vista da torre e da arquibancada



Fotos: Denise de Siqueira

<sup>28</sup> **Picuruta Salazar**: surfista profissional brasileiro, apelidado de **Gato** em referência ao gato doméstico que, conforme expressão popular, "sempre cai em pé". Geração *old school*. É considerado uma lenda viva.

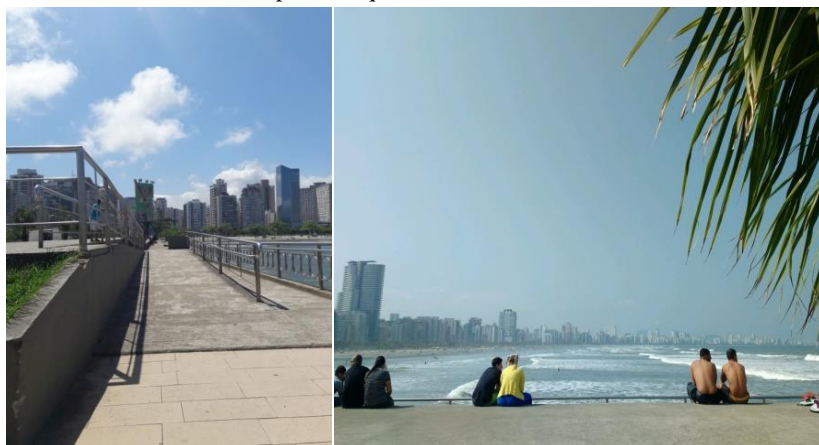
*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Arquibancada em deck e acessível



Fotos: Cristiane Camargo

## Entrada acessível para a arquibancada do surf e a vista do local



Fotos: Denise de Siqueira

O Museu do Surf reúne pranchas que contam histórias dos principais lugares do mundo, relíquias e até pranchas de madeira do início da prática no Brasil.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Museu do surf



Fotos: Denise de Siqueira

## Parque Infantil



Fotos: Cristiane Camargo

Além dos atrativos naturais e esportivos do Parque e da praça na própria orla, os praticantes de vôo livre que saltam no Morro José Menino, até que pousem ali desfrutam e admiram a paisagem do alto.

A região possui muitas atrações. São shoppings centers, cinemas, teatros, hotéis diversos, bares restaurantes. Seguindo esse contexto, os calçadões e jardins da orla acompanham o ritmo agitado vinte e quatro horas, com vida noturna movimentada e, mesmo com cadeira de rodas, é possível permanecer e participar desse universo sem transtornos.

#### Vista noturna da orla da Praça do Surfista no José Menino – Santos – SP



Fotos: Cristiane Camargo

#### 4.3.5. Conclusão Santos

Uma das questões observadas é o de que lá atrás, quando da disputa entre os gestores públicos e o setor privado pelo direito de ocupar a orla marítima da cidade, os gestores, tanto federais quanto os municipais, naquele momento não atuavam alinhados com os dirigentes do setor imobiliário. Carregavam conceitos e valores divergentes e o desenho existente hoje na composição da orla da cidade de Santos é o que resultou desse enfrentamento.

No referente à diretriz da mobilidade urbana, Santos possui sua frota de transporte público coletivo 100% acessível, com todos os veículos do sistema de transporte convencional adaptados e dos 48 executivos, até o presente momento, 29 já estão acessíveis. Até mesmo o bonde turístico, Bonde Café, que oferece degustação de café, enquanto se passeia pelo Centro Histórico, também possui acessibilidade e elevador para o embarque de pessoas com deficiência.

Na área esportiva, além do programa Educação Física para Todos, atualmente o município atua com 480 alunos em aulas esportivas e destes, 59 são paratletas.

Das quatro diretrizes levadas em conta para a questão da acessibilidade das praias a cidade de Santos dá o exemplo. Mobilidade urbana em total acordo com as leis e normas vigentes. Desde os carros convencionais do transporte público coletivo aos especializados, denominados por eles de Seletivo, até às calçadas, que são padronizadas

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

por meio de um programa batizado de Calçada para Todos, que se baliza pelos quesitos de conforto, acessibilidade e segurança para todos os pedestres.

Não há desconfortos para estar na orla de Santos. Além da oferta de condições adequadas pelos estabelecimentos comerciais, também o serviço público atende a demanda de todas as pessoas, incluindo as PcD. É possível desfrutar da orla, da areia da praia e de banhar-se e até praticar esportes, se essa for a vontade do usuário.

Das quatro diretrizes que consideramos para análise do alcance do conceito do desenho universal para a região das orlas das praias, Santos é magistral. Apresenta atenção absoluta; ciclovias, pisos táteis, estacionamentos exclusivos, banheiros limpos, sistemas de transporte acessível e funcionando, postos de atendimento especializado na orla, sinalizações, etc.

Santos, tanto na área em estudo, como também na sua região insular, é uma cidade onde se verifica a intenção de fechar o cerco em torno do conceito do desenho universal. Provavelmente essa seja mais uma justificativa para em setembro de 2008 ter sido a cidade escolhida para a realização do Encontro Internacional dos Países Lusófonos<sup>29</sup> para a divulgação e implementação da CRPD.

---

<sup>29</sup> Encontro internacional para estratégias de divulgação e implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU e formas de cooperação. Para difusão de ações, conhecimentos e troca de experiências para assegurar os direitos e o exercício da cidadania desse público.

**Países lusófonos:** Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, que têm em seu ordenamento jurídico e em suas políticas públicas um determinado desenho de ações que propõem reduzir a pobreza, dar acesso aos serviços públicos e garantir os direitos das pessoas com deficiência.

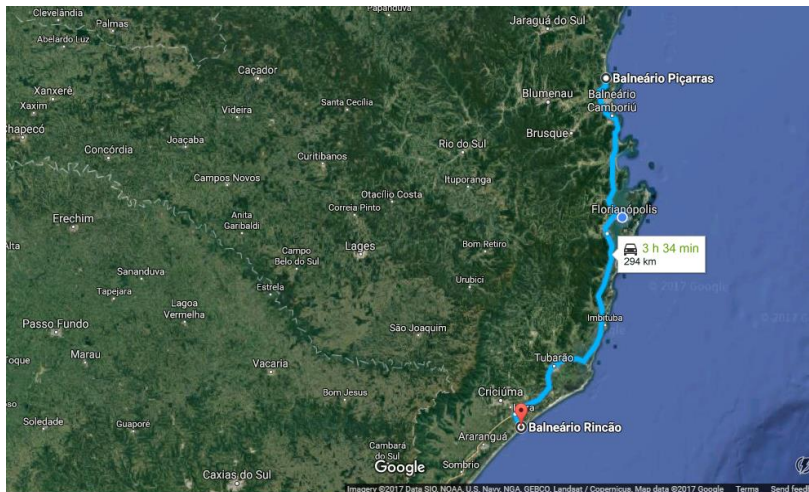
**Objetivo do encontro:** capacitar agentes nos diversos temas abordados na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e aprofundar a cooperação entre os países de língua portuguesa, intensificando as políticas, programas e ações voltadas para a inclusão e qualidade de vida das pessoas com deficiência.



<b>SÃO PAULO</b>			
<b>Informações</b>	<b>Parque Municipal Mário Roberto Santini, Praça do Surfista - Santos</b>	<b>Balneário dos Trabalhadores - São Sebastião</b>	<b>Ilha Bela, Peruíbe e Caraguatatuba</b>
<b>Mobilidade</b>	100% dos veículos do sistema de transporte convencional adaptados e 29 dos 48 executivos.	Ponto de ônibus em frente ao balneário.	Balsa e Aquabus acessível e com banheiro acessível. Ônibus acessíveis
<b>Grupo Responsável</b>	Prefeitura e	Prefeitura	Prefeitura e Gov do estado
<b>Ano de criação</b>	1991	1992	2011
<b>Recursos</b>	Público municipal	Público Mun e algumas parcerias	Público municipal + estadual
<b>Localização</b>	Orla santista José Menino	Litoral de São Sebastião	Litoral paulista
<b>Área</b>	5.335 metros de jardins que totalizam 228,8 mil m <sup>2</sup> .		----
<b>Serviços /Esportes</b>	Núcleo de Terapia com Pranchas de Surf Adaptadas (2014), Programa Educação Física para Todos Guardas Salva Vidas	Esporte de Velas, educação náutica, curso de laminação em embarcações, Base da Defesa Civil, Guardas Salva Vidas	Guardas Salva Vidas Banhos de mar
<b>Equipamentos</b>	10 cadeiras anfíbias	O tipo do solo dispensa ao uso de esteiras	10 cadeiras anfíbias em cada local
<b>Usuários</b>	480 alunos em aulas esportivas e destes, 59 são paratletas	Aberta ao público	Aberta ao público
<b>Profissionais (nº e especialidade)</b>	Professor, guardas salva-vidas e voluntários	Salva-vidas, professores e auxiliares	Guardas salva-vidas
<b>Estrutura Física</b>	Permante. Piso podotátil, estacionamentos sinalizados, pontos de ônibus acessível duchas de água doce, arquibancada acessível, esteira mobmat, rampa, pista de skate, ciclovias, bicicletário. calçadas padronizadas ( programa batizado de Calçada para Todos ), postos de atendimento especializado na orla, sinalizações, lanchonetes, museu do surf.	Permanente. Estacionamento sinalizado, chuveiro, O acesso à praia é feito por jardins estruturado de modo acessível, não sendo necessário o uso de esteira. Estacionamento, Restaurante, Pista de Skate, Churrasqueiras, Quadras, Palco, Museu do Mar FUNDAMAR e a Escola de Vela Ventos e Velas.Orla, projeto de salvamento de animais marinhos, piscicultura.	Possui cadeiras anfíbias (várias). Pelo tipo de algumas praias , em alguns casos, não é necessária a esteira.
<b>Banheiros</b>	Banheiros Acessíveis Feminino e Masculino com fraldário trocador de bebês no percurso dos jardins da orla.	Vestiário grande com banheiro Acessível e chuveiro Feminino e Masculino.	Banheiro acessível feminino e banheiro acessível masculino.
<b>Horários e Dias de atendimento</b>	Permanente	Permanente	Verão



#### 4.4 SANTA CATARINA - ACESSIBILIDADE LITORÂNEA EM SANTA CATARINA



No estado de Santa Catarina, o projeto pioneiro a propor algo em direção à ampliação dos acessos das praias foi em Balneário Rincão. O projeto do balneário disponibiliza cadeiras anfíbias alocadas no Posto 1 dos bombeiros, salva vidas, na zona norte do Balneário e funciona durante o verão, nos finais de semana das 9 horas às 11 horas e das 15 horas às 18 horas.

##### Balneário Rincão



Fotos: Beatriz de Luca

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Em Itapema, o programa de praia acessível fica na Meia Praia e é composto por um deck quadrado de madeira coberto, com uma rampa de saída para a areia. Não possui esteiras ou banheiros. Procuramos informação sobre o programa, visto que era final de semana com feriado prolongado e se encontrava inativo. Fomos informados de que é mantido por uma associação de pessoas com deficiência de lá, que funciona eventualmente quando eles têm disponibilidade.

Também fomos conhecer os programas tão divulgados na mídia das praias acessíveis da Palhoça, na Ponta do Papagaio, na Pinheira e na Guarda do Embaú. Em todos eles, não existem banheiros, nem mesmo químicos e nem esteiras. Existem duas cadeiras anfíbias em cada local.

Na Guarda do Embaú, não existe banheiro acessível em nenhum lugar, nem público e nem privado e na Ponta do Papagaio também não. Só foi possível experimentar a cadeira na Praia de Cima na Pinheira, porque existe um supermercado, o supermercado Santos, entre as praias de baixo e a praia de cima e que tem um banheiro acessível. Ele deve estar em torno de 1 km de distância da praia.

#### Praia de Cima – Pinheira – SC



Fotos: Gicele Sucupira

Balneário Piçarras, que em janeiro de 2017 também se projetou na modalidade praia acessível, é a única praia do estado que além da cadeira anfíbia disponibilizou em janeiro de 2017 uma esteira na praia. Porém, este programa também se restringe à cadeira anfíbia e a esteira, a qual demanda algumas ressalvas a serem observadas.

A mencionada esteira instalada na praia do centro em Piçarras, segundo à prefeitura, foi confeccionada em alumínio. Considerando que entre as propriedades físicas do alumínio está o de ser um super condutor de calor e eletricidade, bem como um excelente refletor de luz e calor convém atentar como se dará esse processo de uso da referida esteira em alumínio instalada na areia, na beira do mar e debaixo do sol.

Excetuando Balneário Piçarras, que possui uma esteira de areia, absolutamente todas as demais propostas de acessibilidade de praias do estado de Santa Catarina se restringem a disponibilizar cadeiras anfíbias nos postos salva vidas e nada além disso.

Também em Balneário Piçarras os representantes do município informaram que estão considerando cinco itens para a promoção da correta acessibilidade na orla, que segundo eles são: esteiras para passagem de cadeiras de rodas, cadeiras anfíbias, atividades esportivas adaptadas, vagas de estacionamento junto com rampas de acesso à areia e barracas de sol com monitores e profissionais especializados, mas para eles o banheiro adaptado não faz parte do *check list*.

Estivemos duas vezes em Governador Celso Ramos. Lá havia os banheiros químicos para pessoas com deficiência, porém, não encontraram alguma chave que permitisse abrir o espaço para dar acesso de uso aos banheiros e as duas vezes tivemos que ir embora.

Quando indagados sobre a questão da falta de banheiros acessíveis nos balneários, absolutamente todos os programas visitados no estado de Santa Catarina demonstraram desinteresse ou resistência a esse referido quesito. Alguns tentaram justificar até existir uma questão sanitária para não disponibilizar o item nem mesmo em cabines químicas. A explicação, no entanto, não forneceu entendimento claro ou objetivo. Não seria o contrário?

O que significa não oferecer banheiro aos cidadãos e negar a estes a possibilidade de resolver suas necessidades fisiológicas<sup>30</sup> adequadamente? Seria somente uma situação humilhante e vexatória vivida ao ter que resolver a situação por meios alternativos inadequados?

Para além da situação de constrangimento vivida pelo indivíduo, impossibilitado de resolver suas necessidades fisiológicas

---

<sup>30</sup> **Necessidades fisiológicas:** Que são fundamentais para a sobrevivência do homem. Vitais. Necessidades que o organismo precisa satisfazer para manter-se vivo e bem.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

adequadamente, o problema se estende ao pensar que a possibilidade mais viável será a de urinar na água. Tal situação coloca todos os usuários suscetíveis aos excrementos. Enquanto uma criança ou outra opta por urinar na água, no caso de não existirem banheiros disponíveis aos banhistas a situação se agravará consideravelmente.

Estudo desenvolvido na Universidade de Alberta<sup>31</sup> no Canadá relata a possibilidade de encontrarmos até 75 litros de urina nas piscinas, o equivalente a vinte galões grandes. E quando consideramos que diferentemente da água tratada das piscinas, que contém também grande quantidade de cloro neutralizante, como será pensar encontrar esses elementos em quantidades elevadíssimas na água do mar das praias? Não parece mais confortável pensar em veranear nos locais onde os banheiros e as duchas de água doce são ofertados adequadamente?

O maior impeditivo para que uma pessoa com deficiência possa estar de corpo presente nos lugares em geral é inquestionavelmente a falta dos banheiros. Para tudo é possível dar uma solução alternativa, menos para as necessidades fisiológicas. Todos os seres humanos<sup>32</sup> precisam atender às suas necessidades vitais.

Dentro da ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, até o presente momento, ainda não existe um programa oficial de praia acessível. Existe alguma iniciativa buscando pensar algo nesse sentido, mas ainda nenhuma ação conclusa.

Em três de fevereiro de 2015, os meios de comunicação de Florianópolis noticiaram amplamente informação sobre o teor de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta<sup>33</sup>, firmado entre o MP – Ministério Público do estado de Santa Catarina e a prefeitura de Florianópolis.

O TAC assinado na semana anterior à divulgação era referente à melhora das condições oferecidas no município, iniciando por doze praias elencadas no documento, para a balneabilidade na orla da Ilha de

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://pubs.acs.org/doi/pdf/10.1021/acs.estlett.7b00043>> Sweetened Swimming Pools and Hot Tubs. Acesso em: 01 mar. 2017.

<sup>32</sup> Derivado do latim *humanus* e que caracteriza todos os indivíduos da espécie dos homens, sem distinção de gênero (sexo, cor, origem). Subst. masc. que define tanto o homem, quanto a mulher da espécie humana. A definição inclui pessoas com deficiência.

<sup>33</sup> < <http://obaratodefloripa.com.br/aceessos-as-praias-precisam-ser-ajustados-as-normas-de-acessibilidade-em-ate-10-meses/>> Acesso em 04-03-2017; <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2015/noticia/2015/01/prefeitura-da-capital-assina-termo-para-melhorar-infraestrutura-de-12-praias.html>> acesso em 04-03-2017

Santa Catarina e o qual determinou um prazo de seis meses para a prefeitura dar uma resposta concreta ao MP.

A infraestrutura mencionada, que é mais ampla do que as questões referentes à acessibilidade, elenca a adequação para os usuários da realidade local com passarelas, banheiros e duchas públicas aos banhistas, bem como atender às normas gerais de acessibilidade direcionadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Dentre os prazos para as implementações, o documento estabeleceu que em um prazo de dez meses a estrutura das praias do Pântano do Sul, Armação, Campeche, Canasvieiras, Ingleses, Brava, Ponta das Canas, Daniela, Jurerê, Joaquina, Mole e Barra da Lagoa já deveriam atender às determinações legais, bem como a manutenção dos locais já adequados.

Na época, conforme o procurador geral do município, Guilherme Linhares, o TAC focou em duas questões prioritárias que seriam a manutenção da limpeza dos banheiros e promover a acessibilidade nos principais acessos às praias.

O TAC envolveu os órgãos municipais IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, a Procuradoria Geral do município e a Secretaria de Turismo. Segundo o TAC, o MP teria a incumbência de cobrar mês a mês o andamento do projeto ao IPUF, sendo que a manutenção dos banheiros e chuveiros ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Turismo.

Em contrapartida, a prefeitura ficou com a incumbência de comprovar as adequações por meio de fotografias. No documento ficou estabelecido que em caso de descumprimento caberia multa de R\$5.000,00 diários.

Ocorre que em idos de 2017, já passados dois anos e mais de um verão, pouca mudança é percebida na ilha. Não obstante o valor diário estabelecido na multa do TAC à prefeitura, o fato é que quando o valor da multa é considerado irrisório em relação ao custo operacional de fazer cumprir uma obrigação, frequentemente se observa a escolha dos indiciados pela multa ao cumprimento.

Não que essa seja a opção escolhida pela prefeitura, mas o que se observa é que, já passados os prazos estipulados não é percebida nem a movimentação da prefeitura no sentido de fazer cumprir o TAC e nem do Ministério Público em cobrar a manifestação da prefeitura.

#### 4.5 ANÁLISES DA OBSERVAÇÃO EM FUNÇÃO DAS DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES - DAS DISTINTAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E GESTÃO ESPACIAL TERRITORIAL DAS ORLAS

Todos os casos analisados de acessibilidade de praias em locais fixos no Rio de Janeiro, do Praia para Todos em Copacabana e na Barra da Tijuca; do Projeto Adaptsurf no Leblon e na Barra da Tijuca, assim como os casos analisados no estado de São Paulo: a Praia Acessível do Balneário dos Trabalhadores em São Sebastião e da Praça do Surfista no Parque Roberto Mário Santini em Santos cumprem com o compromisso proposto.

Existem diversas diferenças entre eles e estas diferenças afirmam em maior ou menor grau o conceito em análise, que é o do Desenho Universal quando da utilização dos espaços. Assim, a partir dessas diferenças podemos inferir aonde o conceito existe com menor ou maior profundidade.

Todos os programas de praias acessíveis têm como premissa concretizar a utilização dos espaços de praia por todos os cidadãos, contudo, nossa atenção está focada nos programas fixos, acima de tudo pela ambiguidade dos programas móveis.

Ao mesmo tempo em que os programas móveis viabilizam os acessos, em função do seu formato eles podem ser vistos, principalmente do ponto de vista do Desenho Universal, como segregadores. Trata-se de programas que circulam e eventualmente se instalam em algum lugar para propiciar acesso, lazer e imprensa, porém eles se vão, mas os indivíduos permanecem.

Esses programas funcionam como ações paliativas, visto que num primeiro momento, parece e pode ser uma iniciativa interessante, principalmente se for capaz de fomentar o debate. Porém não cumprem o compromisso de sanar o problema das barreiras e do acesso e assim, se dali não se desenvolverem novas políticas e ações mais conclusivas para os usuários locais, não serão mais do que ações efêmeras.

Poderíamos considerar que os programas móveis se encontram em um estágio intermediário dentro de um processo: integração em busca da inclusão.





editado por: [www.FilosofiaHoje.com](http://www.FilosofiaHoje.com)

Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/-DyTcOeK2XcM/U0Jkl8F8TjI/AAAAAAAAAYFo/sRudlkmyDbU/s1600/inclus%C3%A3o+exclus%C3%A3o+segrega%C3%A7%C3%A3o+integra%C3%A7%C3%A3o.png>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

Embora já possamos encontrar diversos programas de praias acessíveis espalhados pelo litoral brasileiro, não existe uniformidade entre eles e nem entre os casos aqui analisados, sendo que não há um padrão único a ser seguido para esses programas.

Fora de Santa Catarina existem alguns critérios que são inerentes a todos, como a existência de banheiros acessíveis, as esteiras de areia, estacionamento, cadeiras anfíbias, mas mesmo entre os equipamentos funcionais utilizados há variações. Todos os programas se preocupam com os critérios necessários para a segurança e superação das barreiras, mas cada qual encontra uma solução à sua maneira para resolver a questão.

As diversas iniciativas se originam ou têm forte participação do poder público, que tem sido fundamental para que aconteçam. Em geral, os programas surgem com a participação de indivíduos e entidades organizadas em Associações e ONGs que costumam dar o *start* -ponta pé inicial- e junto com o poder público, por meio de parcerias, bem como, em alguns casos, também a iniciativa privada.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### 4.5.1 Esteiras

Dentre as diretrizes que estamos considerando, a esteira é o equipamento que dá autonomia para as PcD circularem nos terrenos de areia.

No caso dos programas Praia para Todos e o Adaptsurf do Rio de Janeiro, para conseguir o acesso e circulação de pessoas com cadeiras de rodas nas areias das praias eles lançam mão das esteiras de alta densidade e resistência estendidas. É possível então circular por elas e mais próximos da água trocam as cadeiras convencionais pelas cadeiras anfíbias para entrar no mar. Em geral, no final das esteiras são montadas tendas para recepcionar os banhistas criando um ambiente adequado para estar de baixo do sol na areia.

Como já foi dito, existia desde 2006 no posto 11 do Leblon, no Rio de Janeiro, um esteira de bambu que havia sido instalada pela prefeitura junto com o CVI – Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro. Porém, apesar da iniciativa, essa esteira não se mostrou adequada para usuários de cadeiras motorizadas ou muletas. Embora o bambu trouxesse consigo um apelo ecológico e de resistência é complicado para pessoas com muletas e usuários de cadeiras motorizadas se locomoverem sobre ela.

Os fatores ambientais, como a ação do tempo: sol, vento, chuvas, somado à ação da água salgada e a areia não fazem essa esteira suficientemente forte para situações de segurança na circulação de cadeiras de rodas, principalmente se forem motorizadas. O bambu para ser resistente não pode estar em contato com o solo e nem com umidade.



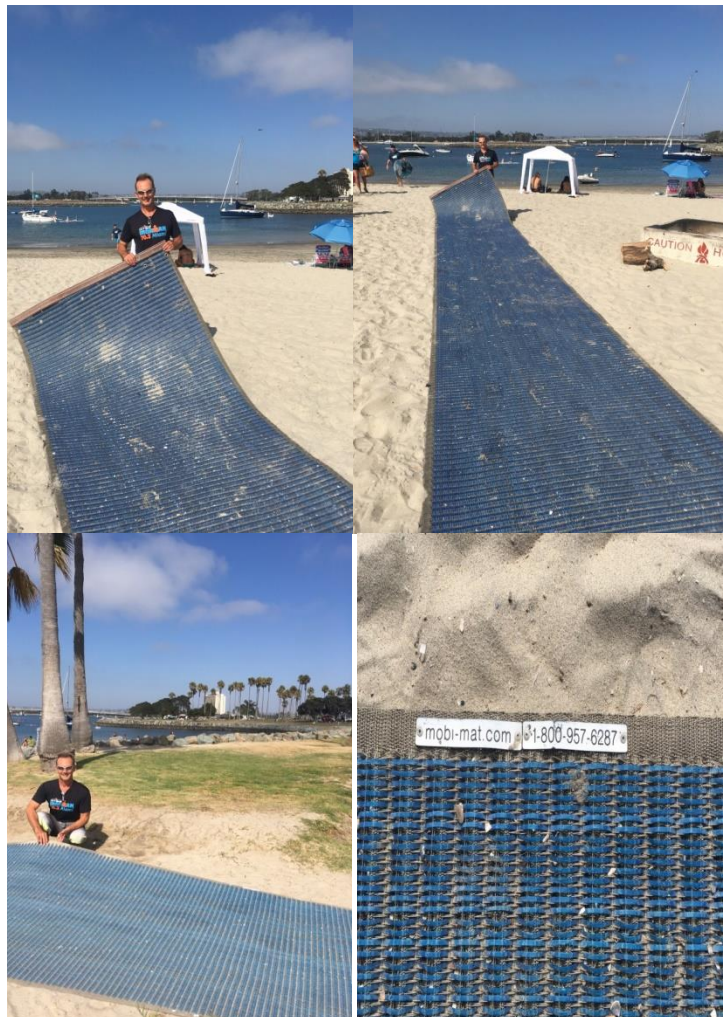
Transporte e colocação esteira Mobi-Mat da Adaptsurf cedidas por Regina Tolomei



Segundo eles, que viajam o mundo para conhecer os diversos programas que existem lá fora, essa esteira é usada em praticamente o mundo todo. Além de, para eles, funcionar como um elemento de aproximação entre as pessoas. Pelo fato de a esteira manter uma temperatura confortável para a caminhada as pessoas buscam ficar próximas de onde elas estão instaladas, principalmente quando estão com crianças, idosos ou mulheres gestantes, mas não só essas. Em função disso, ao invés do provável isolamento, ao contrário, forma-se toda uma ambientação populacional no entorno dos programas.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Esteira Mobi-Mat – Praia de La Jolla, Sandiego – Califórnia – USA Foto cedida por Marcos Bosquetti



No estado de São Paulo, as esteiras também fizeram parte do processo de aprendizagem de humanização dos ambientes de praia, porém, falar sobre as esteiras foi um pouco restrito.

Em São Paulo também se experimentou alguns tipos de materiais durante os processos de desenvolvimento dos programas de

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

acessibilidade, principalmente as de bambu e as esteiras de borracha. Essas esteiras se mostraram pouco funcionais, não o necessário para o processo de inclusão.

As esteiras de borracha são razoavelmente resistentes, porém são moles e muito flexíveis o que as faz suscetíveis aos ventos que costumam encobri-las com a areia. São funcionais com algumas cadeiras de rodas, mas são moles para suportar as cadeiras motorizadas e a deambulação, que é a caminhada com muletas. Essas esteiras não se mantêm nas mesmas condições desde o início até o término das atividades na areia.

#### Esteiras de borracha – Praia Acessível - Litoral Santista – SP



Fotos: Ailton Profeta Nunes Quintal

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Esteiras de borracha – Praia Acessível - Litoral Santista – SP



Fotos: Ailton Profeta Nunes Quintal

As esteiras de borracha têm dificuldade em se manter em cima da areia e são mais funcionais quando o solo está firme depois da chuva. Com relação à necessidade desse equipamento, também ali foi observado o consenso quanto à esteira Mobi-Mat, apesar de não estarem lá. Soubemos que houve uma licitação bem sucedida para a aquisição das esteiras Mobi-Mat, mas não houve tempo para sabermos com a Secretaria o porquê embora mencionadas elas ainda não estavam presentes nos programas.

Em função de as esteiras de borracha não serem tão funcionais, alguns lugares lançaram mão de alternativas como, por exemplo, a construção de uma faixa de concreto na areia. Ecologicamente correto ou não, estas se apresentaram funcionais, permitindo a circulação segura das pessoas que não conseguem circular nas outras esteiras.

Litoral Santista – SP



Foto: Cristiane Camargo

Faixa de concreto na areia – Litoral Santista – SP



Fotos: Cristiane Camargo

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Em São Sebastião, as características da Praia do Balneário dos Trabalhadores, por suas particularidades, as soluções se deram de forma harmônica entre a arquitetura empregada e o meio ambiente natural, de modo que ali não é imprescindível o uso de esteiras. Com o desenho dos jardins gramados e as calçadas a transição de um meio para o outro foi alcançado adequadamente, permitindo o conforto no caminhar e segurança concomitantemente.

O desenho proposto pelo idealizador desse parque pensou as transições ao máximo sem desníveis ou degraus, propiciando o conforto e a segurança. E o tipo de piso de areia do Balneário dos Trabalhadores, de certo modo, suporta a circulação das cadeiras de rodas sendo possível chegar até a beira da faixa úmida sem muita dificuldade.

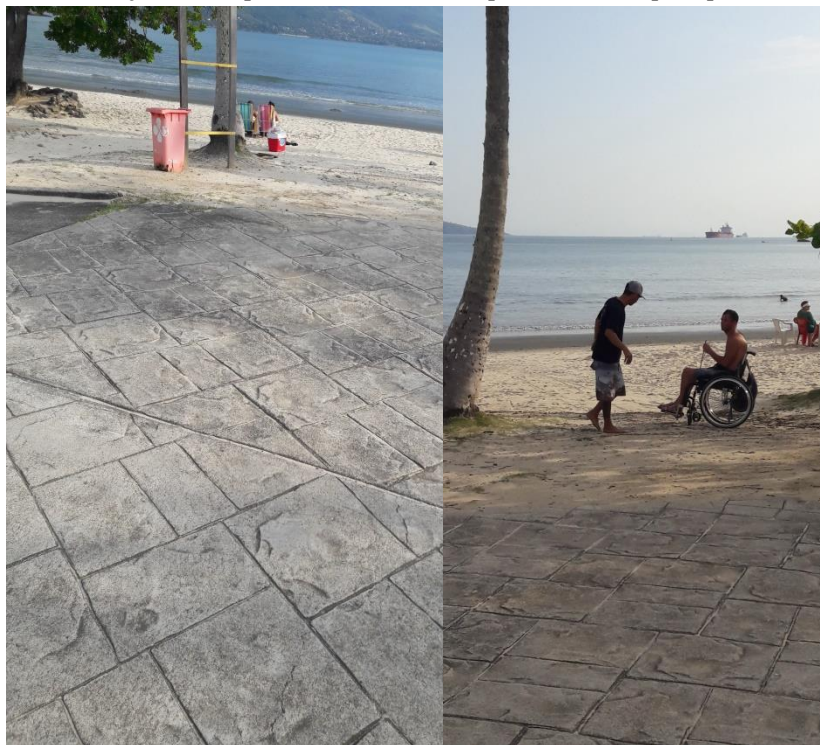
Usuários com deficiência na faixa de areia do Balneário dos Trabalhadores em São Sebastião



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Transição entre o piso e a faixa de areia é praticamente imperceptível



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Onde estão as rampas não existem degraus ou desníveis nas terminações aumentando a segurança:



Foto: Denise de Siqueira

As transições o quanto possível são sempre em nível entre os jardins e os caminhos



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

As transições o quanto possível são sempre em nível entre os jardins e os caminhos



Fotos: Denise de Siqueira

As diversas áreas da costa litorânea têm muitas particularidades e para rampas de acesso e circulação desses espaços de areia e beira d'água nas regiões observadas foi possível encontrar, do ponto de vista do Desenho Universal, a concretizações de soluções simples para a obtenção de ambientes acessíveis. Em Santa Catarina não existe a prática das esteiras nos programas.

#### 4.5.2 Cadeiras Anfíbias

O universo das pessoas com mobilidade reduzida e as usuárias de cadeira de rodas é um mundo diferente do convencional e do que o senso comum pode imaginar, pelo simples fato de ser difícil de obter acesso a alguns lugares, muitos deles para as tarefas cotidianas.

Para mais além do dia a dia, até mesmo nos momentos de lazer essas pessoas enfrentam dificuldades e quando chega o verão a praia se torna um obstáculo, principalmente para os que andam em cima de uma cadeira de rodas.

As cadeiras de rodas anfíbias são cadeiras pensadas para propiciar o lazer de pessoas com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida. Incluem-se aqui os idosos e muitas pessoas acidentadas, onde muitas delas passam certa temporada vivenciando condições análogas à forma de viver das pessoas com deficiência, tendo que se utilizar por

certo tempo de muletas, botas imobilizadoras de fraturas, cadeiras de rodas ou acessórios similares.

Essas cadeiras possuem estruturas leves, resistentes e são pensadas para rodar na areia. São impermeáveis, flutuam na água e estão se popularizando nas praias brasileiras. São equipamentos seguros, mas são equipamentos pensados para serem movimentados por terceiros, isto é, a própria pessoa com deficiência não consegue manusear a cadeira de acordo com a sua própria vontade.

A cadeira anfíbia é um equipamento importante e imprescindível para a estada das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nas praias de modo a permitir o banho de mar com segurança, mas o uso desse equipamento tem que ser supervisionado por pessoa capaz de conduzi-lo, tanto na areia como na água.

A cadeira anfíbia possui um sistema de rodas desenvolvidas para circular em ambientes de areia, grama ou terra batida e não devem circular em pisos de calçamentos por longos percursos. Também existe o risco de virarem na água se estas estiverem muito agitadas, ou se houver quebra mar ou marolas.

Cadeira Anfíbia da Adaptsurf – Leblon – RJ



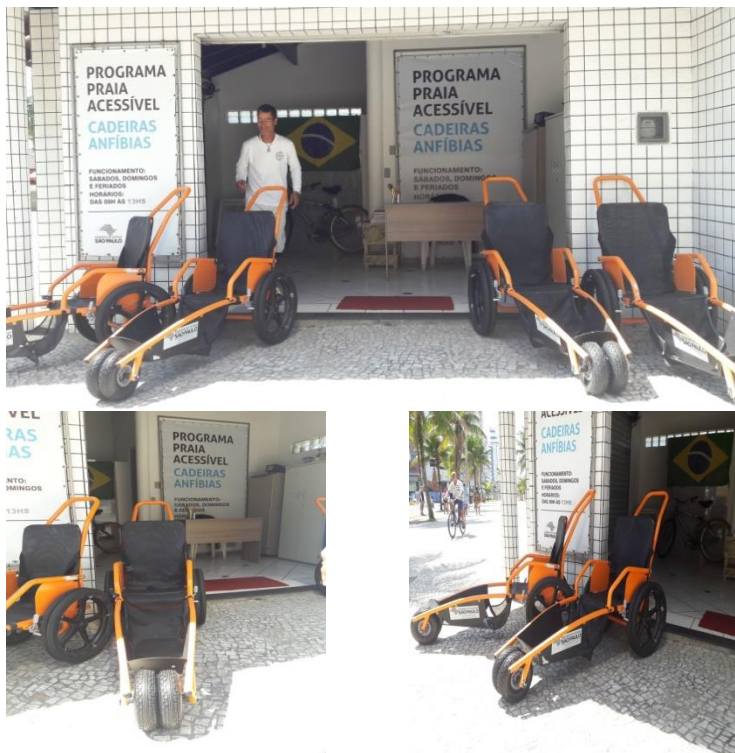
Embora pensadas para resolver as mesmas questões, existem diversos modelos dessas cadeiras. Elas podem ter duas, três e até quatro rodas. Praticamente todas elas seguem os mesmos padrões, porém, no

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

estado de São Paulo, as cadeiras disponibilizadas pelos programas parceiros da Secretaria Estadual PcD é diferente das que convencionalmente encontramos em todos os outros lugares dos diversos estados brasileiros.

As referidas cadeiras não possuem flutuadores e são equipadas com um tipo de rodas mais finas e colocadas em linha dupla. Segundo Marco Pellegrini, as rodas possuem fluatuabilidade, mas o critério considerado para a aquisição, segundo ele, foi a altura mais alta das rodas, critério considerado por eles como importante para estar na água em segurança, numa profundidade não perigosa.

#### Cadeiras anfíbias do estado de São Paulo – Em Praia Grande – SP



Fotos: Denise de Siqueira

Em Santos e Praia Grande nos relataram que essas cadeiras às vezes apresentam problemas de rolamentos, também as rodas que às vezes travam por deslocamento e que, embora não aparentem, as peças

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

internas enferrujam. Não foi possível saber qual é a empresa fabricante das cadeiras de São Paulo nem vasculhando a internet.

As cadeiras anfíbias encontradas no estado de Santa Catarina seguem os mesmos padrões das demais cadeiras encontradas em território brasileiro, que não são as de São Paulo e são mais leves de manusear do que as cadeiras paulistas. As quantidades delas nas praias são menores do que nos outros estados, em média, no máximo duas cadeiras por localidade. Em geral os programas dos outros estados contatados iniciaram suas ações com dez cadeiras.

Praia de Cima – Pinheira – SC – Janeiro de 2017



As cadeiras anfíbias estão se popularizando, não só na costa litorânea, mas em diversas regiões aquáticas aonde a inclusão pede os recursos que a viabilizem. Ela não é o único recurso necessário, mas é imprescindível. É o único elemento destinado às pessoas com deficiência que começa a ser encontrado em algumas praias catarinenses.

#### 4.5.3 Duchas de Água Doce

Assim como o sol, a areia e o sal podem melhorar a nossa saúde física e mental, a praia também exige cuidado redobrado com a pele do corpo e no lazer a beira mar as duchas de água doce são outro elemento importante à saúde, além do protetor solar. A ducha, ao retirar grande parte do sal acumulado no corpo garante uma pele mais protegida e hidratada.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

As duchas estavam presentes em todos os lugares averiguados do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro, além das duchas alocadas na areia das praias e dos quiosques, elas estão inseridas nas estruturas das cabines salva vidas.

Ducha posto 9 – Copacabana



No estado de São Paulo as duchas também compõem o ambiente da orla das praias. Na Praia do Balneário dos Trabalhadores elas estão nos grandes vestiários da praia, vide item 4.3.2.. Na orla santista, além dos banheiros, elas estão espalhadas por todo o percurso dos jardins.



## Ducha de água doce dos jardins da Orla de Santos



Fotos: Denise de Siqueira

Em Florianópolis as duchas públicas não fazem parte do contexto das praias. Alguma exceção, como a praia da Joaquina, foi iniciativa dos comerciantes locais que encontraram viabilidade para resolver a questão. Como já exposto no item 4.4 – Acessibilidade litorânea em Santa Catarina -, existe uma ação do Ministério Público e um TAC – Termo de Ajuste de Conduta firmado com a prefeitura de Florianópolis em 2015, referente à exigência de disponibilização das duchas de água doce pela prefeitura na orla das praias. Porém, embora o prazo estipulado à época no documento, de dez meses, o mesmo não foi cumprindo e permanece em aberto até o presente momento.

No mais das observações, verificou-se o cuidado com as vagas dos estacionamentos demarcados às pessoas idosas e pessoas com deficiência em todos os lugares do Rio de Janeiro e São Paulo. Além de demarcados, tanto no Rio como em São Paulo para utilizá-los, conforme determinação legal é necessária a credencial.



Fotos: Denise de Siqueira

Em Florianópolis nem sempre existem as vagas reservadas aos idosos e pessoas com deficiência, conforme determina a lei e quando encontradas são ocupadas à revelia. Indagados, em geral não foi demonstrado interesse no assunto.

#### 4.5.4 Banheiros

Ah, os banheiros!...

Os banheiros acessíveis são, inquestionavelmente, o que tem de mais importante para que as pessoas com deficiência possam estar nos lugares, não só nas praias, mas onde for. Talvez seja também o que há de mais curioso e intrigante em termos de aplicação. A preocupação com este quesito foi observada e sentida positivamente durante todo o processo da pesquisa durante as saídas em campo.

Em primeiro lugar cabe pontuar a diferença conceitual entre o que são os espaços acessíveis e o que são os adaptados. Os dois têm por finalidade o mesmo objetivo, porém o detalhe que os diferencia está na obrigatoriedade da acessibilidade em todos os espaços públicos e de uso coletivo, condicionada em território nacional a partir de 2004 com a

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

vigência do Decreto Federal 5296 que regulamenta as Leis 10.048 e 10.098 do ano de 2000.

A partir do Decreto Federal 5296/04, em território nacional, tudo o que for edificado tem que obrigatoriamente considerar as questões de acessibilidade nos projetos. E também as reformas deverão prever as adaptações para se adequar, isto é: por se tratar de área já edificada, não sendo acessível terá que ser adaptada e em caso de não caber dentro das especificações normativas da ABNT, precede o fato de que a acessibilidade deve estar prevista e acontecer de alguma maneira.

Duas questões do Decreto 5296/04 são relevantes: quando da referência aos espaços público e de uso coletivo determinando que a sua aplicação não se restringe só ao que é público e a menção à norma técnica ABNT NBR 9050 que na época tornou esta a primeira norma com força de lei e abriu o acesso à sua consulta gratuitamente a partir de então.

Após o Decreto 5296/04 ainda vieram a Convenção da ONU, por meio do Decreto Legislativo 186/08 (CRPD), as normas técnicas da ABNT para reforçar as diretrizes e a LBI – Lei Brasileira de Inclusão em vigor a partir de julho de 2015.

Sobre as normas técnicas da ABNT, cabe esclarecer que elas são mais do que meras recomendações, como pensam alguns. As referidas normas técnicas estabelecem critérios de segurança e quando uma regulamentação do CONMETRO ou do CONTRAN reconhece uma norma da ABNT como de aplicação compulsória ela passa a ter força de lei.

No caso dos desafios postos às questões aplicáveis de acessibilidade, o mais desafiador para as pessoas com deficiência saírem de casa é a certeza de que precisarão de banheiros. E ainda hoje, dependendo de onde estiver existe a grande probabilidade de que não os encontrará. Se para todas as outras questões é possível dar um jeito alternativo, por mais esdrúxulo que seja, para as necessidades fisiológicas não há.

Os banheiros das orlas visitadas do Rio de Janeiro são padronizados em todos os postos salva vidas e quiosques. Possuem acessibilidade, duchas externas para a retirada da areia do corpo, boxes fechados nos banheiros, com bancadas que viabilizam adequadamente o ambiente para a troca de roupas e tem pessoas que permanecem ali constantemente fazendo a manutenção da limpeza dos espaços.

Nos postos salva vidas

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



## Nos quiosques

## Elevador e banheiro acessível subterrâneo da orla do RJ



Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/orlario/a-orla-rio>>. p. 128-129. Acesso em: 22 mar. 2017.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

No estado de São Paulo, os banheiros da orla de Santos surpreendem com as estruturas claras, a conservação e a limpeza.

#### Banheiros públicos da orla de Santos



Fotos: Denise de Siqueira

No Balneário dos Trabalhadores em São Sebastião o salão do vestiário é muito grande e possui box separado para atender as pessoas

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

com deficiência em suas especificidades, em conformidade com as normas técnicas.

#### Vestiário Balneário do Trabalhador – São Sebastião – SP



Foto: Denise de Siqueira

A estrutura do Balneário dos Trabalhadores é mais simples, com relação às demais encontradas, porém não menos eficiente. Ela cumpre adequadamente com as necessidades e as especificações das normas técnicas vigentes.

Em Santa Catarina os banheiros acessíveis não foram encontrados nos lugares avaliados. Eles simplesmente não existem. Em Itapema, o programa não possui esteiras ou banheiros.

Nas praias de Florianópolis os banheiros acessíveis são extremamente escassos, praticamente inexistentes. Banheiros públicos não existem nem mesmo para as pessoas sem deficiência.

Com relação aos banheiros na ilha, é possível elencar poucas situações viáveis para as pessoas com deficiência. A única praia que se

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

aproximaria de uma condição aceitável é a praia da Joaquina. Na Joaquina, seguindo a regra, também não possui banheiro público e não existe acessibilidade nos banheiros dos restaurantes e bares da praia e nenhuma fiscalização. Mas, a associação dos comerciantes, que envolve as lojinhas de souvenirs, barracas de roupas e lembrancinhas e comércio local construíram um banheiro privado que possui um acessível. Porém, quando as lojinhas estão fechadas não há possibilidade de usar o banheiro que fica trancado e nem mesmo os bombeiros salva vidas têm acesso.

Nas “praias acessíveis” da Palhoça: na Ponta do Papagaio, na Pinheira e na Guarda do Embaú não existe banheiros, nem mesmo químicos. Na Guarda do Embaú não existe banheiro acessível em nenhum lugar, nem público e nem privado. Apenas na Praia de Cima, na Pinheira existe uma alternativa para banheiro em um supermercado, entre as praias de baixo e a praia de cima e que tem um banheiro acessível em torno de 1 km de distância da praia.

Sobre os banheiros, ainda vivenciamos o recorrente de quê, apesar de toda a força de lei e regras de recomendações para a execução desse “in” cômodo, ainda se trata de um fator negligenciado por muitos estabelecimentos e órgãos gestores e fiscalizadores.

Sobre os banheiros acessíveis, ainda cabe pontuar a questão de que algumas vezes surpreende o que se encontra por aí quando procuramos por eles, às vezes positivamente e às vezes negativamente.

#### **4.5.5 Conceção Médica Expressa na Arquitetura**

Dos muitos banheiros observados das redes de postos AMPM, nenhum é igual ao outro, mas alguns são interessantes para análise.





Foto: Denise de Siqueira

Porta abrindo corretamente para fora, porém colocada no local errado. Sendo o último banheiro, como mostra a imagem, a porta deveria estar adiantada, prolongando a parede anterior, criando área interna para a cadeira de rodas.

A cadeira de rodas não cabe no banheiro



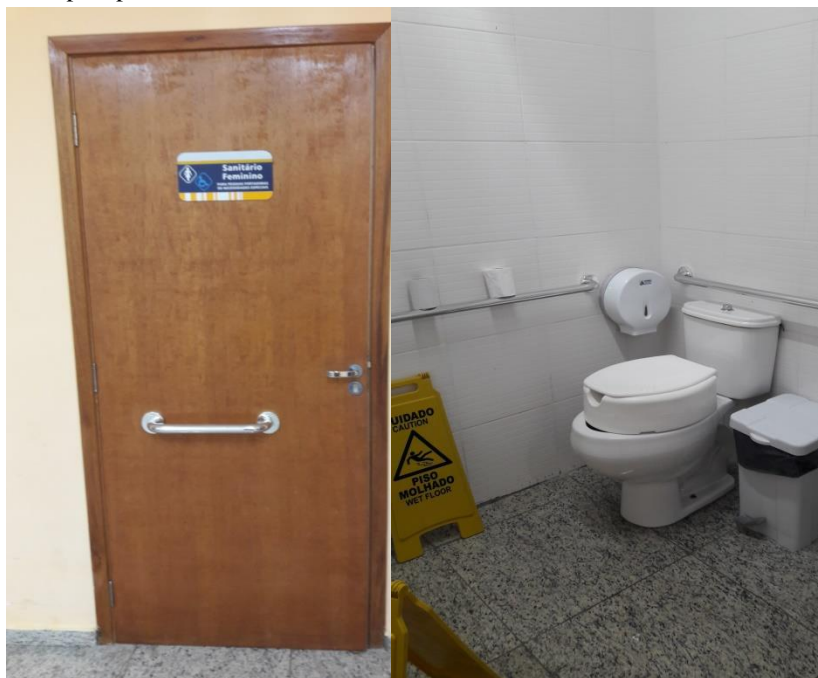
Foto: Cristiane Camargo

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

O vaso tão próximo à porta inviabiliza o fechamento da porta para o uso até por uma pessoa obesa. Além de, embora o esforço, estar em desacordo com as normas técnicas. O equipamento hospitalar presente ali permite-nos observar o quanto a concepção médica da deficiência que abordamos aqui continua incorporada na concepção vigente da nossa sociedade atual.

O referido acessório hospitalar, além de não constar nas normas técnicas para banheiros acessíveis e não ser funcional no sentido de proporcionar autonomia, ele reforça o risco de acidente uma vez que eleva a distância do solo impedindo a utilização dos pés como pontos de apoio necessários às pessoas com deficiência. Também, algumas vezes por não estar fixado adequadamente. Esse equipamento quando mal preso ou somente deixado sobreposto, sem as presilhas provoca acidentes. Existem registros de quedas com lesões mesmo com o referido equipamento estando preso.

Concepção médica materializada no desenho dos espaços. Acessório hospitalar para pessoas sem autonomia em banheiro destinado a dar autonomia



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

#### 4.5.6 Casos curiosos

Mas temos também exemplos interessantes que começam a surgir até trazendo leveza e fazendo vislumbrar que um processo se inicia. Ao observar que os órgãos gestores e fiscalizatórios falham quando se trata da avaliação do desenho universal, a sensibilidade de algumas pessoas parece sinalizar em direção a uma transição necessária de acontecer também em terras tupiniquins, ainda que mais lentamente.

Quiosque na orla da Praia Grande, com banheiro minúsculo, reorganiza o estoque e divulga que é para com a porta externa viabilizar o uso por cadeirantes



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Fotos: Denise de Siqueira

Itamambuca simples e eficiente. Abaixo, um exemplo dentre várias iniciativas que encontramos em diversos lugares onde as pessoas, por si buscaram alternativas para resolver uma questão que era necessária.



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Fotos: Denise de Siqueira

Com simplicidade resolveram todos os elementos, da questão espacial, da privacidade, e até com a presença da ducha higiênica que a norma recomenda e que praticamente todos ignoram, foi incrível. O uso da porta camarão teve o cuidado raro de respeitar a área de abertura necessária para circulação.

Na próxima imagem, em cervejaria na orla de Botafogo banheiro feminino e acessível brinca com o imaginário. Tinta de quadro negro na metade superior das paredes estimula a expressão criativa e diverte.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



#### 4.6 CONCLUSÃO – AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS NAS LOCALIDADES ANALISADAS NO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E SANTA CATARINA

No ano de 2012 instituiu-se no Rio de Janeiro o Projeto de Lei nº 1319/2012<sup>34</sup> estabelecendo as regras para a acessibilidade das praias na orla do município do Rio de Janeiro e que foi denominado Praia Para Todos. Desta forma, o Executivo Municipal se comprometeu com a concretização do programa, em parceria com o terceiro setor por meio de um conjunto de ações desencadeadas pelo município, com vistas ao atendimento de acessibilidade reivindicada pela sociedade civil.

O governo do estado de São Paulo deflagrou o programa batizado de Praia Acessível no ano de 2010 para promover a acessibilidade nas praias paulistas. O programa, por meio da parceria entre a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e os municípios fornece os equipamentos ao passo em que o município se compromete com a estrutura.

A implantação dos programas no estado foi desafiadora, visto que cada município se comporta de maneira diferente e os programas não se desenvolveram uniformemente desde o início. Diversos municípios tiveram que se adequar aos poucos para cumprir com as determinações da Secretaria e fazer parte das parcerias. O acesso na maioria das cidades está disponibilizado, porém não é um formato que cabe dentro da definição de desenho universal, visto que eles são montados e desmontados em horários pré-determinados.

Por outro lado, algumas cidades foram além das previsões do programa que prevê o atendimento acessível somente aos finais de semana. A prefeitura de Bertioga fez uma parceria com o Sesc local e a estrutura acessível passou a estar presente na parte da manhã até o meio da tarde todos os dias da semana. Também a prefeitura de Santos teve iniciativas próprias e por meio delas desenvolveu medidas mais concretas, com estruturas fixas nas orlas em diversas praias que não só o nosso local de investigação, como Boqueirão e Gonzaga.

Destacamos que, à diferença do Rio de Janeiro que contou com três grandes eventos esportivos internacionais (Pan-Americano,

---

<sup>34</sup> <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/13df1141087cf5230325775900523a40/03257ad1004cc81c032579c0007e786f?OpenDocument>



Olimpíadas, Paralimpíadas e Copa do Mundo), o litoral no estado de São Paulo não teve diretamente a influência destes eventos e ainda assim desenvolveu programas permanentes ligados às PcD, por meio de iniciativas das municipalidades locais.

Encontramos diversas matérias e notícias<sup>35</sup> informando sobre a aprovação de um projeto de Lei de acessibilidade na Câmara de Florianópolis em 2014, mas, embora ampla divulgação, não encontramos informação sobre o número do tal projeto de Lei. Em fevereiro de 2015 o TAC – Termo de Ajuste de Conduta firmado entre a Prefeitura de Florianópolis e o Ministério Público estadual determinou de comum acordo um prazo de dez meses para a adequação de doze praias.

Em 2016, uma pesquisa realizada em nome da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre as condições de acessibilidade nas praias de Florianópolis concluiu, corretamente, que a infraestrutura das praias de Florianópolis possui poucas ou nenhuma alternativa de acessibilidade, chegando a ser inexistente. Em 2017 os assuntos relacionados à acessibilidade continuam sendo tratados com o verbo no futuro: serão, pretende, sairá do papel. E a referência aos programas continua com forte conotação de caridade.

---

<sup>35</sup> <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/09/projeto-de-lei-em-florianopolis-preve-mais-acessibilidade-em-praias.html>

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*





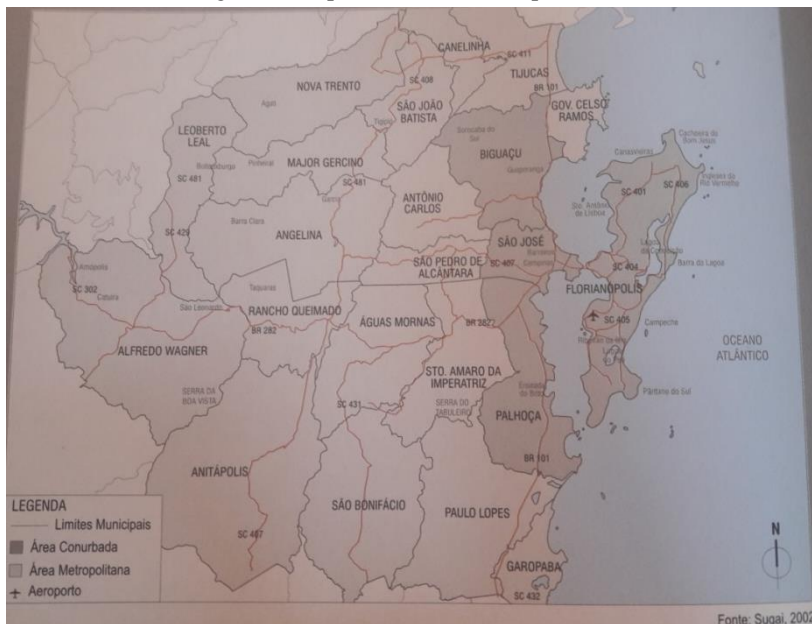


Disponível em:

<[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/SantaCatarina\\_Metro\\_Florianopolis.svg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/SantaCatarina_Metro_Florianopolis.svg)>. Acesso em: 16 fev. 2017.

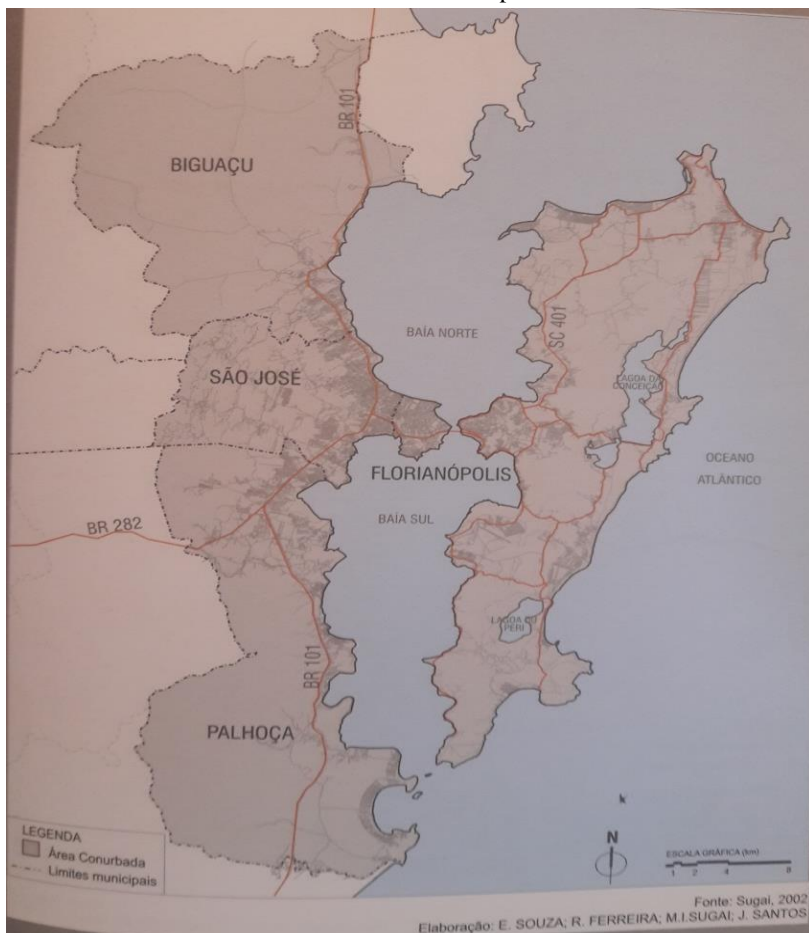
No que se refere ao processo de periferização e segregação socioespacial de Florianópolis e sua região conurbada, a professora Maria Inês Sugai (2015) comprova a teoria a respeito da segregação socioespacial de Flávio Villaça, exposta no Capítulo 2, ao mostrar que as regiões de renda mais elevada estão, desde meados de 1950 concentradas nas regiões leste e norte da ilha, resultando inclusive, na construção da av. Beira Mar Norte e determinando a direção do crescimento. Ainda que em contradição às determinações do Plano Diretor vigente que priorizava a implementação da via Expressa Sul e a ocupação da área sudeste da ilha.

## Região Metropolitana de Florianópolis - SC



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Área conurbada de Florianópolis – SC



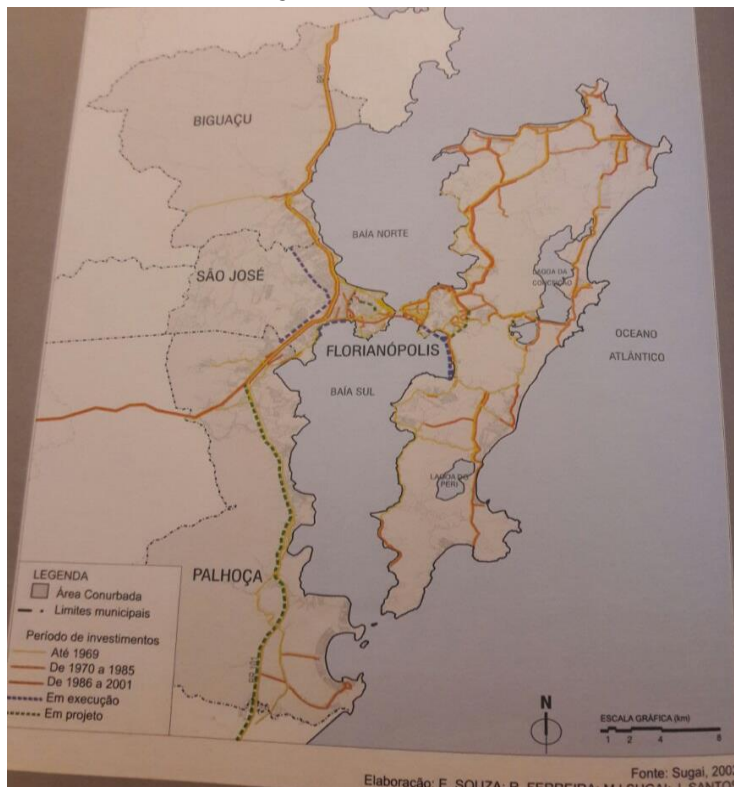
Como podemos verificar nos mapas acima, Florianópolis vem tendo, desde a década de 80 e mais pronunciadamente a partir dos anos 90, um processo de periferização da população pobre da ilha, abaixo de 3 salários mínimos, para os municípios vizinhos, principalmente Palhoça, que concentra 70% do Programa Minha Casa, Minha Vida, e Biguaçu.

Este movimento populacional e da habitação precária para a periferia conurbada de Florianópolis determina também o deslocamento da população principalmente pobre com deficiência, como veremos neste Capítulo, mais a diante, com a localização da moradia da Fabiana

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Costa que reside em Biguaçu, como exemplo de localidade periférica de PcD.

Investimentos viários significativos – área conurbada – 1960-2002



O mapa acima mostra como os investimentos viários se concretizaram desde a década de 1960, concentrando as vias pavimentadas nas regiões que privilegiam as demandas das populações mais ricas.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

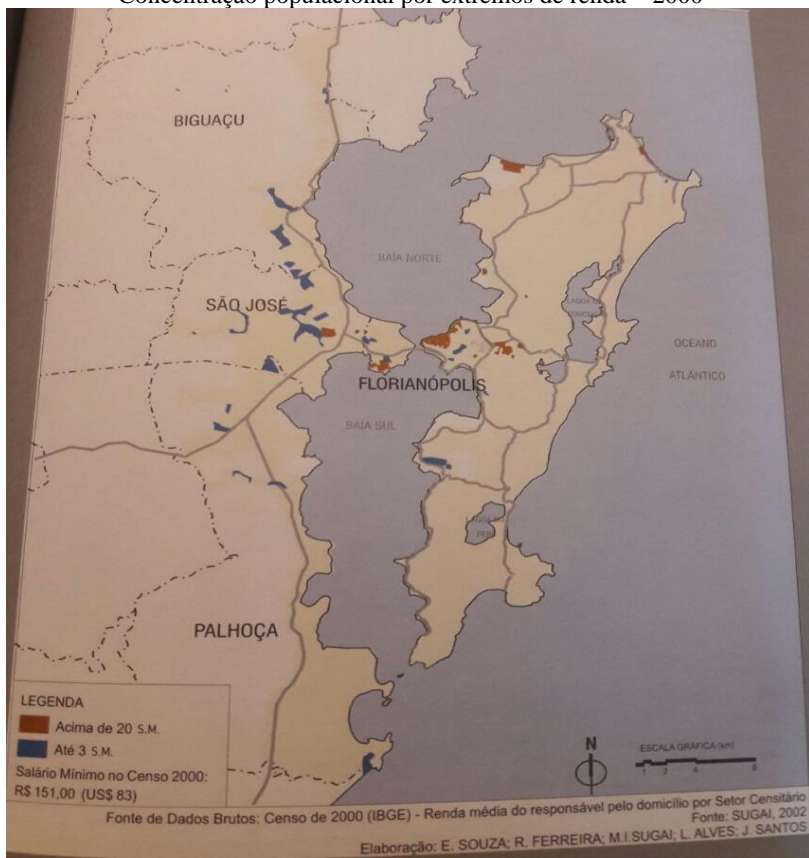
Concentração populacional por extremos de renda – 1991



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

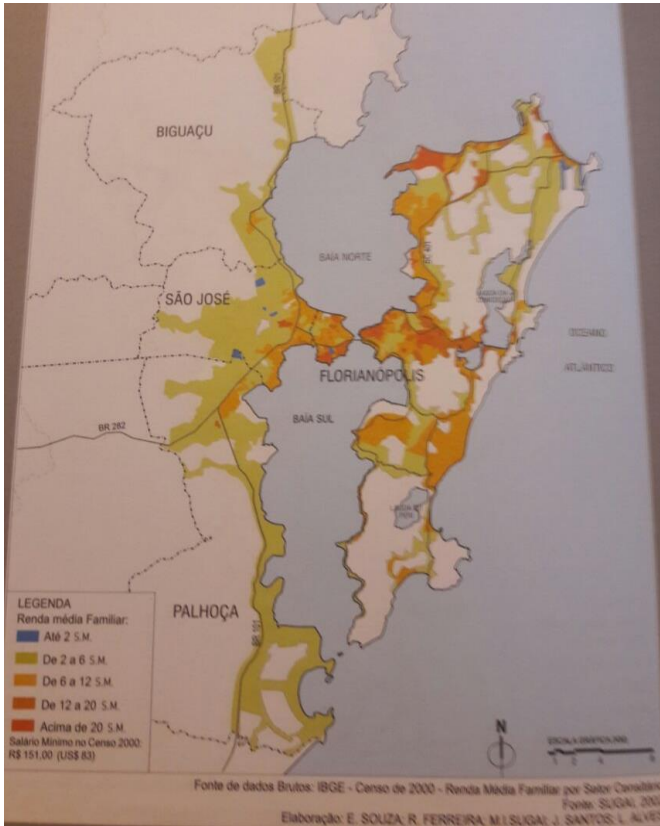


## Concentração populacional por extremos de renda – 2000



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Distribuição da população por rendimento médio – 2000



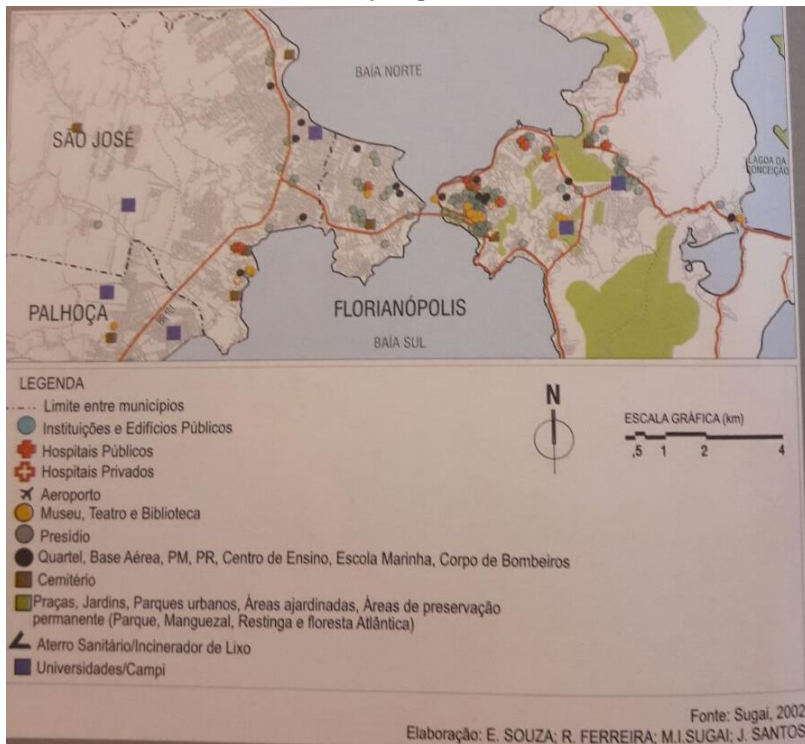
*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Concentração populacional por extremos de renda – 2010



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Áreas verdes, APP e edificações públicas – áreas centrais – 2000



Maria Inês Sugai encara o desconfortante compromisso de tirar os indivíduos dos devaneios midiáticos das cidades ideológicas empresariais para situar os nossos pés no chão e cravar o olhar na realidade. Situa a clara segregação espacial materializada na desigualdade social.

Mas são em seus espaços intraurbanos – onde o espaço permeia as relações sociais – que as desigualdades, as injustiças, as violências e as contradições se materializam. (...) São nos espaços intraurbanos que o separatismo social adquire visibilidade através da segregação espacial. Ou seja, são nos espaços intraurbanos que o separatismo social adquire visibilidade através da segregação espacial. (SUGAI, 2015 p. 34).

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Em Florianópolis, as camadas de alta renda apresentam uma tendência a se concentrarem nas áreas com grandes extensões de verde e belezas naturais. Essas elites urbanas, que se segregam voluntariamente, o fazem inclusive, desrespeitando as leis e ocupando as áreas que deveriam ser preservadas em função das particularidades de seu sítio ambiental.

Isso nos revela uma expressa segurança e um profundo desprezo que essas classes dominantes têm para com nossa legislação, reforçando o argumento da professora Ermínia Maricato de que “a lei no Brasil se aplica de acordo com as circunstâncias”.

É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características. (MARICATO, 2001, p. 51)

Ao mesmo tempo, as camadas de baixa renda vivem em áreas extremamente degradadas do ponto de vista ambiental e com uma precária infraestrutura urbana. Sobre isto prescindiria a necessidade urgente da aplicação do Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Participativo na sua dimensão da participação, que abordaremos adiante, para impedir que nossas cidades continuem se alastrando desordenada e desnecessariamente, encarecendo os serviços urbanos e penalizando, obviamente, a população mais pobre.

Quando, lá no início desta reflexão, dizemos que nenhuma explicação justifica com razoabilidade os processos de segregação é com base na concepção de que se é o Estado o maior responsável pela formatação da dinâmica urbana, a afirmação se dá considerando esse Estado como um Estado responsável e comprometido com as políticas de bem estar social.

Ocorre que, se as elites sempre determinaram as ações do Estado, conforme os seus próprios interesses, agora vemos que essa mesma elite se deu conta de que ainda mais efetivo é apropriar-se dele e definir lhe as regras.

É o que temos vivenciado e podemos ver que o fazem com propriedade e ferocidade, uma vez que somado a isso se utilizam de um marketing indutor, que hoje prega que o Estado ideal deve ser gestor e gerido por administradores empresariais.

Considerando que o gestor eficiente é o administrador empresarial que tem como objetivo final o lucro, e que essa dinâmica se

transfere para o Estado e; considerando que é o Estado o único que teria o compromisso real de zelar pelo bem estar de seu povo, lançamos algumas reflexões: Como fica essa grande massa populacional dentro dessa nova forma que se desenha no comando dos Estados? Quais são os aspectos ideológicos que transitam nesse universo e autorizam uma estrutura discriminatória? A condição velada, que procura constantemente atribuir ao indivíduo a responsabilização pelos problemas que sofre?

A estrutura segregativa sempre se afirmou em valores biológicos, físicos e sensoriais para conceituar a média populacional e assim considerar certas características biológicas ou físicas dos indivíduos como incapacidades. E sempre considerou os conteúdos elaborados pela cultura social dos homens como desnecessários para uma classe vista como “imersa em ignorância”.

Mas a ignorância das pessoas com relação à realidade das pessoas com deficiência é nitidamente expressa por meio de condutas de infantilização e inferiorização dessas pessoas. Esse processo também pode ser definido como aquele que tem por objetivo incorporar física e socialmente as pessoas com deficiência.

A derrubada do processo de exclusão social faz parte de uma luta constante dessas pessoas. Um longo processo. A igualdade encontra-se nas diferenças próprias de cada um e a aceitação da deficiência permite a liberação do sujeito para desenvolver estruturas cognitivas, normalizando-se no conjunto das atividades propostas aos indivíduos considerados normais.

## 5.2 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE, ELABORADO PARA REGULAMENTAR OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

No ano de 2001 foi promulgado o Estatuto da Cidade – Lei 10.257<sup>36</sup> -, que regulamentou os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais e medidas a serem adotadas na política urbana.

---

<sup>36</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

O Plano Diretor Participativo está previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, por meio da Lei nº 10.257/2001 como um dos instrumentos básicos da política urbana. É recomendado para todos os municípios brasileiros e obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, inseridas em área de influência de empreendimentos ou atividades com impacto ambiental significativo ou integrantes de áreas de especial interesse turístico.

O Plano Diretor Participativo é um instrumento básico da política de desenvolvimento municipal e tem o intuito de regular a ocupação e viabilizar a sustentabilidade e melhores condições de vida para a população. Deve propor diretrizes que orientem os agentes públicos e privados sobre o que deve ou não ser feito no território do município. Nele são delimitadas as áreas urbanas e rurais e traçadas as estratégias para o seu desenvolvimento, e desta forma assegurar os direitos fundamentais, a sustentabilidade e o atendimento pleno às demandas da população.

O Plano Diretor Participativo tem como garantia legal a previsão de que sua elaboração será realizada tendo por base a efetiva participação da sociedade em todas as fases do processo, conforme o artigo 3º §1º do Estatuto da Cidade. A sociedade ocupa posição de destaque em todas as fases de elaboração, com previsão legal e garantia de participação, decidindo os mecanismos de aplicação da Lei no município juntamente com o Poder Público. Desta forma, a gestão das cidades passa a se direcionar para um panorama mais democrático.

O Plano Diretor Participativo tem por objetivo orientar as ações do poder público no sentido de promover a ordenação dos espaços do município, a urbanização e a sustentabilidade, garantindo o direito à cidade e à cidadania de forma mais justa e a qualidade de vida da população local, tornando possível o desenvolvimento das funções sociais da cidade como um todo.

### 5.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA: A CIDADE PLANEJADA POR TODOS

No art. 2º do Estatuto da Cidade estão descritas as diretrizes gerais da política urbana, onde destaca-se que

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação,

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

É muito importante que haja a participação da população ao longo de todas as etapas de elaboração do Plano Diretor Participativo. Para isso, o Estatuto da Cidade, no artigo 40, §4º, define a realização de debates e audiências públicas com a participação da população e outros agentes envolvidos na comunidade, como elemento a ser garantido pelos Poderes Legislativo e Executivo municipais. Essa ação não deve ser realizada apenas para cumprir uma exigência legal, tratando-se de um elemento fundamental na identificação das questões municipais que envolvem toda a comunidade. É importante que os habitantes se expressem e sejam ouvidos para que haja melhora na qualidade de vida da população.

O Estatuto da Cidade, reconhecendo que o processo de urbanização tem sido implantado à custa da produção de uma segregação socioespacial, consolida a sua orientação no sentido de disponibilizar uma série de instrumentos destinados a reorganizar o espaço urbano, permitindo que a intervenção do Poder Público provoque a redução das desigualdades e o amplo acesso do direito à cidade.

Sob este aspecto, a gestão das cidades passa a se orientar para um horizonte mais democrático, influenciando-se, diretamente, pela busca da justiça social, contendo mecanismos que permitam disponibilizar a toda a população o acesso à moradia e aos demais serviços e infraestrutura urbana.

Em 2011 a cidade de Porto Alegre se tornou a primeira cidade a contar com um Plano Diretor Participativo de Acessibilidade, aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e que elencou a importância da promoção da transversalidade das informações sobre a acessibilidade da cidade, a identificação das necessidades de adequações nos projetos e definindo as intervenções de médio e longo prazo. A faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RS foi quem elaborou o diagnóstico dos espaços físicos e públicos de uso coletivo da cidade.

Em Florianópolis, o seguimento da mobilidade e acessibilidade na composição do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo municipal é representado pelo Grupo de Trabalho Floripa Acessível. As representações da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo Gestor também empreendem compromisso e parceria com as questões de acessibilidade no Plano Diretor Participativo, bem como outras representações distritais e algumas entidades representativas. Além disso, desde 2008, por recomendação do Ministério Público Federal foi



criado o Subcomitê de Acessibilidade<sup>37</sup> no campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Subcomitê de Acessibilidade compunha o Comitê de Uso Racional dos Recursos e foi posteriormente elevado a Comitê e integra o Plano Diretor Participativo da UFSC.

O Plano Diretor Participativo estabelece as diretrizes e regras para o desenvolvimento territorial local e, portanto, é um instrumento fundamental ao exercício da cidadania, pois trata de temas que são de interesse da população, como a questão da acessibilidade no território municipal.

A acessibilidade é uma condição necessária à conquista do direito de liberdade, gerando autonomia aos municípios e permitindo a equiparação de oportunidades, inclusive às pessoas que apresentam deficiência ou mobilidade reduzida. A acessibilidade inclui diversas adequações nos equipamentos urbanos, como rampas de acesso, calçadas com pisos táteis, entre outras medidas destinadas à eliminação ou redução de barreiras para essa população.

A discussão e a implantação das condições de acessibilidade de um município, especialmente no ambiente urbano, é um processo fundamental e que demonstra o respeito à diversidade humana. É inquestionável que os benefícios conquistados para as pessoas com deficiência, quando efetivados, favorecem toda a população. Desta forma, um ambiente inclusivo melhora a compreensão e o respeito às diferenças e, mais que isso, possibilita melhor qualidade de vida às pessoas que, de forma imprescindível, necessitam das adaptações e adequações previstas em lei.

Atualmente, o Plano Diretor Participativo de Florianópolis está inconcluso. O processo, que está em andamento, segue judicializado. No presente momento, o que permanece vigente é a Lei Complementar n° 482/2014, que não foi fruto de participação popular.

Com relação às questões pertinentes às PCD a referida Lei é fraca e confusa, como se não estivéssemos participando dos debates e processos de discussão e construção. Até mesmo os termos usados na Lei, que são quase inexistentes, não são uniformes. Ora expressa “os portadores de necessidades especiais”, ora expressa “acessibilidade universal” ora “pessoa com deficiência”. Não há sequer menção às Leis,

---

<sup>37</sup> <http://planodiretor.ufsc.br/files/2012/04/24.04.12-Leitura-Acessibilidade.pdf>

Decretos e Normas específicas, diferentemente de outros assuntos nela contidos.

## 5.4 ESTUDOS DE CASO NA ILHA DE SANTA CATARINA

### 5.4.1 Estudo de caso Parque Municipal da Lagoa do Peri

O Parque Municipal da Lagoa do Peri<sup>38</sup> em Florianópolis está localizado dentro ilha de Santa Catarina, ao sul, no Morro das Pedras, próxima à praia da Armação. Compõe-se de 23 km<sup>2</sup> de matas com trilhas e cachoeiras. O acesso à Lagoa se dá pelo Parque Municipal da Lagoa do Peri. A lagoa é propícia ao banho, inclusive para crianças e dispõe de mesas para piquenique, bar e lanchonete, estacionamento, banheiros e bombeiros salva-vidas.

---

<sup>38</sup> Segundo a cultura local, o nome Peri deriva do nome do escritor **Antoine de Saint-Exupéry** (1900-1944). Escritor, ilustrador e piloto francês, autor do clássico da literatura *O pequeno príncipe*, foi piloto do regimento da Aviação de Estrasburgo - a hoje Cia Aérea Air France – e costumava pousar no sul da ilha de Santa Catarina, onde fez vários amigos e que pelo linguajar local ficou conhecido como Peri. Exupéry morreu em um acidente de avião, durante uma missão de reconhecimento próximo a Marselha na França, no dia 31 de julho de 1944. Seu corpo nunca foi encontrado.

## Vista aérea da Lagoa do Peri



Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/imagens/05\\_10\\_2015\\_11\\_47\\_9ab65a0d61ec942f39b9c9dc62e409c8MEDIA.jpg](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/imagens/05_10_2015_11_47_9ab65a0d61ec942f39b9c9dc62e409c8MEDIA.jpg)>. Acesso em: 01 mar. 2017.

O Parque Municipal da Lagoa do Peri possui três áreas: uma de reserva biológica, onde abriga inclusive duas espécies animais com risco de extinção, que são o jacaré de papo amarelo e a lontra<sup>39</sup>; uma de paisagem cultural que abriga os assentamentos dos descendentes dos colonizadores açorianos, com engenhos de farinha e cana de açúcar, e uma área de lazer com infra estrutura para visitantes.

O Parque possui águas calmas e muito agradáveis para esportes como o *stand up paddlle* e a canoagem. A entrada do parque, na Rodovia “Seu Chico” Francisco Thomas dos Santos fica de frente para a praia do Cadeirão, de mar ótimo para a prática do surf.

---

<sup>39</sup> **Projeto Lontra ou Engenho da Lontra:** espaço físico de preservação e projetado para Centro de Visitação e Educação Ambiental com trilha ecológica dentro da base de pesquisa onde os turistas conhecem os animais órfãos em cativeiro. **Objetivos:** Além da preservação é transmitir conhecimentos sobre a lontra, o meio ambiente, o turismo de conservação e a cultura local. São previstos cursos de formação e visitas programadas, previamente agendadas.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Parque do Peri e Praia do Caldeirão – Sul da Ilha de Santa Catarina

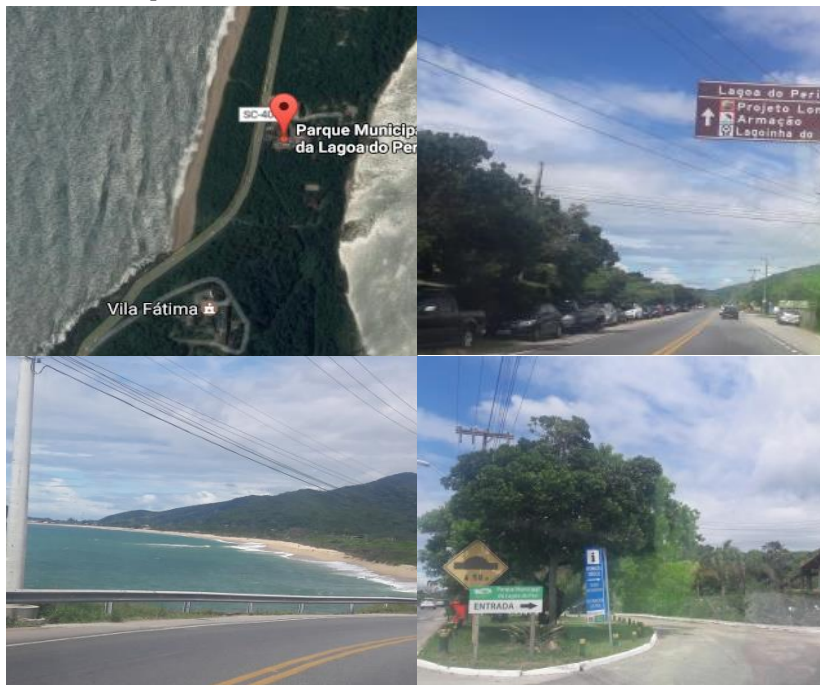


Foto: Denise de Siqueira

O parque foi totalmente revitalizado no ano de 2004, entre outros, com a retirada das árvores exóticas e segundo os administradores, entre as medidas positivas propostas para a nova forma de utilização do parque foi a transformação da área que era de churrasqueiras para área de piquenique com parque infantil. A medida acabou com as moscas do lugar e também diminuiu consideravelmente o consumo de bebidas alcoólicas e as brigas deixaram de fazer parte do cenário local.

Hoje é proibido fazer churrasco e acampar no parque, que funciona até às 19 horas. Durante o alto verão a organização releva a rigidez do horário de fechamento e procura seguir o ritmo natural do anoitecer para a saída dos usuários.



divulgação de novas cidades com o cumprimento de 100% das frotas acessíveis.

Em função disso, grupos de pessoas combinam se encontrar nos lugares ao invés de se encontrarem para ir aos lugares, virando uma inversão sem fim. E as vias ficam cada vez mais congestionadas e inviáveis, conquanto se registra o aumento do número de motoristas alcoolizados. Isso faz com que os estacionamentos sempre pareçam pequenos para a demanda de usuários e não há estacionamento que supra à demanda dos transeuntes.

#### Estacionamento do Parque e vias de circulação



Fotos: Denise de Siqueira

O estacionamento do parque possui duas vagas reservadas e sinalizadas, porém a sinalização não segue o padrão convencional de sinalização para essas vagas.

Os administradores relataram ter dificuldade em lidar com os visitantes para respeitarem a vaga. O estacionamento não tem sido suficiente para atender a crescente procura e em função disso, alguns visitantes insistem em retirar os cones para estacionarem seus veículos nas vagas reservadas.

Relataram também que, em função da melhora da acessibilidade do parque, aumentou consideravelmente a procura por famílias que possuem pessoa com deficiência e a vaga também vem sofrendo disputas entre as PcD. As PcD que possuem a credencial também reivindicam o direito de uso dessas vagas. Os funcionários relataram

estarem se esforçando, mas que têm dificuldades em lidar com a situação.

O aumento do número de vagas - atualmente são duas - parece ser uma premissa para o aprimoramento das ações do parque, visto que a procura por pessoas e família de pessoas com deficiência cresceu no parque, entretanto, algumas medidas simples, entre elas a sinalização correta, provavelmente auxiliarão demasiadamente a melhora.

Placa existente no Parque e imagem de exemplificação



Fotos: Denise de Siqueira

A padronização das vagas é determinada pelo Contran<sup>41</sup>. Cabe observar que a vaga reservada não é destinada a todos os tipos de deficiência. Ela é para deficientes físicos, exatamente pelas suas particularidades. A vaga é necessária por causa da área livre do entrono do veículo, em geral demarcada pelas hachuras sinalizadas no chão, que existem para que caibam os equipamentos de uso das referidas pessoas, como o caso de cadeiras de rodas, cadeiras motorizadas, andadores e afins.

<sup>41</sup> **Contran:** Conselho Nacional de Trânsito; órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, com sede no Distrito Federal. Entre outras, tem por competência, estabelecer normas regulamentares às diretrizes da Política Nacional de Trânsito; coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e as diretrizes para o funcionamento dos CETRAN e CONTRANDIFE; estabelecer e normatizar os procedimentos para a imposição, a arrecadação e a compensação das multas por infrações; aplicação da legislação de trânsito; Código de Trânsito Brasileiro, Lei n° 9.503/97.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Podemos observar que se as informações fornecidas pela placa estivessem ali, evitariam boa parte dos problemas que os funcionários do parque relatam. O parque não tem a pintura no chão, visto que é de chão batido e grama, porém, positivamente respeitou a área necessária para permitir o desembarque adequado das pessoas com deficiência fazendo a delimitação com a madeira que contorna o jardim.

Entrada do Parque do Peri e vagas sinalizadas



Fotos: Denise de Siqueira

As vagas estão posicionadas corretamente, visto que de acordo com a norma técnica, devem estar em local de melhor acesso e estão seguidas de rampas permitindo os acessos, inclusive à área interna do prédio administrativo.



### Rampa de acesso ao prédio administrativo do Parque



Fotos: Tânia Slongo

Uma das questões imediatamente evidenciadas pela estrutura e seus acessos é a de que houve a preocupação de recepcionar as pessoas com deficiência enquanto visitantes do parque. No entanto, o mesmo não é possível observar no caso de haver uma pessoa com deficiência física contratada para trabalho.

### Estrutura interna do prédio administrativo e de exposições do parque



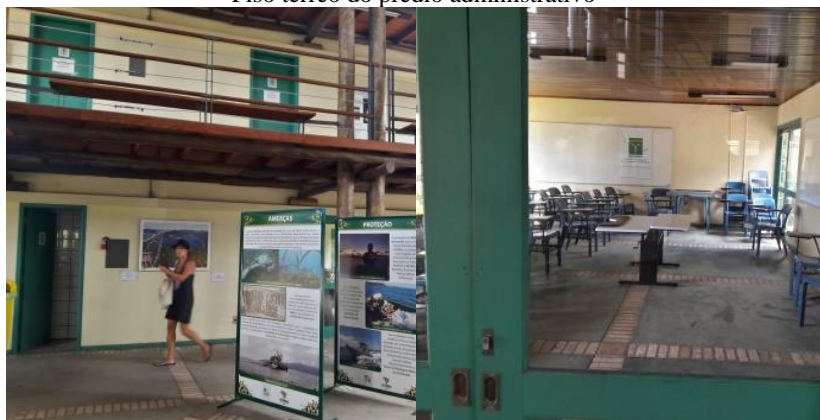
Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

A estrutura é muito interessante e bonita, extremamente rica em luz natural ao tempo em que a temperatura interna se mantém constantemente agradável. Porém, não existe acessibilidade planejada para acesso aos pisos superiores do estabelecimento, restringindo-se ao térreo.

O prédio contempla uma estrutura que disponibiliza salas de exposição, palestras e aulas.

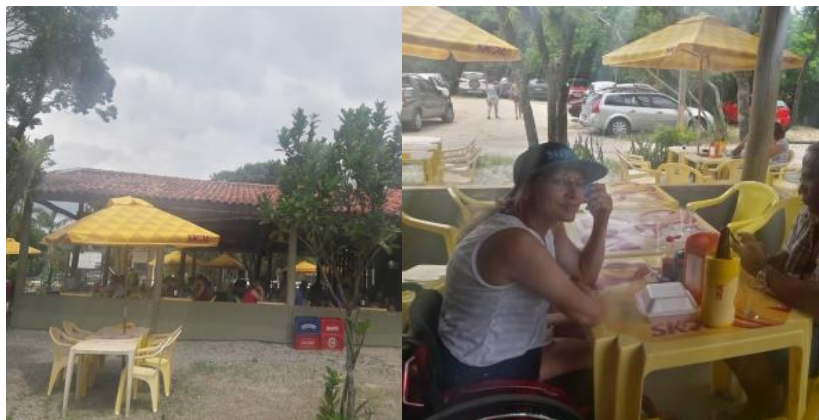
Piso térreo do prédio administrativo



Fotos: Denise de Siqueira

Além dos carrinhos de sorvete tradicionais que perambulam pela orla e de algumas barracas de alimentos como churros e açaí, de funcionamento sazonal, durante o alto verão, logo na entrada do Parque, próximo ao prédio administrativo, junto ao estacionamento, fica o restaurante e lanchonete que funciona durante o ano todo.

## Restaurante do Parque do Peri



Fotos: Tânia Slongo

A entrada para a área de desfrute do Parque do Peri pode se dar pelo interior do prédio administrativo ou diretamente pelo portal do estacionamento.

## Entrada para a área de lazer pelo prédio administrativo



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Entrada para a área de lazer pelo estacionamento



Fotos: Denise de Siqueira

O Parque se apresenta bem organizado, limpo, sinalizado e as rampas de acesso estão presentes onde necessárias, descendo suavemente, em nível e sem indesejáveis degraus.



Organização Fotos 1 e 2 Denise de Siqueira – Foto 3 Tânia Slongo

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Boa sinalização



Fotos Denise de Siqueira

As passarelas em deck de madeira se espalham pelos caminhos do parque em direção à orla da Lagoa.

Início das passarelas e ducha lava-pés entre a entrada do parque e o estacionamento



Fotos Tânia Slongo

Existem banheiros no restaurante do parque, no prédio administrativo e na área de lazer do parque. Existe apenas um único banheiro acessível, que tem que ser feminino e masculino, que está localizado junto aos banheiros da área de lazer.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Acesso aos banheiros da área de lazer do parque



Fotos: Tânia Slongo

Em relação à norma técnica da ABNT NBR 9050, o banheiro acessível está posicionado corretamente com relação aos outros banheiros. Possui entrada independente, evitando assim possíveis constrangimentos aos usuários que precisam do auxílio de acompanhantes. O banheiro permanece fechado e sinalizado com orientação ao usuário para a retirada da chave. O procedimento é adequado, uma vez que permite que o banheiro permaneça limpo e em boas condições de uso e fazendo valer a premissa de se tratar de banheiro exclusivo.

## Sinalização do banheiro acessível



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

O banheiro possui área interna adequada e boa disposição dos mobiliários, porém observam-se alguns equívocos na execução. O vaso sanitário possui uma abertura frontal que além de não estar recomendado na ABNT NBR 9050, nem na norma atual e nem na antiga, existe na norma atual um item, o 7.7 que proíbe o uso desse tipo de equipamento devido aos diversos registros de acidentes que ocorreram com ele.

Vaso sanitário com abertura frontal – fora da especificação normativa



Fotos: Tânia Slongo

A barra de apoio apenas na parte de trás da parede também não é suficiente para atender à necessidade de uso das pessoas com deficiência, visto que fica posicionada nas costas da pessoa. Porém existe um balcão trocador na lateral direita do vaso sanitário que auxilia nos apoios. O ideal seria que houvesse uma barra fixada nele, posicionada no alcance das mãos. Assim como colocar a ducha higiênica, também conforme recomenda a norma técnica.

Balcão trocador na lateral direita do vaso sanitário e pia na lateral esquerda



Fotos Tânia Slongo

A posição da barra da pia está interessante, visto que quando circunda a louça dificulta para lavar o rosto ou a escovação dos dentes. Outra observação é a falta de chuveiro no banheiro acessível e que, de acordo com a proposta do parque, trata-se de um equipamento importante e necessário.

Passarelas de circulação do parque



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*





Fotos: Denise de Siqueira

#### Acessos de chegada à orla da Lagoa



Fotos: Tânia Slongo

O piso da orla da Lagoa é firme e gramado sendo possível circular com cadeira de rodas sem grandes dificuldades por usuários com autonomia.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Orla da Lagoa do Peri e bombeiro salva-vidas



Fotos: Denise de Siqueira

### Área de piquenique e parque infantil



Fotos: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### Início da trilha do Curumim



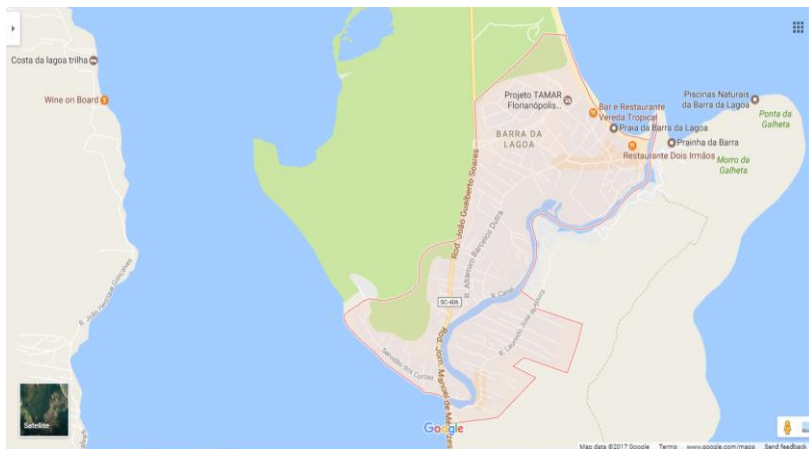
Fotos: Denise de Siqueira

### Conclusão Parque Municipal Lagoa do Peri

Quanto à Lagoa do Peri, pudemos observar a realização de um trabalho cuidadoso para adequação dos requisitos de acessibilidade. Um trabalho exemplar, inclusive com relação ao banheiro embora seja necessário pensar sobre o fato de haver apenas um banheiro acessível. Pela demanda, teria que haver ao menos um masculino e um feminino e com chuveiro.

A Lagoa do Peri é a única praia de água doce da América do Sul a receber a certificação da Bandeira Azul.

## 5.4.2 Estudo de caso Barra da Lagoa

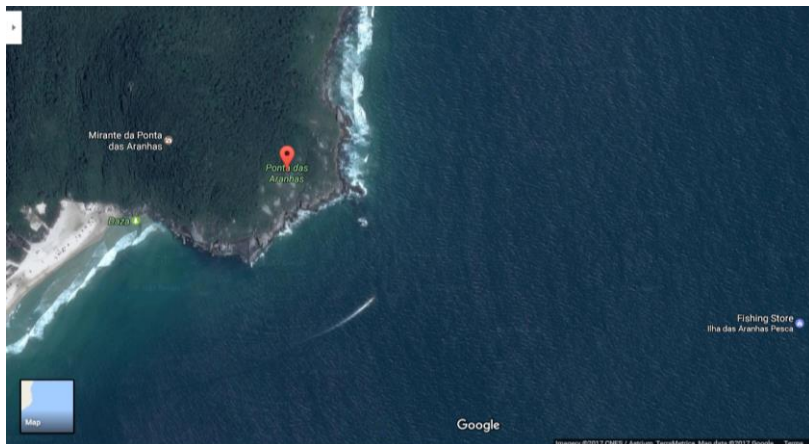


Os 4,75km<sup>2</sup> do bairro da Barra da Lagoa estão em uma área privilegiada, com morros incrustados entre o Oceano Atlântico, a Lagoa da Conceição e o Morro da Galheta e cortado pelo Canal da Barra, única ligação entre as águas salobras da Lagoa da Conceição e o mar.

### 5.4.2.1 História da Barra da Lagoa

No início era Praia da Lagoa, onde abrigava uma vila de pescadores, pacata e simples. Os moradores da região costumavam dizer que moravam na Barra da Lagoa e com o passar do tempo a localidade foi ganhando mais importância.

A Praia da Lagoa era definida desde a Barra até a Ponta das Aranhas. A ponta das Aranhas está situada na ponta norte da Praia de Moçambique e possui natureza exótica e selvagem. Tem esse nome por posicionar-se em frente à Ilha das Aranhas e o acesso é possível por trilha ou de carro. É um canto extremamente sossegado, quase selvagem e praticamente inabitado.



Por trilha o acesso é através da Praia do Santinho, pela Trilha das Aranhas, que margeia os costões do morro ou pela Trilha da Lomba do Ingá. De carro o acesso é pela Praia do Moçambique.

Em 1989 começou a se emancipar, com a edição de um mapa oficial onde as autoridades divulgaram a região como a Praia da Barra da Lagoa e não como a Praia da Lagoa. E um ano depois, em 1990, se deu a subdivisão da Praia Grande ou Moçambique. Em 1995 o distrito da Barra da Lagoa foi instalado definitivamente e o desmembramento da Lagoa da Conceição foi oficializado pela Lei Municipal 4.806/95.

A principal fonte de renda de muitos moradores ainda é a pesca e por causa do molhe<sup>42</sup>, os pescadores não têm horário para chegar ou ir embora. Sempre tem alguém pescando, tanto de manhã, de tarde, de noite ou de madrugada.

Uma ponte pênsil construída em 1983, que passava por cima do Canal da Barra foi por décadas a atração da praia. Com o tempo a ponte começou a ficar velha e perigosa e os moradores reivindicavam segurança, visto que remendada, com tábuas soltas e tela de proteção estragada, colocava os transeuntes em risco. E por ser muito baixa, os barcos encostavam na estrutura gerando riscos mais sérios.

Em 2007 foi constituída uma nova ponte, em estrutura metálica e piso em madeira angelim. A ponte, com 80 metros de extensão, 1,80m

---

<sup>42</sup> Paredão que se constrói nos portos de mar em forma de cais, para protegê-los da violência das águas; quebra-mar.

de largura e 4,90 de altura (acima do nível do mar), tem previsão de vida entre 20 e 30 anos e está acessível para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Barra da Lagoa Possui ruas estreitas, travessas e vielas características da cultura açoriana<sup>43</sup> e não é muito convidativa para fluxos intensos de veículos. O recomendado seria a realização do passeio por meio do transporte público coletivo, mas mesmo assim é preciso levar em conta a precariedade do serviço na Ilha com relação à demanda e oferta. O passeio na Barra da Lagoa deve ser munido de grande parcela de paciência entre os deslocamentos necessários para o desfrute de suas maravilhas.

É um bairro tradicional, que ainda mantém viva suas raízes culturais, como a pesca e a produção de tarrafa<sup>44</sup> e renda de bilro<sup>45</sup>. É considerada o maior núcleo pesqueiro da Ilha de Santa Catarina e seu canal tem capacidade de receber uma média de 50 embarcações. A pesca artesanal é bastante presente, garantindo uma fartura de pescados que podem ser consumidos nos restaurante e também comprar in natura.

Suas belezas naturais atraem muitos turistas não só na alta temporada, muitos dos quais, estrangeiros vindos da Europa e América do Norte. É a praia mais cobiçada por eles.

O bairro possui a peculiar Pedra do Frade, um dólmen<sup>46</sup> que antigamente era usado pelos povos primitivos da região como observatório astronômico. Entre suas marcações estão o solstício de verão e o equinócio de inverno e pesquisadores trabalham no local para divulgar e desvendar os mistérios desses dólmens.

---

<sup>43</sup> A cultura açoriana chegou na ilha, que era chamada de Desterro, entre 1748 e 1756 quando seis mil açorianos oriundos da Ilha da Madeira e do Arquipélago dos Açores vieram com o intuito de constituir domicílio.

<sup>44</sup> Rede de pesca circular artesanal, de malha fina e com chumbo nas pontas, que se lança com as mãos.

<sup>45</sup> **Bilro:** Objeto complexo semelhante a pequenas peras, e com o qual se confeccionam rendas.

<sup>46</sup> Monumentos megalíticos tumulares coletivos. O nome deriva do Bretão *dol* = mesa e *men* = pedra. São constituídos por uma câmara formada por uma grande laje pousada sobre pedras verticais que a sustentam.

#### 5.4.2.2 Características Naturais da Barra da Lagoa

A praia da Barra da Lagoa possui 650m de extensão, porém, a falta de algum acidente geográfico entre ela e a praia de Moçambique e a inclinação suave e gradual do solo arenoso em direção ao mar atribui à orla mais de 8 km de extensão. Em sentido à praia de Moçambique a inclinação se torna mais aguda e irregular, gerando ondas maiores, enquanto que do lado da Barra a inclinação tende a ser mais suave. As grandes ondas provocadas pelo mar aberto são refreadas pela correnteza do Canal da Barra, tornando as ondas mais calmas.

As areias são finas e brancas, com uma faixa entre 5 a 50 metros. O ecossistema é de restinga<sup>47</sup>, a vegetação é rasteira e atualmente a mata ciliar é bem degradada em decorrência da urbanização desordenada.

O Canal da Barra também suaviza a salinidade do mar, deixando-o menos salgado. Em formato sinuoso, o canal possui em torno de 3km de extensão e entre 19 e 50 metros de largura. A morfologia do Canal foi totalmente alterada devido às dragagens, principalmente pela construção do molhe.

As Dunas da Barra da Lagoa são tombadas como Patrimônio Natural e Paisagístico do município, com 6,6 hectares de área composta por dunas fixas e móveis de baixa altitude formando um cordão litorâneo à beira mar.

É também na Barra da Lagoa que está instalado o Projeto TAMAR<sup>48</sup> de Florianópolis. A base do Projeto na Barra da Lagoa foi construída com o intuito de minimizar os efeitos predatórios sobre as tartarugas marinhas.

---

<sup>47</sup> Faixa de mato à margem de um rio ou igarapé.

<sup>48</sup> Projeto TAMAR: Nasceu na década de 1970, quando estudantes do curso de Oceanografia da Universidade Federal de Rio Grande iniciaram expedições de estudos sobre os hábitos das tartarugas marinhas que faziam parte da lista dos animais ameaçados de extinção no Brasil.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



A base da Barra da Lagoa do Projeto TAMAR, fica constantemente aberta para visitação, inclusive aos finais de semana e feriados, preserva as tartarugas marinhas e o museu TAMAR funciona como mais um instrumento de conscientização, com tanques de observação, sala de vídeo e de exposições, espaço infantil e lojinha de produtos. O Projeto possui acessibilidade e banheiro acessível. Na região da Barra existem várias placas de sinalização indicando o caminho para o Projeto.

### Projeto TAMAR Floripa – SC



Foto 1: Disponível em: <<http://www.turismoindependente.com.br/florianopolis-projeto-tamar-floripa/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Foto 2: Disponível em: <<http://deixadefrescura.com/2017/02/projeto-tamar-em-florianopolis.html>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

É ao lado do Projeto Tamar que está se concretizando na ilha uma proposta de praia acessível, que pensa a temática para mais do que cadeiras anfíbias, buscando considerar as diversas variáveis necessárias para que as pessoas com deficiência possam realmente estar na praia, incluindo banheiro. Vide mapa acima.

Diferentemente dos diversos outros lugares, esta ideia iniciou sem a participação do poder público de Florianópolis. O projeto é fruto da iniciativa do Hostel The Surch e do Restaurante Vereda Tropical.

Os rapazes do Hostel, com a intenção de possibilitar um ambiente adequado para receber o amigo surfista Felipe kizu Lima, atual campeão mundial de surf adaptado, que quebrou a coluna em um acidente em 2006, conversaram com o seu Paulo do restaurante Vereda Tropical e projetaram em uma área livre do restaurante, de frente para a praia no restaurante.

Campeão Mundial de surf adaptado, o brasileiro FKizu



Foto 1: Disponível em: <<http://www.imgrum.org/tag/WorldChampion>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

Foto 2: Disponível em: <<http://www.pictaram.com/user/fkizu/1254527379>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

FKizu

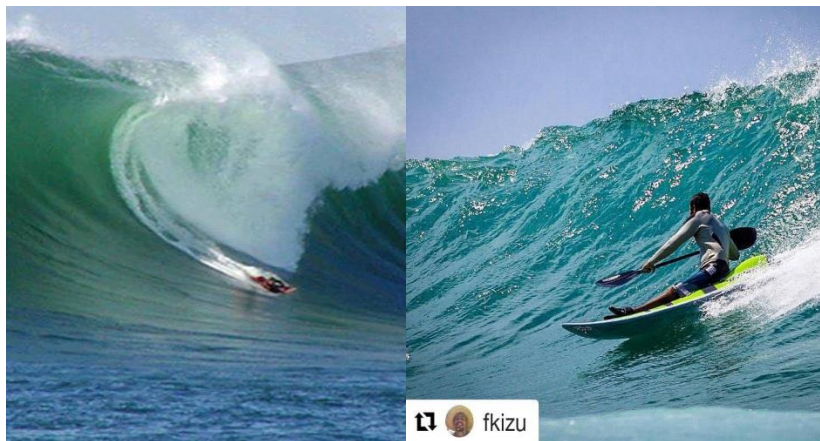


Foto 1: Disponível em: <<http://www.instagramator.com/tag/adaptivesurfing>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

Foto 2: Disponível em: <<http://www.instadetails.com/p/BL4qPziAkcC>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

Os idealizadores procuraram contato com uma conhecida instituição de deficientes físicos da ilha em busca de orientação, arcaram com os investimentos e com a ideia de propor uma parceria fizeram contato com a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência da prefeitura e a Comissão de Pessoas com Deficiência da Câmara de Vereadores, porém, a conversa não frutificou.

Conhecendo a infraestrutura local:

Área do estacionamento do Vereda Tropical



Foto: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Estacionamento de acesso



Foto: Denise de Siqueira

## Rampa de acesso para a área interna e praia



Foto: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Ducha externa de banho



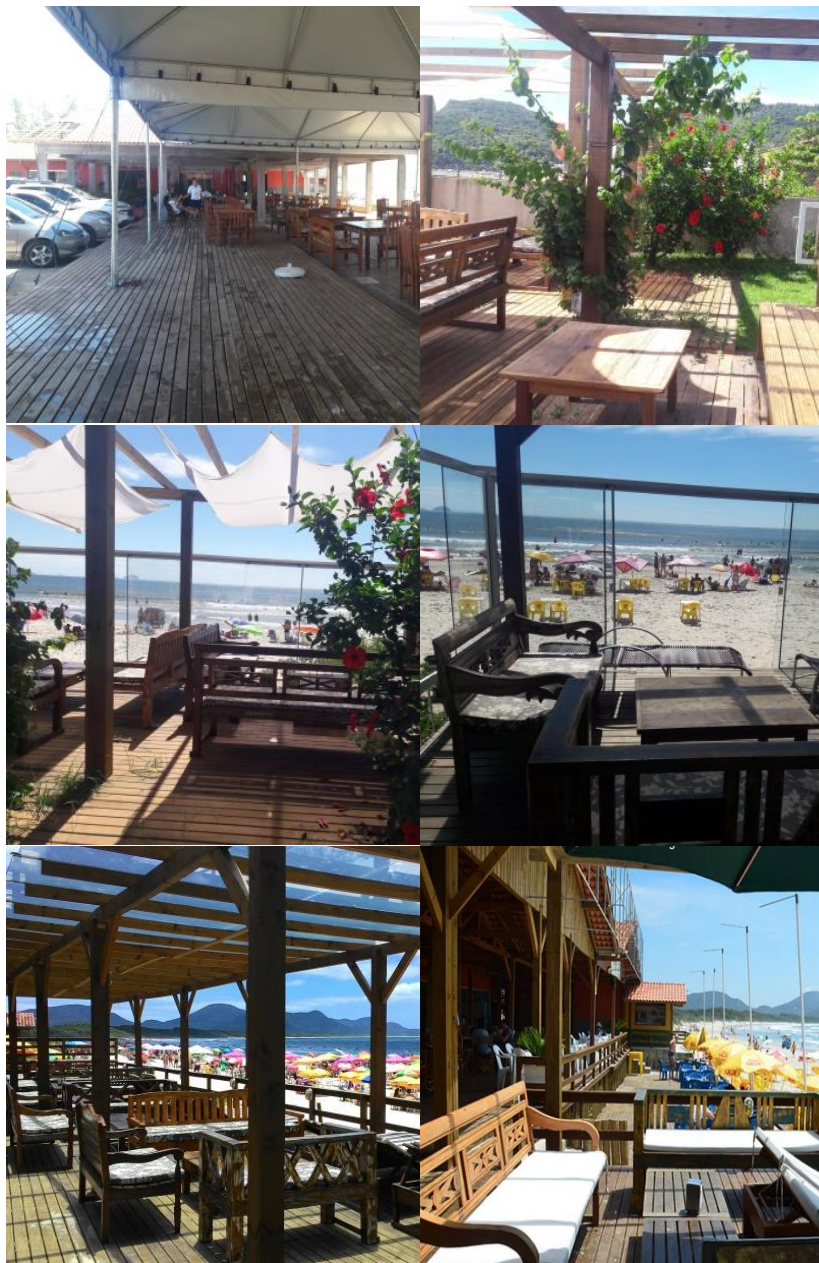
Foto: Tânia Slongo

Toda a estrutura local foi adequada com rampas de acesso e hoje é possível circular por todos os espaços, mas foi criada uma área para viabilizar o atendimento específico necessário, principalmente por não ter sido encontrada possibilidade de tornar acessíveis os banheiros já existentes.

Conhecendo o ambiente interno de frente para o mar



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



Fotos: Denise de Siqueira

### Área esportiva e de acessibilidade



Foto: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Área com acesso criada, com escolinha de surf e o banheiro acessível



Foto: Denise de Siqueira

Estrutura externa do banheiro acessível



Foto: Denise de Siqueira

O projeto ainda não está concluído, mas está em fase de conclusão. O Projeto apresenta apenas um banheiro amplo, de tal forma que poderiam ser ao menos dois banheiros confortáveis e com toda a infraestrutura. Pra não fugir às convenções, no momento, o banheiro tem armazenado diversas coisas nele.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Área interna do banheiro acessível



Foto: cedida por Vereda Tropical

A estrutura do banheiro foi montada pensando a possibilidade de atender tanto os banhistas como os atletas, porém foi construído apenas um banheiro e masculino. Questionados sobre porque só um banheiro e sobre a necessidade de haver um banheiro feminino, curiosamente, todos se mostraram surpresos com a indagação. O senhor Paulo respondeu que não tinham pensado na hipótese de mulheres esportistas, mas que também não teria tido nenhum problema em construir banheiro feminino, pois espaço tem que sobra pra fazer, porém, ele diz que simplesmente seguiu a orientação dada pela associação de deficientes físicos consultada.

Seu Paulo diz que poderá construir o referido banheiro feminino futuramente, sem problemas, mas que no momento pretende concluir as adequações orientadas para poder inaugurar e divulgar o novo padrão dado à praia daqui em diante.



## Vaso sanitário do banheiro acessível



Fotos: Cedidas por Vereda Tropical

Mais uma vez encontramos nos projetos de banheiros acessíveis o já referido vaso com buraco frontal. O qual não existe recomendação nas normas técnicas de acessibilidade, nem na antiga e nem na atualizada, e a qual inclusive, em função de vários registros de acidentes, contém um item proibitivo: sanitários com aberturas frontais. Item 7.7 da ABNT NBR 9050.

O proprietário do estabelecimento e os idealizadores do projeto não têm obrigação de saber sobre esses detalhes, mas o profissional técnico do projeto tem obrigação de saber, bem como ainda mais a instituição que prestou a consultoria. E cabe lembrar que na ocorrência de algum eventual acidente alguém será responsabilizado e terá que responder por ele.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Pia e área de instalação do chuveiro



Fotos: Cedidas por Vereda Tropical

A pia está bem posicionada e adequada para o uso, inclusive aos usuários de cadeiras de rodas, e em acordo com a norma técnica de acessibilidade. A posição para a instalação do chuveiro também está adequada dentro da grande área interna do banheiro.

As barras de apoio ainda não estão instaladas, mas estão lá, visto que o projeto ainda não está pronto, mas está em fase conclusiva.

## Cadeira Anfíbia



Foto: Denise de Siqueira

O projeto na Barra, no momento, possui duas cadeiras anfíbias.

## Olhando para a areia



Foto: Denise de Siqueira

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Passagem acessível à praia



Foto: Denise de Siqueira

## Rampa de acesso para a areia da praia



Foto: Denise de Siqueira

A rampa de acesso à praia foi pensada na posição que possibilitou o maior alongamento, para a maior aproximação do ideal, embora não tenha alcançado a inclinação exata recomendada pela norma técnica. Está com um degrau na terminação para a areia que precisa ser adequado e o local precisa da esteira de areia para que a mobilidade autônoma seja alcançada.

## Ambiente externo do Vereda Tropical



Foto 1: Tânia Slongo; Foto2: Cedida pelo Vereda Tropical

## A orla



Fotos 1, 2, 3: Denise de Siqueira; Foto 4: Cedida por Vereda Tropical

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### 5.4.2.3 Conclusão Barra da Lagoa

Na Barra da Lagoa encontramos um trabalho cuidadoso, que foi idealizado procurando cuidar de todos os detalhes para alcançar um atendimento completo às PcD sem deixar brechas incompletas. É lamentável alguns problemas encontrados e que não deveriam estar ali, como o vaso sanitário com abertura frontal. Tais equívocos, os quais serão corrigidos pelos idealizadores, são advindos de assessorial mal prestada pela instituição de pessoa com deficiência credenciada na cidade, a qual mostra não estar qualificada como deveria para a prestação do serviço.

A Barra da Lagoa já apresenta quase todos os requisitos para se enquadrar dentro dos critérios de praias acessíveis que levam em consideração o conceito do desenho universal em seu planejamento. No momento, excetuando os ajustes mencionados, falta apenas a esteira de areia para que o conceito seja alcançado. Ainda assim, já é possível utilizar o espaço com o auxílio de funcionários que se dispõem ao manejo da cadeira anfíbia para auxiliar os usuários.

### 5.4.3. Uma avaliação destes dois locais e experiências implementadas

Todas as várias vezes que estivemos no Projeto da Barra da Lagoa, fomos muito bem recebidos e as portas se abriram de maneira espontânea e sem que fosse preciso consumir ali. Porém, não se pode relevar o fato de se tratar de uma iniciativa privada e o projeto estar dentro de um estabelecimento particular. É preciso refletir o quanto tudo isso estará disponível para os usuários interessados. No momento, embora ainda não inaugurado, espaço e equipamentos já estão sendo disponibilizados e sem necessidade alguma de contrapartida de consumo.

Os proprietários do Vereda Tropical e do Hostel The Surch e idealizadores do Projeto atenderam os critérios recomendados pela CRPD, que leva o lema “Nada sobre a pessoa com deficiência sem a pessoa com deficiência. Nada sobre nós sem nós”. Procuraram os órgãos públicos e instituições em busca de saber qual o procedimento correto para darem andamento à iniciativa e tocaram em frente.

A atitude responsável dos idealizadores deveria ter poupado a eles alguns problemas identificados, que não deveriam estar ali e que não se justificam, uma vez que houve consultoria prestada por

instituição credenciada e tida como referência na cidade. É preciso refletir sobre o que é que credencia algumas instituições a falarem em nome de certas categorias.

E é inquestionavelmente o projeto de acessibilidade de praia mais completo da ilha hoje. Até o presente momento, o único de praia que já oferece, estacionamento, banheiro acessível, chuveiro, rampas de acesso e cadeiras anfíbias, sendo possível chegar, permanecer e relaxar na praia.

Além deste, a praia mais propícia para o conceito prático do desenho universal é a praia da Joaquina. Ela tem praticamente todos os requisitos necessários. Enquanto na Barra da Lagoa falta-lhes apenas a esteira de areia, na Joaquina faltam apenas as cadeiras anfíbias e a esteira de areia.

Sem a esteira fica impossível a autonomia PcD para acessar e circular na região de areia, havendo, eventualmente, a possibilidade de serem auxiliadas nesse espaço caso exista a cadeira anfíbia, mas reforçamos, sem a autonomia.

A Joaquina possui banheiro acessível, rampas de acesso junto ao posto dos bombeiros, chuveiros e há possibilidade de demarcar as vagas de estacionamento em localização adequada e em conformidade com as recomendações técnicas específicas. Um refinamento elevará essas localidades ao padrão de acessibilidade já encontrado em outros lugares.

Com certeza, a Praia da Barra da Lagoa e o Parque da Lagoa do Peri e, conseqüentemente a praia do Caldeirão abrem um novo caminho, que dará uma nova roupagem ao turismo da ilha. Um *up grade* que o turismo pede para se atualizar ao presente momento.





SANTA CATARINA					
Informações	Parque Mun Lagoa do Peri - Fpólis	Barra da Lagoa - Fpólis	Joaquina/Fpólis	Praias/Palhoça *	Itapema
<b>Mobilidade</b>	Ônibus frequente. Eventualmente acessível.	<b>Ticen-Tilag</b> alguns ônibus acessíveis durante a semana. Não dá informação de ônibus acessíveis nos finais de semana. <b>Barra:</b> informa 3 carros acessíveis na semana, não informa aos finais de semana	<b>Ticen-Tilag</b> Informa alguns ônibus acessíveis durante a semana. Não dá informação de acessibilidade nos finais de semana. <b>Joaquina:</b> 5 ônibus sábado, 6 domingo, 16 de 2ª a 6ª Não informa sobre ônibus acessíveis.	Ônibus escassos. São raros e não informam sobre acessibilidade	Ônibus frequentemente acessíveis.
<b>Grupo Responsável</b>	Prefeitura de Florianópolis	Hostel The Surch e Restaurante Vereda Tropical.	Comerciantes Locais	Prefeitura por meio dos Guardas dos postos de salva vidas	Prefeitura e associação de deficientes local
<b>Recursos</b>	Público	Privados	Privados	P arceria publ-priv	Parc. pub-priv
<b>Ano de criação</b>	2015	2015/16	----	2016	2011
<b>Localização</b>	Morro das Pedras em frente à Praia do Caldeirão	Próximo ao ponto de ônibus que fica ao lado do projeto Tamar	Praia oceânica ao leste da ilha	Ponta do Papagaio, Praia de Cima e Guarda do Embaú no Município da Palhoça	Próx Balneário Camboriú ao norte de Florianópolis
<b>Area</b>	23 km <sup>2</sup>	4,75 km <sup>2</sup>	Orla de 3 km	7km	59.02 km <sup>2</sup>
<b>Serviços</b>	ducha	Ducha, Chuveiros,	Duchas e chuveiros	----	----
<b>Esportes acessíveis</b>	Não tem	Surf	Não tem	Não tem	Não tem
<b>Equipamentos (qtidade e especificação)</b>	Passarela de madeira para circular pelo Parque	Pranchas adaptadas, 2 Cadeiras Anfíbias, rampa de acesso de madeira	Rampa de acesso de paralelepipedo	Não tem	Rampa de acesso de madeira
<b>Profissionais (nº e especialidade)</b>	Possui guardas salva-vidas 2	Professores de Surf e funcionários para auxiliar na areia	Possui guardas salva-vidas.	Possui guardas salva-vidas.	Não possui guardas salva-vidas.
<b>Estrutura Física</b>	Permanente. 3 vagas, rampas, deck de madeira e passeio pelo parque, não possui elevador para outros andares do prédio administrativo. Estacionamento sinalizado, rampas de acesso.	Permanente. Estacionamento 2 vagas, rampas em todos os ambientes, na escola e de acesso à praia. Projeto Tamar ao lado tem acessibilidade e banheiro acessível	rampas de acesso à praia junto ao posto dos bombeiros; chuveiro de água doce e há possibilidade de demarcar as vagas de estacionamento em localização adequada. Não tem esteira mobmat e nem cadeira anfíbia.	Possui duas cadeiras anfíbias. Não possui esteira mobmat.	Funcionamento Temporário e eventual no posto2. Rampa, cadeira anfíbia e piscina infantil. Não possui esteira mobmat.
<b>Banheiros</b>	1 banheiro acessível com buraco frontal	No The Surch tem 1 unisex. No Vereda Tropical tem banheiro acessível com chuveiro, mas o vaso tem buraco frontal	1 banheiro - Chave na administração lojista local	Não possui banheiro	Não possui banheiro.
<b>Horários e Dias de atendimento</b>	Ano todo. Todos os dias. Das 8hs até 19h	Ano todo. Todos os dias Integral	Verão. Horário comercial	Verão.Sexta, sábado e domingo. Manhã e início da tarde	Verão. Sábado e domingo. Manhã e início da tarde

\*Praia de Cima, Guarda do Embaú e Ponta do Papagaio



## 5.5 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM FLORIANÓPOLIS – OS QUATRO ESTUDOS DE CASO: DAS ÁREAS MAIS PERIFÉRICAS ÀS PRAIAS

Este subcapítulo nasceu com a intenção de apresentar concretamente a realidade vivida pelas pessoas com deficiência a partir de algumas situações vivenciadas por algumas destas pessoas na grande Florianópolis, em forma de estudos de caso e passeios assistidos. São pessoas com diferentes histórias de vida, em diferentes localidades e diferentes condições socioeconômicas. Alguns entraves nos obrigaram a mudanças estruturais na metodologia proposta inicialmente, e estas situações também são relevantes para estarem descritas aqui.

O passeio assistido e a viagem de campo não se configuram como uma viagem ou passeio simplesmente e sim como ferramentas muito utilizadas, como instrumento facilitador e verificador da realidade posta. A aprendizagem por meio das vivências, de maneira participativa nos permite a apreensão de um conhecimento real sobre os lugares, os indivíduos e as culturas locais.

Sobre o reconhecimento desta forma de movimentação no espaço, o Ministério do Turismo conceitua esta atividade como

“base na motivação por atividades e programas de aprendizagem, que podem promover o desenvolvimento pessoal e profissional por meio das vivências interculturais”. (pg 15) E assim a define: “Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional”.

<[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_de\\_Estudos\\_e\\_Intercxmbio\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Estudos_e_Intercxmbio_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> P. 15

Os passeios assistidos propostos descreveram os desafios enfrentados desde o momento em que se pretende sair de casa até alcançar o destino desejado, neste caso as praias e acessos de água doce ou salgada utilizando-se do transporte público coletivo.

Partiu-se da ideia de acompanhar quatro pessoas com deficiência residentes em diferentes localizações para dar a dimensão das circunstâncias enfrentadas por cada uma delas.

Também o fato de serem quatro mulheres não foi casual. Além de tudo o que foi exposto até aqui, existe uma forte questão de gênero posta nas questões das deficiências. Ainda que este não seja o foco desta pesquisa, cabe pontuar, porque independente da condição social o tratamento desigual está culturalmente incorporado nas condutas familiares e sociais, havendo um empenho maior em tentar ofertar autonomia quando a PcD é homem e não mulher. A relevância deste fato, para além de apenas pontuar, quem sabe possa despertar o interesse pelo assunto aos estudiosos que buscam se aprofundar.

As famílias têm condutas diferentes para a mesma situação quando esta é posta para um homem ou pra uma mulher, independente do amor que as mova. A cultura que nos move, que é de forte expressão patriarcal e sexista, se traduz em grande desigualdade de gênero, inclusive e em particular no tocante à independência. E a deficiência também carrega esta forte opressão social. Na relação entre mulheres e homens com deficiência, as mulheres são alvo de maior discriminação desde o mais básico cuidado. Meninas ainda são cuidadas de uma forma e meninos de outra, bem como as perspectivas e empenho em todo o entorno terão potência de diferente calibre para elas e para eles. Essas relações desiguais influenciam o cuidado na deficiência e vão influenciar em todo o contexto social.

A referida questão de gênero que evidenciamos também não é uma questão exclusivamente brasileira. É um desafio de desconstrução cultural e construção de políticas de direitos humanos que se evidencia internacionalmente, demandando políticas focadas nessa temática.

O conceito de Direitos Humanos Universais é moralmente forte porque está conceitualmente ligado às concepções de justiça e prosperidade humana, e estende essas concepções a toda humanidade.

Em se tratando de direitos humanos, algumas interpretações de igualdade de direitos possuem um amplo apoio na comunidade internacional, como é o caso da proibição de discriminação racial. E outras, não são acolhidas em diversos cenários culturais, como o status igual do homem e da mulher.

É tão assim, que a WSL – World Surf League e a ISA – International Surfing Association, no final de 2016, definiram mais uma cláusula para que as equipes esportivas possam participar das modalidades. A partir de então as equipes têm que obrigatoriamente

possuir atletas femininas nas equipes, senão serão impedidos de competir. Tal gesto só mostra o quanto são verdadeiras as questões apresentadas, visto que se a igualdade fosse uma premissa cultural não haveria a necessidade desse tipo de regra.

As diferenças entre mulheres e homens, nas relações de poder, de comportamento, de trabalho, entre outras se reproduz fortemente nas questões postas às pessoas com deficiência e se tratam de diferenças opressoras presentes em todo nosso contexto em análise.

Desta forma, os locais de origem escolhidos para os deslocamentos trazem uma pessoa residente no morro José Mendes (Prainha) na região central de Florianópolis, outra reside em Biguaçu na região periférica da grande Florianópolis, outra no bairro Parque Anchieta em região nobre da Bacia do Itacorubi e eu mesma o quarto caso, residente na região central da cidade.

Relatamos a seguir sobre os diversos problemas enfrentados para realizar algo que a princípio parece ser relativamente simples, mas que inviabilizaram a concretização do estudo dentro do formato que se pretendia inicialmente.

A nossa circulação para fazer os roteiros foi impedido no transporte público coletivo da cidade, já na primeira tentativa. Porque, além de o sistema da cidade ainda não cumprir a lei de obrigatoriedade da frota acessível eles proíbem terminantemente que duas pessoas cadeirantes circulem em um mesmo carro simultaneamente, ainda que elas estejam juntas. Mesmo que uma dessas pessoas se responsabilize por seus atos (como qualquer adulto responsável por si) e aceite sentar no banco convencional como todos os demais passageiros fechando a sua cadeira eles não permitem.

Não existe argumento que convença os gestores da discriminação que é impedir que duas pessoas possam estar juntas e circular juntas porque eles assim determinam.

O fato de eles deliberadamente não cumprirem a lei no tocante à frota dificulta e também impede que o roteiro possa ser feito separadamente, uma depois da outra visto que os carros com acessibilidade não estão disponíveis em todos os horários.

As tentativas de diálogo com os gestores locais não foram experiências das mais agradáveis ou respeitadas e a solução foi abrir mão de uma metodologia corriqueira, utilizada convencionalmente no curso e repensar uma forma alternativa para dar visão ao que pretendemos nesta parte da pesquisa.

A possibilidade alternativa de realizar os percursos com carro individual, além de não ser o ideal para a nossa proposta também não foi possível visto que a pesquisadora, que é usuária de transporte público coletivo não tem carro próprio para deslocamentos.

Existem também entraves para a realização dos trajetos de estudos acontecerem de táxi por:

1. Os taxistas se dão o direito de se negar em realizar as viagens por haver a necessidade de colocar a cadeira de rodas no porta-malas;
2. Nem todos os veículos têm espaço para transportar duas cadeiras de rodas. A grande maioria em Florianópolis não tem espaço para uma cadeira porque a maioria dos taxis têm porta-malas com dois cilindros de gás.
3. Mesmo com relação aos motoristas mais gentis, a probabilidade de não deslocamento por este meio de transporte em dias de chuva é de quase 100%.
4. Foi criado recentemente na cidade um sistema de taxi acessível, porém o custo é consideravelmente elevado. Um trajeto de ida e volta do campus universitário Trindade ao centro sai por aproximadamente quatro vezes acima da tarifa dos taxis convencionais.

E para completar esta argumentação, entramos na questão da falta de recurso financeiro, visto que realizamos este trabalho sem auxílios e nem bolsa de estudos. Assim, para efeito de estudos ficou definido manter parte da ideia original para permitir a construção argumentativa do conceito.

Embora estejamos pensando a condição da deficiência em um conceito abrangente, independente de qual ela seja, neste momento os roteiros foram planejados com pessoas que possuem limitações físicas e usuárias de cadeiras de rodas no intuito, como já foi dito, de avaliar as condições mais desafiadoras para os deslocamentos nos diversos ambientes.

A metodologia proposta, apesar das observações apresentadas, permitirá que o leitor possa elaborar os roteiros de análise conforme deseje, para a verificação das diversas situações de vivência, levando em consideração o deslocamento de duas pessoas para a praia, sendo um cidadão comum ou uma pessoa com deficiência. Ambos estando no mesmo ponto de origem e tendo o mesmo destino final.

A princípio disponibilizamos a tabela de horários da linha de transporte coletivo da Barra da Lagoa uma vez que a Barra é um dos destinos de todos os casos, contendo as informações veiculares dos carros que são e não são acessíveis, durante os dias da semana, aos sábados, domingos e feriados.

#### Acesso ao aplicativo busmaps do Consórcio Fênix em 11-02-2017

SEMANA			SÁBADO			SEMANA			SÁBADO			SEMANA			SÁBADO		
06:53	07:08	07:38	07:09	07:31	07:55	07:00	07:20	07:50									
08:25	08:47	09:00	08:37	09:01	09:25	08:50	09:20	09:50									
09:52	10:25	10:54	10:13	10:40	11:01	10:50	11:20	11:50									
11:35	11:48	12:13	11:49	12:15	12:37	12:50	13:20	13:50									
12:36	12:37	12:55	13:25	13:49	14:13	14:50	15:20	15:50									
13:25	13:42	13:55	15:01	15:25	15:49	16:50	17:20	17:50									
14:19	14:31	14:51	16:37	17:01	17:25	18:40	19:20	19:50									
15:56	16:19	16:47	18:13	18:40	19:01	20:50	21:20	21:50									
17:35	17:43	18:10	19:55	20:12	20:36	22:45	23:10	00:05									
18:36	18:50	18:52	21:39	22:19	22:50												
19:22	19:26	19:45	23:50	00:05	01:09												
20:08	20:27	20:50															
21:30	22:01	22:33															

Acima estão apresentadas as informações fornecidas pelo Consórcio Fênix, das disponibilidades de veículos com e sem acessibilidade informados pela empresa. Existem alguns outros veículos acessíveis circulando, inclusive nos finais de semana, mas é impossível fazer um planejamento de uso porque não são disponibilizadas informações sobre eles.

A Fênix tem atendimento ao usuário durante a semana e em horário comercial. Ainda assim, o mais provável é sempre ficar com a gravação que informa que “no momento todas as atendentes estão ocupadas”. Nós acertamos com eles o horário de um veículo acessível para uma manhã de sábado, porém o veículo simplesmente não veio

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

com a acessibilidade combinada. E nesse caso não existiu para quem recorrer, visto que não têm atendimento aos sábados e domingos.

Ao contatar a empresa para buscar informação sobre um determinado horário em que sabíamos que o veículo era acessível, mas não veio com plataforma, a resposta foi que não dão informação porque “o horário não é oficial”. Porém, também esperamos duas vezes por veículo informado como acessível na tabela de horário e que veio sem a plataforma. Se um veículo precisa ser substituído por qualquer razão eles não relevam a questão da acessibilidade para a substituição por outro veículo que seja acessível.

A Barra da Lagoa foi escolhida como a apresentação ilustrativa, por ser o local da ilha onde está se desenhando o surgimento do que poderá ser a primeira praia realmente acessível da capital. De maneira a permitir ao leitor a compreensão da condição dada para os deslocamentos a partir da situação menos complexa. A Barra da Lagoa, por ser a distância mais curta, é a menos emblemática da ilha e exige menos conexões para os deslocamentos. A partir daí tudo fica complicado. Ou mais complicado.

Apresentadas as tabelas iniciais para prosseguirmos com o exercício de simulação. Para a ilustração dos deslocamentos propostos temos:

### **5.5.1 Caso 1 – Vanessa Vieira Mafra**

Vanessa Vieira Mafra – nascida em 17.03.1977 – Não tinha deficiência e hoje possui lesão raquimedular. Sofreu acidente automobilístico aos 28 anos de idade. Residente na Servidão Siqueira 237, Prainha (Morro José Mendes) – Florianópolis, SC.

Vanessa mora na Prainha, no Morro José Mendes. Na última casa lá em cima do morro. Local de muito difícil acesso, com um percurso que amedronta para chegar ao destino. A subida tem quase uns 90° graus e praticamente dá pra tocar na mão de Deus. Não dá pra olhar pra trás, nem pra desistir. Literalmente segura na mão de Deus e vai, com pavor pra subir e pavor pra descer.

### **Entrevista com Vanessa Vieira Mafra**

**Denise:** Então podemos começar com seu nome e seu endereço?

**Vanessa:** Me chamo Vanessa Vieira Mafra. Moro na Servidão Siqueira 237, Prainha, no morro José Mendes – Florianópolis.



**Denise:** Qual a origem da sua deficiência, desde quando está deficiente e o que acarretou essa condição?

**Vanessa** Sou cadeirante já há dez anos. Sofri um acidente de carro em 19 de novembro de 2006. O carro capotou de madrugada. Chovia muito. Eu estava vindo da balada. Tinha bebido bastante, mas não estava dirigindo. Vinha no banco do passageiro com meu ex-namorado. O carro era meu. Ele perdeu o controle do carro, bateu numa pedra. O carro capotou e eu fiquei presa no carro. Fiquei paraplégica.

**Denise:** Existe sistema de transporte público onde você mora.

**Vanessa:** Moro no morro. Só de carro ou táxi pra sair de casa. É morro alto. Não dá pra descer nem sozinha, nem com outra pessoa, escorrega muito. Tem que ser três pessoas. O ônibus só na geral da rua lá em baixo, na Silva Jardim. Nunca peguei ônibus, pois pra descer e subir não dá. Então, ou é carro do meu irmão ou táxi. Mas tem muito taxista que não quer levar cadeirante. Já fiquei muito na mão, esperando e não levarem.

**Denise:** E quando você se acidentou vocês estavam usando o cinto de segurança? Estavam só vocês dois ou tinha mais gente? O motorista também tinha bebido?

**Vanessa:** Não. Eu estava usando cinto. Estava só eu e o ex-namorado. Tínhamos bebido sim. Eu mais do que ele. Eu estava dormindo na hora. Foi na BR 282 km 1. Vindo do bairro para o centro.

**Denise:** Como te falei temos enfoque na mobilidade e a intenção é uma argumentação crítica.

**Vanessa:** Aham. Sair tá difícil por enquanto.

**Denise:** Por quê?

**Vanessa:** Também por causa das minhas dores. Faz seis anos que estou com esse problema. Os médicos não tem solução. É complicado.

**Denise:** Quais as linhas passam lá em baixo na rua Silva Jardim? E qual é a distância lá de cima até ali em baixo? Você sabe?

**Vanessa:** As linhas são a do Pantanal, Carvoeira, Corredor Sudoeste. Os do sul da ilha que não são via túnel passam lá em baixo. A distância, meu irmão disse que é em torno de 200 metros.

**Denise:** Você anda ou andou de ônibus depois do acidente?

**Vanessa:** De ônibus nunca andei, porque não dá pra descer só eu e o pai. Tem que ser umas três pessoas e mesmo assim escorrega.

**Denise:** Que roteiros você tem feito quando sai?

**Vanessa:** Meu roteiro é dentista, consulta, ir no supermercado quando dá. Mas é de taxi ou quando meu irmão pode levar.

**Denise:** Quantas vezes você foi à praia depois disso?

**Vanessa:** Nunca fui na praia depois do acidente não. Já faz 10 anos que não vou.

**Denise:** Você pratica algum tipo de atividade física?

**Vanessa:** Minha atividade é fazer fisioterapia em casa todos os dias. Ajudo meu irmão no serviço dele de ar condicionado (telefone, email, cotação, compra de peças) pela internet. Essas coisas da rotina. E nas tarefas de casa do dia a dia. Fazer comida, bolo, pão caseiro, lavar roupa. Limpeza em geral.

**Denise:** E quanto o seu irmão te paga pelo seu trabalho? Ele registrou a sua carteira? Ou paga como autônoma? Eu vi que você divulga a atividade na sua página do facebook.

**Vanessa:** Eu estou aposentada, Denise. Ajudo ele, mas não cobro não. Faço de coração. Pra mim, o que dá é isso. Fazer em casa. Quando tô com muita dor faço deitada mesmo. Atendo telefone, vejo email, cotação de material. Não preciso sair de casa pra fazer isso.

**Denise:** Qual é a sua escolaridade, Vanessa?

**Vanessa:** Segundo grau completo.

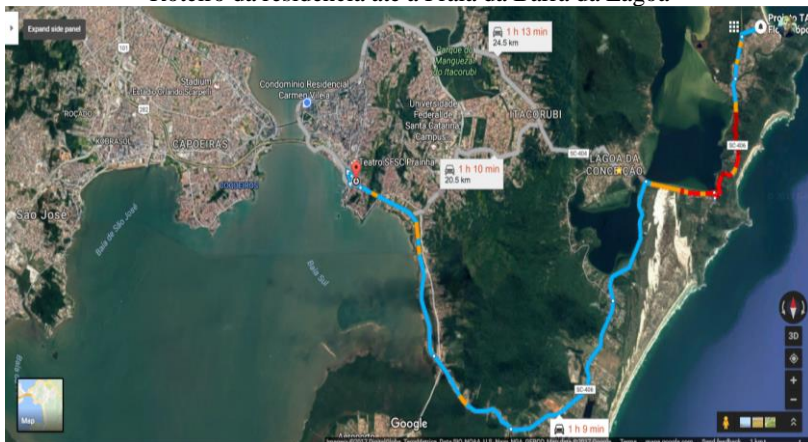
**Denise:** E você trabalhava em quê, quando foi aposentada?

**Vanessa:** Trabalhava de auxiliar administrativo e financeiro.

**Denise:** Onde?

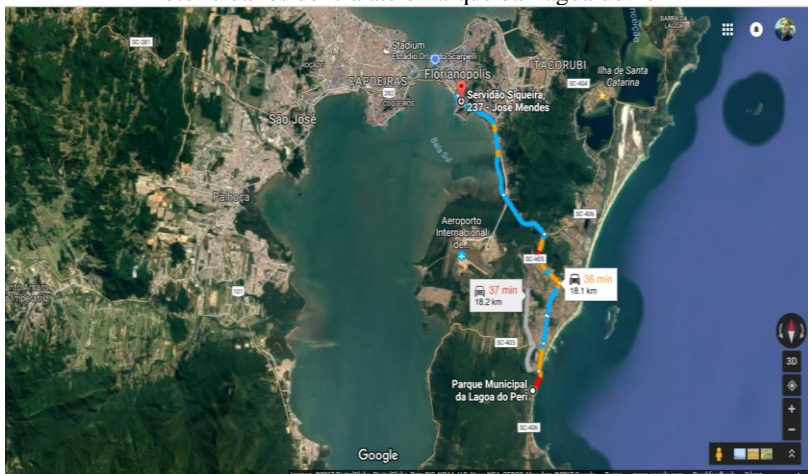
**Vanessa:** Era no ARS. Era na LC Fomento, uma factoring e escritório de um posto de gasolina da Palhoça. Fazia toda parte administrativa e financeira do escritório e do posto. Controlava os cartões de crédito e caixa.

Roteiro da residência até a Praia da Barra da Lagoa



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Roteiro da residência até o Parque da Lagoa do Peri



Após Vanessa vencer a descida do morro, ela terá que caminhar até a avenida Mauro Ramos para pegar o primeiro ônibus para a Lagoa da Conceição, o Tilag-Ticen via Mauro Ramos, cujos horários estão informados no aplicativo do consórcio Fênix conforme abaixo.

TICEN - Plataforma A lado 2			TICEN - Plataforma A lado 2			TICEN - Plataforma A lado 2					
SEMANA	SÁBADO	DOMINGO	SEMANA	SÁBADO	DOMINGO	SEMANA	SÁBADO	DOMINGO			
05:45	06:12	06:28	06:40	06:25	06:45	07:05	07:15	06:20	07:05	07:35	08:05
06:52	07:09	07:36	08:00	07:31	07:54	08:18	08:42	08:35	09:05	09:35	10:05
08:35	09:07	09:37	10:06	09:06	09:30	09:54	10:18	10:35	11:05	11:35	12:05
10:38	11:00	11:25	11:47	10:42	11:06	11:25	11:53	12:35	13:05	13:35	14:05
12:00	12:15	12:35	12:58	12:00	12:17	12:41	13:05	14:30	15:05	15:35	16:05
13:37	14:05	14:37	15:05	13:29	13:53	14:17	14:41	16:30	17:05	17:35	17:55
15:35	16:00	16:25	16:45	15:05	15:29	15:53	16:17	18:30	19:05	19:35	20:05
16:57	17:24	17:40	18:08	16:41	17:05	17:29	17:53	20:30	21:05	21:30	22:05
18:29	18:59	19:20	19:46	18:00	18:17	18:41	19:05	22:30	23:30	00:30	
20:10	20:47	21:10	21:45	19:29	19:54	20:30	20:58				
21:50	22:00	22:20	22:41	21:38	22:10	22:32	23:02				
23:08	23:35	00:04		23:30	00:35						

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

### 5.5.2 Caso 2 – Larissa Kliemann

Larissa Kliemann – Nascida em 14.05.1991

Residente à Avenida Ângelo Crema, 63 - Bairro Jd Anchieta - Florianópolis- SC.

Larissa possui paralisia cerebral desde que nasceu. É moradora de bairro de classe média alta. Tem curso superior e já fez várias viagens ao exterior.

#### Entrevista com Larissa Kliemann

**Denise:** Então podemos começar com seu nome e data de nascimento?

**Larissa:** Me chamo Larissa Kliemann e nasci dia 14 de maio de 1991.

**Denise:** Qual o seu endereço?

**Larissa:** Moro na avenida Ângelo Crema número 63, no Jardim Anchieta.

**Denise:** Qual a origem da sua deficiência?

**Larissa:** Foi o rompimento da bolsa da mãe, que ocasionou paralisia cerebral devido à anorexia. Isso acarretou na perda da força dos meus membros inferiores e do equilíbrio para me manter sozinha em pé.

**Denise:** Qual é a sua escolaridade?

**Larissa:** Tenho superior completo. Sou formada em Turismo e Hotelaria.

**Denise:** Quais são os meios de locomoção que você utiliza para circular? A pé? Carro? Taxi? Ônibus?

**Larissa:** Eu me utilizo de carro e taxi. Por que onde eu moro e devido à minha falta de força eu não consigo andar até o ponto de ônibus sozinha. Minha deficiência também não permite que eu dirija, e por isso, além do carro dirigido por outras pessoas, me utilizo de táxi. Tenho um já do meu conhecimento, pois existem manobras a serem feitas para que eu entre e saia do carro em segurança. A pessoa acima de tudo precisa ter paciência para lidar comigo frente a essa situação.

**Denise:** Existe sistema de transporte público onde você mora? Ele é adequado? E como funciona?

**Larissa:** Até existem duas linhas que passam aqui no meu bairro. Uma delas, o amarelinho, creio ser adaptada, porém apesar da facilidade de quase parar na porta de casa, falta treinamento dos motoristas dessa linha do amarelinho para me conduzir ao interior do ônibus, e mesmo se tivesse, ainda não pegaria, pois os horários das linhas são muito poucos.

**Denise:** Então você não usa nunca o transporte público?

**Larissa:** Eu acho que só a linha do amarelinho é adaptada, porém não me utilizo da mesma por não conseguir me locomover sozinha nas ruas na hora do deslocamento.

**Denise:** E quais roteiros você tem feito quando sai?

**Larissa:** Como eu necessito pagar mais caro para sair de casa sozinha, quase não saio. E quando saio vou ao cabelereiro no shopping.

**Denise:** Você trabalha, né? Onde?

**Larissa:** Trabalho na Assembleia legislativa do estado de Santa Catarina.

**Denise:** E como você chega no local de trabalho?

**Larissa:** Quando meus pais podem me levar, vou de carro, senão eu tenho que pedir dinheiro ou pagar do meu salário, já que o transporte da associação dos deficientes daqui dificulta para ceder o carro pra me levar em casa. Nunca me atenderam.

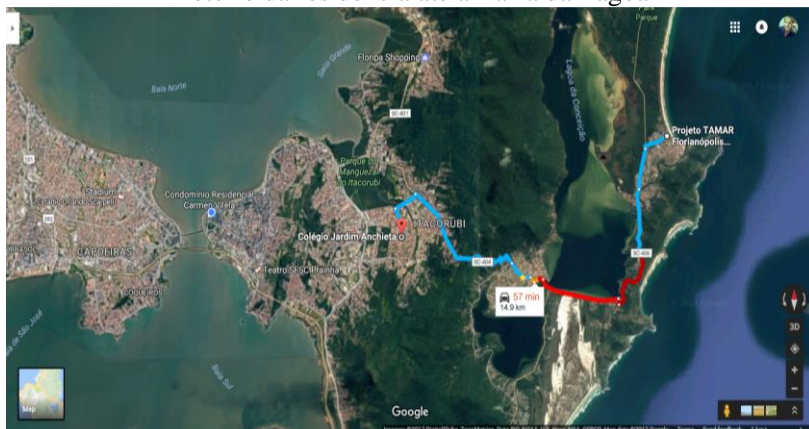
**Denise:** Você vai à praia?

**Larissa:** Absolutamente inviável ir. Só, as poucas vezes que fui, foram de carro com meus pais ou amigos. A acessibilidade nas praias é horrível!

**Denise:** Qual a frequência que você sai de casa para o lazer? E onde você costuma ir? O que você costuma fazer?

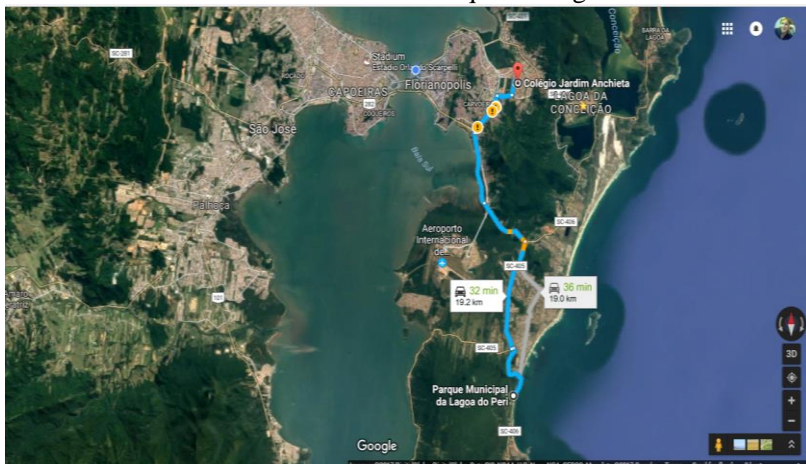
**Larissa:** Como já sei que posso passar trabalho em alguns locais devido a falta de acessibilidade, me limito a locais onde sei que há acesso total para minha autonomia, como os shoppings, e locais que adotaram a acessibilidade, como algumas pizzarias e restaurantes.

### Roteiro da residência até a Barra da Lagoa



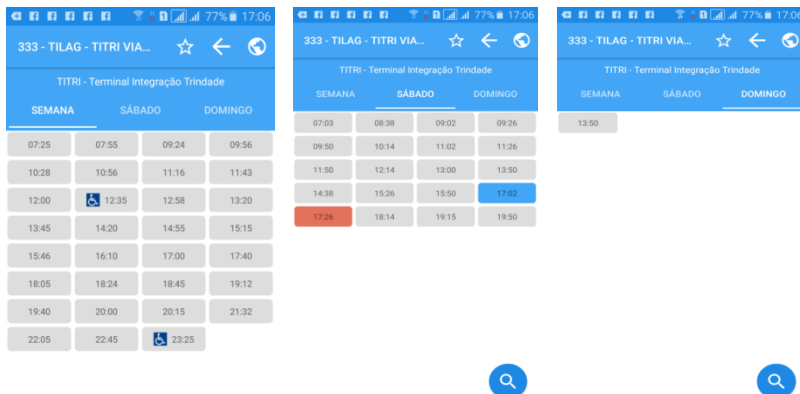
*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Roteiro da residência até o Parque da Lagoa do Peri



Se a deficiência da Larissa permitisse a ela circular em ônibus convencional, para ir à Barra da Lagoa, a Larissa precisaria primeiramente conseguir chegar até o Terminal Integrado da Trindade (Titri). Ocorre que onde ela mora só circulam os ônibus amarelinhos - os executivos - e em Florianópolis esses carros não têm acessibilidade. Porém, uma vez conseguindo chegar no Titri a Larissa pode entrar no itinerário da praia, começando sua viagem com o ônibus Titri-Tilag e depois pegando o Barra da Lagoa. Existe também a possibilidade de ela pegar algum dos veículos que vêm do Ticen e passam por ali, mas tem que levar em conta que ele já chegará lotado de passageiros.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



### 5.5.3 Caso 3 – Fabiana Costa

Fabiana Costa

Residente à rua Júlio Teodoro Martins, 2327 – quarto andar – Bairro Rio Caveiras - Biguaçu – SC

A permanência desta simulação de estudo foi mantida pela importância que esta referida pessoa tem para que possamos deixar manifestado um pouco da realidade de pessoas que vivem como ela, em periferias distantes. Fabiana possui uma doença degenerativa que se manifestou depois de adulta e só consegue circular utilizando cadeira motorizada.

Assim, como com os demais entrevistados, eu fui de ônibus até a residência da Fabiana para a entrevista e que consumiu a minha manhã toda e praticamente toda a tarde entre a ida e a volta nesse percurso. Como os veículos não têm acessibilidade, precisei contar com a boa vontade de algumas pessoas que toparam comprar esta briga comigo. Cheguei de volta em casa próximo das 18 horas. Embora os esforços empreendidos, não houve como considerarem a sua condição para a determinação do andar do apartamento que ela reside. A Fabiana mora no quarto andar de um edifício sem elevador do programa Minha Casa Minha vida, na periferia de Biguaçu. O bairro é tranquilo, mas não possui praticamente nenhum tipo de serviço de padaria, supermercado,

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

farmácia e afins. O bairro é servido de um ou outro bar estilo boteco e que fornece algum tipo de mantimento. Não tem ônibus acessível.

### **Entrevista com Fabiana Costa**

**Denise:** Podemos começar com você se apresentando.

**Fabiana:** Meu nome é Fabiana Costa. Sou casada e tenho quatro filhos. Dois tão casados e os mais novos moram comigo.

**Denise:** Qual a sua data de nascimento.

**Fabiana:** Eu nasci no dia primeiro de agosto de mil novecentos e setenta e sete.

**Denise:** E qual é a sua escolaridade?

**Fabiana:** A minha escolaridade é fundamental.

**Denise:** Qual é a sua deficiência?

**Fabiana:** Possuo uma doença degenerativa que se manifestou depois de adulta. Eu utilizo cadeira motorizada para circular.

**Denise:** Qual é a origem da sua deficiência?

**Fabiana:** Eu estou cadeirante a quase dezesseis anos. Durante esse tempo eu fiz vários exames e nenhum com resultado positivo. A pouco mais de um ano deram o diagnóstico que a origem foi emocional. Com o nome de Somatoforme. Isso tudo foi um baque muito grande na minha vida. No começo não consegui me acostumar. É isso que eu tenho. Porém, aprendi muito e agora eu até sou grata pelo meu estado.

**Denise:** Como aconteceu? Como foi esse processo até chegar na condição que tens hoje?

**Fabiana:** Foi de uma hora para outra. Eu fui dormir bem e acordei parada.

**Denise:** E quais foram as mudanças e limitações que te levaram para a cadeira de rodas?

**Fabiana:** Eu até consegui voltar um pouco com um pouco de dificuldades. Mas cada vez que ficava nervosa essas crises aconteciam e o corpo ficava fraco de novo. Até ficar definitivo só no estado que me encontro. Mudou tudo. Hoje sou praticamente dependente pra tudo. Uso cadeira motorizada, pois não tenho forças nem nos braços. Mas como falei, hoje eu estou muito bem com a minha nova condição.

**Denise:** A linha de ônibus que eu vim pro bairro Caveiras se chama Fundos e não tinha acessibilidade. Não foi fácil chegar aqui. Como é pra você que é moradora? Como eles te atendem?

**Fabiana:** É, a linha do ônibus é Fundos, da empresa Biguaçu. E também não é acessível. Dependo de conseguir pessoas que me ajudem quando preciso.



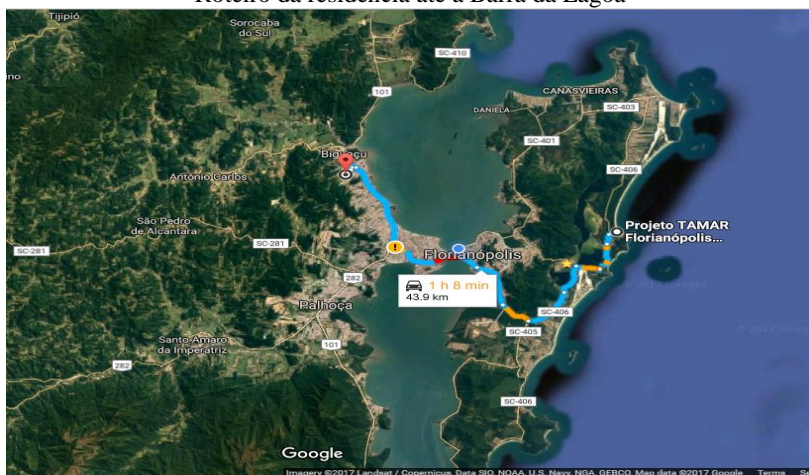
**Denise:** Fala um pouco sobre o seu trabalho.

**Fabiana:** Eu não trabalho, pois sou aposentada por invalidez.

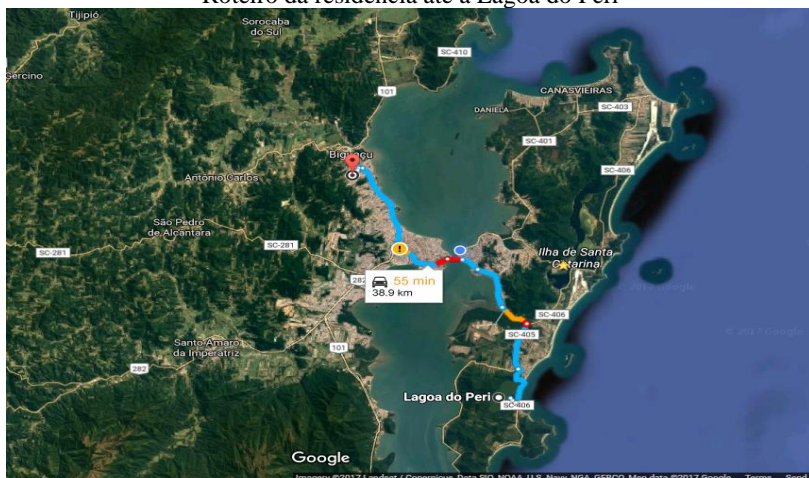
**Denise:** E a concessão que ganhaste com a banca de costura que tens na feira de artesanato da praça da igreja Matriz no centro? Não é trabalho?

**Fabiana:** Tipo eu não considero trabalho. Até porque apesar de saber costurar quem faz é a minha filha. Eu só tenho que ficar lá na praça pra ela. Pros fiscais e pras pessoas me verem.

Roteiro da residência até a Barra da Lagoa



Roteiro da residência até a Lagoa do Peri



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

Para entrar no nosso roteiro das praias a Fabiana teria que primeiramente vencer uma longa distância e conseguir chegar de sua residência em Biguaçu até o Ticen. Fabiana é usuária de cadeira de rodas motorizada e a linha onde ela mora não tem acessibilidade. A partir do momento que ela consiga chegar no Ticen ela então poderá optar por alguma das linhas elencadas aqui para chegar até à praia.

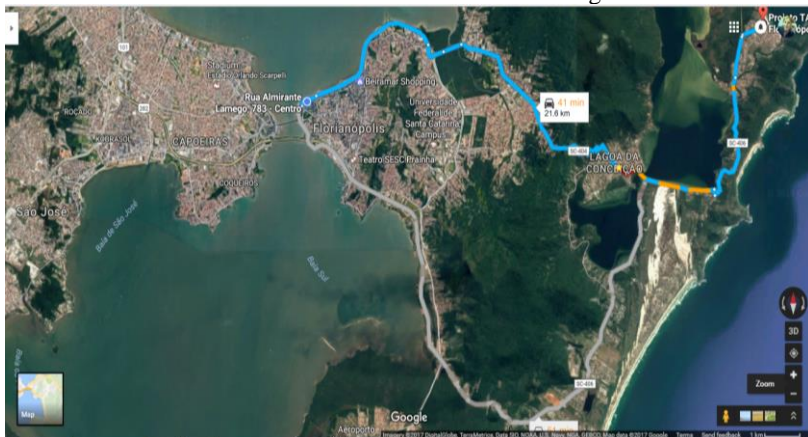
#### 5.5.4 Caso 4 – Denise de Siqueira

Denise de Siqueira – Pesquisadora *insider*.

Residente à rua Almirante Lamego, 783 – Centro – Florianópolis.

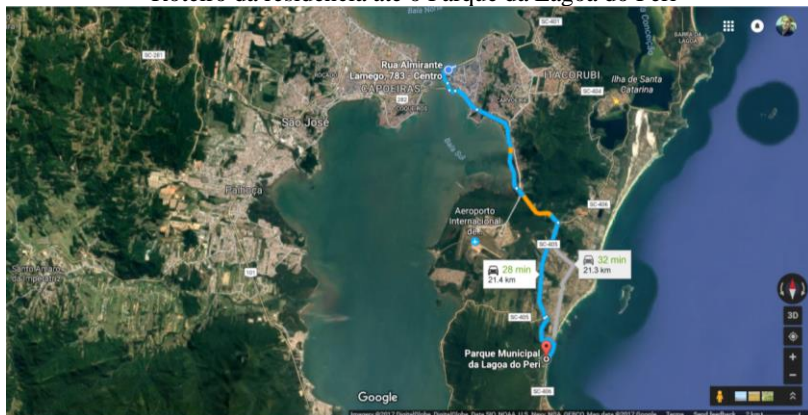
Graduada em Relações Internacionais, pós-graduada em Administração, Gestão Pública e Políticas Sociais e mestranda da Universidade Federal de Santa Catarina. Cadeirante por acidente automobilístico e consequente lesão raque-medular.

Roteiro da residência até a Barra da Lagoa



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

## Roteiro da residência até o Parque da Lagoa do Peri



SEMANA			SÁBADO			D		
06:15	06:38	06:57	08:13	09:26	10:14	10:20	12:20	14:20
07:27	07:37	07:50	11:50	13:02	13:50	16:19	17:28	18:12
08:25	08:46	09:10	15:26	16:14	17:02	20:24	21:20	22:19
09:55	10:22	10:54	19:02	20:08	21:14			
11:50	12:14	12:35						
13:02	13:27	13:36						
14:20	14:33	14:51						
15:23	15:28	15:56						
16:47	17:05	17:17						
18:16	18:32	19:07						
19:55	20:11	20:48						
22:00								

### Linha Ticen-Tilag via Beira Mar

Com os elementos que foram apresentados é possível elaborar com facilidade os roteiros e a viabilidade dos mesmos, tanto para os cidadãos comuns que podem lançar mão de qualquer horário disponível

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

para fazer o que deseja – no caso ir de casa até a praia da Barra da Lagoa-, como elaborar o roteiro das PcD que dependem das disponibilidades dos horários que estão sinalizados com o símbolo de acesso.

É preciso, no entanto, levar em conta que, em havendo outra PcD no mesmo roteiro dentro do ônibus, não será permitido o embarque. Dentro dos moldes atuais, jamais poderá considerar a possibilidade de circular junto com outra pessoa com deficiência ao mesmo tempo.

O que foi muito fácil de constatar é que os ônibus que circulam na cidade de Florianópolis, no caso da acessibilidade necessária para a circulação das pessoas com deficiência andam a revelia, sem que possam ser facilitadores para a circulação das PcD, as quais não conseguem fazer um planejamento prévio eficiente para uma ida à praia. Nem à praia, nem ao trabalho, nem à escola, etc. Contudo, ainda existe o agravante dos ônibus acessíveis ou adaptados que circulam com os equipamentos danificados.

## 5.6. EXAME BREVE SOBRE A INACESSIBILIDADE DAS PRAIAS DO LITORAL INSULAR

É curioso como é possível encontrar diversas notícias sobre acessibilidade nas praias em Florianópolis. Só não se sabe baseados em quê? Pelas políticas implementadas ou não, é possível interpretar as intenções e o comprometimento dos gestores e permite-nos avaliar os processos de inclusão e de exclusão social.

Da mesma forma com que todas as cidades apresentam aspectos positivos e negativos de acesso, de serviços e de estrutura física, a acessibilidade reivindicada, diferentemente do que muitos pensam e querem considerar, não é uma premissa destinada a alguns seletos cidadãos. Ela é para todos.

As praias e balneários de Florianópolis estão aquém dos padrões e conceitos dos dias de hoje. Pelo exposto, sem eufemismos, podemos dizer que Florianópolis está fora da Lei.

Uma cidade fora da Lei é o que se constata quando esta não prevê condição mínima nem mesmo para o que é indispensável como a necessidade que as pessoas têm de utilizar sanitários, por exemplo. Além disso, há que se considerar todas as questões postas de manutenção, preservação e recuperação ambiental visando permitir sombra, conforto e o resgate da exuberância verde que fez a fama da cidade.

O conceito de revitalização aplicado pelos gestores locais, na avenida Beira Mar Norte de Florianópolis foi parcialmente feliz. Ao tempo em que atendeu requisitos de acessibilidade, utilizou o conceito da substituição da antiga vegetação, como os chapéus de sol pelo intervalo esporádico de finos coqueiros. Atualmente é praticamente impossível estar e usufruir da orla durante o meio da tarde no auge do verão. Este foi um diferencial que surpreendeu quando da observação comparada com os outros locais de estudo, em especial no tocante à orla de Santos, que se propõe a uma lógica totalmente inversa à que encontramos aqui e que dá uma surpreendente resposta positiva para a questão do conforto e da preservação ambiental.

Com relação ao meio ambiente, a atual noção de sustentabilidade local deixa clara a necessidade de um modelo de desenvolvimento que harmonize a preocupação socioeconômica com a preservação ambiental e o enfrentamento às consequências decorrentes do comportamento humano. Isto se chama responsabilidade social.

As nossas praias e balneários carecem adequar-se aos padrões e conceitos dos dias de hoje, de forma a permitir acesso apropriado aos usuários locais e aos visitantes. Em qualquer hora do dia.

Nesse contexto, muitas das desigualdades sociais presentes aqui e no mundo contemporâneo expressam o desinteresse por alguns assuntos - tanto pelos setores públicos como privados -, os quais são interpretados como de interesse de uma minoria e não de todos os indivíduos e que foram “naturalmente” ausentes do processo de construção pelo desinteresse dos gestores, que interpretam certas questões como secundárias, passíveis de serem deixadas de lado e em Florianópolis não foi diferente. A acessibilidade, portanto, é para todos. Não é de interesse de apenas uma categoria de cidadãos. Toda cidade tem seus aspectos positivos e negativos de acesso, serviços e estrutura física.

No quesito acessibilidade das praias para as PcD, considerando a diretriz da mobilidade urbana da cidade de Florianópolis, quem são as pessoas que poderão estar lá? Quantas são as pessoas que podem lançar mão de sua liberdade e desfrutar desse direito que parece tão acessível aos moradores da cidade? Visto que para o cidadão comum, quando não se tem dinheiro para ir ao teatro ou a um restaurante, pelo preço de uma passagem de ônibus é possível passar o dia na praia?

O estudo *Sinais Vitais Florianópolis 2015*<sup>49</sup>, reuniu dados sobre saúde, segurança, educação, e sobre mobilidade e desenvolvimento urbano em Florianópolis. As informações foram coletadas junto aos órgãos públicos específicos e entre os dados está a constatação de que o trânsito na cidade mata mais do que os homicídios e proporcionalmente supera capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.



O levantamento também aponta ser Florianópolis a cidade do país em que as pessoas mais assumem que dirigem após ingerir bebidas alcoólicas. Ainda assim, embora os debates, não existem programas de atendimento ao público pelo sistema de transporte coletivo que acompanhem as programações dos eventos e nem de sistema noturno.

---

<sup>49</sup> <http://comunicacao.icomfloripa.org.br/sinais-vitais-florianopolis-2015>



O estudo constatou também que na média de tempo gasto para os deslocamentos, Florianópolis superou cidades como São Paulo, isto em meio ao crescente número de veículos individuais circulantes.



Florianópolis, enquanto uma das candidatas para receber os jogos da Copa do Mundo 2014, exerceu forte articulação para que passassem de dez para doze cidades-sede do torneio a fim de fortalecer

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

sua candidatura. Porém, quando o presidente da Fifa, Joseph Blatter, em reunião do Comitê fez o pronunciamento na cidade de Nassau nas Bahamas, não contemplou a candidatura.

Nem o ousado projeto do Comitê Executivo Pró-candidatura, de 250 milhões para o projeto de renovação do Estádio Orlando Scarpelli e nem a aposta no apelo turístico influenciaram tão fortemente a decisão. Depois de concluídas as inspeções nas dezessete cidades candidatas, que avaliaram as condições de acessibilidade portuária e viária, energia, telecomunicações, rede hoteleira, saneamento básico, potencial turístico, segurança pública e rede hospitalar, a mobilidade da cidade de Florianópolis foi a responsável pela derrota.

Florianópolis que é uma cidade majoritariamente insular segue os padrões tradicionais de mobilidade que encontramos nas diversas regiões do Brasil. Além da condição de ilha-capital, localizada no leste do estado de Santa Catarina e banhada pelo oceano Atlântico, seu relevo é montanhoso, de tal forma que praticamente inviabiliza e impede a existência de vias alternativas ao trânsito convencional.

Não existe aplicado nenhum tipo de sistema especializado para as vias de trânsito, que delegue a elas uma capacidade aprimorada de atendimento ao fluxo do trânsito local. A cidade não possui corredor e nem faixa exclusiva para ônibus e até mesmo as sinaleiras não são sincronizadas para auxiliar o fluxo. Atualmente está se desenhando um sistema viário BRT circular, mas que se destinará a atender apenas a região central da cidade. E a cidade ainda hoje não lança mão de sistemas de transportes alternativos, como os aquaviários. A única região que se apropria do referido modal é a região da Costa da Lagoa, no bairro da Lagoa da Conceição.

As águas calmas da Lagoa da Conceição são a única opção de transporte disponível aos moradores da margem oeste do recanto natural do bairro da Costa da Lagoa, se estes não quiserem encarar oito quilômetros de trilha a pé.

Ainda que Florianópolis esteja rodeada por água, o sistema aquaviário da Lagoa da Conceição é o único serviço de transporte aquaviário ofertado na ilha e é defendido por diversos moradores e também pelos gestores da Coperbarco e da Copercosta que acreditam nesse serviço como uma alternativa para ligar o continente à ilha e o centro ao norte e ao sul com rapidez.

Para tal, seriam necessários investimentos, mas a alternativa marítima não é consenso. Os gestores e setores envolvidos insistem no transporte coletivo rodoviário como a alternativa para a cidade. O



consultor da Plamus – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da cidade de Florianópolis, Rodolfo Guidi afirma que para evoluir essa questão em Florianópolis e criar uma cidade mais amigável para as pessoas, o ideal é priorizar o transporte coletivo.

Segundo Rodolfo Guidi, a urbanidade de Florianópolis aconteceu de costas para a água e formou os adensamentos longe da água. Em função disso, segundo ele, ao transportar as pessoas pela água, até, por exemplo, a ponte Hercílio Luz, próxima ao centro, faria com que elas tivessem que caminhar e Florianópolis não tem um sistema de calçadas e cruzamentos seguros para as pessoas. Segundo ele os barcos não são alternativa convidativa em termos de tempo e nem de segurança de deslocamento por isso o ônibus continua sendo a opção mais conveniente.

O transporte público coletivo é fortemente apontado e defendido como uma das alternativas para a reorganização da cidade. Mas o levantamento *Sinais Vitais Florianópolis* mostrou que ir para o trabalho de ônibus demora o dobro do tempo de quem opta ir de carro. O valor das passagens também pesa na hora de decidir. No caso de uma família com três pessoas, para trocar o carro pelo ônibus, além do aumento do tempo, aumenta também o custo dos deslocamentos e influencia no conforto dos indivíduos em circulação, de modo que não fica fácil vislumbrar um horizonte que nos aponte para uma inversão dessa lógica.

As bicicletas também fazem parte dos constantes debates, mas na prática não se vislumbram ações que acompanhem a realidade e a necessidade que a cidade tem para que os deslocamentos se realizem com segurança.

O sistema de transporte público coletivo da cidade de Florianópolis é desrespeitoso a qualquer cidadão. Seja ele morador ou turista. Para as pessoas com deficiência essa condição se agrava exponencialmente. Quando os deslocamentos, por meio do transporte público coletivo são voltados aos trabalhadores, é grande o agravante que incide sobre os trabalhadores com deficiência no tocante ao descumprimento dos gestores públicos.

No caso das pessoas com deficiência persistentes e desafiadoras, o sistema de transporte público já elenca de saída a quantidade dos que conseguirão chegar ao destino final quando se determinam ao lazer. Os que têm padrão que lhes permite anular esse sistema de suas vidas serão os primeiros usuários que poderão ser identificados presentes nas praias.

Tanto com relação ao transporte, como com a acessibilidade, atualmente o pouco que se faz é, em geral, por meio de força de lei,

através da coerção e ainda assim o fazem descumprindo. Daí é possível inferir dentre tantas outras razões, o porquê essas pessoas não são vistas nesses espaços.

A balneabilidade precisa prever as formas de acesso e utilização de seus espaços de areia e de suas águas por meio de uma recepção que permita aos usuários ao menos condição mínima para as necessidades básicas de sanitários e chuveiros de água doce e até a preservação e recuperação da vegetação de forma a permitir resgate, sombra e conforto.

Desenho Universal é o instrumento privilegiado para a concretização da acessibilidade e conseqüentemente o da promoção da inclusão social, fazendo com que não só as PcD, mas todas as pessoas interajam totalmente na sociedade de maneira inclusiva.

O conceito do Desenho Universal se apresenta como uma ferramenta essencial para propiciar qualidade de vida e alcançar a justiça social, visto que, como já foi dito, todas as pessoas, sem exceção, são beneficiárias da acessibilidade, porém, uma parcela da população realmente depende dela para a equiparação de oportunidades.

## 5.7. REFERENCIAL SOBRE O PROJETO SAÚDE PCD FLORIPA

Florianópolis é uma cidade insular, capital de um importante estado brasileiro e, apesar do forte apelo turístico que carrega, ainda assim, embora os avanços já existentes em território nacional referentes a programas de acessibilidade em estâncias balneárias, ainda não existe nenhum programa do tipo implantado na cidade.

Das quatro diretrizes básicas para a análise da acessibilidade das regiões de praias, necessárias e fundamentais para a adequação dos espaços e viabilidade de uso pelas diferentes pessoas, temos que:

### 1. Chegar até a praia (mobilidade);

A condição de deslocamento para chegar às praias está diretamente ligada à mobilidade urbana. E neste quesito Florianópolis, a “ilha da Magia”, ainda não é convidativa nem a moradores, nem a turistas e menos ainda quando se trata de PcD. Está mal organizada e dificultosa tanto para quem tenta circular de transporte público coletivo como para quem tenta circular de carro. Os deslocamentos são mal planejados, morosos, truncados e estressantes até para os mais calmos dos indivíduos.

No caso da mobilidade PcD em Florianópolis os gestores, além de não demonstrar interesse em atender este público, no mês de janeiro deste ano o atual prefeito propôs uma Lei, a Lei complementar nº 605 de 2 de fevereiro de 2017 que foi aprovada pela Câmara de Vereadores, a qual limitava o direito de circulação das PcD no transporte público coletivo a 60 viagens por mês. Isto significa uma ida e uma volta por dia e sem poder utilizar duas vezes o sistema para os deslocamentos. Isto é, uma PcD que estuda, não pode estudar e fazer estágio. E não poderia pegar um ônibus para ir ao mercado, ao dentista, ao médico, à reabilitação, ao cinema ou qualquer atividade inerente à vida cotidiana das pessoas.

Após a aprovação da referida Lei, a fiscalização foi acirrada no sentido de tentar cercear nossa circulação até que se conseguisse derruba-la. Foi uma atuação intensa da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB de Santa Catarina que, com base no Direito da antidiscriminação e as Leis maiores, as federais, conseguiu reverter e fazer o prefeito recuar em sua ação. Por força de Lei, foi possível moderar a ação, mas não a intenção de querer restringir a circulação PcD na cidade.

As bases argumentativas para assegurar o direito às PcD em Florianópolis se apoiou na Emenda Constitucional nº90, de 15 de setembro de 2015, que introduziu o transporte como direito social, conforme abaixo:

Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.

Artigo único. O art. 6º da Constituição Federal de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

Lei Brasileira de Inclusão:

Lei 13 146 de 06 julho 2015

Art. 30 : LEI 7801/2008. Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas, obedecendo às normas da ABNT.

Parágrafo Único. A infra-estrutura de transporte coletivo a ser implantada a partir da publicação desta Lei deverá ser acessível e estar disponível para ser operada, de forma a garantir o seu uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Deverá ser previsto sistema de transporte alternativo para localidades não contempladas no sistema existente a ser utilizado pelo público alvo desta Lei.

Com relação à mobilidade, não é só às PcD que o transporte coletivo se mostra ineficiente. Também ao turismo o sistema não corresponde. As linhas são limitadas, durante os finais de semana os veículos em circulação permanecem escassos, inclusive os que se destinam às praias e não atendem à demanda. Circulam sempre abarrotados de gente e o valor da tarifa é elevado.

Ao passo, o Rio de Janeiro, que a poucos anos atrás apresentava uma frota veicular muitas vezes inferior à frota em circulação em Florianópolis, nos últimos anos deu uma guinada evolutiva em largos passos, num curto espaço de tempo, melhorando a acessibilidade dos veículos acessíveis nos ônibus, como realizou a adequação das estações dos metrô além dos BRTs.

Em Santos, equipes especializadas da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos) realizam vistorias na frota diariamente, para verificar as condições dos veículos e funcionamento dos equipamentos. Agentes de transporte e tráfego embarcam nos ônibus e também fazem a checagem de vários itens nos pontos finais, tais como: documentação, faróis, elevador para acesso de cadeirantes, limpeza e conservação dos veículos, condições dos assentos etc.

Havendo irregularidade no serviço, são emitidas notificações e advertências à permissionária, que podem ser convertidas em multas administrativas, as quais estão estabelecidas no Termo de Permissão. Os veículos que não estão em condições de circular, são levados para a garagem para manutenção e substituídos.

Nos termos do contrato firmado entre a Prefeitura de Santos e a empresa permissionária existem penalidades à empresa responsável pelo transporte, que pode ser punida de acordo com a gravidade da infração, com advertência e multas que variam conforme a gravidade considerada. Também pode receber multa por descumprimento das cláusulas contratuais, no valor de R\$ 97.500,00, ou R\$ 48.750,00, caso seja constatado resultado insatisfatório no Sistema de Gestão de Qualidade do transporte.

Em Florianópolis, com a formação do Consórcio Fênix, veio junto a precarização do sistema. Até então já existiam algumas poucas linhas na ilha que circulavam com todos os horários acessíveis, como a linha Agrônômica via Gama D'êça, a Tilag-Tcen e a Barra da Lagoa e hoje mesmo essas linhas estão servidas com veículos velhos, ultrapassados, sem acessibilidade e que até então não se via mais circulando na cidade.

Além da falta de conforto, para as pessoas que andam em grupos, mesmo que pequenos, o transporte coletivo também não é viável economicamente em comparação ao carro. E além das paradas nos pontos durante o percurso, os ônibus ficam igualmente trancados nos congestionamentos. Já que é para ficar trancado no trânsito, ainda é mais convidativo ficar no ar condicionado do seu carro ouvindo uma música e com liberdade de decisão de roteiro.

Outra questão, que foi observada a partir dos estudos de caso é de que o relevo é muito mais desafiador e restritivo ao processo de inclusão do que as grandes distâncias. A Fabiana, que é moradora de Biguaçu, ainda que com todos os desafios, consegue de alguma forma circular pela cidade, diferentemente da Vanessa, que mora em um morro na região central da ilha e praticamente não sai de casa. Foi também para nós, infinitamente mais difícil subir o morro para ir ao encontro da Vanessa do que vencer as distâncias necessárias para ir ao encontro da Fabiana.

## 2. Estar na orla da praia;

Uma vez alcançada a orla, é o mobiliário que vai viabilizar a adequada condição para o desfrute com conforto dos espaços abertos e de lazer. Dentre os requisitos básicos necessários, estão os banheiros acessíveis, as esteiras Mobi-Mat e as cadeiras anfíbias. Nos programas do Rio de Janeiro e de São Paulo, são exigidos ainda outros requisitos, como os estacionamentos PcD demarcados e as tendas na areia. Em São Paulo as ciclovias e os pisos táteis também fazem parte do check list.

### 3. Chegar até a água;

Vencida a hostilidade da barreira da areia, chegar até a água torna-se possível com utilização das cadeiras anfíbias. Essas cadeiras, que circulam pela areia e flutuam na água, nos moldes que conhecemos aqui, ainda não possibilitam a autonomia, mas viabilizam o lazer e o desfrute com a participação e auxílio de pessoas legais. Vale pontuar que essas iniciativas sempre vêm acompanhadas da riqueza de grupos de pessoas e promovem muita interação, amizade e troca de experiências.

### 4. Na água.

Para o desfrute do ambiente aquático, a mesma cadeira anfíbia que transformou a hostilidade da areia em ambiente de lazer é o equipamento de acesso tanto para os usuários em lazer quanto para os atletas de rendimento. E sobre a relação dos indivíduos com a água e todos os demais benefícios está bem descrito no item 2.4 – A importância da água e das atividades aquáticas.

O que não dá para aceitar é a venda da ideia de que apenas uma cadeira anfíbia signifique que uma praia se tornou acessível.



Disponível em: <[https://scontent.ffln1-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/14233094\\_1180417755361431\\_8039029587447855860\\_n.jpg?oh=6e831435a1d8b5badedc59925df4ec6b&oe=5979592A](https://scontent.ffln1-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/14233094_1180417755361431_8039029587447855860_n.jpg?oh=6e831435a1d8b5badedc59925df4ec6b&oe=5979592A)>.

É imprescindível ter em consideração de análise a possibilidade e a condição para o acesso e a prática de atividades aquáticas no quesito acessibilidade. Tanto para o atendimento adequado e respeitoso aos turistas em geral como para os usuários locais, agindo holisticamente<sup>50</sup>, uma vez que este é um quesito de conforto levado em conta por muitos na hora de escolher e planejar seus destinos.

Esta análise incluiu as pessoas de baixa renda, bem como as pessoas com deficiência independente da renda, visto que ao pensar de forma inclusiva, tencionamos não exercer nenhuma forma de discriminação.

Levamos em consideração também os desafios naturais e políticos, valendo lembrar que os problemas enfrentados pelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência não se restringem às pessoas pobres com deficiência.

Pelo contrário, a deficiência presente no desenho da cidade, que inviabiliza a circulação das pessoas que de alguma maneira não se enquadram nos padrões convencionais de “normalidade” também atingem as classes abastadas. Que, mesmo com recursos e possibilidades alternativas, os problemas se fazem presentes, incomodam, limitam e entristecem.

---

<sup>50</sup> Considerar o todo levando em consideração as partes e suas inter-relações. O termo holístico vem do grego HOLOS, que significa totalidade. Refere-se à compreensão da realidade como um todo integrado, onde os elementos participam de uma dança complexa de inter-relação e correlação permanentes, entre si e com o todo, onde a parte está no todo, assim como o todo está na parte.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*





## 6. A GUIA DE CONCLUSÕES INDICATIVAS – ALGUMAS DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES

Dentre os resultados obtidos e aqui expostos, verificou-se que as dificuldades e limitações enfrentadas pelas PcD são hiperdimensionadas nas situações em que sua acessibilidade não é garantida. Via de regra, os participantes deste estudo destacaram esta condição, particularmente no que se refere aos problemas estruturais, tanto das praias quanto da cidade e que impedem ou prejudicam severamente a locomoção e socialização PcD.

Com relação às necessidades de acessibilidade, as PcD podem enfrentar limitações das mais variadas. Neste estudo, evidenciamos as limitações para deslocamentos de trabalho e lazer. Segundo os participantes, tais limitações causam dependência para as atividades da vida diárias e práticas, prejudicando a autoestima, o desenvolvimento social, intelectual e cultural dos indivíduos. “... para sair de casa eu dependo da minha família pra me locomover... tenho que esperar pra ver se vai ter alguém pra poder me ajudar... queria ser independente...”. (Vanessa, moradora do morro José Mendes)

A investigação evidencia que Florianópolis possui carências relevantes para o atendimento às necessidades PcD. Via de regra, faltam adaptações e equipamentos adequados, que possibilitem a acessibilidade e a autonomia PcD nas praias, no transporte público, nos bairros em geral. Os banheiros nunca têm acesso, as portas são minúsculas e as cadeiras de rodas não passam. O transporte público coletivo ainda apresenta linhas sem nenhuma acessibilidade e quando têm, quando funcionam é proibitivo que duas pessoas com deficiência possam circular juntas ou ao mesmo tempo.

Os problemas apresentados refletem até na questão da saúde das PcD, que por falta de transporte não vão o quanto deveriam ao posto de saúde, à fisioterapia, se locomovem menos, se exercitam menos. Refletem na falta de condições para a inclusão social desta população que em geral ainda permanecem ociosas e restritas ao ambiente residencial. “... ela não faz nada, só sai de casa pra ir no médico...” (mãe da Vanessa)

Existe, ainda hoje, uma enorme falta de informação, tanto de familiares como das PcD e até mesmo de profissionais envolvidos com as questões relacionadas às PcD. Às vezes o desconhecimento ou as interpretações equivocadas são mais expressivas do que a falta de vontade ou desinteresse.

Soluções alternativas de Acessibilidade, como rampas improvisadas e soluções caseiras para as necessidades de acessibilidade, que deveriam ser resolvidas pelos órgãos públicos, aparecem na cidade como uma resposta informal das comunidades, e a mídia ainda faz transmissão em horário nobre para mostrar um deficiente físico se arrastando no chão para cimentar uma calçada, como sendo um exemplo a ser seguido.

Por vezes é necessário auxílio para utilizar banheiros, gerando constrangimentos que poderiam ser evitados caso houvesse acessibilidade para viabilizar autonomia. O descomprometimento dos espaços gera agravantes como o de familiares que não podem trabalhar pela necessidade de acompanhar para atender à PcD e consequentemente diminuindo a renda familiar e agravando os fatores de exclusão social.

Sobre os Direitos que lhes cabe, a sociedade em geral é carente de informações sobre os direitos PcD. Desconhecem as legislações que poderiam minimizar e até resolver necessidades de acessibilidade. E quando se trata de familiares, ainda assumem para si uma culpabilidade pelas necessidades e limitações. Há uma carência de cidadania e de conscientização. As coisas ainda acontecem muito precariamente, só quando via Ministério Público.

Com relação ao preconceito, atitudes grosseiras e intempestivas de estigma social e discriminação ainda são presentes na nossa sociedade. Muitos ainda vêm as PcD como pessoas inferiores, improdutivas e incapazes. A falta de condições de acessibilidade, bem como negar atendimento pautado em Lei são atitudes de preconceito, de capacitismo. Tais situações são comuns e têm impacto negativo na autoestima da PcD e de seus familiares, que muitas vezes, resignados, desistem de tentar usufruir de seus direitos.

Com relação às necessidades básicas, a falta de infraestrutura e saneamento básicos ainda interfere no cotidiano de parte da população e gera prejuízos substanciais às PcD e seus familiares. Estes prejuízos são ampliados quando as PcD residem em determinadas regiões, em situações em que a urbanização é ainda mais precária. Nestas realidades os deslocamentos PcD podem inclusive não ocorrer.

## 6.1. CRPD, LBI E DESENHO UNIVERSAL

A CRPD traz à tona uma reviravolta na concepção da mobilidade e acessibilidade revolucionando na definição do que é deficiência e atribuindo responsabilidade à sociedade como um todo e consequentemente aos gestores e aplicadores das políticas sociais.

Tomando por base este tratado da ONU, o Brasil, em 2015, atingiu outro importante marco normativo com a Lei Brasileira de Inclusão. Após quinze anos tramitando no Congresso Nacional até se tornar Lei, a LBI, ousada e inovadora, resulta de uma construção coletiva e avança proibindo os atos discriminatórios e criando e ampliando a punição para quem desrespeite os Direitos desse segmento da população.

A partir de então, isto é, a partir do processo de vigência da referida Convenção enquanto diretriz legal em território nacional, assentada em nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto Legislativo 186/08 e da LBI, os legisladores não devem se eximir das responsabilidades postas para efetivamente implementar as políticas específicas de bem estar social.

Exatamente a partir desta compreensão é que, ao ponderar sobre as diferentes situações encontradas nos diversos locais em que estivemos investigando, no Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, inferimos que as diferenças existentes estão diretamente relacionadas com as gestões públicas existentes nesses lugares.

Por meio de políticas robustas em função dos diversos eventos internacionais, como a Copa do Mundo, os Pan Americanos, as Olimpíadas e Paralimpíadas, e que tiveram obrigatoriamente que se ocupar com as políticas de acessibilidade, o estado do Rio de Janeiro foi o maior beneficiário.

No primeiro momento é um passo sendo dado para subir o primeiro degrau de uma escadaria que precisa ser galgada. Porém, ainda não é o programa Praia para Todos e nem mesmo o Adaptsurf que possuem o melhor critério para cumprir as premissas da CRPD e da LBI. Este é o programa mais conhecido por ter sido a primeira iniciativa de repercussão no país, por todo o apelo, inclusive turístico, que o estado do Rio de Janeiro traz em si e uma iniciativa grandiosa. No entanto, apesar da grandeza das referidas iniciativas, as políticas não devem parar nesses programas.

O estado de São Paulo, por sua vez, tem apresentado resultados exemplares e que muitas vezes nem são tão divulgados e reconhecidos

quanto deveriam. Embora a expressão elevada do nível das suas realizações, à diferença dos recursos que o Rio de Janeiro recebeu em função dos grandes eventos esportivos internacionais que o estado abrigou, São Paulo apresenta-se positivamente surpreendente.

Pudemos observar que em ambos os estados em análise, os programas desenvolvidos nas localidades investigadas foram resultantes de políticas públicas aplicadas sempre por partidos progressistas, dentro de uma visão de política de estado ou políticas permanentes. A Escola Radical Semes de Surf, do posto 2 na praça do Surfista em Santos, hoje com 26 anos de existência, foi a primeira escola pública de surf do Brasil.

Com relação aos programas avaliados, é no estado de São Paulo, em ambos, tanto no programa do Balneário dos Trabalhadores em São Sebastião, quanto o da Praça do Surfista no Parque Roberto Mário Santini em Santos, os que alcançam o conceito buscado que é o do desenho universal. Cada um desses programas, a sua maneira, consegue dar a resposta de atendimento inclusivo e permanente pelas premissas do desenho universal, da simplicidade e da autonomia.

Na questão esportiva, todas as iniciativas encontradas são expressivas. Mas a atuação da Adaptsurf, com o surf adaptado e das ações desenvolvidas em São Sebastião, com esporte de Velas e a Escola Radical Semes de Santos também com o surf adaptados, além da prática esportiva cotidiana, atuam também com o treinamento de atletas de rendimento e com forte repercussão nacional e internacional de seus atletas.

Em 2011 a Adaptsurf passou a integrar o grupo de estudos sobre Praia da ABNT e trabalha na elaboração de uma Norma Internacional ISO para a certificação de qualidade ambiental, estrutural e de serviços e atua para a implantação da acessibilidade como questão fundamental para a garantia da qualificação da praia avaliada. Na conclusão dos trabalhos o referido estudo terá a aprovação em mais de cinquenta países.

Os critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para buscar alcançar uma sociedade inclusiva pressupõe a interface entre as áreas dos Direitos Humanos e da Arquitetura e Urbanismo. Desta forma, no planejamento urbano, os diversos elementos a serem trabalhados e analisados devem se apresentar como elementos facilitadores para as pessoas, sendo este o foco a ser considerado nas implementações das práticas políticas.

O Brasil assumiu um compromisso internacional, assim como todos os demais países signatários da referida CRPD, de alinhamento das políticas sociais e dessa forma chamando para si a responsabilidade para resolver suas querelas.

Uma vez que elevado à condição de emenda constitucional, o conceito do Desenho Universal está condicionado à obrigatoriedade e por uma questão de responsabilidade e comprometimento social, perante as leis e os direitos humanos, o conceito de Desenho Universal deve passar a gerir os padrões brasileiros de conceitos urbanísticos.

Esta dissertação mostrou que um dos problemas existentes hoje, que trava o enfrentamento à questão apresentada é que, para o senso comum de pessoas, profissionais e gestores, a condição da deficiência ainda é vista como tragédia pessoal e não como uma questão de justiça social. Apesar do avanço interpretativo alçado com a construção da CRPD por meio da concepção biopsicossocial, considerável parcela da sociedade brasileira ainda afirma sua base interpretativa na concepção médica.

Mostrou-se que a concepção médica da deficiência traz avanços quando muda a dicotomia entre o normal e o patológico, mas ela não quebrou com o valor moral. Seu foco ainda permanece na lesão com ênfase nas limitações. A deficiência traduz a opressão ao corpo com impedimentos. Viu-se que essas pessoas, pela ainda predominante concepção médica no modo de ver dos indivíduos, se sobrepondo à concepção social, têm as suas condições ainda vistas e avaliadas muito mais por suas limitações do que por suas habilidades.

Quando observam que as capacidades ordinárias naturalmente existem nessas pessoas, enfocam tal fato no falacioso discurso de superação (por causa da crença na inferioridade e falta de capacidade) no intuito de atribuir a elas uma falsa consideração de que se tratam de super humanos. Isto, como já dito no Capítulo 2 deste trabalho se chama capacitismo<sup>51</sup> e a mídia tem grande parcela de responsabilidade na dificuldade de avançar sobre essas questões.

A reflexão trazida na presente Dissertação propôs repensar a cidade a partir dos seus cidadãos, para refletir sobre o desenho da

---

<sup>51</sup> Capacitismo: atitudes preconceituosas voltadas para as pessoas com deficiência, onde os indivíduos são vistos como inferiores ou menos capazes que os demais.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

cidade, a exclusão social e compreender a situação de Florianópolis conforme nos propõe o modo de repensar da CRPD e da LBI.

Desta forma, foi possível atestar o surgimento de diversas iniciativas de adequação litorânea pelo território nacional, sendo que o mesmo não se evidencia ainda na prática da cidade de Florianópolis, onde discurso e prática não caminham juntos. Mesmo sendo esta uma capital de estado na Federação. Observamos, inclusive, avanços maiores em cidades menores e de menor expressão dentro do estado de Santa Catarina.

Podemos dar as mais variadas explicações para justificar as diversas realizações concretizadas nas diversas regiões litorâneas analisadas da costa brasileira. As iniciativas surgem, pelas mais diferentes razões e não têm muitas similaridades entre si. Em geral, surgem por iniciativa e ação dos poderes públicos locais ou com uma forte participação destes nas ações. Convergem em alguns resultados, mas sempre se originam por iniciativas e práticas as mais distintas.

Dos fatores confluentes, que não se originam especificamente nos programas de estímulo do governo federal temos: a solidariedade, a familiaridade, a proximidade e até a perspectiva empresarial de enxergar mais um nicho de mercado como promissor.

Além de 18% da população brasileira ser uma fração expressiva, as PcD têm um elevadíssimo contingente populacional em seu entorno, composto por familiares, colegas, amigos, entre outros, que têm considerado estes fatores relevantes quando planejam suas escolhas, inclusive para lazer e viagens.

O fato de muitas das iniciativas não se apropriarem dos programas de incentivo do governo federal se dão muito por desconhecimento sobre eles. A maior expressão de desconhecimento sobre as regras criadas pode ser expressa pelos banheiros destinados aos usuários, conforme observações de campo e respectivas análises feitas neste trabalho.

Todas essas iniciativas resultam numa forma indireta de cumprimento das metas do compromisso assumido pelo Brasil no cenário internacional quando da assinatura, ratificação e promulgação desse compromisso junto às Nações Unidas e introduzido no nosso ordenamento jurídico com status de emenda constitucional.

Este trabalho procurou pensar e avaliar sobre o alcance, a utilização e o desfrute das áreas aquáticas e de areia das cidades, com ênfase na análise da cidade de Florianópolis e sua não consonância com o Plano Diretor Participativo da cidade e as orientações do Ministério

das Cidades no que diz respeito a uma política estruturante socioespacial voltada para as pessoas com deficiência.

A pretensão deste trabalho teve a intenção de sensibilizar e capacitar o leitor interessado em destinar seu olhar para esta temática de maneira a contribuir com a promoção do Desenho Universal como conceito.

## 6.2. OS FILTROS NECESSÁRIOS

É praticamente inconcebível que nos dias de hoje um enorme contingente populacional ainda tenha que enfrentar barreiras e obstáculos cotidianamente. Além do fato de que absolutamente todos os seres humanos estão passíveis de enfrentar dificuldades para a realização de atividades corriqueiras em algum momento da vida, permanentes ou temporárias, em decorrência de acidentes, doenças ou pelo natural processo de envelhecimento.

São diversas as situações que podem atingir a qualquer um e que não precisariam mais fazer parte de uma dinâmica perversa, como os obesos que não conseguem passar pela catraca no transporte público, o alto índice de pessoas cegas que ainda caem e se ferem em buracos e escadas não sinalizadas, pessoas com baixa visão que se ferem em portas de vidro mal sinalizadas, gestantes e mães lactantes que têm que diariamente enfrentar ruas mal pavimentadas.

Tais situações ainda perduram apesar de Leis e Normas Técnicas, seja em função da complexidade das questões como pela dificuldade de acesso e entendimento do conhecimento técnico necessário para solucioná-los.

O documento da CRPD traz consigo um lema: “Nada sobre nós sem nós. Nada sobre a Pessoa com Deficiência sem a Pessoa com Deficiência”. Essa participação coletiva, segundo o documento da CRPD, deve ocorrer em todas as etapas do processo de geração de resultados.

Segundo a CRPD, as etapas são: a elaboração, o refinamento, o acabamento, a implementação, o monitoramento, a avaliação e o contínuo aperfeiçoamento. Segundo a CRPD, nenhum resultado a respeito das PcD deverá ser gerado sem a plena participação das próprias PcD.

A ideia é a de evitar resultados forjados à revelia, mesmo que “em benefício das PcD” e acabar na condição de tratá-las como objeto de caridade. O lema comunica a concepção de que nenhuma política

deve ser decidida sem a plena e direta participação de membros dos grupos atingidos pelas políticas. Na essência do lema está o conceito de “Participação Plena” das PcD.

Devemos levar em consideração certos fatores que, assim como não se deve mais pensar as questões referentes às PcD sem ouvir o que estas têm a dizer, também é preciso levar em conta o grau de conhecimento que as PcD consultadas têm sobre as políticas e regras normativas a serem consideradas para o desenvolvimento dos projetos e das políticas. Os filtros são sempre necessários para que as realizações aconteçam em bases positivas que não se baseiem em “achismos”.

Assim como as demais pessoas, as PcD que não estejam envolvidas com os debates, relativos às ações técnicas e políticas direcionadas à categoria, em consonância com a CRPD irão se expressar apenas com relação às suas impressões pessoais e, por vezes, sem ter o necessário referencial coletivo.

Deve-se atentar ao cuidado de não permitir utilizar uma PcD para manipular, maquiagem e impedir a verdadeira participação. Assim como existem mulheres machistas, existem PcD contrárias à participação e construção coletiva. E esse ouvir é para refinar a aplicação das normas técnicas e jamais para relevá-las.

A elaboração de laudos, pareceres, projetos e aplicação dos Programas de Acessibilidade para as Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas praias requer considerar os critérios de análise, necessários e fundamentais para a adequação dos espaços e viabilidade de uso pelas diferentes pessoas: 1. Chegar até a praia (mobilidade); 2. Estar e permanecer na orla da praia; 3. Chegar até a água (circulação na areia); 4. Estar na água.

Laudos técnicos, pareceres e projetos devem considerar também as variáveis de apoio, como os equipamentos e mobiliário que completam a adequação dos espaços, como os banheiros, as esteiras, rampas, cadeiras anfíbias, estacionamentos, acessos, etc.

O Laudo Técnico e o Parecer são peças escritas, fundamentadas, na qual o perito registra suas observações com a listagem completa de todos os itens que devem atender aos artigos previstos nas Leis, Decretos e Normas. Devem lançar mão também, de registros por fotos e desenhos para viabilizar a melhor compreensão dos problemas, como peças fundamentais para o encaminhamento das soluções.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionado, a escassez de tempo em uma investigação de mestrado impede o aprofundamento maior de alguns enfoques da investigação, instigando uma demanda de continuidade dos estudos a fim de abarcar a grandeza do conhecimento que ainda pode ser desenvolvido.

O próprio sistema do emissário submarino e a forma de utilização da área pela prefeitura de Santos, devolvendo a apropriação do espaço à população como área de lazer e esportes valeria uma pesquisa inteira, visto que os emissários são assuntos polêmicos em Florianópolis e que existem similaridades a considerar neste tocante, entre a ilha de São Vicente e a ilha de Florianópolis.

São estimulantes até mesmo as observações das questões pertinentes à biologia encontradas nas práticas de cuidado da orla de Santos que ressaltam o casamento da ciência ecológica com a ciência botânica na intenção de conceber os jardins de floração permanentes.

Do ponto de vista dos esportes, para além da formação dos atletas de rendimento, a atividade esportiva desenvolvida em São Sebastião, que é acompanhada de formação profissional, com relatórios à Marinha, expedição de carteira de habilitação aos alunos e seus impactos, é mais um foco de estímulo investigativo sobre as práticas encontradas no estudo de campo.

Das questões mais pertinentes ao ramo de estudos das relações internacionais, considerando apenas a grandiosidade das informações encontradas neste estudo realizado dentro do território brasileiro, quem agregador deverá ser conhecer os resultados positivos desenvolvidos em diversas outras praias de outras regiões do mundo.

A própria questão de gênero que trouxemos, evidenciada tanto na esfera doméstica como na internacional, e resultando até em regra adicional nos torneios internacionais da WSL – World Surf League e a ISA – International Surfing Association, referendando a participação feminina é outro campo de investigação que aguça a curiosidade investigativa.

Outra questão relacionada às pessoas com deficiência, os esportes e as tecnologias, que despertou a curiosidade investigativa, a partir da disciplina cursada no centro de psicologia da universidade é a atual conceituação dos cyborgs, como começam a ser reconhecidas diversas pessoas com deficiência que vêm se destacando no meio internacional.

O Cyborg é uma fusão programada entre humanos e máquina, que saiu das obras de ficção científica e entrou na nossa realidade, gerando a “mecanização” dos homens e a “humanização” das máquinas e que promete impactar profundamente as nossas vidas nas próximas décadas. Este debate não é novo, vem desde o século XIX e agora vem tomando corpo, sendo que hoje o assunto não é mais tratado como ficção e sim como evolução científica, com a miniaturização das tecnologias e as próteses cada vez mais eficientes e capazes de substituir e até superar as habilidades de membros e órgãos perdidos.

O progresso tecnológico atenua o que era fraqueza e a transforma em aumento da capacidade humana. O irlandês Neil Harbison foi o primeiro humano reconhecido como cyborg. O sul africano Oscar Pistorius foi a primeira pessoa com deficiência nas duas pernas a participar dos jogos olímpicos com pernas protéticas de fibra de carbono competindo com pessoas sem deficiência.

E assim como as possibilidades de estudos citadas, ou o desenvolvimento de aplicativos específicos, tantos outros estudos podem ser estimulados a partir da simples leitura contida neste arcabouço investigativo.

Na prática, observamos que a existência de legislação não implica em uma materialização do direito à igualdade, cidadania e acessibilidade. Em nosso meio, os problemas sociais e econômicos ainda significam que muitas pessoas estão à margem da sociedade, e não têm seus direitos garantidos. A acessibilidade é fator fundamental para a inclusão social dos indivíduos, sejam eles pessoas com ou sem deficiência.

A reflexão que trouxemos aqui sobre as diversas formas de vida, os espaços e as regiões de praia foi com o intuito de mostrar os desafios presentes e os enfrentamentos necessários no dia a dia das pessoas, com a intenção de sensibilizar os pensadores sobre as cidades. Como um ingrediente a mais, a ser somado aos elementos de análise convencionais, para refinar o planejamento e simplificar o entendimento das questões postas.

Embora, muitas vezes, as barreiras físicas expressem a materialização atitudinal de gestores públicos e também da iniciativa privada, acreditamos que as dificuldades e erros materializados nos espaços, que encontramos frequentemente, são resultados exatamente dos entendimentos incompletos sobre eles. Nesse sentido é que trouxemos esta sublime forma de pensar, de, de alguma maneira, “se colocar no lugar do outro”.

Enquanto o Grupo de Estudos da ABNT sobre Praia - que se ocupa com a construção de uma norma internacional ISO não conclui seus trabalhos-, os quais, quando aprovados valerão para mais de cinquenta países, a última versão da Norma Técnica de Acessibilidade ABNT NBR 9050/2015 elenca algumas especificações que determinam a promoção de acesso também para as praias em território nacional.

A ABNT NBR 9050/2015, especifica critérios, listando algumas soluções simples que resultam em enorme mudança na vida de muitos cidadãos. A partir da NBR 9050/2015 as praias brasileiras devem cumprir os seguintes requisitos:

- Para o acesso entre o passeio e a areia, devem ser instaladas rampas com largura mínima de 0,90 m, as quais devem respeitar a declividade, os corrimãos e demais parâmetros idênticos aos estabelecidos para as demais rampas, visto que se trata de uma estrutura que liga um ambiente a outro, caracterizando uma rota acessível;
- Ao longo das rotas acessíveis, quando necessário, devem ser previstas proteções laterais impedindo que pessoas sofram ferimentos em decorrência de quedas;
- Na região de areia deve ser garantida uma faixa de circulação, livre de obstáculos, com no mínimo 0,90 m de largura, por meio de esteiras no trajeto até o mar;
- Nas praias, os trajetos acessíveis devem estar sinalizados e identificados com o símbolo internacional de acesso, bem como relacionar os serviços de apoio disponíveis;
- Junto a cada área de acesso adaptado à praia, deve existir banheiro acessível.

Para que alcancemos as mudanças almeçadas e já consagradas pelo nosso atual ordenamento jurídico e técnico de acessibilidade, com inclusão e cidadania, precisamos de mudanças culturais e de atitude.

O Estado tem obrigação de promover o bem estar social e de fazer valer os direitos sociais por meio do cumprimento das Leis, concretizando as mudanças necessárias de acessibilidade espacial no ambiente físico, viabilizando a realização das atividades destinadas a todos os cidadãos.

Esperamos que este conhecimento contribua para a conscientização dos profissionais responsáveis pela gestão e construção dos espaços públicos e privados em geral, das orlas das praias, com

relação ao atendimento das Leis brasileiras de acessibilidade espacial e o conceito da CRPD, a LBI e do Desenho Universal.

A viagem de estudo foi extremamente importante por trazer muitos elementos desconhecidos às análises e abrindo os horizontes. Encontramos aqui mesmo, no Brasil, ações grandiosas e completas que muitas vezes só pensamos existir em outros países e que, no entanto, estão desenvolvidas cuidadosamente aqui mesmo. Como é o caso do Balneário dos Trabalhadores em São Sebastião no litoral norte do estado de São Paulo e da Escola Pública Radical Semes de Surf da Praça do Surfista em Santos, onde encontramos um programa de esporte acessível, destinado às pessoas com deficiência, o qual tem 26 anos de existência. Isto é muito anterior aos recentes debates de acessibilidade e inclusão que entraram há pouco tempo na pauta dos debates.

Outro fator importante e relevante a ressaltar é o caráter público presente em todos os programas investigados, evidenciando a característica do estado de bem estar social presente nas ações dos programas pesquisados nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Como já dito anteriormente, o conceito de acessibilidade se ampliou, estendendo-se para além da condição espacial e passando a caracterizar um paradigma da inclusão social, deixando claro que as barreiras são mais complexas e desta forma demandando responsabilidades.

Os estudos de casos evidenciaram que a verticalidade territorial, das montanhas e morros, apresenta-se muito mais desafiadora e excludente para os programas de inclusão social baseados na premissa do desenho universal, do que as grandes distâncias. Os estudos de caso nos mostraram claramente que a situação da Vanessa, moradora do morro José Mendes, embora localizada na região central da ilha, e considerada região privilegiada, é muitas vezes mais excludente e impeditiva do que a condição de vida vivida pela Fabiana, residente na periferia de Biguaçu.

Diferentemente dos demais lugares visitados, em Florianópolis ainda não existe nenhum tipo de política pública voltada a atender à demanda de uso das praias pelas pessoas com deficiência e nem mesmo programas públicos de atividades de saúde físicas e esportivas. Nem para atender à demanda dos cidadãos locais e nem direcionado ao turismo.

O que parece emergir como programa de acessibilidade e inclusão na Barra da Lagoa é uma iniciativa particular e sem a participação da gestão pública. Os idealizadores até buscaram fazer essa

conexão, mas não obtiveram êxito. Desta forma, ainda não há como considerar universal o acesso a essa iniciativa para população interessada.

O grande desafio posto é: eliminar as barreiras físicas e atitudinais expressas na arquitetura e consequentemente tirar as leis do papel, tornando-as ações que façam concretamente a diferença na vida das pessoas com deficiência. Para isso é preciso um esforço amplo, com o envolvimento das diversas esferas, da sociedade civil, dos setores privados, do poder Legislativo, do poder Judiciário e dos setores dos governos federal, estadual e municipal. E simultaneamente, promover a conscientização de que a promoção da igualdade e a equiparação de oportunidades não é privilégio, mas sim, um direito fundamental das pessoas com deficiência.

O estudo de campo foi fundamental para ver e entender melhor a realidade de Florianópolis, aprofundando as reflexões. Muitas outras coisas e assuntos correlatos haveria para analisar e discorrer, que não cabem aqui num trabalho de mestrado, mas que merecem que sejam retomadas e aprofundadas, tendo em vista que o assunto não se esgota.

Ao término desta pesquisa, constatamos que, apesar da variedade de abordagens disponíveis para os profissionais, em Santa Catarina (Florianópolis) todos os sistemas falham quando se trata de gerar subsídios para a avaliação do desenho universal, ficando claro um caminho a ser percorrido no sentido de se alcançar uma metodologia mais abrangente, que permita avaliar também o conforto, a dignidade e a autonomia dos usuários no ambiente construído.

Fica aqui a expectativa de que as informações contidas neste documento subsidiem todas as pessoas que tenham interesse com o assunto de maneira concreta para a implementação e disseminação do conceito do Desenho Universal e que sirvam de base para o aperfeiçoamento das disposições normativas da ABNT e para a construção e reavaliação das políticas de acessibilidade.

Fica também a expectativa de que os conceitos fornecidos possam apoiar e subsidiar a sociedade civil a reivindicar a garantia dos direitos das PcD.

E que os conceitos teóricos auxiliem em resultados práticos oriundos do desenvolvimento e implantação de programas que resultem em concretização da acessibilidade espacial pautada no Desenho Universal, na construção de uma sociedade mais inclusiva.

A capacitação dos gestores é imprescindível para que conheçam e se apropriem da CRPD, do modelo social da deficiência que a

fundamenta e do desenho universal. Esse conhecimento é relevante para o entendimento e a garantia de direitos às pessoas com deficiência. É instrumento necessário para romper com as perspectivas naturalizantes e romper o quanto for necessário com os modelos tradicionais que não servem mais.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F.; CASTRO, A. L. **O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v.3, n.2, p. 172-85, 1994.
- ARAÚJO, Carolina Dutra de; CÂNDIDO, Débora Regina Campos Cândido; LEITE, Márvio Fonseca Leite. **Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais.** Licere (Online),v. 12, n. 4, dez. 2009.
- ALMEIDA, M.C. & OLIVER, F.C. **Abordagens comunitárias e territoriais em reabilitação de pessoas com deficiências: fundamentos para a Terapia Ocupacional.** In: De CARLO, M.M.R.P.; BARTALOTTI, C.C., organizadoras. Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e Perspectivas. São Paulo: Plexus Editora, 2001. p. 81-98.
- BACHELET, Michel. **A ingerência ecológica: direito ambiental em questão.** Trad. Fernanda Oliveira. Lisboa: Piaget, 1995.
- BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Meio ambiente, desenvolvimentos sustentável e políticas públicas.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5296 (02/12/2004). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- \_\_\_\_\_. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/sedh/corde>>. Acesso em: jan. 2014.

CAMBIAGUI, Silvana. **Desenho Universal: métodos para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direitos Constitucional e Teoria da Constituição**. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CAMPBELL, Jane. **Growing Pains: Disability politics – the journey explained and dscribed**. In: BARTON, Len; OLIVER, Michael. **Disability Studies: past, presente and future**. Leeds: The Disability Press, 1997.

COHEN, Regina. **CIDADE, CORPO E DEFICIÊNCIA: Percursos e discursos possíveis na Experiência Urbana**. Rio de Janeiro: EICOS/IP/UFRJ, 2006.

CORDE. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm)>. Acesso em: jan. 2014

DINIZ, Débora – **O que é deficiência**. In: – [www.sabotagem.revolt.org](http://www.sabotagem.revolt.org)  
Data da digitalização: 2010 – data Publicação original 2007

DINIZ, D. & BARBOSA, L. **Direitos Humanos e as pessoas com deficiência no Brasil**. In: BRASIL. Presidência da República. Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional / organização Gustavo Venturi. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera H Moro Bins. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios Públicos**. Florianópolis: ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FROYEN, Hubert. **Universal Design, a Methodological Approach, a Pathway to Human-Friendly and Elegant Architecture**. Boston: ed. Institute for Human Centered Design, 2012.

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



GOLDENBERG, Miria. **NU E VESTIDO: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro. São Paulo: ed. Record, 2007.

GOLDENBERG, Mirian *et al.* (Org.). **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Daniela Vasconcellos. **A importância do exercício da cidadania na efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**. Caxias do Sul, 2007.

HUGHES, Bill; PATERSON, Keven. **The Social Model of Disability and the Disappearing Body: towards a sociology of impairment**. *Disability & Society*, v. 12, n. 3, 1997.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Claudia Xavier . **Aspectos socioambientais na comunidade do Morro da Mariquinha em Florianópolis**. Curitiba: editora UFPR, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLO, Anahi Guedes & NUEMBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 2012.

MELLO Celso Albuquerque de. **Direito internacional Público**. v.1. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete: OMSTEIN, Sheila Walbe. **DESENHO UNIVERSAL, caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Ed. Annablume, 2010.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 1989.

ROBLES, Gregório. **Os direitos fundamentais e a ética na sociedade atual**. Trad. Roberto Barbosa Alves. Barueri: Manole, 2005.

SUGAI, Maria Inês. **SEGREGAÇÃO SILENCIOSA: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 3<sup>a</sup> Ed., São Paulo: Editora Polis, 1982.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1992.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Referências: Lucia Sodré (HSA-Brasil), Isabella Lacerda, Sérgio Viegas, Willian Spinetti, Reinaldo Amiky, Helias Sobrinho, Luiz Fernando de Araújo Filho e Jefferson Maia.

**Links:**

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)> - acesso em 31-01-2015;

<<http://revistasentidos.uol.com.br/inclusao-social/66/artigo235232-1.asp>> - acesso em 16-10-2015;

<<http://www.revistareacao.com.br/website/Edicoes.php?e=93&c=9311&d=0>> - acesso em 16-10-2015.

<<https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms%2Ffiles%2F9298%2F1460123112SINAI+S+VITAIS+2015+ESPELHADO+2.pdf>> Sinais Vitais Florianópolis Checkup 2015

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)

<https://nacoesunidas.org/126-paises-ratificaram-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/> - 126 países ratificaram Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

<https://www.un.org/development/desa/disabilities/news/dspd/finland-ratifies-crpd-total-164.html> - Finland ratifies CRPD (total: 164)

[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7652#\\_ftn4](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7652#_ftn4) - Tratados Internacionais (Teoria Geral)

<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/88906/inovacoes-legislativas-decreto-legislativo-186-08-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-informativo-513>

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10695286/inciso-viii-do-artigo-84-da-constituicao-federal-de-1988>

<http://acessibilidadesaudeeinformacao.blogspot.com.br/2016/06/cisco-arana-e-as-aulas-de-surf.html> - surf school

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/secoes/21>

<https://palhoca.atende.net/#!/tipo/inicial>

<http://www.parnanoronha.com.br/paginas/305-acessibilidade.aspx>

<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2016/12/palhoca-tera-cadeiras-especiais-para-que-banhistas-com-deficiencia-aproveitem-o-mar-neste-verao-8722589.html>

<https://sandrapereiratv.blogspot.com.br/2016/12/acessibilidade-praias-de-palhoca.html>

<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/acessibilidade-nas-praias-de-florianopolis>

## ANEXOS

### ANEXO A - FILMES ILUSTRATIVOS

1. <<https://www.youtube.com/watch?v=7A6vHLYvzI0>> Puroz – Adapted Surfing Brazil
2. <<https://www.youtube.com/watch?v=YfiRoTBksOI>> Adaptsurf – Saquarema Prime
3. <<https://www.youtube.com/watch?v=kGvBvIwkShg>> Adaptsurf – International Surfing Day
4. <[https://www.youtube.com/watch?v=tEzii26\\_8B0](https://www.youtube.com/watch?v=tEzii26_8B0)> Circuito Adaptsurf
5. <<https://www.youtube.com/watch?v=8fRdn14oae4>> Projeto OrtoRio na praia



## ANEXO B – IMAGENS DE EXPERIÊNCIAS

### IMAGENS DO PROGRAMA ADAPTSURF

Fotos: Regina Tolomei



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



## ÁGUA VIVA MERGULHO - FLORIPA



<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=472725019516191&set=a.327570184031676.1073741825.100003360908860&type=1&theater>

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*



**ANEXO C - PORTARIAS****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO REITOR  
PORTARIAS**

**PORTARIA Nº 1277 /2013/GR, DE 18 DE JULHO DE 2013**  
A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta no Memorando nº 47/PROPLAN/UFSC/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar, a partir de 26 de maio de 2013, o Comitê de Acessibilidade da Universidade de Santa Catarina.

Art. 2º Designar os membros abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, integrarem o referido comitê:

Marta Dischinger – CTC

Patrícia Biasi Cavalcanti – CCE

Ruth Emília Nogueira – CFH

Denise de Siqueira – SECULT

Giseli Zuchetto Knak – PROPLAN

Érica Monteiro – PósGraduação em Arquitetura

Franciele Fantini – PósGraduação em Arquitetura

Art. 3º Atribuir aos servidores integrantes do comitê a carga horária de duas horas semanais para o desempenho de suas atividades.

Art. 4º Revogar, a partir de 26 de maio de 2013, as Portarias nº 892/GR/2009, nº 494/GR/2010, nº 567/GR/2011, nº 568/GR/2011, nº 569/GR/2011, nº 570/GR/2011, nº 571/GR/2011 e nº 677/GR/2011.

**DISPENSADA PELA PORTARIA Nº 2011/2013/GR .**

**Prof.ª Roselane Neckel**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO REITOR  
PORTARIAS

PORTARIA N.º 568/GR/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta na Portaria n.º 892/GR/2009, de 2 de julho de 2009, que criou o Comitê para o Uso Racional de Recursos na UFSC,

RESOLVE:

DESIGNAR os seguintes membros para, sob a presidência do primeiro, compor o Subcomitê de Acessibilidade do Comitê para Uso Racional

dos Recursos:

Prof.<sup>a</sup> Marta Dischinger (ARQ/CTC)

Prof.<sup>a</sup> Ruth Emilia Nogueira (GEO/CFH)

Servidora Giseli Zuchetto Knak (DPAE/SEPLAN)

Servidora Denise de Siqueira (DCEVEN/SECARTE)

Servidor Elmo Gonçalves Farias (Ministério Público Federal)

Atribuir a carga horária de dez horas semanais aos servidores docentes, para o desempenho de tais atividades.

Prof. Alvaro Toubes Prata



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO REITOR  
PORTARIAS

PORTARIA Nº369A/2013/GR, DE 13 DE MARÇO DE 2013  
A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições  
estatutárias e regimentais, considerando o estabelecido no Art. 3º da  
Portaria n.º 369/2013/GR, de 13 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros a seguir para, sob a presidência do  
primeiro, integrarem essa Comissão:

Representantes da UFSC

Prof. Carlos Antônio Oliveira Vieira Gabinete da Reitoria

Carlos Roberto Vieira DPAE

Carolina Canella Peña

Jonatan Urbano de Moraes DCE

Manoel Arriaga de Castro Andrade Junior Gemurb

Prof. Elson Manoel Pereira CFH

Prof. Werner Kraus Junior CTC

Representantes externos

Prof. Lino Fernando Bragança Peres Câmara de Transporte e  
Mobilidade do

Fórum da Cidade

Múcio Althoff de Medeiros Divisão de Transportes e  
Infraestrutura Eletrosul

Albertina da Silva de Souza CCPAN

Tarcísio Kemper Eletrosul

Denise Siqueira Florianópolis Acessível e Comitê de  
Acessibilidade UFSC

Cláudia Beatriz Campanella de Siervi

Fórum da Bacia do Itacorubi

Hélio Carvalho

Júlio Cesar Marcelino Procuradoria Geral do Município – PMF  
Dalmo Vieira Filho Secretaria de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Urbano – SMDU – PMF

João Antônio Heinzen Amin Helou Secretaria Municipal de  
Obras – PMF

Valmir Humberto Piacentini Secretaria Municipal de Transportes,  
Mobilidade e Terminais – STMT – PMF

Jerry Gildo da Conceição SINERGIA

Art. 2º Designar Carlos Roberto Vieira para atuar como  
Coordenador Executivo e Manoel Arriaga de Castro Andrade Junior  
para atuar como Secretário Executivo da referida Comissão.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de cento e oitenta dias, a partir  
da publicação desta Portaria no Boletim Oficial da Universidade, para  
apresentar o relatório conclusivo dos trabalhos.

Prof.<sup>a</sup> Lucia Helena Martins Pacheco

## ANEXO D – ENTREVISTAS

### ENTREVISTA COM O PROFESSOR E INSTRUTOR PEDRO PAULO GRANJEIRO DA ESCOLA VENTOS E VELAS NO BANEÁRIO DOS TRABALHADORES

Praia Acessível de São Sebastião no Balneário dos Trabalhadores – Litoral norte de São Paulo

#### **Projeto Ventos e Velas**

**Denise:** Pedro é professor e instrutor da Escola de Velas Ventos & Velas. Pode começar falando um pouco pra gente sobre o projeto?

**Pedro:** O Projeto, ele visa atender crianças de 10 a 15 anos, da rede pública e particular de ensino e a gente tá junto aqui do projeto desde 2008, se eu não me engano. Falando um pouco de mim, eu sou ex-aluno do projeto desde 1999, quando o Ventos e Velas ainda não existia, mas existia uma escola de vela municipal. Fui competidor e depois que eu fiz 18 anos, como eu não tinha condição, eu tinha que trabalhar. Eu deixei de ser competidor e virei professor. Assim também foi com o nosso coordenador, o Carlos Alberto. E é isso. Que mais você pode saber do projeto?

**Denise:** Do seu trabalho com as crianças das escolas, eles competem?

**Pedro:** Eles competem. Inclusive, está tendo o campeonato paulista, do Barco “Optmich”, que é onde eles iniciam, que é pra criança de até 50kg, e vai ser neste fim de semana agora a segunda etapa.

**Denise:** Qual o local?

**Pedro:** Aqui na Ilha Bela. E a gente também compete. A inscrição no projeto é de 10 a 15 anos, mas se o aluno tem possibilidade de continuar depois dessa idade, uma vez já inscrito na escola ele fica até quando ele puder, né! Tem menino que sai às vezes mais cedo, porque tem que trabalhar. E tem outros que ficam aí a vida toda. A gente tem um aluno do projeto, que tem 25 anos e ele compete até hoje pela Escola de Velas. Ele não pode estar todas as vezes aqui porque ele trabalha, mas ele vem sempre que possível. O nosso trabalho aqui ele é associado com as escolas porque a gente trabalha com um critério que é a média de rendimento escolar dos alunos. Se o aluno não tá tendo bom rendimento

*Para quem acha desnecessários investimentos em acessibilidade, lembramos que é grande a probabilidade de passar a ser "os outros".*

na escola ele acaba sendo prejudicado aqui, porque talvez ele não vá pra campeonato ou não pega o melhor equipamento e assim vai indo.

**Denise:** É da prefeitura esse programa?

**Pedro:** É da prefeitura. O projeto é da prefeitura, mas a mão de obra não é. A mão de obra é através da Associação de Velas de São Sebastião.

**Denise:** Então é uma parceria?

**Pedro:** Isso. É uma parceria. E se vocês quiserem conhecer melhor, se o coordenador concordar, vocês podem vir, acompanhar uma aula, ficar dentro do bote com a gente, acompanhando a aula.

Nós combinamos e voltamos, só que na segunda feira que nós fomos choveu. ☹



ENTREVISTA COM PHELIPE NOBRE – FISIOTERAPEUTA E  
SÓCIO-FUNDADOR E COORDENADOR DO PROJETO SURF  
ADAPTADO DA ONG ADAPTSURF - RIO DE JANEIRO, POSTO 2  
– BARRA DA TIJUCA

**Denise** Qual a sua profissão?

**Phelipe:** Eu sou fisioterapeuta de segunda a sexta feira.

**Denise:** Desde quando você faz parte da adaptsurf?

**Phelipe:** A gente começou a Ong Adaptsurf em 2007 pra trazer o surf adaptado pras pessoas com deficiência e desenvolver e divulgar o surf através de aulas e oficinas de surf adaptado e também trabalhar a acessibilidade das praias, uma vez que a gente viu que não tinha acessibilidade nas praias. Porque a gente viu que pra trabalhar com o surf adaptado não tinha acessibilidade nas praias e que pra poder trazer esse pessoal pra praia a gente precisa da acessibilidade também.

**Denise:** Como foi o seu envolvimento?

**Phelipe:** Eu iniciei no projeto da Ong Adaptsurf em 2007 e desde então todos os finais de semana eu dou aulas de surf para pessoas com deficiência. É um trabalho voluntário e as aulas são totalmente gratuitas. Eu sei dos benefícios que este esporte traz pras pessoas com deficiência. Ele fortalece as pessoas. O surf é um excelente aliado na reabilitação. Por ser um esporte democrático e praticado na praia o surf também promove a interação entre as pessoas e você consegue fazer as pessoas com as mais diferentes condições interagirem entre si só por coisas positivas.

**Denise:** Nas suas viagens no exterior você descobriu sobre alguns equipamentos que estão se popularizando e revolucionando a vida das pessoas com deficiência por aqui no tocante a ocupação e vivência nos espaços de praia e areia. Uma delas foi a cadeira anfíbia, como é isso?

**Phelipe:** Essa cadeira permite que qualquer pessoa, seja ela com mobilidade reduzida, cadeirante, com má formação, ela consegue andar na areia e entrar no mar com mais autonomia e segurança. A felicidade de cada pessoa, de aluno nosso ao final de uma onda, ao final da melhor onda que essa pessoa surfou, a felicidade me contagia também. É como se eu tivesse surfado cada onda, de cada aluno nosso, como se eu tivesse surfado junto também.

**Denise:** Quais os grupos de ações semelhantes ao adaptsurf que vocês estão em contato?

**Phelipe:** Têm algumas: **Access Surf Hawaii**, **Surfers healing**, **Only Foudation**, são várias surf ongs, projetos raros. Tem pra altistas, a

behinders surfer também. Todas têm ações específicas. A adaptsurf é a única que é tudo. É físico, visual, auditivo, síndrome de down, alista. É todos. A life holls on é só a medular. Só cadeirante.

**Denise:** Ah é?...

**Phelipe:** A Life Holls On é só lesão medular. Aquela gringa da Califórnia. Ela tem uns 12 anos já, uns 15 anos. Eles fazem pesquisa sobre células tronco e tal.

**Denise:** E a da Austrália. Pelo que pude ver pela internet ela parece ser mais familiar.

**Phelipe:** Então, essa é a mais antiga do mundo. Ela não tem muita divulgação na internet. As aulas eles que fazem, são projetos voluntários.

**Denise:** E do Hawaii?

**Phelipe:** A do Hawaii eles fazem encontros. A adaptsurf é a única que é em moldes de escola. Nos moldes de escolinha de surf convencional, com acompanhamento e tal.

**Denise:** E essa da Califórnia não tem aulinha?

**Phelipe:** Eles têm projetos. Aí, o nome do projeto de surf é They Will Surf Again, “Eles vão surfar de novo” especificamente tem o TWSA. A sigla desse projeto da Life Holls On, que é juntar os voluntários e levar as pessoas pra surfar. Mas lá a pessoa não vai fazer uma aula pra aprender o esporte. Vai surfar. Pega 10, 15, 20 voluntários, bota na prancha e empurra a pessoa na onda. Leva surfar, mas a pessoa não é com o intuito de aprender a surfar e ser um surfista.

**Denise:** Deveria ter as duas coisas, não?

**Phelipe:** Por isso que a Adaptsurf se inspirou em todas e já nasceu desde o início como aula de surf. Igual uma escolinha. E o que é a escolinha? Se a pessoa tiver interessada ela vai aprender geral. Que é a oceanografia, a história do surf, equipamentos, tudo o que é pertinente ao surf. Sobre o mar, sobre ondas, ventos, correntes.

**Denise:** Que tipo de relação vocês têm com essas outras instituições de fora?

**Phelipe:** Sim, a gente já enviou email de apresentação. E todas elas falam e interagem com a gente. Pelo facebook e instagram. Curtem fotos, comentam, perguntam. Mensagens diretas pela internet também, email. Todas elas estão relacionadas umas com as outras.

Outra legal pra você anotar é essa aqui, que é a SurfAditt. Que nasceu a partir da Adaptsurf, por volta de 2011. A Surf Aditt é a Associação portuguesa de surf adaptado. Eles interagem com a gente, a gente troca experiência. Eles querem vir pra cá pro surf e a gente quer ir pra lá. Aí,

tem o órgão de surf internacional, que é a WSL World Surf League, que é a liga de surf profissionais e também amadores. Que a ISA vai fazer o campeonato mundial de surf adaptado. E aí a gente vai banca a viagem. A gente vai trabalhar e batalhar patrocínio pra poder participar.

Eu e a Luana, a gente vai pra trabalhar lá. Porque eles vão fazer um simpósio. Vão fazer um simpósio e mais alguma coisa que eu não lembro o que que é, mas é relacionado com o surf adaptado. Palestras, troca de experiências. Pra tentar unir através do esporte. Daí a gente vai competir e vai tentar representar. A gente vai pra representar o projeto.

**Denise:** Vocês têm registro?

**Phelipe:** Não. A gente poderia fazer um CNPJ...

**Denise:** E sobre os critérios pros atletas na hora de competir?

**Phelipe:** Pra competir, Aqui no Brasil tem vários que poderiam competir num mundial. Chegar lá e pagar e competir. Eles ainda não sabem bem como fazer. A gente junto é que vai definir qual é. Só quem é igualzinho que vai competir junto. É bem selecionado. Por exemplo: lesão medular L5. Mas se a lesão é parcial, a pessoa não vai falar o qual parcial é. A classificação não vai levar em questão o diagnóstico. Porque uma pessoa pode ter um diagnóstico horrível, mas se desenvolveu e se recuperou mais do que alguém com um diagnóstico menor. Daí a pessoa tá muito mais funcional do que a outra. Então o nome do critério utilizado é classificação funcional. Porque daí têm uns caras que querem roubar. Tipo assim: - Cara levanta a perna. Daí o cara: Ah, não tô conseguindo. Só que daí, quando chega lá, o cara levanta a perna, na hora de fazer as coisas. Tipo, não consigo nadar peito, na hora de fazer a avaliação, quando a gente fala: - Vai, nada aí. E ainda assim, na prova, e daí o cara vai e... bate perna. Só que na avaliação o cara não bate perna. Daí o cara vai ter que ser desclassificado. E alguns ainda conseguem assim. Tem uns safados. Uns mal classificados. Uns caras muito bons numa categoria e que poderiam muito bem estar na outra.

No surf, a gente não levou o preparo como critério de avaliação... isso de um cara poder mexer mais, isso na real não importa. Porque no surf, na hora da onda têm outras características que vão influenciar se o cara vai surfar bem ou não. Depende de outros fatores, vários fatores que vão definir se ele vai se desenvolver bem ou não.

**Denise:** E vocês vão ter um campeonato em julho, né?

**Phelipe:** A gente vai ver ainda. Vai ser três praias pra lá, que é a praia da Macumba no Recreio.